

QUESTÃO AGRÁRIA E PRÁXIS SOCIAIS:

DESAFIOS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS



IVANIO FOLMER
RITA DE CASSIA CAVALCANTE
LIZIANY MÜLLER
ORGANIZADORES

ARCO
EDITORES

QUESTÃO AGRÁRIA E PRÁXIS SOCIAIS:

DESAFIOS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS



IVANIO FOLMER
RITA DE CASSIA CAVALCANTE
LIZIANY MÜLLER
ORGANIZADORES

ARCO
EDITORES ● ● ●

Conselho editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Denise Meller Losekann

Imagem capa: www.canva.com

Correções: O/a(s) autor/a(es/as), organizador/a(es/as) e a editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Questão agrária e práxis sociais [livro eletrônico] : desafios e debates contemporâneos / Ivanio Folmer, Rita de Cassia Cavalcante, Liziany Müller (organizadores). -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-482-4

1. Agricultura - Aspectos ambientais
2. Agricultura - Aspectos socioeconômicos 3. Educação rural 4. Geografia - Aspectos sociais 5. Reforma agrária 6. Sustentabilidade I. Folmer, Ivanio.
II. Cavalcante, Rita de Cassia. III. Müller, Liziany.

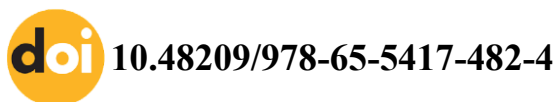
25-278830

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura630

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



Sumário

Para Além de uma Questão Agrária	8
CAPÍTULO 1	11
EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE O ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11
Deize Heloiza Silva Degrande, Julio Cesar Torres, Claudio Rodrigues da Silva, Nathanael da Cruz e Silva Neto	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-0	
CAPÍTULO 2	35
RAÍZES EM TRANSFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NA AGROVILA TANQUE DO CHAPÉU, EM LAGOA DE PEDRAS/RN	35
Josué de Moura Berto, Maria Cristina Cavalcanti Araújo	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-1	
CAPÍTULO 3	43
A TEORIA CRÍTICA DE BOURDIEU E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO DO GRUPO GESTOR DE ARROZ ORGÂNICO	43
Fernanda de Figueiredo Ferreira	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-2	
CAPÍTULO 4	68
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO RS: UM TRABALHO A PARTIR DO PROGRAMA DE ATES	68
Fernanda de Figueiredo Ferreira, Paulo Roberto Cardoso da Silveira	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-3	
CAPÍTULO 5	91
O ESTADO DO PIAUÍ NA ERA DESENVOLVIMENTISTA: CONFLITOS ENTRE A CHEGADA DOS GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA	91
Antonio Eusébio de Sousa	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-5	

CAPÍTULO 6	105
OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CONJUGAÇÃO COM OS CAMPOS MÓRFICOS: CONECTANDO SABERES ANCESTRAIS	105
Felipe Dutra Maffi, Fernanda de Figueiredo Ferreira, Renato Pires Póvoa, Sandra Leon, Sérgio Marques Reis, Sônia de Almeida Pimenta	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-6	
CAPÍTULO 7	134
A FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO GESTOR DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL	134
Fernanda de Figueiredo Ferreira, Renato Santos de Souza	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-7	
CAPÍTULO 8	160
ÊXODO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS PROBLEMAS E CAUSAS DESSE FENÔMENO	160
Andréia Ribeiro da Silva, Fabiano Greter Moreira, Antonio Sérgio Eduardo	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-8	
CAPÍTULO 9	178
JUVENTUDE CAMPONESA: PERMANECER NO CAMPO E DESAFIAR A PRÓPRIA CONDIÇÃO DE SER JOVEM – A EXPERIÊNCIA DO STRAF DE LAGOA SECA/PB	178
Rita de Cássia Cavalcante, Jennifer Sousa da Silva	
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-9	
CAPÍTULO 10	193
A DINÂMICA CULTURAL DAS REZADEIRAS DE LAGOA DE DENTRO/PB	193
Roberto de Oliveira, Rita de Cássia Cavalcante	
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-0	
CAPÍTULO 11	205
TERRITÓRIO, TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA: O QUILOMBO DO TALHADO N O SERTÃO DA PARAÍBA	205
Weriberlan Wanderley Monteiro	
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-1	

CAPÍTULO 12.....	215
EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: DISPUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	215
Marcelo Miná Dias	
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-2	
CAPÍTULO 13.....	226
HIDRONEGÓCIOS, TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO: A LUTA DOS ATINGIDOS PELA UHE SINOP NA BACIA DO TELES PIRES EM MATO GROSSO.....	226
Ivan de Sousa Soares	
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-3	
CAPÍTULO 14.....	245
DINÂMICA PRODUTIVA DA RIZICULTURA NO CENTRO-NORTE MARANHENSE: DA AGRICULTURA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA PATRONAL INTENSIVA.....	245
Willian Carboni Viana, Ademir Terra	
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-4	
SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR.....	260
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES.....	261

Para Além de uma Questão Agrária

Vivemos em um momento histórico marcado por uma profunda crise climática ambiental, cujos efeitos são perceptíveis nos quatro cantos do planeta. Fenômenos extremos como secas prolongadas, inundações devastadoras, aumento da temperatura global e a elevação dos níveis dos oceanos revelam a degradação dos ecossistemas, muitas vezes agravada por modelos produtivos intensivos e predatórios. Essa conjuntura apresenta sérias ameaças à segurança e à soberania alimentar, pois interfere diretamente nos ciclos da produção agrícola, na disponibilidade de recursos naturais e na qualidade dos alimentos consumidos pelas populações. Além disso, a saúde do planeta encontra-se em risco, colocando em xeque a capacidade de regeneração dos bens comuns e, consequentemente, afetando a saúde coletiva da humanidade.

A questão agrária, nesse cenário, emerge como uma das temáticas centrais dos debates contemporâneos, por envolver não apenas a disputa pela terra, mas também os modos de produção, as formas de organização social no campo e a relação entre sociedade e natureza. A concentração fundiária, historicamente marcada pela exclusão social e pela violência no campo, permanece como um entrave para a democratização da terra e para a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento rural. Autores como José de Souza Martins (1986) apontam que a questão agrária brasileira sempre esteve atrelada a processos de modernização conservadora, os quais mantêm intactas as estruturas de poder e exploração. Já Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) contribui ao destacar que o debate agrário deve considerar a diversidade territorial e cultural existente nos espaços rurais, reconhecendo os sujeitos coletivos que constroem resistências e alternativas diante das imposições do agronegócio e da globalização neoliberal.

Nesse contexto, as práxis sociais constituem ações coletivas que rompem com o imobilismo e constroem caminhos alternativos à lógica dominante. Inspirado na filosofia de Marx e nas contribuições de Paulo Freire, o conceito de práxis social compreende a união entre teoria e prática como forma de transformação da realidade (FREIRE, 2005). As lutas camponesas, os movimentos sociais, os coletivos agroecológicos e os grupos de base territorial representam expressões concretas de práxis, pois articulam reflexão crítica, organização comunitária e ação política. Para Enrique Leff (2001), as práxis ecológicas e culturais são formas de resistência e reinvenção do mundo, sobretudo em tempos de crise civilizatória.

Assim, compreender as práxis sociais é entender os múltiplos modos pelos quais os sujeitos do campo constroem alternativas viáveis à crise sistêmica atual.

A presente obra, *QUESTÃO AGRÁRIA E PRÁXIS SOCIAIS: DESAFIOS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS*, nasce da necessidade de dar visibilidade à pluralidade de ideias, vivências e contextos agrários existentes no Brasil e na América Latina. Os textos reunidos abordam dimensões diversas da realidade rural, revelando a riqueza dos territórios camponeses e o protagonismo dos sujeitos do campo. São reflexões que transitam entre diferentes escalas e linguagens, desde os debates teóricos até os relatos de experiências, passando por análises de políticas públicas e práticas comunitárias.

A Educação do Campo, como campo de conhecimento e prática pedagógica, ocupa um espaço de destaque nas discussões aqui apresentadas. Ela representa uma conquista histórica dos povos do campo e propõe uma formação crítica, contextualizada e emancipatória, que valoriza os saberes locais e a relação orgânica entre educação e vida. Iniciativas como os projetos das Escolas Famílias Agrícolas, os cursos de licenciatura em Educação do Campo e a pedagogia da alternância são exemplos de como a educação pode contribuir para a permanência no campo e para a valorização da identidade camponesa.

Outros temas emergem com força nos capítulos do eBook, como o trabalho da EMATER e das instituições de extensão rural, essenciais para o apoio técnico, o fortalecimento da produção agroecológica e a construção de políticas públicas de base popular. A valorização das sementes crioulas e dos saberes tradicionais revela a importância da biodiversidade e da autonomia produtiva, contrapondo-se à homogeneização imposta pelas multinacionais do setor agroalimentar.

Os movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm papel fundamental na luta por justiça agrária, na promoção da agroecologia e na articulação de redes de solidariedade e resistência. Tais movimentos não apenas denunciam as injustiças estruturais do campo, mas constroem experiências concretas de transformação social e ambiental. A noção de sustentabilidade, nesses contextos, não é apenas ecológica, mas política, cultural e econômica, apontando para a necessidade de rever os modos de vida e produção sob outras lógicas que não a do lucro.

A obra também traz à tona questões como o êxodo rural, a invisibilização dos povos do campo, a agricultura familiar como base da produção de alimentos saudáveis, e as lutas dos quilombolas por território, cultura e dignidade. Esses temas, entrelaçados, compõem um mosaico de vozes e resistências que desafiam a invisibilidade histórica a que foram submetidos os sujeitos rurais.

A relação entre questão agrária e práxis sociais se expressa, portanto, na capacidade de os sujeitos do campo se organizarem, resistirem e proporem alternativas. A terra, os alimentos, os territórios, as sementes, a cultura e a educação não podem ser tratados apenas como mercadorias; são dimensões da vida que envolvem identidades, saberes e direitos. O diálogo entre os diferentes capítulos da obra permite compreender essas conexões, ressaltando que a transformação social passa necessariamente pela valorização do campo e de seus povos.

Diante de um cenário em que a terra continua a ser concentrada, as florestas destruídas e os povos tradicionais ameaçados, é urgente e necessário debater a questão agrária. Livros como este cumprem um papel fundamental ao reunir estudos, experiências e reflexões que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, diversa e sustentável.

Convidamos você, leitor e leitora, a mergulhar nas páginas desta obra e refletir sobre os caminhos possíveis para uma nova relação com a terra, com os territórios e com os saberes do campo. Que este eBook possa inspirar, provocar e fortalecer as práxis sociais que seguem em marcha, semeando resistência e colhendo esperança.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Brasil, América Latina, *alguma estação do ano*, junho de 2025.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE O ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Deize Heloiza Silva Degrande
Julio Cesar Torres
Claudio Rodrigues da Silva
Nathanael da Cruz e Silva Neto
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-0

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por mudanças significativas no campo educacional. Nesse contexto, a implementação de diferentes políticas públicas de universalização do ensino se tornou uma preocupação prioritária para alguns setores sociais, defendida e reivindicada por movimentos sociais, a favor do atendimento às populações mais desfavorecidas.

No entanto, ao chegarmos ao ano de 2025, vários problemas que perpassam parte significativa da história da educação brasileira, como os altos índices de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade/série, ocasionados, entre outros fatores, pela fragmentação dos componentes curriculares ofertados nas salas de aula das escolas públicas. No âmbito do Ensino Superior, ínfimo percentual de vagas é ocupado pelos povos do campo.

Na esfera política, a educação tem se tornado, cada vez mais, um objeto de disputas, sendo, por um lado, reivindicada por projetos educacionais de movimentos sociais de trabalhadores, e, por outro, tensionada pelos interesses empresariais, que buscam moldar formas de pensar e agir, o que gera contradições em todo o sistema educacional.

Ciente dessas questões, a Educação do Campo exige políticas públicas de Estado na Educação Básica e no Ensino Superior, especialmente no campo da formação de professores, a fim de superar as disparidades educacionais e oferecer oportunidades de acesso à educação de qualidade à população do campo, com vistas à consolidação do Sistema Nacional de Educação.

Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo busca refletir sobre a política nacional de Educação do Campo frente aos resultados apontados no Anuário Brasileiro da Educação Básica publicado no ano de 2021 (Todos pela Educação, 2021). Nossa

inquietação inicial parte da seguinte questão: quais são os resultados apontados no Anuário no tocante à oferta de educação para os povos do campo?

É importante salientar que o Anuário é um documento estruturado para verificar as taxas de desenvolvimento educacional do país. Sua intenção é a de auxiliar pesquisadores e responsáveis pelas políticas públicas educacionais brasileiras, no contexto das propostas descritas nas vinte metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A organização Todos Pela Educação é a responsável pelo trabalho de organização dos dados e dos indicadores e também pela publicação do Anuário.

Diante disso, temos ciência dos interesses hegemônicos que fazem parte das ações do Todos pela Educação, no entanto, as amostras e os resultados publicados nos permitem ter um panorama da situação precária da educação que está sendo ofertada aos povos do campo.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Compreender os indicadores educacionais é, sem dúvida, uma tarefa necessária. Dessarte, o acompanhamento, a verificação do cumprimento de metas e a análise da qualidade é imprescindível para termos um panorama sobre o desenvolvimento do país em termos de políticas educacionais e educação escolar, mesmo em tempos marcados pela dissimulação e pela subordinação de dados.

Ao escolhermos refletir sobre os indicadores apontados no Anuário Brasileiro da Educação Básica, estamos cientes de sua base estrutural, de seus interesses e dos fundamentos que o constituem, dos objetivos e concepções patentes ou subjacentes a essa publicação, afinal, recorrendo a palavras de Le Goff (1992), documento é monumento. No entanto, a nossa intenção é examinar as perspectivas do cenário da Educação do Campo.

O movimento Todos pela Educação foi fundado em 2006 por iniciativas de empresários de diversos setores, em especial o industrial e o financeiro, os quais representam uma importante fração da classe burguesa brasileira. É composto por parcerias de empresas e instituições que possuem influências sociais e econômicas, como Grupo Itaú, Pão de Açúcar, Organizações Globo, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ethos, Grupo Abril, entre outros. Esses grandes empresários e suas organizações inspiram-se no caminho escolhido pela política estadunidense, divulgam experiências consideradas bem-sucedidas na educação e formulam pacotes técnicos de conhecimento, que passam a circular em fóruns nacionais e internacionais, legitimando suas recomendações (Martins & Krawczik, 2018).

De acordo com Martins e Krawczik (2018), os objetivos e a qualidade da educação são avaliados por mecanismos de regulação, tal como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), responsável por verificar os níveis de desenvolvimento educacional entre os países e estabelecer metas a serem atingidas. Por outro lado, o Todos pela Educação favorece a verificação e a análise do desenvolvimento da educação brasileira, fator importante para se exigir a criação ou a reformulação de políticas educacionais. Para o Todos pela Educação, o Estado brasileiro ainda possui a urgência de sanar os altos índices de reprovação, a evasão escolar e o baixo desenvolvimento dos estudantes, conforme constatado nos exames nacionais e internacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), entre outros (Todos pela Educação, 2007).

Dessa forma, o Anuário Brasileiro da Educação Básica foi criado como ferramenta de consulta pública dos resultados dos indicadores educacionais para que jornalistas, pesquisadores, responsáveis pelas políticas públicas educacionais e a população possam compreender melhor o cenário do ensino no Brasil. Sua organização tem como base as 20 metas do PNE 2014-2024, e traz importantes discussões de acordo com o alcance de cada meta (Ministério da Educação, 2014).

O Anuário traz indicadores e informações de fontes primárias, provenientes das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O documento é composto por textos, infográficos e figuras que facilitam a visão mais abrangente da situação educacional brasileira. Também possui dois sumários: um de acordo com a sequência dos assuntos apresentados e outro referente aos campos temáticos (Todos pela Educação, 2021).

Os campos temáticos dividem-se em vários eixos, a saber: acesso à escola; etapas e modalidades de ensino; trajetória escolar; aprendizagem; professores; financiamento; gestão escolar; estados, Distrito Federal e capitais. Neste texto, seguimos a sequência dos campos temáticos, mas apenas com os dados referentes à educação destinada aos povos do campo.

Os dados do Anuário apresentam a palavra *rural* como terminologia; por conseguinte, nossas buscas foram realizadas a partir dessa palavra-chave. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) esclarecem que “a Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende também aos espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas” (Ministério da Educação, 2013, p. 125). As reflexões levantadas neste texto se

fazem em consonância com a perspectiva da Educação do Campo e da superação das desigualdades educacionais da educação rural.

O material citado anteriormente nos auxilia nas reflexões sobre a atual situação da educação ofertada para o campo. Em face disso, Molina (2015) afirma que a análise do estabelecimento de metas do Plano Nacional de Educação, concomitantemente à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), facilita compreender que, talvez, as políticas educacionais estão mais dificultando do que auxiliando o crescimento da Educação do Campo, pois as metas não estão sendo atingidas, mas, antes, retrocedem em relação a políticas já alcançadas.

METODOLOGIA

Fundamentamos nosso estudo, de abordagem qualitativa, na pesquisa documental e bibliográfica. Os termos utilizados para a pesquisa documental foram *educação do campo*, *escola do campo*, *escola rural* e *população rural*, dispostos nas leis, decretos e portarias governamentais, e no Anuário Brasileiro da Educação Básica (Todos pela Educação, 2021). Com relação à pesquisa bibliográfica, respaldamos este trabalho em estudos de autores como Arroyo *et al.* (1998, 2004), Caldart (2012), Dal Ri (2019), Molina (2015), Torres, Fernandes *et al.* (2014), entre outros.

Para Lüdke e André (1986), a pesquisa documental pode ser entendida como uma série de operações de análise sobre o que está escrito, e tal processo visa a identificar informações pontuais e desvendar intenções ou falhas dos autores que as produziram. Essa análise é constituída por etapas de escolha e seleção dos documentos, que se dividem em: caracterização do documento, codificação, registros, categorização e análise crítica. A pesquisa documental torna-se um instrumento facilitador na medida em que o pesquisador busca reunir os documentos oficiais existentes, compará-los ou verificar a sua efetividade. Porém, não se torna eficaz quando o investigador deseja conceituar as relações entre o conteúdo explícito, o significado implícito e o contexto (Lüdke & André, 1986).

Já na pesquisa bibliográfica, conforme ressaltam Lima e Miotto (2007, p. 41), “a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes”. Portanto, não se trata de uma leitura aleatória, mas de uma análise crítica e rigorosa sobre as produções de estudiosos da área.

Nossas fontes de pesquisa baseiam-se em livros, registros históricos, documentos legais, artigos de periódicos, teses, dissertações, leis, decretos, portarias, encontros, diretrizes operacionais, resoluções, cartas, entre outras fontes.

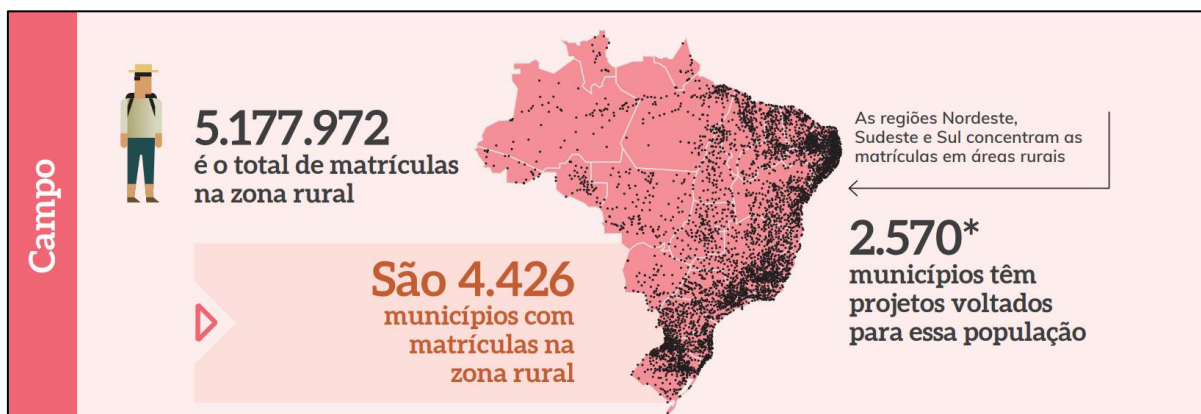
EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISCUSSÕES SOBRE DADOS APRESENTADOS NO ANUÁRIO

A primeira informação contida no Anuário (Todos pela Educação, 2021, p. 22) é acerca do acesso e da permanência nas escolas de todo o país entre 2019 e 2020. Nesse período, as matrículas correspondiam ao total de 42.310.822 estudantes de zero a dezessete anos, distribuídos em 178 mil escolas brasileiras.

A maior proporção de matrículas ativas em relação à idade escolar encontra-se no Ensino Fundamental, com um total de 99,4% das crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola. Em seguida, o percentual de 94,5% corresponde aos jovens de 15 a 17 anos, e 94,1% refere-se a crianças de 4 a 5 anos. Por último, 37% das crianças de 0 a 3 anos de idade estão matriculadas.

Das 42.310.822 matrículas, cerca de 5.177.972 são de alunos do campo, o que representa 12,2% do total. A seguir, a figura 1, disponibilizada pelo Anuário, ilustra a distribuição das matrículas na zona rural.

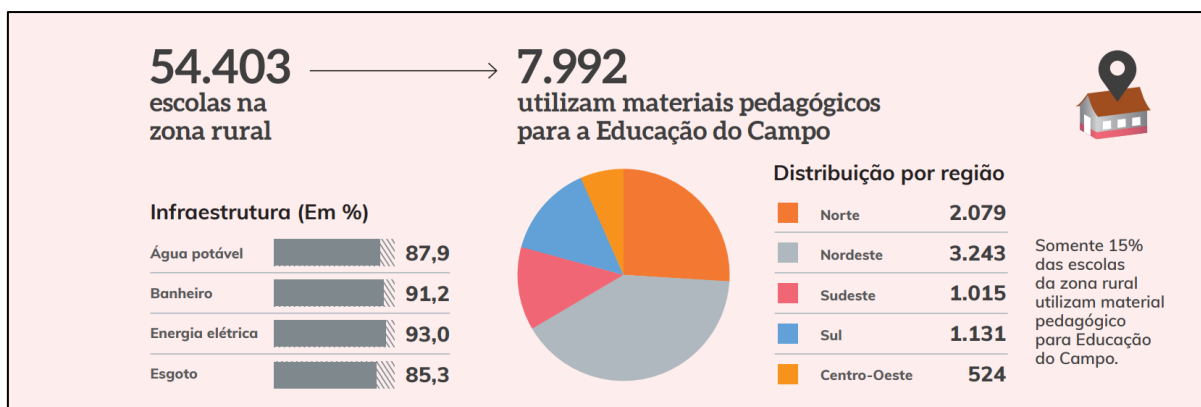
Figura 1 - Total de matrículas na zona rural



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 46.

De acordo com os últimos dados do Censo da Educação Básica (Inep, 2021), das 178 mil escolas brasileiras, 54,4 mil estão no campo. Dessas, 47,6 mil são municipais, conforme podemos observar na figura 2, a seguir.

Figura 2 - Total de escolas na zona rural



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 47.

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2019), no período de 1997 a 2018, houve o fechamento de 79.990 escolas no/do campo no Brasil. Em comparação com os dados apresentados pelo Anuário, em 2021, esse número cresceu para 83.196 escolas¹.

Vale ressaltar que o fechamento de escolas não está ligado à redução de matrículas de novos alunos. De acordo com o MST (2019), com as políticas de fechamento de escolas no/do campo, um contingente de alunos sofre o processo de nucleação, ou seja, as escolas são fechadas e os alunos são redistribuídos para escolas maiores no campo ou direcionados às escolas urbanas.

Silva *et al.* (2015, p. 33) afirmam que a política de fechamento de escolas contraria os princípios da Educação do Campo, pois “não raramente, estudantes residentes no campo são transferidos para escolas (nucleadas ou não, localizadas em áreas urbanas ou não), porém, distantes das suas residências”, o que resulta em diversos impactos negativos, como disparidades nos componentes curriculares e nas metodologias de ensino, além da desterritorialização de estudantes e seus desdobramentos.

Como já afirmamos, a maior parte das escolas do campo é de responsabilidade dos municípios. Segundo o artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996 (LDBEN) (Lei n. 9.394, 1996), é atribuída aos municípios a responsabilidade de oferecer a Educação Infantil e, prioritariamente, o Ensino Fundamental, contando, para isso, com repasse financeiro que permita o funcionamento das escolas. Todavia, alegando a queda do número de matrículas, a salas multisseriadas e o deslocamento de professores, permite-se o fechamento de escolas, a redistribuição financeira e a diminuição da preocupação municipal na oferta de apoio a mais escolas.

¹ A questão do fechamento de escolas enseja análises detalhadas de cada ente federado, devido às diferenças em relação aos diversos Estados e regiões do Brasil, conforme dados apresentados por Fernandes (2022).

Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 53, reconhece o direito de toda criança e de todo adolescente ao “acesso à escola pública e gratuita próximo a sua residência” (Lei n. 8.069, 1990). Esse fator não apenas se refere apenas à qualidade da educação e ao bem-estar, mas também contribui para evitar a desterritorialização dos povos do campo.

Para Molina e Sá (2012, p. 326), pensar na manutenção e na defesa das escolas do campo significa inseri-las em “uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo”, pois o compromisso das escolas do campo não se dá apenas com a educação, mas com toda a sociedade. Isso porque os objetivos e o protagonismo dos sujeitos, ao ampliarem seus conhecimentos, remetem às questões do trabalho, da cultura, da luta de classes, das implicações dos projetos de construção da sociedade e das concepções de políticas públicas de educação e formação humana (Caldart, 2012).

Devido a esses objetivos, e perante as reivindicações dos movimentos sociais pela Educação do Campo e por políticas educacionais adequadas às especificidades desses povos, destaca-se que “o PNE prevê a preservação da identidade cultural e a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições de ensino”, ressaltando que os povos e a escola do campo possuem uma identidade própria (Todos pela Educação, 2021, p. 47).

Sobre esse aspecto, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu artigo 2º, parágrafo único, ressaltam:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (Resolução CNE/CEB n. 1, 2002).

De tal modo, as escolas fundamentadas na perspectiva da Educação do Campo buscam o desenvolvimento de sua identidade e o resgate dos valores do próprio povo, o que se contrapõe ao individualismo, ao consumismo, à exploração da natureza e aos demais interesses que degradam a sociedade. Assim sendo, a escola torna-se um espaço destinado à reflexão para se antecipar às consequências das ações humanas, compartilhar vivências, criar vínculos e cultivar experiências de cooperação, solidariedade, justiça e zelo pela natureza (Arroyo *et al.*, 1998).

É nessa perspectiva que o MST tem se dedicado a ações de valorização da Educação do Campo. De acordo com Dal Ri (2019, p. 29):

A educação é a dimensão mais avançada do projeto do MST, pois busca: 1) implantar formas de gestão democrática e participação direta; 2) formar para o trabalho autônomo e coletivo, proporcionando um vínculo entre o ensino e o trabalho produtivo; 3) ser unitária; 4) defender a autonomia dos povos; 5) formar uma cultura ecológica voltada para a sustentabilidade e uma relação construtiva com a natureza; 6) disseminar valores e práticas de igualdade de gênero.

Assim, é necessário que haja políticas e programas educacionais que assegurem essas características. Entretanto, conforme verificado na figura 2, das 54.403 escolas no/do campo, apenas 7.992 (15%) utilizam materiais pedagógicos formulados na perspectiva da Educação do Campo.

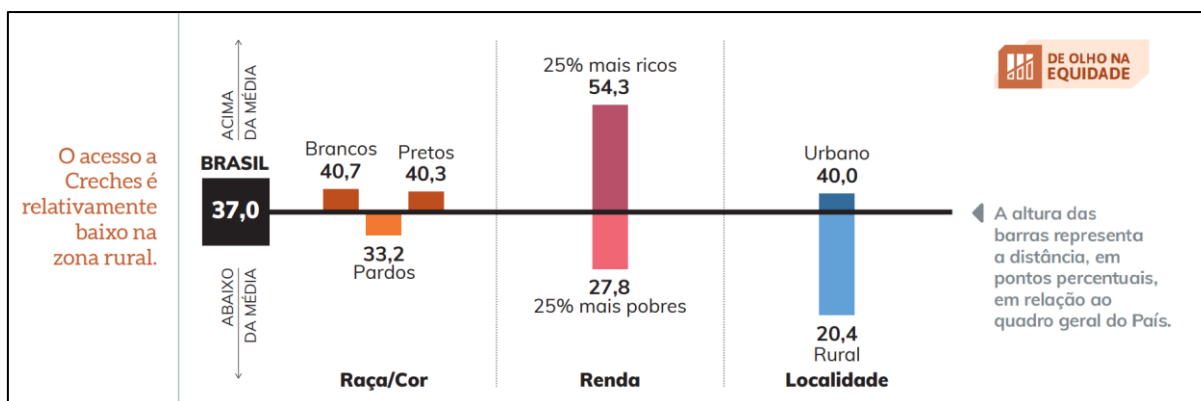
Para Arroyo *et al.* (2004), a educação nas escolas do campo deve ser *do campo*, a partir do desenvolvimento de Projetos Político-Pedagógicos, estruturas curriculares, materiais adequados e formação de professores que visam às especificidades do campo e não “no campo”, como uma extensão dos conteúdos ensinados nas escolas urbanas, por meio de informações descontextualizadas com a vida, cuja finalidade é manter a hegemonia social. Isso remete a discussões acerca das especificidades e das implicações teórico-práticas das educações *para*, *no* e *do* campo.

A Educação do Campo torna-se uma concepção político-pedagógica voltada para “dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente” (Resolução CNE/CEB n. 1, 2002), e não apenas a reprodução de conteúdos fragmentados, pensados para o ensino dos grandes centros urbanos, ou currículos urbanocêntricos e em conformidade com os interesses do agronegócio.

Além disso, alguns agravantes das escolas no/do campo se encontram na não universalização do acesso à educação, na distorção idade-série e na evasão escolar. Nas figuras, a seguir, temos informações sobre as porcentagens de matrículas, divididas por raça/cor, renda e localidade. É válido lembrar que os critérios para estabelecimento das porcentagens ilustradas nas figuras são definidos de acordo com a média educacional do país, estabelecida pelo Todos pela Educação. Além disso, conforme Barcellos *et al.* (2020) e Torres, Silva *et al.* (2014), há que se considerar que os povos do campo enfrentam várias condições adversas – concomitantes ou não – para permanecerem no sistema escolar.

Neste artigo, priorizamos as discussões sobre os dados relativos à localidade, a fim de refletirmos sobre a atual situação dos moradores do campo. A seguir, a figura 3 apresenta a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches no Brasil.

Figura 3 - Porcentagens de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Creches no Brasil – 2019



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 33.

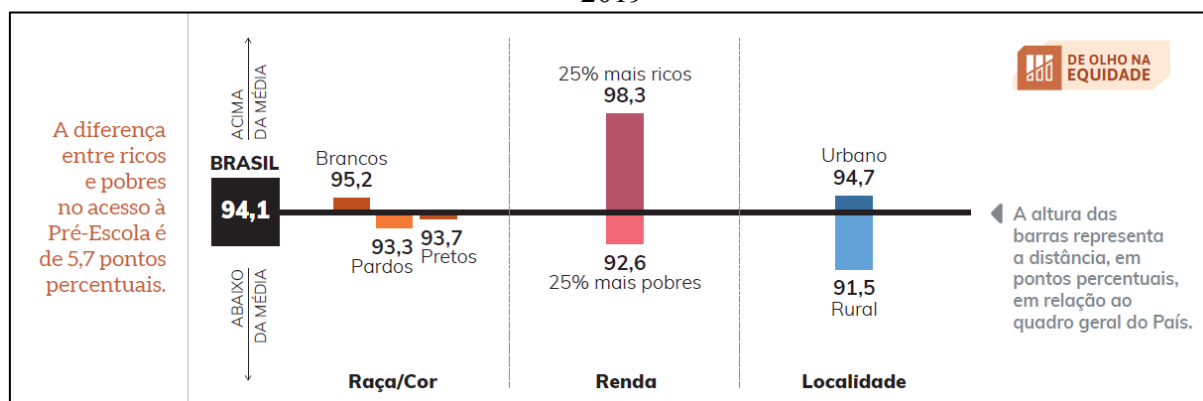
No Brasil, a média de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches corresponde a 37,0%, entretanto, quando se observam determinados recortes esses dados apresentam bastante variação. Os dados da figura 3 mostram que o percentual das crianças pertencentes aos domicílios que estão no quartil de renda mais alta é de 54,3%, ao passo que entre aquelas que estão no quartil mais baixo, há 27,8% de crianças matriculadas. Com relação ao recorte racial, entre brancos, há 40,7% de crianças matriculadas, e entre pretos, 40,3%, percentuais bem parecidos e ambos acima da média. Quanto aos pardos, 33,2% das crianças estão matriculadas, situando-se, portanto, abaixo da média. As informações sobre localidade mostram que, enquanto há matrículas de 40% das crianças da área urbana, apenas 20,4% das crianças da zona rural estão matriculadas.

É muito importante salientar, aqui, que os dados relativos à localidade — não somente nesta, mas nas demais figuras apresentadas pelo Anuário — trazem apenas a informação de matrículas de crianças residentes em áreas rurais e em áreas urbanas, sem precisar quantas dessas crianças de áreas rurais estudam em escolas do campo e quantas têm de se deslocar até as áreas urbanas para frequentar a escola. Essa imprecisão na apresentação dos dados não permite relacionar diretamente os dados relativos a matrículas organizados por faixa etária e o total de matrículas na zona rural, conforme demonstrado na Figura 1.

A baixa taxa concernente ao acesso à educação por parte das crianças que vivem no campo é decorrência, conforme as especificidades de cada município, da oferta inadequada ou mesmo da não oferta de creches na zona rural, tanto pela falta de políticas públicas que priorizem o atendimento de 0 a 3 anos, conforme determina o artigo 11 da LDBEN, como pela cultura familiar do campo, pois, desde o nascimento, a criança do campo participa com a família do trabalho e do contato com a terra (Molina & Jesus, 2004). Em determinados casos, a questão do trabalho é um princípio educativo, não se configurando trabalho infantil.

A partir dos próximos dados (figura 4), percebemos maior cobertura de atendimento da população na faixa etária de frequência à pré-escola, 94,1%, o que pode ser resultado da obrigatoriedade da oferta do ensino e da matrícula em escolas de crianças de 4 a 5 anos, em consonância com o artigo 4º da LDBEN (Lei n. 9.394, 1996).

Figura 4 - Porcentagens de crianças de 4 a 5 anos matriculadas em pré-escolas no Brasil - 2019



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 33.

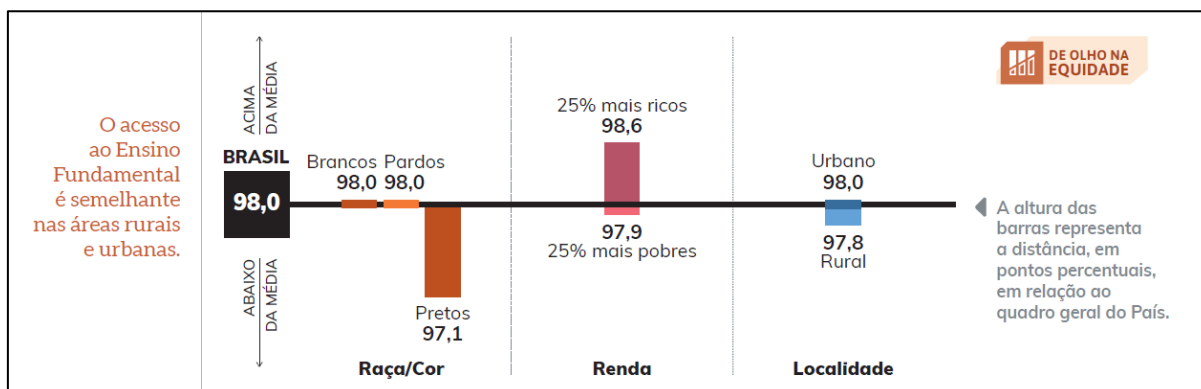
De apenas 20,4% das crianças do campo entre 0 a 3 anos matriculadas em creches, conforme destacado na figura 3, percebemos o crescimento para 91,5% de matrículas de crianças das regiões rurais em idade de frequência à pré-escola. Contudo, esse percentual ainda se encontra abaixo da média constatada no país.

De acordo com o Anuário (Todos pela Educação, 2021, p. 15), os problemas de aprendizagem e desigualdade da população brasileira começam no início da trajetória escolar. Nesse viés, o documento alerta para o “atraso na alfabetização e aponta para um impacto educacional que afetará uma geração até a vida adulta, com diminuição de produtividade e perdas salariais”, pois, mesmo com o crescimento de matrículas no Ensino Fundamental, os resultados do desempenho dos estudantes nas avaliações externas e internas encontram-se abaixo dos níveis atingidos por outros países da América do Sul (Todos pela Educação, 2021).

Conforme os dados relativos ao Ensino Fundamental, de cada 100 estudantes, 22 situam-se no nível mais baixo de alfabetização e de proficiência em leitura (Todos pela Educação, 2021), de modo que as dificuldades educacionais se acentuam durante as demais etapas do ensino, bem como a evasão escolar e o não acesso ao Ensino Superior. Isso demonstra que a universalização do ensino não corresponde à qualidade educacional.

Na figura 5, temos as porcentagens de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental I e II:

Figura 5 - Porcentagens de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental no Brasil - 2020



No Ensino Fundamental, a média nacional de cobertura de matrículas é de 98,0%. Nessa faixa etária, percebemos que a proporção de matrículas dos povos do campo (97,8%) tem se assemelhado à das áreas urbanas (98,0%). Entretanto, cabe questionar em quais condições ocorre a escolarização dos povos do campo.

Um dos principais problemas que tem afetado as escolas do campo, e que é significativo na diferenciação entre a qualidade da educação urbana e a do campo, encontra-se nas salas multisseriadas. Segundo o Censo Escolar (Inep, 2019), existem cerca de 97,5 mil turmas do Ensino Fundamental em situação de multisseriação, dados que já perduram há dez anos.

Para Costa (2019), o que podemos observar é o paradoxo da multisseriação nas escolas do campo. Por um lado, a multisseriação de salas é vista como um problema público a ser superado, desafio que sempre afetou as escolas do campo; por outro, é um fator reforçado pelo poder público por meio do sistema de nucleação. Barcellos *et al.* (2020), Torres, Silva *et al.* (2014), entre outros autores, apresentam mais fatores que, direta ou indiretamente, também se configuram como condições adversas no direito à educação escolar dos povos do campo.

Em áreas urbanas, as turmas multisseriadas foram sendo progressivamente extintas, com a justificativa de que prejudicam a qualidade da aprendizagem. No entanto, a baixa densidade demográfica das áreas rurais, as grandes distâncias entre propriedades ou residências, a inexistência, a insuficiência e/ou a precariedade do transporte escolar, bem como de estradas apropriadas, têm justificado a permanência da multisseriação nas escolas do campo (Santos, 2016).

De acordo com o Parecer CNE/CEB n. 23, de 12 de novembro de 2007, considerando o vasto território brasileiro, a multisseriação seria uma realidade a ser enfrentada:

Não se trata, é claro, da ideia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo. (Parecer CNE/CEB n. 23, 2007, p. 2).

Necessita-se, assim, do aperfeiçoamento profissional docente para o atendimento dessas demandas. Não obstante, as formações destinadas às escolas que possuem salas multisseriadas vêm sendo questionadas por um contingente de professores de escolas no/do campo, como descrito nas entrevistas realizadas por Degrande (2020), pois, mais oferecem o treinamento do conteúdo teórico dos currículos do que a discussão de ações, projetos e experiências educacionais que ofereçam exemplos práticos e resultados positivos.

Sobre a formação de professores, segundo o Anuário (Todos pela Educação, 2021), a Educação Básica brasileira possui cerca de 2.189.005 professores, dos quais 1,7 milhão estão na rede pública, o que corresponde a 80% do total. A escolaridade dos professores tem avançado: 43,6% possuem Ensino Superior sem pós-graduação e 43,0% possuem Ensino Superior com pós-graduação. Contudo, de acordo com as análises apontadas no Anuário:

Quando se considera a adequação da formação docente para lecionar em suas respectivas turmas ou disciplinas, verifica-se que, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, apenas 60,3% das turmas possuíam professores com formação compatível. Entre as oito disciplinas analisadas, somente Língua Portuguesa e Educação Física superaram o patamar de turmas com 70% de professores com formação adequada. No Ensino Médio, 65,3% das turmas tinham professores com formação adequada para as disciplinas lecionadas. (Todos pela Educação, 2021, p. 99).

Estes dados revelam que muitos professores estão lecionando em funções e disciplinas diferentes de sua formação inicial. Os percentuais atinentes a esse quesito demandam problematizações específicas, em se tratando das escolas no/do campo, devido às suas especificidades.

Para Torres e Fernandes (2019, p. 288), apesar do número de professores que atuam nas redes públicas, no caso das escolas do campo, “o número de educadores e o total de escolas estão aquém do que realmente é necessário para educar e reproduzir a militância, escolarizar os assentados e acampados”. O professor das escolas do campo necessita, além de formação inicial, de formação específica para a compreensão das especificidades das escolas do campo.

Sobre as modalidades e níveis de ensino, conforme a LDBEN (Lei n. 9.394, 1996), a Educação é dividida em dois níveis, nomeados de Educação Básica e Ensino Superior. Cada

etapa da Educação Básica comporta uma ou mais modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial e as incluídas pela Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010 (DCNs), a saber: Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação a Distância e Educação Indígena (Resolução CNE/CEB n. 4, 2010), as quais necessitam de modos diferentes de se ensinar, de flexibilidade curricular e de adequação de tempo e do espaço educacional.

O artigo 36 dessa Resolução faz especial referência à modalidade “Educação do Campo”:

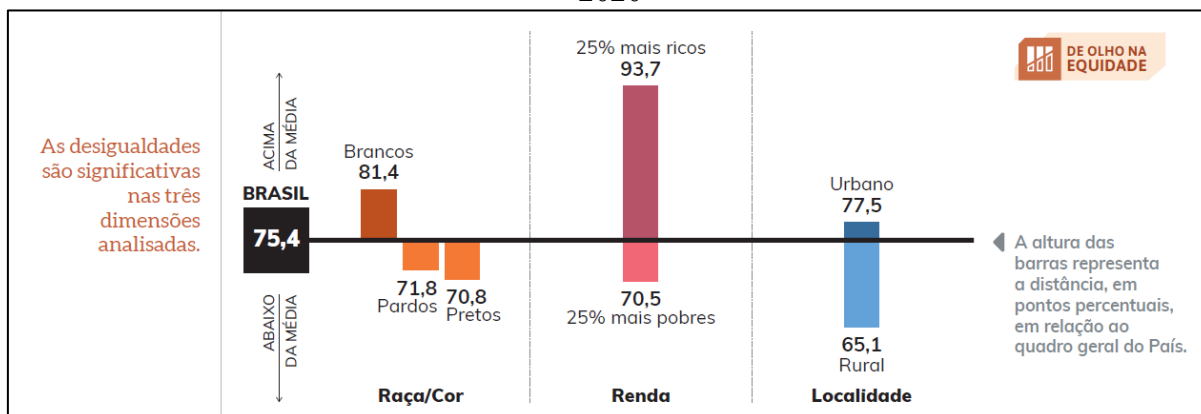
A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Resolução CNE/CEB n. 4, 2010).

Dessarte, a formação para atender às especificidades da identidade da escola do campo deve ser realizada a partir de metodologias apropriadas, da reorganização do calendário escolar, do reajuste nos conteúdos a serem ensinados e da reformulação de um Projeto Político-Pedagógico que contemple a diversidade social, cultural e política dos sujeitos do campo, os princípios da sustentabilidade e de preservação da vida (Resolução CNE/CEB n. 4, 2010). Tais fatores afetam não apenas o processo de ensino dos alunos, mas também a permanência destes em escolas do campo. Em relação a esses fatores, destacamos, também, a situação de estudantes residentes no campo que, desterritorializados, estudam em escolas na área urbana, com currículos que não consideram as especificidades desses povos.

Quando verificado o percentual de alunos entre 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio, denota-se o aumento das desigualdades e a diminuição com relação à média nacional (75,4%). Ao compararmos com as matrículas por localidade, o percentual de jovens da cidade matriculados é de 77,5%, enquanto o dos jovens do campo é de 65,1%, conforme os dados da figura 6 abaixo²:

² Com base em apontamentos de Ferraro e Kreidlow (2004), ressaltamos a inter-relação entre a existência de latifúndios e elevados índices de analfabetismo em determinados territórios.

Figura 6 - Porcentagens de jovens de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio no Brasil - 2020



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 42.

As discussões apresentadas no Anuário (Todos pela Educação, 2021) mostram que, nos anos anteriores à pandemia da Covid-19³, houve o crescimento de matrículas dos alunos no Ensino Médio, no entanto, as taxas ainda se encontram abaixo do estabelecido pelas metas do PNE, que definiam a universalização de 85% das matrículas de jovens de 15 a 17 anos até 2016 (Ministério da Educação, 2014), mas, ainda se apresentavam em 75,4% no ano de 2020. Destacamos, considerando dados da história da educação brasileira, a estrutural falta de condições para o adequado cumprimento de determinadas leis, especialmente em decorrência da insuficiência de recursos financeiros (Moraes, 2021, Saviani, 2010, Souza-Chaloba & Moraes, 2022).

Segundo as análises constantes do Anuário, cerca de 481.884 jovens de 15 a 17 anos estão fora das escolas. Isso significa que:

A cada dez jovens de 15 a 17 anos dos domicílios mais ricos, nove estavam no Ensino Médio. Mas apenas sete a cada dez residentes nos lares mais pobres frequentam a escola na etapa adequada, o que significa que três encontram-se em defasagem escolar, ainda no Ensino Fundamental, ou simplesmente estão fora da escola, por abandono ou evasão. (BRASIL, 2021, p. 41).

Após o início da pandemia, os percentuais de evasão aumentaram. Afirma-se, todavia, a urgente necessidade de políticas públicas educacionais e de ações efetivas que mantenham os jovens na escola, pois o distanciamento social se refletiu nas taxas de evasão escolar (Todos pela Educação, 2021).

³ Covid-19 - <https://covid.saude.gov.br>.

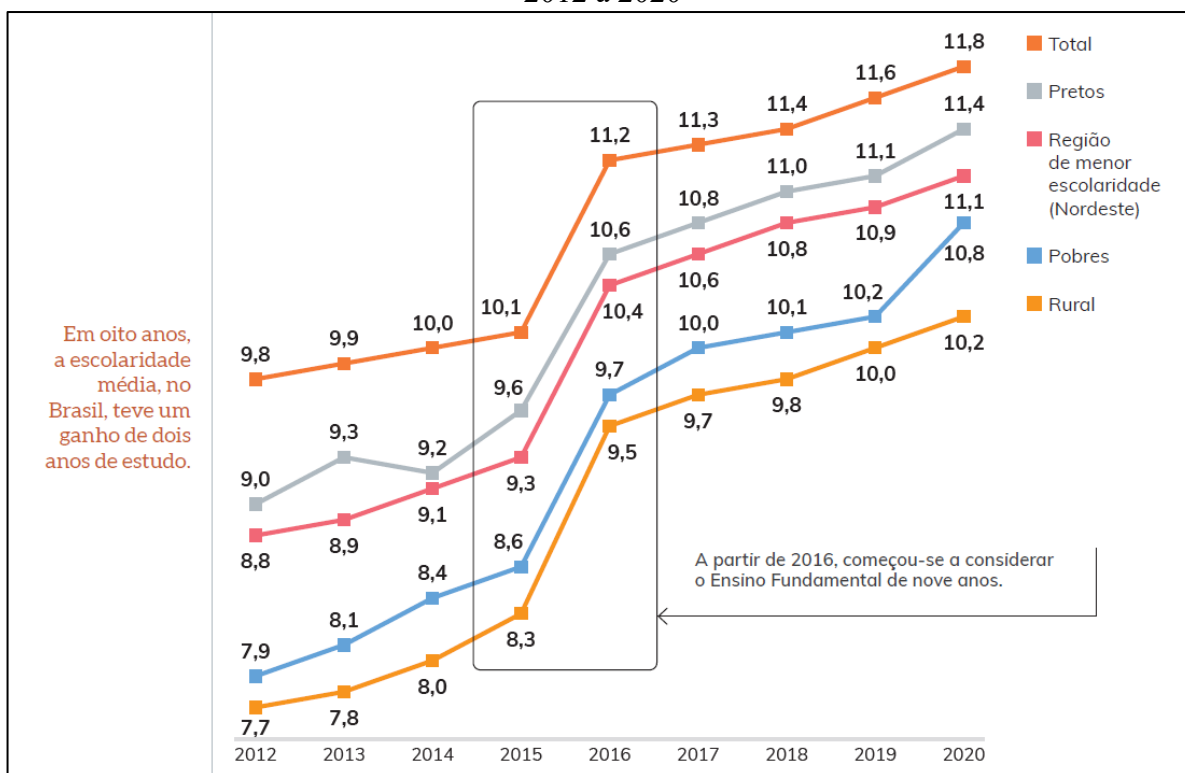
Sobre os dados referentes ao local de residência, o acesso escolar dos povos do campo começa a apresentar-se inferior (65,1%) à média nacional (75,4%) ou em comparação aos moradores de áreas urbanas (77,5%). Molina (2015, p. 385) reforça que:

A situação socioeconômica em que se encontram os educandos presentes no sistema público, especialmente no campo, não pode ser ignorada na construção de políticas que busquem a promoção da igualdade. Se a intencionalidade é realmente melhorar o sistema escolar, não há possibilidade de ignorar estas questões. Não nos é possível considerar irrelevantes as condições socioeconômicas que permeiam os processos de aprendizagem dos sujeitos do campo, quer sejam elas referentes ao nível de renda auferida pelo núcleo familiar ou ao universo cultural que este núcleo se insere.

A situação econômica tem interferido no aumento das incertezas nas perspectivas de vida do morador do campo e, conseqüentemente, no descontentamento escolar, o que estimula a saída das famílias do campo, que migram para áreas urbanas em busca de oportunidades de estudo e de trabalho (Degrande, 2020).

A figura 7 apresenta a média de anos de estudo da população brasileira de 18 a 29 anos, nos anos de 2012 a 2020:

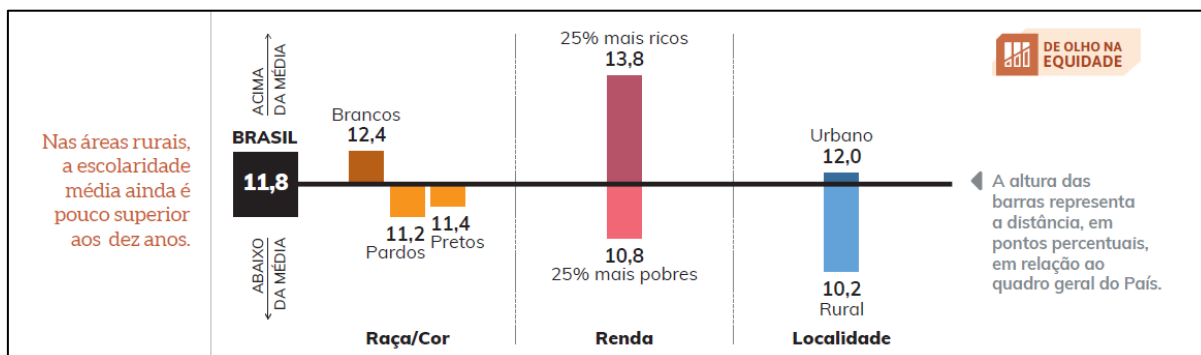
Figura 7 - Escolaridade - Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil – 2012 a 2020



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 78.

A figura 8 complementa essas informações com as taxas de escolaridade brasileira, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos, no período de 2012 a 2020.

Figura 8 - Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil - 2020



Fonte: Todos pela Educação, 2021, p. 78.

A meta estabelecida pelo PNE é de elevar a escolaridade básica da população para 12 anos (Ministério da Educação, 2014). A média alcançada, até o ano de 2020, é de 11,8 anos, no entanto, constatamos que nem todos os moradores do campo concluíram o Ensino Médio. A média de escolaridade para essa população é de 10 anos e 2 meses. Isso evidencia o lento processo de escolarização, os problemas de evasão escolar e a falta de oportunidade de acesso ao Ensino Superior por parte dos povos do campo.

Para Torres, Fernandes *et al.* (2014), a educação está vinculada às dimensões políticas, econômicas e culturais da sociedade, e acaba, em alguma medida, impactando a vida dos povos do campo, pois, historicamente, foi-lhes negado o direito à educação escolar pensada para o campo.

É pertinente enfatizar que a educação rural estabelecida historicamente pelas políticas educacionais compreendia o campo apenas como um território de exploração da terra, e essa herança ainda permanece. Nessa linha de pensamento, a educação se torna a forma de se inserir o sujeito do campo no modelo de desenvolvimento hegemônico, a partir de cursos profissionalizantes que visam ao crescimento do agronegócio (Fernandes, 2006).

Nessa perspectiva, Dal Ri (2019, p. 30) afirma:

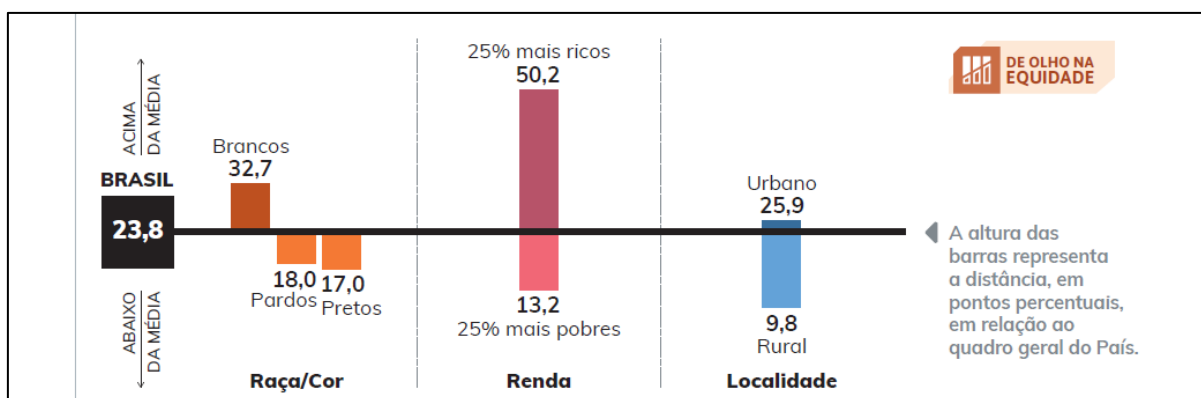
O grande avanço do agronegócio no campo tem levado à supressão dos pequenos proprietários. Dessa forma, se os assentamentos e as cooperativas não tiverem um aumento considerável da produção, tornam-se inviáveis. Os produtores, em especial os associados em cooperativas, precisam competir no mercado capitalista para a realização da troca, ou seja, produzem valores de troca. A luta pela sobrevivência diante do agronegócio, isto é, a viabilidade dos assentamentos e cooperativas, na atualidade, pode estar exercendo uma pressão econômica que incide diretamente no

tipo de ensino técnico-profissionalizante mantido pelo Movimento, com uma maior ênfase nos valores mercantis e nas questões relativas aos índices de produtividade.

Dessa forma, os jovens estudantes do campo encontram-se divididos: necessitam de qualificação profissional, possuem saberes aprendidos ao longo da vida no contato com a terra, todavia, as oportunidades de acesso à educação são restritas, e muitos só possuem acesso a cursos profissionalizantes por meio de iniciativas de grandes empresas, cujos objetivos são incompatíveis com os princípios da Educação do Campo, especialmente se considerarmos as reivindicações de determinados movimentos sociais de povos do campo.

A seguir, discutimos a porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentavam o Ensino Superior no ano de 2020.

Figura 9 - Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentavam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária no Brasil - 2020



Na figura 9, as taxas mostram a acentuação da desigualdade. Nas informações concernentes à raça/cor dos estudantes, a quantidade majoritária de acesso ao Ensino Superior prevalece com a população branca, cuja taxa de pessoas que frequentavam essa etapa é de 32,7%, em oposição aos números de 18,0% dos pardos e de 17,0% dos pretos frequentando o ensino superior.

Nos dados referentes à renda, temos a ilustração da situação econômica: cerca de 50,2% das pessoas de 18 a 24 anos do quartil mais rico frequentavam o Ensino Superior, ao passo que, em relação ao quartil mais pobre, o percentual era de 13,2%. Constatamos, assim, que o acesso ao Ensino Superior é de predominância das classes mais favorecidas. Tais dados, em consonância com os estudos de Camacho (2014), ilustram o poder ideológico dominante, que trabalha pela predominância das diferenças das classes sociais, atribuindo aos dominados a responsabilidade pelo seu fracasso escolar.

Para Camacho (2014), isso quer dizer que a classe hegemônica tenta convencer de que a pobreza e a riqueza são atributos de sorte e esforço, os quais dependem da ação ativa de cada sujeito, discussão que remete à temática da meritocracia. O estudante do campo se vê, portanto, dividido entre dois paradigmas: por um lado, necessita trabalhar para ajudar a família na conquista de melhores condições de moradia, educação, saúde e emprego, pois muitos moradores do campo se encontram em níveis extremos de pobreza; por outro, o acesso ao Ensino Superior e as dificuldades a serem enfrentadas para a permanência no sistema escolar requerem, entre outros quesitos, tempo, estudo, informação, investimento, acesso à internet e locomoção até as Instituições de Ensino Superior (Camacho, 2014). Essa afirmação é confirmada pelos baixos percentuais ilustrados no aspecto “localidade” da figura 9, o qual mostra que apenas 9,8% das pessoas de 18 a 24 anos com domicílio na zona rural frequentam o Ensino Superior, enquanto 25,9% são moradores urbanos. Essa diferença é de 16,1%.

Na tentativa de atenuar a referida realidade, o Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispunha sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (Decreto n. 7.352, 2010), buscava configurar na Política de Educação do Campo a ampliação da oferta da Educação Básica e do Ensino Superior às populações do campo. A União, por meio do Ministério da Educação, deveria prestar apoio técnico e financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a fim de favorecer ações voltadas à ampliação e à qualificação da oferta e do acesso ao Ensino Superior, com prioridade para a formação de professores do campo (Decreto n. 7.352, 2010).

Uma das estratégias do MST para que a formação de professores seja ofertada na perspectiva da Educação do Campo e desenvolva no docente a identidade dos povos do campo é realizar parcerias com escolas do movimento e universidades (Dal Ri, 2019). Os projetos formativos são fundamentados nas lutas de cada comunidade e busca torná-los protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, nos quais os temas de estudo se baseiam nos princípios da educação democrática, do trabalho e da organização produtiva. Tais projetos de formação de professores têm apresentado resultados satisfatórios (Caldart, 2013).

A Educação do Campo tem buscado formar e titular professores próprios, ressaltando a necessidade da escola de possuir um Projeto Político-Pedagógico específico, formulado em torno de uma proposta de desenvolvimento do campo e para o campo (Arroyo *et al.*, 1998). A formação docente é uma questão estratégica, devido à relevância dos professores para implementação do currículo formal.

Segundo Torres, Fernandes *et al.* (2014), os povos do campo foram alijados do direito à voz e ao voto, no que tange aos processos decisórios estatais. Isso repercutiu na educação com

concepções de uma educação *no campo* e não *do campo*, ou seja, não uma educação própria, destinada a ela, mas uma educação formulada nos parâmetros estabelecidos para as escolas urbanas, cujos currículos tendem a não considerar a identidade e a cultura dos sujeitos do campo.

Os povos do campo, com algumas variações conforme cada território, enfrentam diversos desafios para a concretização de seu direito legal a uma educação escolar contextualizada, qual seja, a Educação do Campo. Esses desafios envolvem, com especificidades, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e todas as modalidades da educação escolar brasileira.

Enfim, nossas discussões e análises dos percentuais apresentados no Anuário (Todos pela Educação, 2021) mostram a grande desigualdade educacional brasileira, que se acentua nos aspectos referentes à raça/cor, renda e localidade, o que nos mostra que a política de Educação do Campo ainda possui um longo trajeto para se efetivar.

Essas desigualdades, que envolvem outros fatores também, não aprofundados neste estudo, remetem à questão das interseccionalidades, que impactam nas condições de acesso e permanência no sistema escolar. Articuladamente a isso, há que se considerar os desdobramentos do não cumprimento das metas do PNE para avanços na consolidação do Sistema Nacional de Educação e para a efetivação do direito dos povos do campo a uma educação contextualizada, conforme as suas especificidades políticas, econômicas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a Política de Educação do Campo frente aos resultados apontados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica, publicado no ano de 2021, permitiu-nos compreender, mesmo que de forma panorâmica, a atual situação do desenvolvimento educacional para a população do campo no Brasil.

Estamos cientes sobre a base que estrutura e constitui os ideais da produção de tal documento, e sobre os interesses que envolvem a ligação entre a educação e as questões econômico-empresariais, todavia, a análise dos indicadores educacionais apresenta um importante panorama dos problemas sociais, educacionais e econômicos na oferta de políticas públicas para as escolas do campo. Entretanto, interpretar é uma necessidade e, como aponta Le Goff (1992), documento é monumento.

Nos dados divulgados pelo Anuário (Todos pela Educação, 2021), foi possível perceber, em sua totalidade, a ampliação do acesso à escola, por meio do aumento de estudantes

matriculados, principalmente no Ensino Fundamental. Entretanto, os problemas de evasão escolar no Ensino Médio ainda se apresentam como um problema a ser superado.

No caso das escolas do campo, o número de unidades escolares tem diminuído, políticas de fechamento de escolas do campo estão em vigência e problemas como a multisseriação e a nucleação de escolas acentuam as dificuldades enfrentadas pelos povos do campo para terem acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior.

Como apontado pelos indicadores, a Educação do Campo sofre com a desigualdade educacional, afetando, especialmente, alunos a partir dos 15 anos. Tal dado nos revela que muitos jovens ainda deixam a escola a fim de buscarem melhores condições de vida.

Poucos jovens do campo possuem a oportunidade de acesso ao Ensino Superior devido às dificuldades que se apresentam, quais sejam: acesso à informação, investimento, tempo de estudo, acesso à internet, necessidade de ajudar na economia doméstica, baixa oferta de empregos, locomoção até os locais de ensino ou formação que dê imediato retorno financeiro.

A situação econômica e as expectativas para o futuro têm interferido nas incertezas e na manutenção das famílias no campo, bem como na falta de formação de professores com identidade, que sejam do campo e trabalhem para o campo, visando às especificidades e à contextualização dos conhecimentos sistematizados com os saberes e as vivências de cada território.

Assim, a educação dos povos do campo não deve ser pensada nos parâmetros e nos moldes de desenvolvimento das escolas urbanas, mas a partir da realidade de cada território e suas populações, por meio do desenvolvimento de Projetos Político-Pedagógicos, estruturas curriculares, adaptações curriculares, flexibilização do calendário escolar, materiais didáticos específicos.

Por fim, nossas discussões acerca dos resultados apresentados pelo Anuário mostram perspectivas da atual situação educacional brasileira e do desenvolvimento das políticas públicas para os povos do campo, considerando as históricas desigualdades sociais e os obstáculos para que esses sujeitos tenham acesso à educação escolar em seus diversos níveis e modalidades, inclusive no que se refere à formação profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo**. Documentos Finais. Luziânia, GO, 1998.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004, 214 p.

BARCELLOS, Luís Henrique dos Santos; SILVA, Cláudio Rodrigues da; MORAES, Agnes Iara Domingos; TORRES, Julio Cesar. Limites e desafios da educação inclusiva no campo: a experiência do projeto educativo do MST. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, vol. 5, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347431906_Limites_e_desafios_da_educacao_inclusiva_no_campo_a_experiencia_do_projeto_educativo_do_MST. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file. Acesso em: 30 Jan 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544281/estatuto_da_crianca_e_do_adolescente_2ed.pdf. Acesso em: 17 Jan 2025.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 23, de 12 de setembro de 2007**. Orientações para o atendimento da Educação do Campo. Diário Oficial, Brasília- DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial, Brasília- DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002**. Define as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial, Brasília- DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jan. 2025.

CALDART, Roseli Salete (Org). Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. 2014. 809 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c227cfed-c1d3-46fd-897c-c0a6804a62c4>. Acesso em: 17 fev. 2023.

COSTA, Luciéllo Marinho da. **Práticas Pedagógicas em classes multisseriadas: inserção da educação popular no currículo das escolas do campo**. Tese de doutorado, UFPB: João Pessoa, 2019, 175 f. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16904/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DAL RI, Neusa Maria. Os caminhos da pesquisa: uma introdução à análise das escolas do MST. In: DAL RI, Neusa Maria, *et al.* (Org). **Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 1 ed. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2019, p. 17-61.

DEGRANDE, Deize Heloiza Silva. **Formação Continuada dos professores atuantes na escola do campo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente: 2020, 127 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193813>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 28-39.

FERNANDES, Joice Cristina. Fechamento de escolas no/do campo no Brasil (2002-2020). 2022. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2022.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: Configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 29, 2004, p. 179-200. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo escolar 2018: Notas estatísticas**. 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_e_statisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo escolar 2020: Notas estatísticas**. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 7ed., 1992, 504 p.
LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, 2007, p. 35 - 45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 975 p.

MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZIK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento “Todos Pela Educação”. Campinas: **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v.1, n. 31, 2018, p. 4-20. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Ministério da Educação, Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. MEC, Brasília, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013. MEC: Brasília, 2013, 565 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOLINA, Mônica Castagna. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378 - 400, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6809/2772>. Acesso em: 23 Jan 2025.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional, 2004, 75 p.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Luciano Moraes. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 326 - 332.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ruralização do ensino**: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930- 1950). 1. ed. Marília/SP: Oficina Universitária, Cultura Acadêmica, 2021, 275 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos. Números Esquecidos, Realidade Invisível: uma geografia internacional das escolas multisseriadas. In: CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; CARVALHÊDO, Josânia Lima Portela (Org.). **Educação e Cidadania**. Teresina/SP: EDUFPI, 1 ed., v. 2, 2016, p. 873 – 890.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010, 473 p.

SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos; TORRES, Julio Cesar. Fechamento de escolas e implicações para a educação dos povos do campo. In: SICCA, Natalina Aparecida Laguna; DAVID, Alessandra (Org.). **Diálogos na Educação Básica**: políticas, currículo e discurso. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015, p. 29-54.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; MORAES, Agnes Iara Domingos. 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. **Educação em Foco**, Belo Horizonte/MG, V. 25, n. 46, 2022, p. 61-85. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6627>. Acesso em: 10 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica - 2021**. Moderna, 2021, 188 p. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Governo Federal, 2007, 43 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

TORRES, Julio Cesar; *et al.* Formação de professores e territorialidade: questões elementares na educação dos povos do campo. In: **Jornada de Estudos Agrários - Territórios e Movimentos Sociais**, 2014, Marília/SP. Anais da Jornada de Estudos Agrários. Marília/SP, UNESP, v. 1, 2014, p. 1-15. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/torres_julio-cesar_fernandes_silvia-aparecida-de-souza_silva_claudio-rodrigues-da_moraes_agnes-iara-domingos.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022.

TORRES, Julio Cesar; FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Educação do Campo no instituto de Educação Josué de Castro: a formação de educadores no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: DAL RI, Neusa Maria; *et al.* **Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019, p. 269-290.

TORRES, Julio Cesar; SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos. **Escolas públicas no campo**: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. Revista eletrônica de educação, São Carlos/SP, v. 8, n. 2, 2014, p. 262 – 272. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/962>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CAPÍTULO 2

RAÍZES EM TRANSFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NA AGROVILA TANQUE DO CHAPÉU, EM LAGOA DE PEDRAS/RN

Josué de Moura Berto
Maria Cristina Cavalcanti Araújo
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-1

1 INTRODUÇÃO

O processo de transformação do espaço rural brasileiro está intrinsecamente ligado às políticas de distribuição de terra, à atuação de movimentos sociais e à implementação de programas públicos voltados à agricultura familiar. Nesse contexto, a Agrovila Tanque do Chapéu, situada no município de Lagoa de Pedras/RN, constitui um exemplo concreto de como as políticas fundiárias e as ações comunitárias podem modificar a realidade socioespacial de uma comunidade rural.

Figura 1 - Localização da Agrovila Tanque do Chapéu, Lagoa de Pedra-RN



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A criação da agrovila foi articulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com apoio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no início dos anos 2000. Desde então, a comunidade passou por diversas transformações que afetam sua organização espacial, econômica e social.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória histórica da Agrovila Tanque do Chapéu, enfatizando as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas. Os objetivos específicos incluem identificar as alterações na organização espacial da agrovila, estudar os fatores que influenciaram essas mudanças e compreender suas implicações na vida das famílias rurais. Além disso, busca-se contribuir para os debates sobre o desenvolvimento rural e a eficácia das políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas e observação participante na comunidade. A pesquisa baseou-se ainda em revisão bibliográfica e documental. A escolha desse recorte espacial se deu pela relevância do processo histórico local e pela carência de estudos acadêmicos sobre a região em questão.

Nas seções seguintes, o artigo apresentará a fundamentação teórica sobre o conceito de dinâmica socioespacial e seu papel no desenvolvimento rural; os principais resultados da pesquisa de campo, com ênfase nas mudanças ocorridas na Agrovila Tanque do Chapéu; e, por fim, uma discussão sobre os desafios e potencialidades dessa experiência local.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E TERRITÓRIO NO CONTEXTO RURAL

A noção de dinâmica socioespacial refere-se às interações entre os diversos agentes sociais que, ao ocuparem e transformarem o espaço, imprimem características e significados específicos a ele. Segundo Santos (2006), o espaço é um produto social resultante das ações humanas sobre a natureza.

No contexto rural, esse processo se complexifica pela relação direta entre território, produção agrícola, relações de trabalho e resistência. O conceito de território, conforme abordado por Raffestin (1993), implica em uma apropriação simbólica e funcional do espaço por sujeitos sociais. Já autores como Lefebvre

(1991) e Harvey (1989) discutem o espaço como uma construção social impregnada de relações de poder.

Assim, a Agrovila Tanque do Chapéu se apresenta como um espaço territorialmente produzido pela ação dos agricultores familiares, mediada por políticas públicas e movimentos sociais. A obra de Bourdieu (1989) complementa essa discussão ao tratar o espaço como campo de disputas. No caso da agrovila, a conquista da terra por meio do PNCF reflete uma luta por reconhecimento, segurança e estabilidade econômica. Essa nova configuração territorial evidencia o papel ativo das comunidades na reestruturação do espaço rural.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PNCF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi criado com o intuito de possibilitar o acesso à terra por agricultores familiares sem terra ou com pouca terra. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020), o programa oferece crédito para aquisição de terra, infraestrutura e serviços básicos.

Na Agrovila Tanque do Chapéu, o PNCF foi decisivo para a formação da comunidade. Através da articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da mobilização dos agricultores, foram adquiridos cerca de 219 hectares, distribuídos entre trinta famílias. Esse processo, no entanto, não se deu sem desafios: a exigência de pagamento coletivo, as dificuldades de infraestrutura e a fragilidade institucional dificultaram o pleno desenvolvimento do assentamento.

Outros programas complementares, como o PRONAF e o programa Luz para Todos, também atuaram na estruturação inicial da agrovila, mas ainda há carência de assistência técnica, apoio à comercialização e incentivos para práticas sustentáveis.

2.3 ECONOMIA AGRÍCOLA, IDENTIDADE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A economia agrícola da Agrovila Tanque do Chapéu é predominantemente baseada no cultivo da mandioca e na produção de farinha, atividade que desempenha papel central na identidade e no sustento das famílias locais. Como ressaltam Schneider (2004) e Veiga (2010),

a valorização da agricultura familiar está diretamente ligada ao fortalecimento das economias locais e à diversificação produtiva.

Entretanto, com o passar do tempo, houve diminuição da produção e fragmentação das áreas cultivadas devido à construção de novas moradias, abandono de lotes por jovens que migraram e dificuldades de organização coletiva. Esses fatores revelam os limites da política fundiária quando desacompanhada de ações integradas de desenvolvimento rural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas entrevistas realizadas, observou-se que a Agrovila Tanque do Chapéu passou por importantes transformações desde sua criação em 2002. A infraestrutura melhorou com a chegada da energia elétrica, água por meio de cisternas e construção de equipamentos coletivos como a casa de farinha e a capela (Figuras 2 e 3). No entanto, os entrevistados destacaram que parte desses equipamentos encontra-se desativada por falta de manutenção ou uso coletivo.

Figura 2 - Casa de Farinha na Agrovila Tanque do Chapéus, em Lagoa de Pedras, RN



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Figura 3 - Capela de São Sebastião, na Agrovila Tanque do Chapéu, Lagoa de Pedras/RN



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

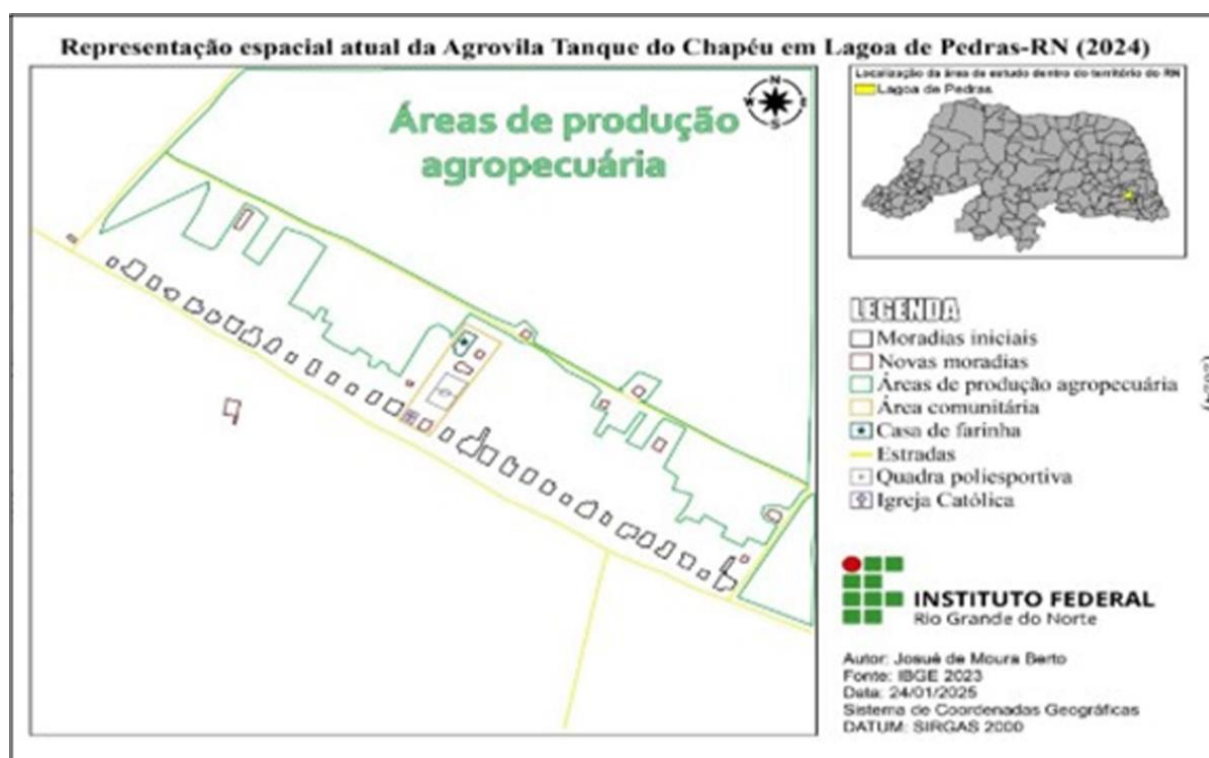
Outro aspecto de transformação significativo refere-se aos meios de transporte. No início, predominavam veículos de tração animal, como carroças puxadas por bois e cavalos, em um cenário de infraestrutura limitada. A ausência de transporte público dificultava o acesso dos estudantes às escolas e dos moradores aos serviços de saúde, evidenciando a precariedade das políticas públicas no período. A evolução dos meios de transporte na comunidade simboliza, em parte, o avanço das condições de vida, mas também destaca a necessidade contínua de

investimentos em infraestrutura e mobilidade rural para assegurar a inclusão social e o desenvolvimento local.

Atualmente, as motocicletas são o principal meio de transporte utilizado pelos moradores da Agrovila Tanque do Chapéu, sendo um recurso presente na maioria das famílias. Além disso, a prefeitura de Lagoa de Pedras disponibiliza um ônibus para o transporte escolar das comunidades rurais e veículos para atender demandas médicas, possibilitando acesso ao hospital municipal e a serviços de saúde em outras localidades. Essa estrutura de mobilidade representa um avanço em relação às condições iniciais da comunidade, quando predominavam veículos de tração animal e havia ausência de transporte público para serviços básicos.

A organização espacial sofreu alterações: algumas famílias venderam ou deixaram seus lotes, outras construíram residências nas áreas de uso coletivo. O espaço anteriormente destinado à produção coletiva foi desconfigurado, comprometendo a proposta original de autogestão.

Figura 3 - Representação espacial da Agrovila Tanque do Chapéu



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Do ponto de vista social, o sentimento de pertencimento e identidade comunitária persiste, mas há desânimo diante da ausência de apoio governamental. Muitos jovens migraram em busca de trabalho ou estudo, deixando a produção agrícola sob responsabilidade dos mais

velhos. Economicamente, a principal renda ainda é oriunda da mandioca e das aposentadorias. Há baixa diversificação produtiva, escassez de crédito e problemas de escoamento. As famílias entrevistadas reivindicam políticas mais contínuas e direcionadas ao fortalecimento da produção.

A identidade cultural da comunidade apresenta-se como relativamente homogênea, refletindo um conjunto compartilhado de crenças religiosas, tradições, culinária e práticas sociais. Um aspecto peculiar identificado nas entrevistas é a crença em mitos regionais, como o da “Cumade Fulozinha”. De acordo com o Portal “A União” do Governo Estadual da Paraíba, trata-se de uma figura do imaginário nordestino, protetora da natureza e aterrorizadora de caçadores ou de quem desrespeita o meio ambiente, como derrubar árvores ou poluir os rios. Para os moradores, além dessas características, a “Cumade Fulozinha” seria conhecida por fazer tranças nos cavalos durante a madrugada e punir severamente aqueles que desafiam seus assobios. Relatos de punições atribuídas a ela reforçam a vivacidade do mito na cultura local, moldando comportamentos relacionados à caça e ao trato com a natureza, como levar fumo para apaziguá-la.

Em relação à economia, ao longo das últimas duas décadas, a Agrovila Tanque do Chapéu experimentou transformações econômicas significativas, impulsionadas tanto por mudanças nas ocupações dos moradores quanto por políticas sociais, como o acesso a créditos rurais e programas como o Bolsa Família. No entanto, problemas estruturais, como inadimplência na Receita Federal e desmatamento da reserva legal, afetaram negativamente o acesso dos agricultores ao crédito e a sustentabilidade ambiental da região. A reserva legal, 54 originalmente de 44,03 hectares, foi desmatada e dividida entre os associados, refletindo a pressão econômica sobre os pequenos produtores para expandir suas áreas de cultivo.

4 CONCLUSÃO

A trajetória da Agrovila Tanque do Chapéu ilustra os avanços e os desafios da reforma agrária no Brasil. Se por um lado, a política fundiária permitiu o acesso à terra e o estabelecimento de uma comunidade rural organizada, por outro, a ausência de políticas de acompanhamento e fortalecimento da agricultura familiar comprometeu a sustentabilidade da iniciativa.

As mudanças socioespaciais evidenciadas revelam um processo dinâmico de reconfiguração territorial marcado pela atuação de sujeitos sociais, políticas públicas e limitações estruturais. A falta de apoio técnico, a ausência de políticas intersetoriais e o

desinteresse de parte da juventude pelas atividades agrícolas demonstram a urgência de ações mais integradas.

Conclui-se que o fortalecimento das agrovilas requer planejamento de longo prazo, valorização das práticas locais, incentivo à permanência dos jovens no campo e investimentos em infraestrutura e educação. É fundamental que a política agrária esteja articulada a um projeto de desenvolvimento territorial justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento rural sustentável**: do que se trata? Estudos avançados, v. 20, n. 57, p. 45-66, 2006.

AZEVEDO, Sérgio; SILVEIRA, Lúcio Flávio. Crédito rural e agricultura familiar: uma abordagem institucional. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 2, 2015.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Maria Conceição Tavares da. Políticas públicas e desenvolvimento regional. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, 1998.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Centauro, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Contexto, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária e democracia no Brasil. **Revista NERA**, v. 20, n. 39, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e as novas formas de inserção dos agricultores familiares na sociedade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 22, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. São Paulo: Garamond, 2010.

CAPÍTULO 3

A TEORIA CRÍTICA DE BOURDIEU E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO DO GRUPO GESTOR DE ARROZ ORGÂNICO

Fernanda de Figueiredo Ferreira
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-2

1 INTRODUÇÃO

As reflexões que compõem esse ensaio estão circunscritas nas concepções teóricas e metodológicas que envolvem a teoria crítica bourdiesiana, defendida pela fusão entre a construção teórica e as operações de pesquisa prática. De modo que, está configurado com base em conceitos fundamentais que envolvem essa abordagem para investigar o espaço social aqui constituído pelo Movimento Sem Terra (MST) e os campos. Centra-se no campo do Grupo Gestor do Arroz Orgânico, procurando a partir deste espaço social compreender a lógica das práticas e a adequação do *habitus*, a partir dos diferentes capitais dos agentes que compõem o campo. Assim, o ensaio tem como objetivo analisar como a teoria crítica bourdiesiana pode configurar a dinâmica das relações de poder constituídas no campo representado pelo Grupo Gestor do Arroz Orgânico nos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Para tanto, observa-se que existe um capital simbólico e social construído dentro do campo do Grupo Gestor.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Contextualização da experiência do Grupo Gestor de Arroz Orgânico dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul

É sabido que a experiência do Grupo Gestor do Arroz Orgânico (GGAO) vinculados aos assentamentos ligados ao Movimento Sem Terra (MST) é considerada bastante exitosa, dado a

sua concepção de cooperação e da forma de produção agroecológica, sendo considerada ímpar na América Latina.

Para essa contextualização, a leitura realizada tem como base o trabalho empírico já desenvolvido pela autora, com acréscimos de percepções e reflexões a partir de conjunturas políticas, jurídicas e sociais. Desta forma, algumas sínteses, compreensões históricas podem estar melhor descritas no documento⁴.

Ao trazer a discussão no campo do Grupo Gestor do Arroz Orgânico, no espaço social identificado pela reforma agrária, permite resignificar trajetórias e conceitos de cooperação e organização idealizadas pelo grupo. O Grupo Gestor (GG) parte de uma construção oriunda da necessidade de alteração da matriz de produção tecnológica dos assentamentos de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre que tivesse em seus lotes áreas constituídas por várzea.

Nesse sentido, ao construir a sua concepção de cooperação, o MST tem a clareza de que essa deve estar vinculada a um projeto estratégico, de transformação da sociedade e que neste contexto, essa se configura como uma ferramenta de luta, na medida em que contribui para a inserção de pessoas na luta política. (CONCRAB, 2004 apud FERREIRA, 2011).

Desta forma, entende-se que a cooperação pode contribuir para melhorar as condições de vida do camponês, não apenas no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda. Ao extrapolar o modo de organizar o processo produtivo, do ponto de vista social, ela pode ser também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivos, tais como moradia, infra-estrutura básica (água, energia elétrica, telefonia, estradas, transporte), educação, saúde, segurança, lazer, etc. Assim, a cooperação é uma forma ampla de organizar coletivamente a estrutura econômica, social e política das famílias camponesas para produzirem e reproduzirem-se socialmente.

Com a crise da produção arrozeira convencional, as linhas de produção e de organização da produção, que em outros momentos não eram consideradas questões relevantes, começam a ser discutidas pela organização dos assentamentos, a partir da determinação, protagonismo e predisposição de alguns camponeses.

No período entre 1998 e 1999 foram adotadas mudanças nos sistemas de produção, contudo, não havia muitas experiências e estudos sobre o assunto. Os assentamentos da região metropolitana, as primeiras experiências com produção ecológica haviam sido realizadas com hortas, através de hortas ecológicas e da discussão sobre o tema da agroecologia com as

⁴ Monografia de Especialização - A Formação e Organização do Grupo Gestor do Arroz Orgânico assentamentos de reforma agrária. FERREIRA, 2011.

universidades. Em virtude da aproximação do MST com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), muitos camponeses formaram-se em agronomia⁵ e trouxeram para os assentamentos os elementos teóricos da discussão da agroecologia.

Após as primeiras experiências em áreas menores, a COOPAT desafiou-se na produção ecológica de arroz. Esta unidade também avançou no aprendizado das práticas de manejo. No primeiro ano, foi adotada a rizipiscicultura, que é o cultivo consorciado de arroz irrigado e criação de peixes. Na perspectiva tecnológica, nos dois primeiros anos, o sistema pré-germinado oportunizou o aprendizado no controle dos inços.

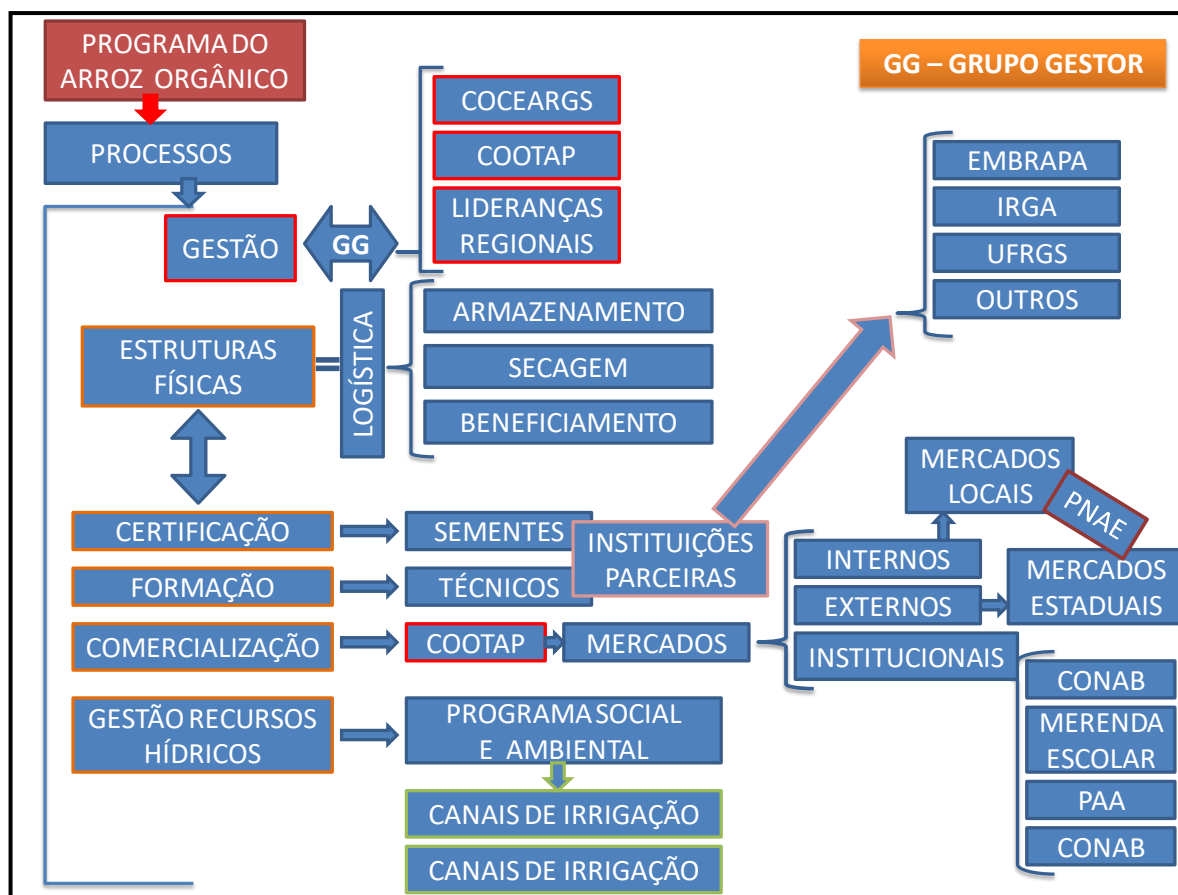
A partir da realização do Primeiro Seminário do Arroz Agroecológico, preconizada pela habilidade social do Grupo Gestor e, a capacidade de influenciar nas decisões, de forma coerente com os princípios do MVP, possibilitou-se a discussão ampla e a inserção de novas famílias nessa matriz tecnológica. Desta forma, o seminário tornou-se uma ferramenta metodológica importante no processo de formação de propostas, à medida que oportunizou a discussão e a reflexão das experiências entre as famílias, os técnicos e a instância política do MST, observando os limites e os gargalos existentes.

Ressalva-se, mesmo na relação de cooperação e de colaboração entre as famílias e os grupos de interesses existem competições e conflitos não velados que abarcam na concepção de diretrizes propostas pelo grupo. Nesse viés, três fatores parecem determinantes para a consolidação do arroz orgânico: primeiramente, as restrições impostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os arrendamentos, a atuação da COOTAP e Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e a formação e atuação do GG.

Dada à complexidade que assume a produção orgânica de arroz, foi necessário favorecer a especialização de grupos na realização de determinadas atribuições consideradas críticas, bem como afinar relações no campo institucional. Nesse sentido, apresenta-se o fluxograma do Programa, conforme a Figura 1.

⁵ Momento de expansão das universidades e cursos técnicos, com políticas públicas voltada ao público mais carente.

Figura 1 - Fluxograma do Programa de Arroz Orgânico e seus principais processos



Fonte: FERREIRA, 2011.

O fluxograma acima está estruturado a partir a organização do campo do Grupo Gestor e do subcampo que atua o Comitê Gestor, os quais dialogam com a lógica das práticas nas disposições do habitus e a incorporação de competências que influem nos capitais. Assim, o campo do GG está organizado e composto por diferentes processos que se somam, qualificando as expertises e formando capitais distintos.

O cultivo de arroz é realizado por famílias assentadas agrupadas em núcleos de produção. As atribuições que foram “especializadas” o foram a nível regional/estadual e referem-se à coordenação desta linha nos diferentes assentamentos regionais como a produção de sementes, gestão dos recursos hídricos, agroindustrialização, comercialização, certificação e formação.

As distribuições das atribuições entre as entidades foram delineadas de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidos, a fim de contemplar as metas propostas dentro do processo organizacional do setor de produção do MST. Muitas das atividades são divididas em função das especificidades espaciais e saberes de cada ator que compõe a estrutura organizativa.

Neste sentido, a formação de capitais e a sua distinção está vinculada a várias atribuições, a exemplo, do capital simbólico, cultural e social construído, o valor das identidades estabelecidas e a capacidade de coordenação das lideranças do MST. A autonomia e o conhecimento da COOPAT no processo de comercialização e agroindustrialização, além da capacidade técnica e gerencial da COCEARGS, como organizadora do processo de certificação. A adequada distribuição das tarefas mostrou-se condicionante do sucesso das iniciativas, à medida que se forma os diferentes capitais.

Assim se constitui os diferentes capitais, com ênfase ao capital cultural que concatena com o perfil do grupo gestor, à medida que esse tem uma grande formação de expertises que asseguram sua legitimidade. A experiência em processos organizativos da COCEARGS, a partir de demandas advindas do processo de certificação.

Ademais, o papel emancipatório realizado pela COOTAP, na qualificação das sementes e na organização das áreas de produção das mesmas, bem como na adequação das estruturas de armazenamento e secagem. Também merece menção a construção realizada em relação aos recursos hídricos, aos canais de irrigação e ao distrito de irrigação, entendendo esses como, expertises desenvolvidas pelo processo de organização do GG.

A partir desta constituição é organizado, o processo de formação das famílias e dos grupos de interesses, que está disposto por um ou mais assentamentos de determinada região, formando novos núcleos, os quais são representados pelas instâncias que compõem aquele território. São elas: os técnicos, através da COPTEC, que acumulam as funções propostas pelo SIC e pela certificação; as lideranças regionais, que atuam no planejamento e gestão mais direta dos núcleos regionais, embasadas pelo apoio institucional da COOTAP enquanto organização e comercialização, bem como da COCEARGS no amparo legal do processo de certificação, conforme registros e orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

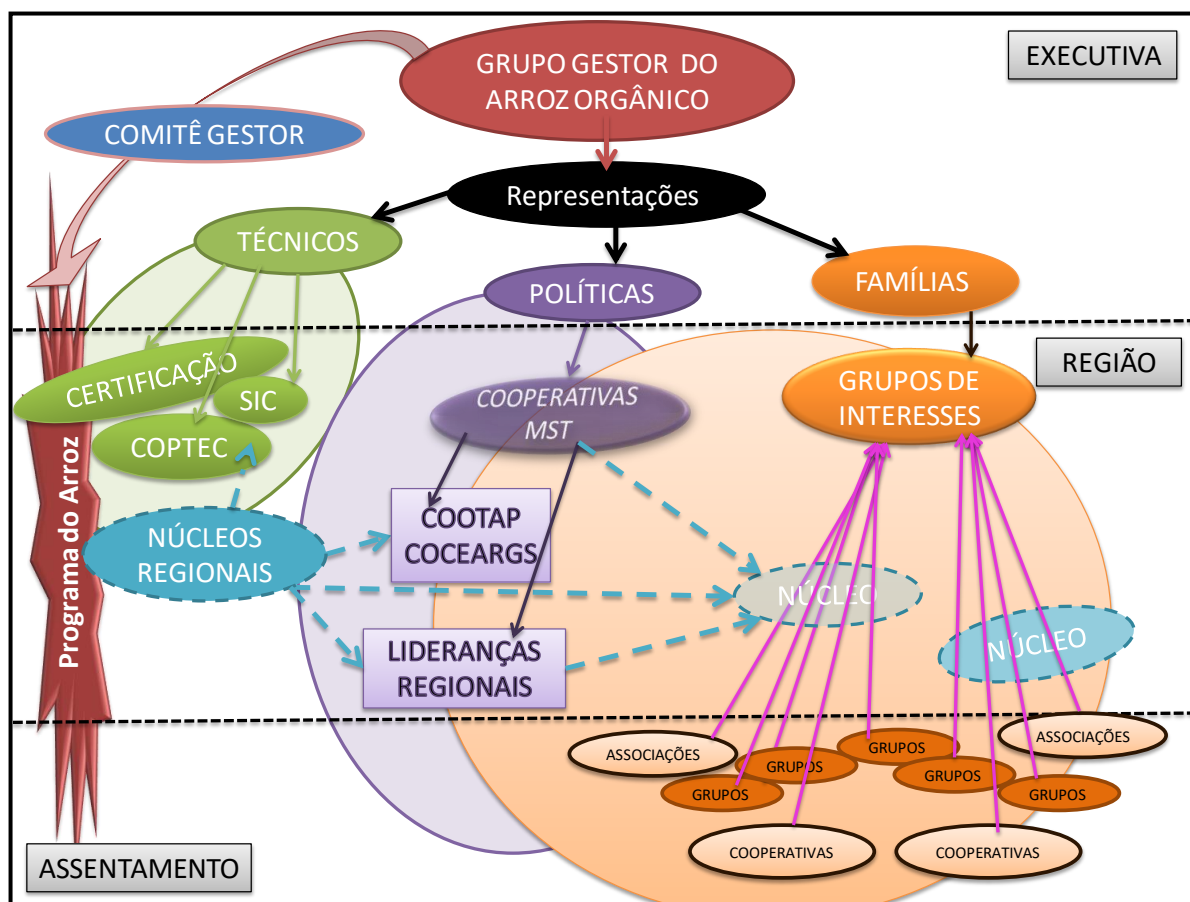
Dito isto de outra forma, os assentamentos passam a ser chamados de unidades de produção, que em seu conjunto compõem os chamados núcleos, identificados pelos grupos de interesses, associações, cooperativas e os técnicos que acompanham o trabalho, formando os núcleos regionais.

Cada unidade de produção, identificada como um assentamento, conta com o acompanhamento dos técnicos e da direção regional, onde, a partir dos seus avanços, gargalos e desafios, organizam o plano de atividades que compõem a definição do próximo ano agrícola.

Da mesma forma, somados a estes coordenadores, é escolhido um coordenador por região, sendo normalmente um dirigente regional do MST, próximo às coordenações do

Movimento e do Comitê Gestor de Produção Agroecológica. Nessa perspectiva, pode-se perceber a sobreposição de capitais culturais dispostos para exercer o cargo de coordenação. Ademais, a organização das funções, das informações e dos recursos, bem como as motivações estabelecidas no processo de vínculo com a terra, orienta as famílias camponesas a escolher um agricultor que as represente perante o GG, sendo este, o coordenador do grupo de interesse das famílias.

Figura 2 - Fluxograma das representações do Grupo Gestor do Arroz Orgânico



Fonte: Ferreira, 2011.

Nesse sentido, os grupos políticos e as parcerias institucionais cumprem um papel importante na dinâmica proposta pelo GG, além de trazerem novos significados às relações de cooperação, contribuem na organização do processo de produção. Ademais existe uma forte questão empírica relacionada com a questão científica, que resulta na lógica das práticas, bem como um capital político forte que traz a ideia de carisma, contudo, desenvolve uma significativa persuasão e convencimento.

O aprimoramento dessas instâncias garante a construção de um trabalho ampliado em práticas sociais de emancipação dos sujeitos. Essas práticas contribuem ao desenvolvimento

dos assentamentos e impulsionam a transição agroecológica. Assim, o Grupo Gestor vai construindo especializações no processo de produção e consequentemente, formando novos quadros e expertises que veem contribuir e impulsionar sua autonomia, bem como estabelece perfis diferenciados no processo de assistência técnica e extensão rural, à medida que essas habilidades são preenchidas por esses mesmos quadros que estão neste espaço social, com o aporte de capital necessário as novas atribuições.

O que também tem lhe conferido, uma certa dualidade entre relações, ora de cunho mais político e ora poder no campo do GG e outras vezes, de dominação nos subcampos de interesse do grupo, entendendo desta forma, a relação do GG com seus respectivos núcleos de produção. De modo que, o estudo do Grupo Gestor não está inscrito em simples constatações sociológicas que apresentam um fim em si mesmo, pois suas ações configuram-se em estratégias diferenciadas e com acentuadas implicações políticas.

2. 2 Aporte teórico em Bourdieu e análise das categorias

Após um trabalho empírico situado na formação e composição do Grupo Gestor do Arroz Orgânico dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul buscou-se compreender os conceitos discutidos por Bourdieu de “*habitus*”, “capital”, “campo” e “espaço social”, levando em conta essas ferramentas de pensar que o método se propõe como um modo de abrir essa complexidade e obter novas percepções. De modo que, esses termos não possuem um fim em si mesmo e também, não expressam a análise dos dados de maneira suficiente. Como parte desse processo, a reflexibilidade, torna-se uma necessidade epistemológica.

Nessa perspectiva, buscou-se compreender o modelo teórico do campo organizacional já identificado no Grupo Gestor, a partir das categorias propostas por Bourdieu. Assim, para maior compreensão da sua teoria, além do acesso a algumas bibliografias do autor, buscou-se apoio em outros autores que já veem discutindo sua obra. De modo que se possam permitir outras análises.

Dessa forma, o exercício que cabe nesse ensaio, procurando trazer um pouco da leitura de Bourdieu na construção teórica dado que já existe um trabalho empírico. Esse autor desafia ao colocar que é necessário quebrar algumas regras de construção do objeto, sendo oportuno mergulhar no campo empírico e após construir a reflexão teórica que mais se a adeque, fazendo uma ruptura com as questões pré-construídas.

Nesse sentido, tem-se uma correlação entre o construto social que representa o MST e a reforma agrária, com os argumentos de Bourdieu em relação aos seus estudos sobre a “Argélia”

onde o mesmo via a necessidade de maior compreensão em termos de sua existência efetiva ao invés do acúmulo histórico de significados, conforme fez refletir (Grenfell, 2018, pg. 278).

Assim, perguntas importantes de: Como a diferenciação ocorre e por quê? Quais são as estruturas que operam para excluir um determinado grupo? Trazem também a questão do conflito, da dominação, da legitimação e do poder que repercute nas relações sociais. Nesse sentido, busca-se uma abordagem crítica que possa contemplar essas construções e atribuições percebidas na formação e organização do Grupo Gestor. Esses aportes foram buscados na literatura clássica e na concepção mais moderna de Pierre Bourdieu, que determina e diferencia a classe social para além de uma luta de classes.

Nessa perspectiva, Bourdieu desenvolveu os conceitos como campo, *habitus* e capital para responder a perguntas desse tipo. O autor traz outros conceitos importantes e oportunos que dialogam com a concepção do Grupo Gestor, entre eles, citam-se a classe social, o espaço social, a composição dos diferentes capitais, a compreensão de violência simbólica que serão expostos no decorrer do trabalho. De maneira que beber na fonte de Bourdieu nos remete a compreender suas raízes e ligações filosóficas, sociológicas e fenomenológicas.

Assim, para Robbins (2018) a inspiração de Bourdieu vem do legado de Husserl e na influência da “epistemologia histórica” de Bachelard na teoria do método científico, o que em miúdos significa que a “fenomenologia não devia ser compreendida como mais uma filosofia, mas sim como um método para análise de todos os modelos de pensamento, incluindo o da filosofia”. De modo que, se tem a origem da reflexibilidade para Bourdieu. (Robbins, 2018, pg.53)

Bourdieu utiliza Bachelard para falar sobre o modo como a teoria deve ser utilizada para recuperar a prática dos agentes sobre os quais ela teoriza e, ao fazê-lo, se torna ela própria uma atividade social prática e engajada. Portanto, é possível analisar como as mesmas relações estruturais são efetivadas tanto no social quanto no individual, através do estudo das estruturas de organização, pensamento e prática, e do modo como elas constituem mutuamente um às outras. (Bourdieu, 1977 apud Grenfell, 2018 p.71).

Do estruturalismo, Bourdieu rejeita a redução objetivista que nega a prática dos agentes e não se interessa senão pelas relações de coerção que eles impõem. Assim, não compactua com o determinismo e a estabilidade das estruturas, pois para ele, as estruturas, as representações e as práticas são constituídas continuamente (Bourdieu, 1987). Entretanto, mantém a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam (Bourdieu et al., 1990:32).

Com isto, ele se coloca a meia distância entre o subjetivismo, que desconsidera a gênese social das condutas individuais, e o estruturalismo, que desconsidera a história e as determinações dos indivíduos. É uma perspectiva que difere substancialmente de Lévi-Strauss. Assim, a epistemologia de Bourdieu implica, antes de tudo, a “objetivação do sujeito objetivizante”, a autoconsciência, o autoposicionamento (Bonnewitz, 2002:5).

Assim, ele procura se colocar para além dos modelos existentes e da rigidez de qualquer modelo explicativo da vida social. Entende que não se pode compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações.

Bourdieu adota o estruturalismo como método, mais que como teoria explanatória (Robbins, 2002:316). Parte de um construtivismo fenomenológico, que busca na interação entre os agentes (indivíduos e os grupos) e as instituições encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações. Esta posição fica clara na crítica que faz ao modelo de condicionamento de classe do marxismo e ao entendimento existencialista de Sartre sobre a liberdade individual.

A meio caminho entre as análises marxistas, que fazem da condição de classe uma camisa-de-força, e a perspectiva sartriana do sujeito autodeterminado a partir da tomada de consciência da sua condição de classe, Bourdieu faz das relações entre as condições da existência, a consciência, as práticas e as ideologias a matriz determinante do indivíduo (Bourdieu, 1992b:188-190).

De maneira que, torna-se importante considerar as estratégias adotadas pelos atores em relação a essas determinações, vinculadas diretamente por uma dimensão temporal focado na prática, com objetivo de desvelar a estratégia concreta dos atores em relação às regras e de controle do tempo. Assim, a resposta encontrada por Bourdieu em relação à crítica sobre o subjetivismo e o objetivismo, refere-se a uma construção conceitual bem articulada entre habitus, estrutura e práticas.

Ademais, a visão de Bourdieu sobre a “classe social” precisa ser compreendida filosófica e metodologicamente, para ele, os dois níveis se interpenetram. De forma tal que, nomear uma classe sem essa visão é equivalente a um insulto, ao qual significa agir como uma forma de “violência simbólica”.

Ele pontua que, “o real” é relacional porque a realidade não é nada mais do que a estrutura, um conjunto de relacionamentos, “obscurecidos pelas realidades da experiência sensorial ordinária” (Bourdieu, 1987 – 3). Nesse sentido, tem a intenção de construir um modelo de espaço social para explicar um conjunto de práticas encontradas lá, entendendo que, essas

práticas se diferenciam de acordo com as diferenças observadas, com base nos princípios que definem a posição no espaço social.

Nesse sentido, ele afirmou que para compreender as interações entre pessoas ou explicar um evento ou fenômeno social não era suficiente olhar o que era dito ou o que acontecia. Era necessário examinar o espaço social onde as interações, transações e eventos ocorriam. (Bourdieu, 2006: 202)

Normalmente, apenas se percebe a pobreza material e se desconhece a realidade simbólica que a legitima e a torna permanente. Nesse sentido, as disposições encontradas na articulação entre as teorias de Taylor e Bourdieu tem papel significativo em iluminar a dimensão simbólica da exclusão social e explicar a permanência no tempo da precariedade material, existencial e política, conforme especifica (Souza, 2018).

Ao passo que em “A construção da realidade” de Berger e Luckmann (1978) distinguem que os universos simbólicos são passíveis de cristalização segundo processos de “objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento”. Esses processos de cristalização levam a um mundo de produtos teóricos que não perde suas raízes no mundo humano de tal sorte que os universos simbólicos se definem como “*produtos sociais que têm uma história*”.

Em contrapartida, a violência simbólica exposta de maneira ímpar por Bourdieu repercute em todas as sociedades, pois produzem formas de mascarar a dominação, onde tal fenômeno é encoberto pelo capital simbólico. Para Bourdieu, tanto o capital simbólico como o capital religioso apresentam-se quando o capital econômico é negado. Outra categoria é a da “distinção” que tem como princípio “separar e unir, constituindo, portanto, solidariedades e preconceitos de forma universal, tratados como gosto, o que leva a se constituir por fios invisíveis e opacos” (SOUZA, 2003a, p. 57).

Com o objetivo de desvelar o potencial constituidor e legitimador das “distinções sociais”, Taylor e Bourdieu tentam realizar o difícil casamento entre “moralidade e poder”, que estão impregnados pelas diferenças sociais tornadas naturais e legítimas, sob o véu da pretensa igualdade e universalidade que habita a noção de dignidade” (idem, p. 67) Nesse sentido, chama-se a atenção ao caráter religioso que encobre o capital simbólico, perfazendo a ideia de carisma e liderança.

Segundo o autor, a complementaridade entre a abordagem de Taylor e Bourdieu dá-se porque, se em Taylor falta uma teoria da contemporaneidade da luta de classes, ela está presente na análise de Bourdieu, que desmascara o caráter de classe presente nas sociedades modernas.

Assim, a evolução e constituição dos campos, enquanto campo social na perspectiva de Bourdieu constitui-se como um espaço estruturado de posições, permeado pelas lutas entre diferentes agentes que ocupam diferentes posições.

O campo social não é fixo, sendo possível traçar a história de seu formato, operações e conjunto de conhecimentos específicos exigidos para mantê-lo e adaptá-lo. Essa concepção permite uma melhor compreensão de como ocorre às mudanças dentro de um determinado campo.

O conjunto de pessoas que ocupam mais de um campo social simultaneamente, elas podem ser pensadas como ocupando um espaço social comum, o que também se estabelece como campo de poder, configurando-se como campos sociais múltiplos.

Neste sentido, compreende-se que os agentes cujas experiências e expectativas são diferenciadas, partem do princípio da posição ocupada no espaço social. Assim, Bourdieu traz o construcionismo a partir de campos construídos e com as possíveis diferenças de um campo para outro, com posições de poder distintas entre os campos e que apresentam totalidades menores, mas com amplos significados.

Essa particularidade trazida por Bourdieu, onde ele compreende que o capital econômico é apenas um dos capitais que pré decidem a luta dos indivíduos, ou seja, a luta de todos contra todos pelos recursos materiais, remete que o mesmo possui uma concepção instrumental da moralidade, ou seja, as relações sociais são importantes no processo de ascensão social, mas os princípios estruturantes são os capitais econômico e cultural.

A luta social por recursos escassos (terra, tipo de produção, modelo agrícola, insumos) é decidida pelo acesso diferencial a esses capitais impessoais. De modo que esse aspecto é decisivo, ao permitir a compreensão da luta diária de indivíduos e grupos sociais por todos os interesses materiais e cíclicos em jogo na vida social, conforme específica (Souza, 2018, pg.33). Desta forma, as mudanças na sociedade impostas pelo campo de poder, como a globalização, a desindustrialização, a imposição de políticas neoliberais – afetam a vida dos pobres e daqueles que agora enfrentam dificuldades, pequenos comerciantes, agricultores, camponeses, idosos, imigrantes e refugiados.

Em relação as demais categorias utilizadas por Bourdieu serão expostas algumas noções, ainda que não se trabalhe na sua totalidade. Nesse sentido, é oportuno entender a importância do habitus na formação do capital, entretanto, não se dará ênfase nesse estudo.

Ainda que, o habitus é uma peça-chave para Bourdieu utilizada na visualização do mundo social, onde a relação é a essência do habitus que transpassa a dicotomia entre o individual e o social. De modo que, a noção de “estruturação” de Giddens (1984) casa a

estrutura com a ação, mas ao custo de sua integridade analítica, inutilizando a capacidade de capturar qualquer uma das duas. (ARCHER, 1996).

De outro modo, para Bourdieu revelar o funcionamento interno do *habitus* é um tipo de sócioanálise, uma forma política de terapia que permite que os atores compreendam mais completamente seu lugar no mundo social. Nessa perspectiva, o *habitus* tem se constituído como um reservatório de valores, adquiridos desde a infância e que ao longo de sua trajetória permiti resignificar o esquecido e o naturalizado, desvelando como demonstra Bourdieu em perceber a dominação e a desigualdade onde outros percebem harmonia e pacificação social.

O fato de encontrarmos vários mecanismos mascaradores da realidade na sociedade conjectura com a leitura bourdiesiana onde essa relação também mascara as relações de dominação encontradas em todas as dimensões sociais. Assim, para Bourdieu esse caráter tende a ser chamado de “capital simbólico” que está relacionado à posição que assume a questão econômica e onde a mesma não se diferenciou de outras esferas sociais.

De maneira que o *habitus* vai permitir redefinir de modo inovador à ideia de classe social e o pertencimento a ela. Assim, o *habitus* compartilhado confere sentido à noção de *habitus* de classe, por associar objetivamente, para além de qualquer acordo consciente, pessoas numa mesma situação de classe. É esse sentido de pertencimento à classe que explica porque os indivíduos não se movem de modo arbitrário no espaço social.

É a lógica específica de cada campo que definem quais são as disposições operantes e importantes nesse mercado, permitindo determinar a hierarquia dos agentes nesse campo a partir do tipo específico de capital que ele pode mobilizar.

De modo simples, o *habitus* enfoca nossos modos de agir, sentir, pensar e ser. Ele captura como nós carregamos nossa história dentro de nós, como trazemos essa história para nossas circunstâncias atuais e então como fazemos escolhas de agir de certos modos e não de outros. (2018, p.77)

O *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância, que pré-molda possibilidades e impossibilidades, de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são, em certa medida, pré-adaptadas as suas demandas.

O *habitus* implica a inscrição dessas precondições, especialmente as relativas às experiências infantis, que passam ser traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perceptivas e avaliativas que servirão como espécie de filtro para todas as outras experiências posteriores. Nesse sentido, a trajetória entre acampamento, luta pela terra e assentamento

refletem a construção de lideranças e os aspectos de poder incutidos nos perfis formados entre *habitus* e campo, num possível jogo de distinções e capitais.

Ademais, a prática não é redutível ao *habitus* – ela é um fenômeno emergente das relações entre o *habitus* dos atores e seus campos sociais contextuais. Assim, o *habitus* busca moldar nosso *habitus* à medida que ele busca ajudar a transformar nossos modos de enxergar o mundo social. Nesse sentido, ele passa a integrar um esquema de condutas e comportamentos que se vinculam na geração de práticas individuais e coletivas.

O *habitus* direciona e posiciona os indivíduos no campo em termos da configuração de capital que eles possuem e como isso se alinha, ou não, aos princípios governantes da lógica do campo. De maneira tal que Bourdieu delineia que o novo lugar estrutural do conhecimento inaugura uma nova forma, ainda mais opaca, de dominação ideológica no contexto do capitalismo avançado, ao contrário de Parsons que prima pelo desempenho individual baseado na incorporação de conhecimento. (Souza, 2018).

A distinção aparece como uma diferença merecida, correta e justa, já que supostamente se baseia nos talentos inatos de seus possuidores. Para Souza (2018) o senso de distinção se define de forma peculiar a partir do peso relativo dos capitais, especialmente dos capitais econômico e cultural, que os indivíduos e as frações de classe possuem, assim como sua trajetória social, que define seu “modo de aquisição” e por consequência, estrutura o modo de se relacionar com cada um dos capitais.

A tentativa de Bourdieu de se afastar de uma concepção materialista estreita de poder e desigualdade ao introduzir os conceitos de capital cultural, social e simbólico é bem conhecida, o que o distingue do marxismo. Ademais, através do conceito de capital simbólico, além de capturar a importância de sinais gerais de reconhecimento social, ele chama atenção ao fato de que o valor de qualquer forma de capital depende, parcialmente, do reconhecimento social.

Ainda que exista uma dicotomia entre a obra de Bourdieu e a marxista quanto à distinção de classes sociais e a formação de um capital cultural, questiona-se como acontece a formação desse capital cultural em áreas de assentamento, quem são esses agricultores? Quais são suas competências? Qual o capital simbólico existente? É oportuno dizer que as questões culturais e educativas do ser agricultor, o vínculo com a terra, o ser social tem atributos que o distingue na formação de capitais expressas por Bourdieu? Como acontece a construção desses grupos, instituições e formação?

Outro aspecto importante estabelecido pela reprodução é que o processo educativo confere legitimidade, prestígio e valor, potencializando o capital simbólico. Esse fato constitui-se como capital cultural?

A lógica subjacente à dominação simbólica pressupõe uma estrutura estruturante rodeada por sistemas simbólicos, entre eles, língua, arte e ciência como construção do mundo objetivo, com formas de classificação socialmente determinadas. Já na estrutura estruturada as diferenciações são sentidas na linguagem enquanto aspectos de cultura, regras gramaticais, comunicação, ou seja, instrumentos que identificam essa dominação.

O campo nunca é harmonia, pois o poder está sempre sobreposto. No campo das ciências agrárias como se estabelecem esses jogos de poder e disputa entre instituições e órgãos vinculados a extensão rural?

Nessa perspectiva, busca-se diferenciar o espaço social ao qual o Grupo Gestor está inserido e a sua relação com o campo, procurando estabelecer as conexões entre a coerência e a compreensão na construção da lógica das práticas, a partir da incorporação de competências. Essas competências estão circunscritas nas formas de capital construídos no grupo, conforme suas necessidades e especificidades.

Assim, o fato da classe trabalhadora não participar da luta por distinção, precisamente a luta que estabelece o que pode ser chamado de “ilusão do jogo social”, um jogo apenas mantido. O Grupo buscou essa distinção, através de uma condição de melhoria e dignidade, tecendo as especialidades necessárias que contemplam a categoria moral estabelecida pela distinção explicada por Charles Taylor, de modo que fica bem claro essas distinções no fluxograma 2.

Para esse autor, o modelo de espaço social é explicado por um conjunto de práticas encontradas lá e transfiguradas de acordo com as diferenças observadas com base nos princípios que definem a posição no espaço social. De modo que está mais favorável a sociologia da distinção, ou seja, de um sinal específico de significação do que de “classe social”. O que fica bem exposto nos propósitos da sociologia de indicar os processos e consequências desse reconhecimento, conforme enfatiza (Grenfell, 2018 p. 282).

Bourdieu sugere um elo mais direto entre a posição e a disposição. Para ele, as posições no espaço social e as condições sociais implicadas por elas explicam as variações no *habitus* independentemente de qualquer efeito da mistura social diferencial, como consequência das coerções e exigências que elas impõem. De modo que, os padrões de contato social são explicados pelas semelhanças no *habitus*, e não o contrário.

Na perspectiva das “ferramentas de pensar” de Bourdieu, o *habitus* torna-se um elemento subjetivo da prática imbricado pelos “esquemas geradores” eles próprios (estruturados e estruturantes) adquiridos no decorrer das trajetórias de vida individual. Já no que expressa o conceito de campo, tem-se a rede ou configuração objetiva de relações (mais uma vez estruturantes ou estruturadas) que são encontradas em qualquer espaço social.

O *habitus* é estruturado pelas condições materiais de existência e também gera práticas, crenças, percepções, sentimentos, etc., de acordo com sua própria estrutura. Entretanto, o *habitus* não age sozinho, ou seja, não se confirma apenas como simples implicações de nossa formação.

Ao passo que (Bourdieu & Wacquant, 2005) acentuam a relação com as práticas, tendo como resultado o que ele chama de “uma dupla relação obscura” ou de uma relação consciente. Dito de outra forma, os espaços sociais que ocupamos são estruturados (como o *habitus*) e é a relação entre essas duas estruturas ou conjuntos de princípios organizadores que gera as práticas. Essa “relação obscura” é ainda mais complicada por ser de “cumplicidade ontológica”, porque o campo, como parte dos contextos contínuos em que vivemos, estrutura o *habitus*, enquanto ao mesmo tempo o *habitus* é à base da compreensão que os atores têm de suas vidas, incluindo o campo:

A relação entre o *habitus* e o campo é primeiramente uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus* [...]. Mas ela é também uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o *habitus* contribui à constituição do campo como mundo significativo (Bourdieu & Wacquant, 2005 a [1992: 102-103]).

Em outras palavras, ele é estrutura internalizada, o objetivo tornado subjetivo. Então, para compreender a prática, é preciso relacionar essas regularidades dos campos sociais à lógica prática dos atores; seu “senso de jogo” é um senso dessas regularidades. A fonte dessa lógica prática é o *habitus*. “O *habitus* como senso do jogo é o jogo social incorporado, transformado em natureza.” (Bourdieu, 1990; pg.82).

Em outras palavras, há diferenças fundamentais que precisam ser superadas para uma melhor compreensão da prática social, sendo necessário perfazer a compreensão dos fins teóricos e os fins práticos, de modo que, a intensão do conceito de *habitus* é fazer exatamente isso.

De modo que, o *habitus* de Bourdieu enfatiza as estruturas subjacentes das práticas, ou seja, os atos são sustentados por um princípio gerador. Conforme explica Bourdieu:

O *habitus*, como diz a palavra, é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de modo durável sob a forma de disposições permanentes. Essa noção, lembra então, de maneira constante, que se refere a algo de histórico, ligado a história individual, e que se inscreve num modo de pensamento genético, em oposição a modos de pensamentos essencialistas [...]. Aliás, a escolástica designava também com o nome de *habitus* algo como uma propriedade, um capital (Bourdieu, 1983:105).

Assim, tanto o *habitus* quanto o campo são estruturas relacionais e, é a relação entre essas estruturas relacionais que fornece a chave para a compreensão da prática. Ainda que, as duas estruturas sejam homólogas, as mesmas representam realizações objetivas e subjetivas da mesma lógica social subjacente, se interpenetram, mas não se encaixam perfeitamente, pois cada uma tem sua história e lógica interna. (Maton, 2018 pg. 84).

Dessa forma, os atores passam a gravitar na direção dos campos sociais (e de posições nesses campos) que melhor se encaixam com suas disposições e tentam evitar os campos que envolvem um confronto *habitus/campo*.

Já em relação ao campo, Bourdieu pontua que o jogo que ocorre em espaços ou campos sociais é competitivo, com vários agentes utilizando estratégias diferentes para manter ou melhorar suas posições. Assim, o que está em jogo no campo é a acumulação de capitais: o que permite concluir que eles são tanto o processo num campo quanto o produto dele. Desta forma, Bourdieu nomeou quatro formas de capital:

a) econômico (dinheiro e bens); b) cultural (ex.: formas de conhecimento, preferências de gosto, estética e cultural; linguagem, narrativa e voz); c) social (ex.: afiliações e redes; herança familiar, religiosa e cultural); e d) simbólico (coisas que representam todas as outras formas de capital e podem ser trocadas em outros campos, a exemplo, das credenciais) (Grenfell, 2018, p. 98).

Nesse sentido, os campos são moldados de formas diferentes de acordo com o jogo que é jogado neles. Eles têm suas próprias regras, histórias, “craques”, etc. Nesse sentido, cada campo tem sua própria “lógica da prática” distinta. Desta forma, o *capital* tem um valor derivado do campo como a moeda de troca reconhecida e atribuída ao campo, de modo a ser capaz de se organizar e posicionar aqueles dentro do campo de acordo com seus princípios definidores.

Dito de outra forma, o econômico se refere à riqueza monetária, ao passo que o social parte das relações de rede úteis e prestigiosas, enquanto o cultural, refere-se a atributos culturais simbolicamente poderosos derivados da educação, da formação familiar e das posses. A partir dessa leitura como está constituído o capital cultural no GG e como são construídos no MST? Quais as formações e suas bases? Considerando a trajetória de luta pela terra e as condições de violência simbólica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A conformação do espaço social da reforma agrária no campo do Grupo Gestor do Arroz Orgânico

Entendendo que o campo social não é fixo e é possível traçar a história de seu formato, operações e conjunto de conhecimento específico exigido para mantê-lo e adaptá-lo, através do resgate de formação e organização do Grupo Gestor, busca-se inteirar de algumas posições e dialogar entre o conjunto de pessoas que ocupam mais de um campo social simultaneamente, entretanto, podem ser pensadas como ocupando apenas um espaço social comum ou campo de poder que consiste em campos sociais múltiplos. Nesse aspecto, há um processo de influências mútuas e de construção entre os campos.

Nesse sentido, observa-se que o campo e o *habitus* constituem uma dialética através das quais práticas específicas produzem e reproduzem o mundo social que ao mesmo tempo os criam. De modo que reflete no que Bourdieu, (1994) vem chamar na realidade de espaço das posturas simbólicas e o espaço das posições sociais que se configuram como espaços independentes, entretanto, são homólogos.

Essa leitura demonstra que dentro do campo cada ator tem determinados capitais, onde o campo em si nos remete a uma noção que centra no trabalho. No campo se compartilham regras, mas que também se estabelecem disputas de poder dentro do campo, algumas não veladas, podendo ser mascaradas como identifica Bourdieu.

Nessa prerrogativa, a capacidade que determinados sujeitos tem de articular aliados, entre os agentes, onde cada um vai tentar se posicionar de maneira distinta, aparentemente, bem-intencionada, conforme interesse (*ilusion*) e prática. Chama-se a atenção a essa categoria, pois se torna importante, à medida que o interesse é o que move o ator, tanto para Max Weber em sua ação estratégica, onde o ator busca trazer os outros atores para seu propósito, quanto na discussão da ação instrumental e estratégica, pois mobiliza pessoas. Bourdieu retrabalha as concepções de Simmell, Weber e Maus na questão instrumental. Ademais, alimenta a crítica ao subjetivismo da fenomenologia, conforme toma a questão do autor, onde para ele, a *ilusion* mascara os verdadeiros interesses.

Para Souza (2018), a ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas autorreguladores. Ademais, mesmo que este processo organizativo tenha se constituído de forma diferenciada, parte de uma concepção capitalista, e como tal, reproduz determinadas controvérsias do próprio sistema, onde a relação de poder e dominação parte muitas vezes da impessoalidade, o que pode ser percebida e (re)construída por meio da teoria dos capitais de Bourdieu.

Bourdieu configura o capital simbólico como algo que “parece significar o capital, ou melhor, cria uma espécie de crédito social no sentido mais amplo, que logra transmutar-se e não revelar suas origens arbitrárias”. (pg. 86)

Nessa perspectiva, Souza (2018) traz uma reflexão sobre as questões de dominação pessoal e impessoal já discutidos por Bourdieu, imprimindo um caráter muitas vezes não velado e mascarado das condições econômicas que regem as diversas formas de dominação. Desse modo, a repulsa encontrada na atribuição de valores econômicos e não econômicos torna-se a ferramenta central nos segredos de dominação social.

Ao aproximar essa leitura na realidade do GG, torna-se mais visível o papel que tem o capital político e simbólico, identificados primeiramente pelas lideranças/coordenações nas diferentes instâncias hierárquicas de trabalho que compõem o grupo, conforme figura 2, bem como em relação aos próprios grupos de interesses, onde um agricultor é escolhido para representar o grupo nos espaços de decisão do GG.

Nesse sentido, a relação que se faz entre os diferentes capitais e a relação do gosto enquanto julgamento estético se traduz no efeito de criar distinções entre indivíduos e classes. O Grupo Gestor se vale dessa prerrogativa estética e de gosto para estabelecer no mercado um produto diferenciado e que pode ser melhor explorado no capitalismo maduro, através da crescente importância socioeconômica do conhecimento.

Sobre esse aspecto Bourdieu chama a atenção na construção do gosto e a relação com a classe social, pois o primeiro pode ser socialmente fomentado. Para esse autor, o gosto é atribuído à competência estética fruto da relação de tempo escola e origem familiar, também compreendida pela construção dos paladares e as formas de acesso aos diversos tipos alimentares, o que em última instância distinguem-se as classes sociais.

Assim, para a classe trabalhadora a relação estética se dá numa relação de continuidade entre a arte e a vida, imbuídas pelo princípio da distinção que para Bourdieu, define-se a partir de uma relação de sublimação das necessidades humanas primárias, sublimação essa percebida como a fonte de todo o refinamento social e de toda a estilização da vida. Ainda que para esse autor, o critério hierarquizador básico é o capital cultural definido como a soma do capital educacional e a origem familiar.

Essa hierarquia no espaço social de um assentamento e ou acampamento vinculado ao MST enquanto formação do capital educacional e origem familiar, inicialmente está muito mais vinculado as lutas diárias de sobrevivência, as estratégias de reprodução familiar e coletiva e sistematicamente na construção de um ser político que através da sua prática compreende as lutas de classe, os valores morais e as próprias distinções que se somam a essa trajetória.

Nessa perspectiva, o que transforma essa atitude estética numa visão de mundo e num estilo de vida é que ela é caracterizada pela suspensão ou remoção da necessidade econômica e, portanto, pela distinção objetiva e subjetiva em relação aos grupos sociais sujeitos a esses determinismos.

Questiona-se como esses atributos são reconstruídas dentro do Grupo Gestor dadas às situações de marginalidade social que esses grupos enfrentaram na sua caminhada enquanto movimento social e depois na forma de constituição e organização do grupo e do processo de produção?

Assim, alguns atributos reconstruídos pelo GG referem-se a maestria no jeito de cultivar, manejar e despertar novos gostos a partir de valores subjetivos, mas que também estão inseridos sobre novas formas de conhecimento nutricional, resgates culturais e de ancestralidade, valorização dos modos de vida, saúde e meio ambiente.

O Grupo apresenta de fundo uma questão econômica que se vale de duas frentes: a primeira está baseada nos modos de produção (restrição no uso e acesso a insumos, bem como de políticas de crédito e os limites estabelecidos pelas normativas de impacto ambiental). Por outro lado, a segunda frente se conecta com a transformação desse processo que tem encontrado um mercado distinto, com agregação de valor, por ser considerado um produto produzido de forma limpa e em conformidade com o meio ambiente.

3.2 A formação de capitais no Grupo Gestor de Arroz Orgânico

A composição e o tipo de capital social encontrado no Grupo Gestor estão dispostos na sua concepção de formação que parte de um processo de cooperação e colaboração entre as famílias assentadas e que tem no seu modo de produção a especialização na produção agroecológica de arroz irrigado.

Para dar vazão a essa prática, observando o modelo teórico proposto e a metodologia adotada pelo GG que tem como base as reflexões propostas pelo Método de Validação Progressiva (MVP), a formação de capitais está instituída a partir de uma organização cooperativa.

Essa base possibilita compreender a importância de um capital político, cultural, social e simbólico que de corpo as necessidades coletivas das famílias assentadas. Aqui entende-se que existe um capital econômico, mas que ele está vinculado às ações das cooperativas que potencializam a organização das famílias nos grupos de produção.

De modo que, o capital econômico entraria entre os agricultores camponeses maiores e menores. Nesse sentido, o que efetivamente separa o Grupo Gestor como experiência ímpar na produção de arroz agroecológico, na forma de organização e cooperação é a distinção dos seus agentes em relação a composição de capitais e expertises encontradas no grupo. Nessa perspectiva, a partir da categorização dos capitais encontrados no GG, procurou qualificá-los com base nas características do grupo, delineando os capitais.

Para o **capital cultural**, o GG se vale expressivamente de diferentes formas de conhecimento, onde o apelo estético apresenta uma forte narrativa, com linguagem própria dos movimentos sociais, do espaço social que se vincula a reforma agrária e ao MST. Ademais, esses atributos culturais são derivados da educação, da formação e das “posses”, aqui compreendidas de uma forma mais ampla, instruídas dentro de uma proposta coletiva. Já o **capital social** equivale as relações de redes úteis, conforme cita Bourdieu, ou seja, aquelas que agregam diferentes atores institucionais e possibilitam uma ação mais fluída no conjunto da organização. O **capital econômico** parte da riqueza monetária e de bens materiais, o que nesse caso, tem garantido a estrutura de processamento do arroz orgânico, já que em períodos anteriores, esse era um dos principais limites da produção. Em relação ao **capital simbólico** é determinado pelas trocas não representadas nos demais capitais, o que muitas vezes, pode ser confundido com o capital político. Entretanto, todos os capitais são considerados potenciais moedas de troca, à medida que essa estratégia alimenta a troca de posições no campo.

Dito isto, não pode subjugar a importância do **capital político** no campo do Grupo Gestor, provavelmente esse é o capital mais forte que abrange as diferentes instâncias, seja ela, a nível de assentamento, regional e ou executiva, conforme descreve a figura 2. O GG apresenta uma articulação política importante que orienta as bases e os diferentes setores de produção.

Outra distinção significativa é que o conjunto do Grupo tem relações pessoais importantes e, neste sentido, indica que já existia um capital econômico e cultural anterior que potencializa essa rede de relações, ademais, pode-se dizer que o capital político está na arte e na vida, compondo a estética do capital cultural do ser assentado. Desta forma, não são privilégios desfrutados sem construção anterior, construção essa realizada pelos conhecimentos adquiridos e incorporados por suas expertises.

A estrutura organizativa do GG está ancorada no princípio de que todos os sujeitos que integram os processos desencadeados pelo Grupo tenham conhecimento de suas práticas, realizando ampla reflexão sobre os significados de suas ações. Isso passa por um processo de reflexão e questionamento permanente do sentido das práticas, ressaltando-se a necessidade de uma mudança interna de concepção, valores, atitudes e hábitos culturais.

Assim, o GG pretende que o processo de cooperação se amplie para além das relações de trabalho e da subordinação dos sujeitos. Dado que ainda persegue uma cooperação onde a relação das famílias camponesas não está atrelada apenas à interesses de viabilização da produção e comercialização de seus produtos como garantia de renda, mas que resgate os valores “esquecidos” pela sociedade capitalista que estão diretamente ligados à cultura camponesa, ao ser social que cultua o fortalecimento das relações, tornando-as mais próximas.

Ademais, não se pode negar, as desigualdades que separa essas classes sociais e a falta de políticas públicas específicas que atendam este público. Ainda que por um determinado período tenha ocorrido assessoria técnica e chamadas públicas direcionadas a este público, ao passo que a política de crédito é bem restrita a produção agroecológica. No momento de constituição do GG pode se dizer que nem existiam linhas de crédito que contemplasse a produção de arroz orgânico e ou agroecológico. Entretanto, na área de preservação do “Refúgio Silvestre” foram realizados estudos ambientais e estabeleceram-se TAC’s - Termo de Ajuste e Conduta para viabilizar a produção das famílias assentadas que estavam nas áreas de várzea.

No que tange as desigualdades sentidas a partir das questões ambientais a relação entre órgãos e instituições que legitimam e qualificam o produto do arroz orgânico estão orientadas no campo do poder, entendendo esse poder, no campo científico, jurídico, político e por vezes também econômico.

Existe uma distinção importante que se sobrepõe ao capital cultural que os coloca na luta política pelo aperfeiçoamento moral e político destes sujeitos e que representam um aspecto simbólico na reconstrução de valores, retirando a opacidade da dominação.

De modo que, o GG tem um capital moral e político distinto e necessário a sociedade que imprime e demanda de uma dinâmica diferenciada da política pública. E que essa não sustenta caso o processo de organização e formação não tenha uma estratégia bem definida e qualificada, potencializando o que pode ser chamado de “aprendizado coletivo”.

No que nos remete a teoria da dependência ela difere da dimensão política e da dimensão simbólica que adentram sua análise com consequências significativas na vida das famílias assentadas. Dentro dos pressupostos que identificam a dimensão simbólica e moral que o GG utiliza na construção e fortalecimento desse campo social estão a dimensão política que adentra na análise, inicialmente como uma construção histórica do MST, mas também como consequências significativas na nova matriz produtiva, tecnológica e de geração de conhecimento, com reflexões teóricas e práticas de reflexibilidade.

Como emprega Bourdieu ao expor que o capital econômico é apenas um dos capitais que pré-decidem a luta dos indivíduos, cujo o ponto de partida, por sua vez, é definido pela posição de classe de cada um, ou seja, a luta de todos contra todos pelos recursos materiais.

Não se distanciando do sentido histórico, impulsiona-se a luta pelos recursos materiais e ambientais pelas famílias assentadas, instituições (INCRA) contra o avanço e a perda de direitos por arrendatários “catarinas” que utilizam as áreas do assentamento pelas condições materiais de reprodução tecnológica e do modelo produtivo vigente na região.

Nesta perspectiva, o princípio de ampliação do conhecimento, através dos processos de formação, discussão e reflexão, justifica-se ao proporcionar maior autonomia e entendimento do processo de produção, sem esperar que o conhecimento venha “de fora”. Além disso, gera coesão social, proporcionada pelo melhor entendimento das práticas de produção propostas dentro do Grupo e por agentes externos.

O conhecimento é um fator de distinção social que é naturalizado e legitimado, onde este, também é um fator de produção e inovação tecnológica a ser valorizado, de modo que, não existe função, seja no mercado, seja no Estado, que possa ser exercida sem conhecimento técnico incorporado pelo trabalhador, que é decidida pelo acesso diferencial a esses capitais impessoais (Souza, 2018).

A emancipação de suas práticas sociais e políticas, escolhendo processos adequados que visem o conhecimento e a autonomia das famílias, já que grande parte dos insumos advém das suas unidades de produção. A troca de conhecimentos, a mística e a religiosidade que essa interação cultural propicia, também estão ligados à valorização do ser e de seu conhecimento, trazendo autonomia na diversificação do aprendizado sobre os processos agroecológicos. De modo que, a objetificação crítica pode contribuir para a emancipação desses sujeitos, à medida que interconecta esses capitais.

Assim, as reuniões e ações têm um calendário pré-estabelecido coletivamente, através do Seminário Anual, onde todas as instâncias participam e pontuam os principais desafios, definindo-se as metas para cada ano de produção agrícola, bem como os avanços necessários nas questões técnicas, políticas, sociais e ambientais. A cooperativa COOTAP e os programas têm papel importante na operacionalização das decisões coletivas, configurando-se em subcampos de poder.

Outro aspecto identificado no GG diz respeito à eficiência e à capacidade de trabalho, organização e responsabilidade, que aumenta a autoconfiança das famílias em produzir. A nova forma de organização possibilitou, também, o afinamento de algumas relações, bem como a desconstrução de alguns conflitos. De modo que, a cooperação, a colaboração, a

responsabilidade, a dominação e a competição estão pari-passo com a teoria dos jogos, mesmo que de forma não velada.

No campo do GG está inserido vários agentes que se integram as estratégias diferenciadas adotadas pelo Grupo. Essas estratégias permitem que esses agentes qualifiquem as ações, o que possibilita manter ou melhorar suas posições e ou disposições no campo.

Os agentes que compõem o campo estão envolvidos na construção de parcerias, dada as ações necessárias e importantes à autonomia do Grupo. Essa rede tem se constituído por instituições de ensino e pesquisa federais para aprimoramento da matéria-prima (sementes), órgãos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente, bem como os cuidados com a água e a construção do perímetro de irrigação.

Assim, pontuar os gargalos e criar estratégias de adequação com ênfase em projetos coletivos de trabalho torna-se mais viável na medida em que existe qualificação e troca de saberes. Esse vínculo acaba estabelecendo relações de parceria mais sólidas com outros atores econômicos, sociais, políticos e institucionais que, de alguma forma, têm interesse na consolidação do mesmo.

A relação de coerência entre o espaço social, a incorporação de competências, identificadas nas expertises particulares que o GG apresenta, entre elas, o Sistema Integrado de Certificação – SIC; os processos de formação, comercialização e gestão de recursos hídricos, bem como na gestão de todos estes processos que podem ser ligados a extensão rural. Assim, o GG apresenta um campo de legitimidade, credibilidade, ao qual emite juízo e considerações.

Ademais, todo o juízo que emite vem de uma aura que pode ser compreendida como formas de um capitalismo simbólico, mas também percebe a ampla relação com outras lógicas institucionais parceiras como a EMBRAPA, IRGA, UFRGS, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS

Esse ensaio propiciou vários insights sobre o GG que possibilitaram refletir sobre a trajetória do grupo, a formação de capitais, o desenvolvimento de expertises, a relação determinante entre o modelo teórico proposto e a experiência prática que é desafiadora, mas que possibilita revisitar com maior entusiasmo uma discussão que se torna oportuna nos diferentes campos e espaços sociais que ela influencia, sendo tanto no campo dos movimentos sociais e da reforma agrária, quanto no campo político e da extensão rural.

Ademais existe um reconhecimento social objetivo e subjetivo no Grupo Gestor que pode ser compreendido pelo viés do capital cultural e simbólico que se distingue as relações de

poder que passam pela estética, a linguagem e a comunicação das lideranças, principalmente o aspecto de dominação que pode ser velado ou subentendido.

Ainda que não tenha sido desenvolvido detalhadamente a categoria do *habitus* proposta pelo modelo teórico, percebe-se uma provável adequação do *habitus* com a lógica das práticas sociais. De modo que, as estruturas, as representações e a prática são constituídas continuamente.

Assim, percebe-se um acúmulo de capitais no campo do Grupo Gestor que parte tanto dos processos desencadeados por ele quanto seus produtos e que tem qualificado sua ação prática, perfazendo a lógica das práticas potencializadas pelas disposições entre *habitus/campo*.

Existe uma coerência entre o espaço social da reforma agrária, a incorporação de competências e seus capitais, dado o perfil dos agricultores assentados, pois trazem na sua trajetória características específicas que se interconectam entre os capitais, com forte apelo aos capitais político, social, cultural e simbólico. Essas formas de capital se convertem em um amplo capital na extensão rural, conferindo legitimidade e credibilidade a estes sujeitos. Essas ações de conhecimento vinculada ao capital político e social desempenham um processo estratégico, pois permite uma maior fluidez no espaço social.

O aporte dado ao capital técnico na certificação participativa, por exemplo, conflui na compreensão de não ser qualquer indivíduo que está falando, mas alguém que se disponibiliza de várias ações de conhecimento, vinculando-o a sua prática. Entretanto, esse acúmulo de capitais no campo do poder pode eventualmente gerar um tipo de violência simbólica, dada a composição e tipos de capital social encontrados no campo e subcampos que o GG domina e que conflui em diferentes agentes de extensão.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHER, M. **Culture and agency**. The place of culture in social theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOURDIEU, P. **A distinção**. Porto Alegre

_____. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In Sérgio Miceli, organizador. *A economia das trocas simbólicas*. (5a ed.). São Paulo: Perspectiva; 1998. p. 183-202.

_____. **Conceitos fundamentais**. Editado por Michael Grenfell. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2018.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Razões práticas.** Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CORONA, H. M. P.; ALMEIDA, J. P. de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 29, p. 25-38, abr. 2014.

FERREIRA, F. de F. A formação e organização do grupo gestor do arroz orgânico nos assentamentos de reforma agrária no RS. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

REDIN, E. Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Interações, Campo Grande*, v. 16, n. 1, p. 55-66, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a16n24.pdf>>; Acesso em: janeiro 2019.

ROBBINS, D. A teoria da prática em: Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. Editado por Michael Grenfell. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2018.

SOUZA, J. Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro. Editora Leya, 2018. 288p.

CAPÍTULO 4

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO RS: UM TRABALHO A PARTIR DO PROGRAMA DE ATES⁶

Fernanda de Figueiredo Ferreira
Paulo Roberto Cardoso da Silveira
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-3

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os indicadores de sustentabilidade em sistemas de produção agrícola no contexto dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Realizou-se um estudo a partir do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e sua conexão com os princípios ^(II,VI)⁷ do Manual Operacional de ATES coerentes com os já estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Esta política tem como objetivos disponibilizar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares e assentados, da reforma agrária. Na sua configuração, a oferta dos serviços públicos de extensão rural está embasada no pluralismo institucional⁸.

Por meio deste viés, pode-se perceber que não se trata somente de concepções distintas de modelos de agricultura a serem priorizados pela ação do Estado nas suas diferentes formas de controle e regulação. Neste sentido, surge um questionamento: de que maneira se assegura um processo de política pública descentralizada e suas inter-relações com o tecido social e o

⁶ Os dados empíricos aqui utilizados remontam aos anos de 2014 e 2015 e mesmo referindo-se a um contexto pretérito contribui para a reflexão sobre os indicadores de sustentabilidade nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, tendo como objeto de análise os assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul.

⁷ Princípios: II – contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando as famílias assentadas na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais; VI – promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do(a) trabalhador(a) rural e a perspectiva do desenvolvimento territorial;

⁸ Pluralismo institucional - a presença do Estado é garantida na condição de agente subsidiário, coordenador ou regulador de serviço. Nessa configuração, tem-se não uma mera terceirização, mas variadas formas e níveis de cogestão que exigem uma postura regulatória do Estado. (Ver Neumann et. al, 2015 p. 407)

desenvolvimento sustentável; e, particularmente, quais os indicadores de sustentabilidade que determinam essas escolhas? Esses indicadores balizam as diferentes condições agroecológicas? Consideram a reprodução social das famílias de agricultores?

Deste modo, tornam-se fundamentais a constituição de indicadores de sustentabilidade que possam orientar as ações do Programa de ATES do Rio Grande do Sul de maneira a integrá-los na análise, compatibilizando as dimensões econômica, social e ambiental. Nesta perspectiva, ressalta-se a necessidade de uma maior compreensão das ferramentas metodológicas utilizadas no Programa de ATES/RS, avaliando seus limites.

Desta forma, o presente estudo busca investigar como vem sendo abordado os indicadores de sustentabilidade no Programa de ATES e sua conexão com os princípios^(II,VI) do Manual Operacional de ATES, o qual se referencia pela PNATER.

2 A AÇÃO DO PROGRAMA DE ATES-RS – ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

O Programa de ATES do RS que tem como base estruturante a inspiração no Projeto Lumiar e na PNATER. O Projeto Lumiar executado de 1997 a 2000 teve como objetivo “viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção voltado para o mercado, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”. (INCRA, 1997 p. 94). Desta forma, o Projeto Lumiar se desafiou ao inserir um processo de co-gestão na prestação de serviços de extensão rural, descentralizando-a, o que propicia uma intervenção mais integrada à dinâmica local e regional, qualificando o modo da intervenção social.

A PNATER introduz uma série de diretrizes que dão vazão as discussões realizadas no “Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar” em agosto de 1997, entre elas, institui o pluralismo institucional que corrobora com o trabalho já realizado pelo INCRA, através do Projeto Lumiar. Cabe ressaltar que a PNATER assume como objetivo o desenvolvimento rural sustentável, tendo entre suas diretrizes a adoção de um enfoque metodológico em que se utilize metodologias participativas de ATER, conforme Jesus et al, (2024) e o chamado enfoque sistêmico.

Institucionalizada via decreto presidencial nº. 4.739 de 13 de junho de 2003, a PNATER é resultado de processo de construção com os movimentos sociais do campo, os quais reivindicam mudanças na organização dos serviços de ATER e propõem mudanças metodológicas na forma de atuação dos extensionistas, dentre as quais a utilização de

metodologias participativas e do enfoque sistêmico, buscando estreitar os vínculos com os grupos sociais assistidos e ter na sua situação objetiva o ponto de partida para a ação. No que tange ao enfoque sistêmico como ferramenta de aporte para identificação de pontos críticos a serem superados nas unidades de produção agrícola, uma possibilidade é analisada neste trabalho, a abordagem francesa da teoria dos Sistemas Agrários (MAZOYER e ROUNDART, 2010).

Nesta perspectiva, cria-se no âmbito do INCRA, voltado aos assentamentos de reforma agrária, o Programa de ATES que pretende reorientar a prática do trabalho de extensão rural nos assentamentos de reforma agrária, passando a “assessorar” ao invés de “assistir” e, com isso, trazendo para a pauta o acompanhamento, a co-responsabilidade de criar processos participativos, duradouros, continuados e horizontais.

Deste modo, acrescentam-se a já existente dimensão produtiva, as dimensões social e ambiental, objetivando qualificar a ação dos profissionais e dialogar com os princípios estabelecidos pelo Manual de ATES, o qual tem como objetivo promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento” (Manual Operacional de ATES, 2008 p. 12).

Assim, tem-se como recorte, a experiência do RS que se apresenta como portadora de elementos de uma política diferenciada, a qual ao longo dos últimos anos tem criado os instrumentos⁹ para qualificação dos serviços prestados e envolvimento dos diferentes atores do Programa, não apenas na execução, mas também no processo de gestão e elaboração, o que o torna um sistema pluralista de extensão rural. Nessa perspectiva, faz-se menção ao SIGRA e a RUOP, ferramentas¹⁰ que corroboram com a orientação metodológica expressa no Manual de ATES, a saber:

A ATES apresenta metodologias de caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. (Manual Operacional de ATES, 2008. p. 12).

Desta forma, como salienta Neumann et. al., (2015, p. 417),

⁹ O trabalho com a UFSM, a partir do Termo de Cooperação com o INCRA para assessoria ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para assentamentos de reforma agrária, com objetivo de qualificar de maneira similar o trabalho realizado nos 20 Núcleos Operacionais que abrangem diferentes regiões do estado, tendo como propósito contribuir na construção de espaços de formação crítica com base na realidade local e regional, através dos eixos temáticos que balizam as ações do Programa de ATES, a saber: ambiental, social e produtivo.

¹⁰ Essas metodologias também estão sendo utilizadas em outras Superintendências do INCRA no país, a exemplo de Santa Catarina – SC.

o Sogra foi embasado na compreensão de que a ATES precisava para o processo de planejamento de um sistema de gerenciamento das informações¹¹, com capacidade de retratar de maneira precisa e dinâmica a realidade das famílias assentadas e seus lotes.

A RUOP foi criada com o intuito de gerar referências econômicas e técnicas dos principais sistemas de produção dos assentamentos de reforma agrária, demandado pelo Conselho Estadual de ATES¹².

Essas ferramentas metodológicas têm como base orientadora a Teoria dos Sistemas Agrários referenciada por vários autores (DUFUMIER, 2004, 2007; MAZOYER; ROUDART, 1997), os quais enfatizam que as transformações da agricultura se constituem em processos dinâmicos e evolutivos, cujas dinâmicas só podem ser apreendidas pela análise das suas características específicas, conforme salientam SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997. A evolução dos sistemas agrários, portanto, caracteriza-se por uma grande diversidade de trajetórias de acumulação, a qual reflete a própria diversidade dos processos de diferenciação social que ocorrem na agricultura (SILVA NETO, et al., 2009).

A análise dos processos de diferenciação social exige o uso de instrumentos de análise econômica que permitam uma avaliação da diversidade das unidades de produção existentes, levando em consideração as condições necessárias para a reprodução social dos agricultores, de acordo com as suas categorias sociais e os seus sistemas de produção.

Por esses motivos, o conceito de reprodução social tem sido utilizado para a avaliação econômica de unidades de produção agropecuárias no âmbito da análise-diagnóstico de sistemas agrários (DUFUMIER, 2007). Para o desenvolvimento de uma análise deste tipo, o ponto de partida é a noção de que uma unidade de produção é reprodutível quando fornece uma renda suficiente para que a reprodução social dos membros da família dela dependentes seja assegurada.

Deste modo, entende-se a reprodução social no âmbito dos Sistemas Agrários como a remuneração que consegue cobrir os custos de oportunidade da força de trabalho. Esta remuneração gerada pelo sistema de produção praticado deve permitir que o agricultor se reproduzisse como categoria social e possa estabelecer condições materiais suficientes de desenvolvimento na unidade de produção.

¹¹ Através de blocos de informações: Quem são? (idade, sexo, escolaridade, doenças, etc.); Como vivem? (moradia, saneamento, etc.); Como são os lotes? (distância da sede do município, estrada de acesso, acesso à água, etc.), o que produzem (culturas, criações e processamento, produção para autoconsumo e comercialização) e como produzem (máquinas, instalações, manejos, etc.).

¹² Fóruns de decisão e encaminhamentos do Programa de ATES/RS com representação das diferentes instâncias INCRA, equipes de ATES através das prestadoras de serviço de ATES.

Apesar desta base teórica possibilitar responder a vários aspectos da dinâmica da unidade de produção, a RUOP tem como característica acentuar a dimensão econômica, talvez porque esta seja a que melhor justifique a precisão e mensuração dos dados, principalmente do ponto de vista do atual perfil técnico das equipes, entendendo que a maior parte das discussões se concentra na área produtiva. Entretanto, a sustentabilidade exige um diálogo entre as dimensões econômica, social e ambiental, pois se alguma dimensão não for contemplada a reprodução social da família e a permanência do sistema de produção como viável¹³ poderá estar ameaçada. De outro lado, a revisão prévia da literatura sobre indicadores de sustentabilidade demonstra que esses textos trabalham basicamente com o manejo dos agroecossistemas e não buscam a compatibilização entre as três dimensões.

Tais estudos sobre indicadores ainda não costumam utilizar a visão sistêmica, esta aparecendo de maneira muito incipiente nas pesquisas, não focando a complexidade teórica da análise. Neste aspecto, trabalhos como de Zampieri (2003), demonstram o quando é necessário avançar nas proposições e interações da análise sistêmica.

De maneira geral as análises, mesmo relacionando indicadores que caracterizam diferentes dimensões, concentram-se geralmente nos elementos, não em suas interações. Talvez, por não existir tradição na pesquisa sistêmica propriamente dita, a abordagem das interações não é usual. A tendência é de se usar indicadores que já são consagrados por seu uso, apenas adaptando-os a uma nova linguagem. O entendimento da complexidade parece muitas vezes estar fora do alcance, por justamente a atual realidade estar centrada na lógica racionalista-reducionista de pensar e compreender o mundo.

Mazoyer e Roudart (2010) lembram que em 2050 nosso planeta contará com, aproximadamente, 9 (nove) bilhões de seres humanos e que, para alimentar as populações sem a ocorrência de subnutrição ou carência de nutrientes, a quantidade de produtos vegetais destinadas à alimentação dos homens e dos animais terá que dobrar no mundo inteiro.

Portanto, torna-se imprescindível que a construção de um conceito de agricultura sustentável, que possa ser reavaliada, renovada e praticada ao longo das futuras gerações, se desenvolva não somente a partir do meio acadêmico, mas também da percepção que os atores sociais locais têm acerca de seu ambiente, levando em conta a sua noção de temporalidade, suas necessidades presentes e futuras, ou seja, o seu próprio conceito de qualidade de vida.

¹³ Muitas vezes, o uso intensivo do solo visando à maximização de rendimentos econômicos afetam às condições agroecossistêmicas, implicando em dificuldades de manutenção do desempenho econômico do sistema de produção.

3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS

Segundo Marzall (2000), na última década do século XX, desenvolveu-se o interesse pela busca de indicadores de sustentabilidade por parte de organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo. O evento de referência sobre este tema refere-se a II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Rio-92), através do documento final, a Agenda 21, onde no capítulo 40, enfatiza sobre a necessidade de desenvolver indicadores de sustentabilidade, a partir da realidade de cada país.

Neste sentido, estabelecem-se alguns parâmetros importantes na constituição de indicadores, a saber: ser significativo para a avaliação do sistema; ter validade, objetividade e consistência; ter coerência e ser sensível a mudanças no tempo e no sistema; ser centrado em aspectos práticos e claros, fácil de entender; permitir enfoque integrador, ou seja, fornecer informações condensadas sobre vários aspectos do sistema; ser de fácil mensuração, baseado em informações facilmente disponíveis e de baixo custo, entre outras.

Ainda que, pontuando alguns parâmetros sobre os Indicadores de Sustentabilidade de Agroecossistemas, parte das dificuldades encontradas nas teorias que os embasam, referem-se basicamente a adoção de indicadores para realidades muito distintas daquelas de origem. Ademais, não os utilizam de maneira integrada, apesar de um vasto campo de informação, sendo que os resultados das análises continuam sendo fragmentados, relegando o enfoque sistêmico como base para o entendimento do funcionamento do sistema. Pesquisas como as de PEREIRA FILHO (1991), CAMINO E MULLER (1993), VAN BELLEN (1996), MASERA et. al (1999), MARZALL (1999; 2000), MOURA (2002), ALMEIDA (2000, 2011), SEPULVEDA (2008), demonstram que o estudo e o trabalho com a complexidade, assim como a interdisciplinaridade, ainda não estão presentes de forma efetiva nos Indicadores de Sustentabilidade.

Com base nestes estudos pode-se observar que as análises sustentadas em fundamentos teórico-metodológicos de determinada área de conhecimento acabam por enfatizar alguns elementos relativos a uma dimensão da sustentabilidade. Mesmo que se reconheça teoricamente que a sustentabilidade é multidimensional, muitos trabalhos focam nos aspectos concernentes à dimensão agroecossistêmica, propondo como critérios de avaliação da viabilidade futura do sistema de produção analisado indicadores de prudência ecológica e de resiliência.

No mesmo sentido, como comentado acima, os estudos baseados no arcabouço Teórico dos Sistemas Agrários enfatizam a dimensão econômica como critério para avaliar-se a possibilidade de reprodução social dos sistemas de produção. Mesmo que a reprodução social seja compreendida de forma mais ampla, considerando as relações sociais estabelecidas por

cada família como condicionante de sua permanência na atividade agrícola, a sustentabilidade é avaliada sem contemplar aspectos ambientais, os quais apresentam caráter estratégico para a sociedade.

No âmbito do Programa de ATES, os profissionais envolvidos conjuntamente com as famílias assentadas em viabilizar sua reprodução social tendem a priorizar critérios de ordem econômica na orientação de suas decisões. Mas, certamente haverá uma dimensão social (aqui englobando aspectos culturais que não serão detalhados neste artigo) que definirá a sucessão familiar, garantido ou não a sustentabilidade de uma unidade de produção. Os aspectos ambientais, mesmo que desconsiderados em um primeiro momento, influenciarão no futuro de um determinado sistema de produção.

Neste trabalho não se pretende desenvolver teoricamente e nem empiricamente alternativas que possibilitem uma melhor integração entre as diferentes dimensões da sustentabilidade, o que faremos posteriormente, inclusive na tese da autora principal. Aqui se pretende demonstrar a dificuldade da ATES e as implicações para a compreensão da sustentabilidade.

4 METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa abordou o objeto mediante uma análise quanti-qualitativa, com base numa perspectiva histórica e em busca da integralidade dos fenômenos, visando desnudar os nexos e relações que articulam e explicam à problemática. Conforme Gramsci:

o binômio quantidade e qualidade é inseparável devido ao dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso (1995a, p. 50).

No entanto, compreende-se que não há consenso quanto a não-dicotomização entre quantitativo e qualitativo; pois alguns paradigmas privilegiam um ou outro, mas a dialética materialista valoriza igualmente a ambos porque os entende como complementares.

Ainda seguindo o raciocínio de Gramsci, o cientista-experimentador é também um operário, não um puro pensador: “o seu pensar é continuamente controlado pela prática e vice-versa, até que se forma a unidade perfeita da teoria e da prática” (GRAMSCI, 1995a, p. 171). Neste sentido, para “experimentar” este “pensar” se optou pela pesquisa de campo, o espaço onde se situa o tema em estudo com todas as suas implicações, movimentos e contradições.

Toma-se como base os 20 Núcleos Operacionais (NOs) da ATES do RS, distribuídos em todas as regiões do Estado, tendo como período de trabalho inicial, dois anos agrícolas que comportam os anos de 2013 - 2014 e 2014 - 2015. Entretanto, como referência para este artigo tomou-se como base o sistema leite e grãos do NO de Tupanciretã, pois aí encontram-se características típicas da agricultura convencional, intensiva e dedicada a produção de *commodities*. O NO apresenta sistemas de produção, identificados primeiramente pelas ferramentas metodológicas de ATES/RS, entre elas: SIGRA e UOPs¹⁴.

Atualmente, o trabalho de ATES identifica nos assentamentos de reforma agrária do RS diferentes sistemas de produção¹⁵ de pecuária, leite, leite e grãos, horta e arroz com suas respectivas proporções. De modo que, segue-se o princípio metodológico da Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários - ADSA, a qual propõe partir-se do geral ao particular. Nesta concepção analítica, o contexto de cada família pode ser explicado apenas na sua relação com a “região” do entorno, pois esta delimita os condicionantes agroecológicos, sociais e econômicos, todos resultados de um processo histórico de ocupação do espaço sócio territorial do assentamento.

No percurso utilizado, procurou-se adaptar os estudos já existentes das microrregiões para o contexto da área geográfica de ação dos Núcleos Operacionais, buscando caracterizá-la e recuperar elementos analíticos relevantes presentes nessas regiões, através de materiais já elaborados pelas equipes técnicas responsáveis pelos PDA's e PRA's¹⁶ e programas de gestão alimentados por elas, como o SIGRA. Outro material importante são as planilhas de acompanhamento das unidades de observação que contabilizam informações como: (I) delimitação dos NOs com características mais homogêneas; (II) uma breve análise da formação histórica e a tipologia das unidades de produção; (III) análise técnica-econômica dos sistemas de produção; (IV) a formação histórico cultural das famílias assentadas nessas regiões.

4.1 Análise da formação histórica

A diversidade no modo de exploração dos agroecossistemas, constatada na leitura da paisagem, é fruto da evolução histórica das transformações ecológicas, das relações sociais e

¹⁴ Ferramentas metodológicas de ATES: SIGRA - Sistema Integrado de Gestão Rural de ATES e a RUOP – Rede de Unidades de Observação Pedagógica.

¹⁵ Atualmente o Programa de ATES, identifica a partir das ferramentas metodológicas SIGRA e RUOPs os sistemas de produção de pecuária, sistema leite, sistema leite e grãos, sistema horta e sistema arroz.

¹⁶ PDA – Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos e PRA – Plano de Recuperação dos Assentamentos – meta contratada pelo INCRA as Prestadoras de ATES.

das técnicas agrícolas adotadas pelos agricultores. Portanto, por meio da análise dessa história é possível explicar a heterogeneidade do desenvolvimento da agricultura local, assim como discernir os processos de diferenciação social dos agricultores a ela associados (GARCIA FILHO, 1999 apud SILVA NETO et al., 2007).

Na área de assentamentos rurais, a análise da trajetória histórica das famílias é mais ampla, pois há de se considerar, a formação histórica da região e o que as famílias trazem na sua história de vida e das experiências vivenciadas nas regiões de origem, pois estas vivências na maioria das vezes influenciam na escolha dos sistemas de produção e na dinâmica de desenvolvimento adotada¹⁷.

Desta forma, a tipologia das unidades de produção agropecuária tem por objetivo representar e tornar inteligível a diversidade local encontrada na análise da formação histórica dos assentamentos/NOs/microrregiões, consistindo em classificá-los segundo suas características semelhantes, agrupando-as com base em duas variáveis principais: a categoria social do agricultor e o sistema de produção predominantemente praticado.

Em relação ao sistema de produção, segundo Silva Neto et al., 2007 este se define pelos meios de produção disponíveis e pela combinação conforme as diferentes atividades agropecuárias no interior das unidades de produção. Assim, a tipologia dos sistemas de produção leite e grãos tenta representar a realidade, através dos NOs, detalhando a caracterização deste sistema de produção e seus subsistemas.

Para melhor compreender essa dinâmica fez-se uso da tipologia das unidades de produção que visam classificar as unidades a partir de características mais homogêneas em função das diferentes formas de organização da produção, observando as características técnicas e econômicas adotadas pelo agricultor para assegurar sua reprodução social.

4.2 Análise técnico-econômica dos sistemas de produção

Segundo Garcia Filho (1999), a análise técnico-econômica dos sistemas de produção é efetuada para avaliar o potencial de capitalização ou de descapitalização dos tipos de unidade

¹⁷ Muitas vezes percebe-se que as famílias buscam reproduzir na área do assentamento um sistema de produção que conhecem seu funcionamento na região de origem, caso, por exemplo, da produção de grãos com mecanização e fertilização pesada para as famílias provenientes do norte do estado e todo alto Uruguai; no entanto, nem sempre este sistema de produção se adapta às condições existentes na nova realidade do assentamento, o que causou muitas vezes problemas de baixo retorno econômico (região com menor fertilidade e solos mais rasos), além de alta degradação ambiental causada por um processo de produção que não considera as especificidades agroecológicas do assentamento.

de produção, bem como para contribuir com o aprofundamento da caracterização da tipologia iniciada na análise da história regional. Além disso, possibilita estudar mais detalhadamente as relações sociais que caracterizam cada tipo de unidade de produção e o sistema agrário como um todo.

Assim, a análise dos resultados econômicos globais dos sistemas de produção, destina-se a avaliar o potencial de geração de riquezas para a sociedade de cada tipo de unidade de produção, medido pelo valor agregado, e a capacidade de reprodução social de cada tipo, medida pela renda. Já na análise em que é especificada a contribuição de cada subsistema de cultura ou de criação à renda do agricultor, procurou-se identificar os subsistemas com maior potencial de geração de renda, sejam estratégias que envolvam a produção da soja (cultivo do grão, arrendamento e/ou prestação de serviços), assim como a comercialização do leite (*in natura* e ou os subprodutos processados).

O valor agregado é uma medida que procura distinguir a geração de bens e serviços da distribuição entre os diferentes agentes que participam da produção, correspondendo ao fluxo de riqueza anual produzido por meio do sistema de produção (SILVA NETO et.al, 2007).

A partir das tipologias são apresentados indicadores que permitem visualizar o contexto onde está inserido o sistema de produção de leite e grãos. Nesta ferramenta metodológica, os indicadores utilizados são relacionados ao nível de reprodução social das famílias, através da renda, superfície de área útil, unidade de trabalho familiar, preço, produtividade, volume de produção, depreciação e manutenção de máquinas e equipamentos que tem como significado a necessidade de avaliar os resultados econômicos e os efeitos destas intervenções no âmbito dos assentamentos; deste modo se pode estabelecer indicadores de desenvolvimento capazes de propiciar alterações dentro de cada contexto e realidade local.

4.3 Indicadores do Programa de ATES e de Sustentabilidade em Agroecossistemas

Os Indicadores utilizados no Programa de ATES referem-se às ferramentas SIGRA e RUOP que tem como base o arcabouço teórico da Teoria dos Sistemas Agrários. Esta teoria desenvolvida na França enfatiza que as transformações da agricultura se constituem em processos dinâmicos e evolutivos, acentuados pelas características físicas que compreendem as condições do agroecossistema (edafoclimática, relevo, etc.) e históricas: processos de transformação, modos de ocupação e apropriação da terra, políticas públicas, condições

tecnológicas, econômicas, culturais, o que possibilita uma constante adaptação e conformação histórica.

Convém destacar que um indicador não apenas se alimenta de informação, mas também as produz, sendo uma consideração importante no processo de interpretação. O sentido trazido por um indicador depende das representações sociais, assim como determinantes políticos, de uma leitura particular, modelos de interpretação da realidade, por exemplo, sistemas de produção das UOPs.

Já em relação aos indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas, estudos mais sistemáticos remontam ao final dos anos 90 onde apresentam uma profunda revisão bibliográfica, entretanto, são poucos os pesquisadores que se dedicam ao estudo do tema de maneira a compatibilizar as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Assim, com o objetivo de trazer elementos para compreender e refletir sobre a compatibilização nas três dimensões do Programa de ATES, de maneira que as integre com a totalidade dos sistemas de produção em análise, buscam-se alguns atributos destes agroecossistemas, os quais em síntese referem-se à capacidade de trabalhar a partir de uma visão holística, transdisciplinar e participativa, o que pode significar possíveis respostas as próprias contradições presentes nas proposições dos movimentos sociais, do Programa de ATES e dos princípios que os norteiam.

De outro modo, como argumenta Mészáros¹⁸, ainda no séc. XIX é importante que exista uma ruptura sócio metabólica, pois o ser humano é um ser crescentemente social e a cada período o homem se relaciona e interage com a natureza, onde a transforma, no sentido de humanizá-la, mas não de expropriá-la como num processo de mercantilização da natureza que vem sendo roubada da sociedade, nos desumanizando. Assim, enfrentar o capital, o Estado e as formas de expropriação da natureza a partir da análise de John Bellamy Foster¹⁹ sobre Marx e a Ecologia, remete-se a interagir mais profundamente com a natureza, orientando-se por um “cuidado”, o qual se configura anterior ao conceito de sustentabilidade.

5 O SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANALISADO E CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU DESEMPENHO

¹⁸ Resenha do livro de István Mészáros (Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 80p.). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n97/a16v2797.pdf>>

¹⁹ John Bellamy Foster – “A Ecologia da economia política de Marx*” - *Artigo publicado originalmente em inglês na revista Monthly Review, v. 63, n. 4, em setembro de 2011. Lutas Sociais agradece ao autor pela permissão de traduzi-lo para o leitor brasileiro. Tradução de Pedro Paulo Bocca. Acesso em 07 de outubro de 2016. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.28/john-bellamy-foster.pdf>>.

5.1 O sistema leite e grãos nos assentamentos de reforma agrária

Para classificação do sistema leite e grãos foram consideradas as UOPs que tem na sua composição de grãos, a cultura da soja, tendo como justificativa compreender a dinâmica deste grão nas áreas de assentamento de reforma agrária no RS, conforme quadro 1.

O sistema de produção, leite e grãos, está representado em 85% dos Núcleos Operacionais que compõem o Programa de ATES do RS, com 26,53% das UOPs em 2014 e 19,51% em 2015. Segundo dados do SIGRA, 2014, a representatividade do sistema de produção leite e grãos podem ser verificados quando se observa que das 2.975 unidades agrícolas que cultivam a soja, 75% estão conjugadas com o a produção de leite. Neste contexto, os NO's com maior representatividade no registro de unidades deste sistema, são os de Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Jóia que compõem a região 01, denominada de território central no Programa de ATES.

De maneira representativa, aparecem a região noroeste com os NOs de Sarandi, Palmeira das Missões e Vacaria, a região das Missões e Fronteira, com os NOs de São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, São Gabriel, Santana do Livramento e Hulha Negra; os; demais NOs apresentam registros com superfície de área que variam entre 33 ha a 680 ha para este cultivo de grãos.

Do mesmo modo, é possível observar que o cultivo da soja ocupa uma área superior à do leite, mostrando conformidade com a realidade de expansão desta cultura no RS e também nos assentamentos. Já nos NOs citados anteriormente, com maior produtividade na cultura da soja, a área do leite é superior a ocupada por este cultivo.

A soja é produzida em um sistema com elevado uso de insumos e intensivo capital, baseado no uso de energia fóssil, insumos industriais, fertilizantes químicos, diversos tipos de agrotóxicos, mecanização, pouca mão-de-obra, variedades geneticamente modificadas de alto potencial produtivo, além de muitos outros recursos não-renováveis (CAVALETT, 2008).

O agroecossistema em que a produção da soja está inserida no contexto dos assentamentos de reforma agrária, devido aos impactos negativos percebidos do ponto de vista ambiental, impõe a necessidade da mensuração de índices capazes de captar as diversas relações econômicas, culturais, sociais e ambientais.

Quadro 1 - Produção de leite e soja nos assentamentos do RS – Programa de ATES/RS

Leite e Soja		Leite		Soja	
Núcleos	Registros	Área (há)	Produção (litros)	Área (há)	Produção (kg)
01 - Júlio de Castilhos	311	3.335,30	9.112.912,00	3318,3	7.901.501,70
02 - Tupanciretã	411	3.930,70	7.274.590,00	3482,9	7.228.945,00
03 - Jóia	304	2.470,00	7.272.235,00	3072,5	6.581.815,00
04 - Sarandi	150	739,2	2.997.112,00	1201,1	3.031.495,00
05 - Palmeira das Missões	146	958,5	4.904.875,00	1345	3.329.772,10
06 - Vacaria	115	611,9	2.132.360,00	814,3	2.311.076,00
08 - Eldorado do Sul	4	22,5	8.450,00	33	203.350,00
09 - Santana do Livramento	168	2.252,80	2.157.270,00	2247,5	3.597.728,00
10 - Fronteira Oeste	32	444,5	253.830,00	268,5	355.300,00
11 - Candiota	26	120,5	98.865,00	291,3	603.321,00
12 - Hulha negra	56	441,4	758.906,00	1038	1.339.980,00
13 - Canguçu	46	312,7	176.755,00	651,3	754.820,00
14 - Pinheiro Machado	12	158,5	261.714,00	500	657.400,00
15 - Piratini	22	156,1	129.915,00	219,1	156.440,00
16 - Herval	55	738,4	256.750,00	680,1	847.965,00
17 - São Luiz Gonzaga	103	1.004,00	1.238.798,00	805,2	1.870.118,00
18 - São Miguel das Missões	158	1.132,30	1.493.940,00	1141,7	1.780.062,80
19 - São Gabriel	121	559,8	305.828,00	2345	2.016.758,70
TOTAL	2240	19.388,70	40.835.105,00	23454,8	44.567.848,30

Fonte: Adaptado de Documento Elaborado pela Equipe de ATPs – Programa de ATES/RS, conforme dados do Sistema Integrado de Gestão Rural, SIGRA 2014.

As unidades estão distribuídas em diferentes regiões do estado que compõem os NOs de ATES. Neste estudo serão discutidas as UOPs que estão inseridas no NO de Tupanciretã, tendo como base as tipologias discutidas no Programa de ATES/RS para o sistema leite e grãos, listada na tabela 1.

Tabela 1 - Tabela das Unidades de Observação Pedagógicas (UOPs) referentes ao sistema leite e grãos do Programa de ATES/RS – NO de Tupanciretã, analisados em 2014 e 2015

Tipos	Tipologia das UOPs	Unidades que se repetem nos anos de 2014 e 2015 – NO Tupanciretã	Caracterização da Tipologia
Tipo 1	Sistema Leite e grãos, subsistência tendo como prioridade a atividade leiteira	009_T/LG	Estrutura produtiva voltada a atividade leiteira, prioriza as áreas de pastagens e terceiriza o cultivo da soja (plantio, tratos culturais e colheita). Não possui maquinário próprio.
Tipo 2	Sistema Leite e grãos, feira/horta comercial e subsistência.	010_T/LG	Unidades que possuem mais de 1 UTH; a crise do leite e o acesso a políticas públicas ampliaram a dinâmica dos subsistemas de produção, incluindo a feira/horta comercial. Possuem trator e terceirizam a colheita.
		011_T/LG	

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP - Programa de ATES/RS - 2014 e 2015.

5.2 Caracterização geral das UOPs do NO de Tupanciretã

Essas UOPs apresentam uma superfície de área útil total (SAU Total) entre 11 ha e 17 ha distribuídos em áreas de cultivos de grãos (SAU grãos) que variam entre 3 ha a 8 ha e áreas de pastagens, campo nativo e poteiros que caracterizam a atividade leiteira (SAU Leite), sendo representados por áreas que vão de 7 ha a 12,2 ha. Em algumas dessas unidades, compõem a SAU áreas destinadas a horta de subsistência e comercial, sendo consideradas na contabilização do produto bruto (PB) gerado por unidade de área agrícola.

No ano agrícola de 2014, a disponibilidade de unidades de trabalho familiar (UTF) apresentam pouca variação, o que significa em termos numéricos de 1,50 a 2,06 UTF nos Tipos 1 e 2. Neste caso, caracterizam unidades que estão com apenas um membro da família em tempo integral, aposentados e filhos em período letivo.

Os indicadores de consumo intermediário por superfície de área útil (CI/SAU), mostram que os custos na atividade de soja são mais altos que os custos com a atividade leiteira. Por outro lado, ao compararmos os indicadores de renda/UTH/mês das duas atividades, constata-se que em apenas uma unidade na composição de renda, a atividade leiteira fornece valor menor que o cultivo da soja. De maneira geral, a relação consumo intermediário (CI) e produto bruto (PB) é próximo de 1/3, ou seja, para cada unidade monetária dispendida com o (CI) resultam três unidades de produção (PB).

O VAB/SAU representa o indicador de eficácia técnica do sistema de produção, o que pode indicar variações e concepções distintas de manejo produtivo, quando os valores encontrados forem equidistantes. Esses indicadores estão representados na tabela 2.

Tabela 2 - Tabela com valores integrais do Tipo 1 e 2 do Sistema Leite e Grãos

INDICADORES	TIPO 1	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 2	TIPO 2	TIPO 2
SOJA/LEITE-2014/2015	009_T/LG	009_T/LG	010_T/LG	010_T/LG	011_T/LG	011_T/LG
ANO	2014	2015	2014	2015	2014	2015
SAU Total	17	14,5	13,8	15,5	11	10,95
SAU Leite	12,2	10,5	7	7,5	8	5,7
SAU Grãos	6	6	8	9	3	5
UTFs	1,5	2,25	2,06	1,75	1,52	1,75
PB/SAU	3.398,77	4.598,41	3.652,15	3.618,59	5.644,00	5.839,91
CI/ SAU	1.542,80	1.526,42	1.087,94	1.361,77	2.363,07	1.473,22
VAB/ SAU	1.855,98	3.071,99	2.601,17	2.256,82	3.280,93	4.366,70
PC/CI	2,2	3,01	3,36	2,66	2,39	3,96
Dep/SAU	130,33	429,04	38,26	57,03	128,24	167,67
DVA/SAU	57,21	86,95	75,53	66,29	97,83	73,73
Renda/SAU	1.668,44	2.556,00	2.487,38	2.133,50	3.054,85	4.125,30
Renda Agrícola da UPA	28.363,41	37.061,94	34.325,82	33.069,26	33.603,43	45.171,99
Renda Total	28.363,41	44.561,94	34.815,82	33.069,26	42.803,43	45.231,99

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP – Programa de ATES/RS, 2014 e 2015.

5.2.1 Unidades do Tipo 1: análise dos anos agrícola de 2014 e 2015

Observa-se que, detalhando cada um dos tipos, na composição deste indicador, a UOP 009_T/LG que representa o Tipo 1, disponibiliza 72% da SAU à atividade leiteira, gerando um VAB/SAU de R\$ 1.975,80 e renda leite/UTF/mês de R\$ 1.120,08, ao passo que no cultivo de soja esses valores são respectivamente, R\$ 905,55 e R\$ 245,29 o que pode ser atribuído à baixa produtividade e ao elevado custo dos insumos, impactando na totalidade da unidade de produção, enquanto processo sistêmico.

A unidade 009_T/LG dispõe de uma superfície de área útil (SAU) de 12,20 ha e força de trabalho familiar de 1,50 UTF. A partir dos dados, observa-se que esta unidade é a que apresenta a melhor relação CI/SAU de R\$ 1.108,32 sendo este, um valor intermediário as demais unidades, com um impacto positivo na renda/UTF/mês de R\$ 1.120,08 demonstrando que além de atingir o NRS, a unidade se mostra bem adaptada ao sistema leite, pois apenas com a atividade leiteira remunera a força de trabalho. Com razoáveis índices técnicos e baixo capital mobilizado por área agrícola, apresenta um PB/Vaca em lactação de R\$ 4.703,28 com 20% destinado a comercialização de animais e VAB/SAU de R\$ 1.975,80 com um CI/litro de R\$ 0,36 demonstrando a eficácia do sistema leite para pequenas áreas agrícolas e pouca disponibilidade de força de trabalho, corroborando com estudos de SILVA NETO et.al, 2007 e BASSO, 2005.

Tabela 3 - Tabela da atividade leiteira dos Tipos 1 e 2 do Sistema de Produção Leite e Grãos em 2014 e 2015

IND. SLG – 2014 e 2015	TIPO 1	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 2	TIPO 2	TIPO 2
	009_T/LG 2014	009_T/LG 2015	010_T/LG 2014	010_T/LG 2015	011_T/LG 2014	011_T/LG 2015
Rebanho (secas + lactação)	11	12	10	7	10	8
SAU leite	12,2	10,5	7	7,5	8	5,7
UTFs	1,5	2,25	2,06	1,75	1,52	1,75
Vacas em lactação	8	12	4	6	5	6
Vacas secas	3	-	6	1	5	2
Total de UA	17,67	13,56	13,56	12,5	12,89	11,76
Preço litro do leite	0,81	0,69	0,79	0,63	0,82	0,68
DVA/PB (% DVA)	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01
Preço da atividade leiteira	1,01	0,79	0,77	0,6	1,01	1,32
UA/SAU do leite	1,45	1,29	1,94	1,67	1,61	2,06
% de vacas secas	27,27	-	0,33	14	50	25
UA/Vaca (vc secas + vc em lactação)	1,61	1,13	1,36	1,79	1,29	1,47
Litros por vaca lactação/dia	12,77	12,03	17,52	7,45	20,35	7,56
PB/Vaca lactação	4.703,28	3.463,24	4.931,11	1.629,69	7.664,01	3.641,51
VAB leite/SAU	1.975,80	1.036,08	2.047,37	1.314,64	2.694,91	1.254,39
CI/UA	765,37	802,53	397,83	788,09	1.300,41	608,23
CI leite/SAU	1.108,32	2.921,91	770,4	-10,89	2.015,75	2.578,78
DEP/S AU	132,35	214,04	75,43	58,13	158,7	181,71
DVA/vaca lac	81,07	69,74	109,06	35,45	131,84	28,62
MO leite/SAU leite	27,05	21,99	47	31	43,5	44
Renda Leite / vaca lac	2.730,18	2.299,64	3.341,84	-121,74	3.926,09	2.248,60
Renda Leite/ SAU leite	1.790,29	2.628,16	1.909,62	-97,39	2.453,81	2.366,95
Renda Leite/UTF/Mês	1.120,08	943,44	499,15	-32,11	994,96	593,04

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP – Programa de ATES/RS, 2014 e 2015.

Neste sentido, a UOP 009_T/LG tem na sua composição do sistema leite e grãos um VAB leite/SAU de R\$ 1.036,08 e uma renda leite/UTF/mês de R\$ 943,44, enquanto no cultivo de soja, esses valores correspondem a R\$ 1.200,68 e R\$ 123,11. Esses fatores podem estar relacionados à produtividade do sistema leite que apresenta 13,6 UA, com 12 vacas em lactação

e nenhuma vaca seca, com produção de 52,70 litros o que equivale a 12,03 litros/vaca lactação/dia, com um preço médio de R\$ 0,69 o litro. Assim, o PB da atividade corresponde a R\$ 41.558,88 oriundos do leite comercializado, autoconsumo e comercialização de animais. O CI da atividade refere-se a 69% dos custos destinados a pastagens e silagens, sendo 38% para o milho e 21% em aveia e azevém, os suplementos contribuem com 11% na ração, na sanidade e reprodução animal, sendo que os gastos totalizam 13%, e destes, 2% são aplicados em inseminação artificial, 9% em medicamentos veterinários e 7% em energia elétrica.

Já na cultura da soja, o itinerário técnico é o tradicional da região, onde a UOP 009_T/LG apresenta a seguinte dinâmica: pagamento de hora máquina/ha de R\$ 62,50, tendo como exceção a colheita que é realizada manualmente. Em relação ao CI da atividade, quase 60% dos custos são atribuídos aos insumos, ainda que, o CI/SAU/sc seja de R\$ 21,60 muito próximo a unidade referência²⁰ que apresenta o valor de R\$ 23,00. A produtividade é 41,67 sc/ha, tendo como preço pago por saco, o valor de R\$ 62,00; mesmo assim, apresenta um VAB/SAU de R\$ 1.200,68, entretanto, é a UOP que tem maior gasto com depreciação por área neste sistema de cultivo, com R\$ 541,11, oriundos do trator.

5.2.2 Unidades do Tipo 2: análise dos anos agrícola de 2014 e 2015

As UOPs que compõem o Tipo 2 são as UOPs 010_T/LG e 011_T/LG. A UOP 011_T/LG destina 8 ha a atividade leiteira, com rebanho de 10 animais, destas, 05 vacas em lactação com volume de produção de 20,35 litros/vaca/dia, resultando em um VAB/SAU de R\$ 2.694,91 viabilizados por um investimento de CI/SAU de R\$ 2.015,75 o que implica em um custo litro de R\$ 0,43. Deste modo, o percentual de vacas secas é de 50%, um dos maiores deste Tipo, entretanto, mudanças significativas no número de vacas em lactação tem influência direta na política de manejo da unidade agrícola neste período, ocasionando possível deficiência nutricional e estresse alimentar. De outro modo, apresenta o maior PB/vaca lactação de R\$ 7.664,01 com incremento de 20% sobre a comercialização de animais, considera-se aqui a venda de vacas.

Já a unidade 010_T/LG não alcança o NRS apenas com a atividade leiteira, nessa unidade os índices referentes a vacas secas correspondem a 60% do rebanho, com 4 vacas em

²⁰ Unidade referência – para esta unidade, utilizaram-se os melhores indicadores de produtividade físicas teoricamente possíveis no contexto dessas unidades. Assim, a unidade referência do sistema leite e grãos são estruturas que são encontradas em ambos os sistemas de produção, com propósito de expressar um saber sobre o comportamento sistêmico e embasar as análises.

lactação e volume de produção de 17,52 litros/vaca/dia, o que exige um manejo nutricional compatível, entretanto, gera um CI leite/SAU de R\$ 770,40 podendo ser atribuídos na estratégia adotada que faz uso das pastagens perenes.

Segundo o indicador MO/SAU, a atividade leiteira demanda força de trabalho constante, pela necessidade de atender as operações diárias de manejo do rebanho, extração e organização da matéria-prima. Desta forma, para os agricultores que acompanham as atividades, a relação de intensificação da força de trabalho representa entre 20% e 47%.

Já o cultivo da soja para ambos os Tipos apresenta como características gerais, superfície de área útil entre 3 e 8 ha, com produtividade entre 35 a 61 sacos de soja por hectare, configurando-se como atividade importante na dinâmica do sistema leite e grãos. Neste sistema de produção, o itinerário técnico é realizado com maquinário terceirizado, que pode ser observado através do indicador pagamento de hora máquina por superfície de área útil que nessas unidades variam entre R\$ 126,25 a R\$ 703,00. Segundo o indicador MO/SAU, mesmo utilizando maquinário terceirizado os agricultores acompanham algumas práticas de cultivos, o que em termos percentuais não compromete mais de 2% do tempo.

Nessa perspectiva, o cultivo de soja tem as seguintes funções: i) estabelecer uma melhor relação solo-planta-animal pelos benefícios que essa leguminosa representa ao solo, bem como as pastagens que são plantadas na sequência; ii) otimizar o tempo de trabalho na unidade de produção ao agricultor, pois mesmo participando das atividades, o tempo destinado é mínimo em comparação a atividade leiteira, o que representa na maior parte das vezes, menos de 2%. iii) além do que, situações onde existem limites relacionados à força de trabalho familiar e a sucessão, a dinâmica da soja nos anos analisados com mercado favorável propicia uma boa estratégia de reprodução às famílias.

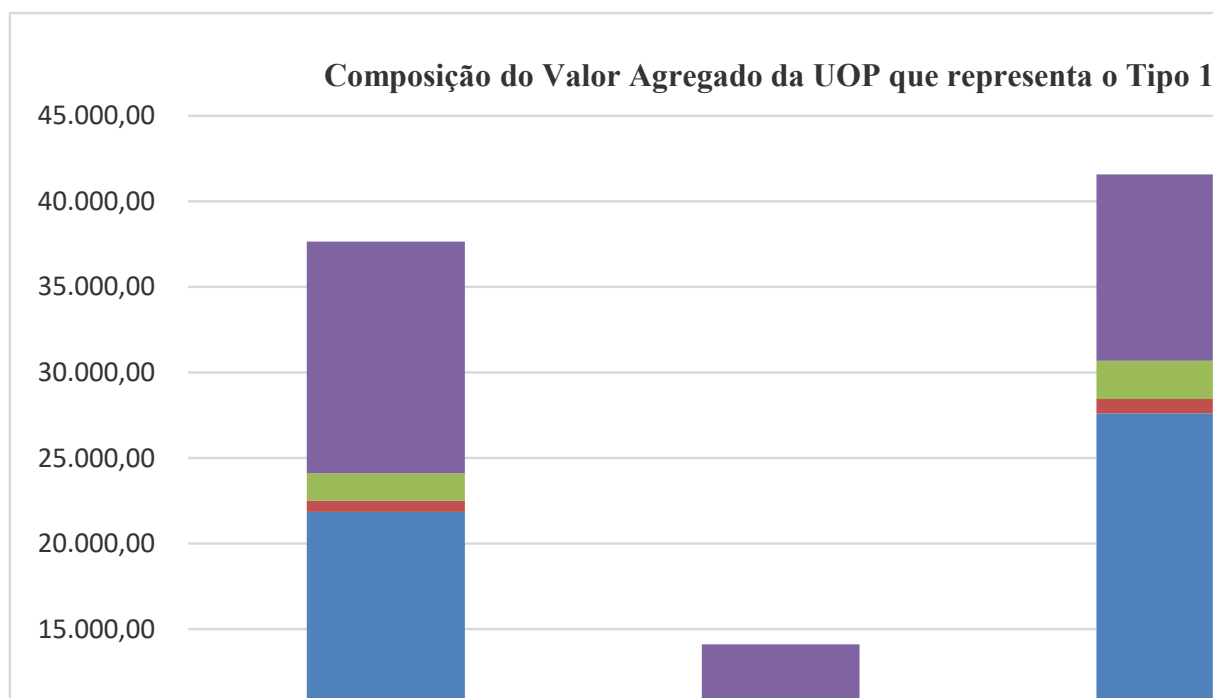
Em relação aos indicadores de pagamento hora máquina, observa-se um custo equivalente ao valor atribuído a Renda/UTF/mês oriunda do sistema de cultivo da soja. De outra forma, o próprio processo de produção, entendendo a importância do grão de soja na unidade agrícola, pode ser questionado. Para tanto, entende-se que o estudo dessas unidades retrata o perfil das famílias que visualizam na soja garantia de renda, dado o balanço econômico dos últimos anos desta *commoditie*, cujos fins residem na obtenção de um nível ótimo de produção, que por sua vez, maximiza o lucro e permite a continuidade das atividades na unidade de produção.

Deste modo, a relação inversa também deve ser problematizada, caso o preço apresente queda e a produtividade utilizada seja a menor entre as UOPs, será que este cultivo permanece viável ao longo do tempo da forma como vem sendo produzida? Assim, deve-se mergulhar em

outras experiências no âmbito dos assentamentos de reforma agrária e olhar com cuidado essa tecnologia de produção num contexto socioeconômico específico e delicado, onde, sua importância ganha mais força quando se questionam as desigualdades sociais e a perda da biodiversidade alimentar nas áreas de assentamentos rurais.

A composição do valor agregado do sistema leite e grãos (SLG) para o Tipo 1 está representada no gráfico 2.

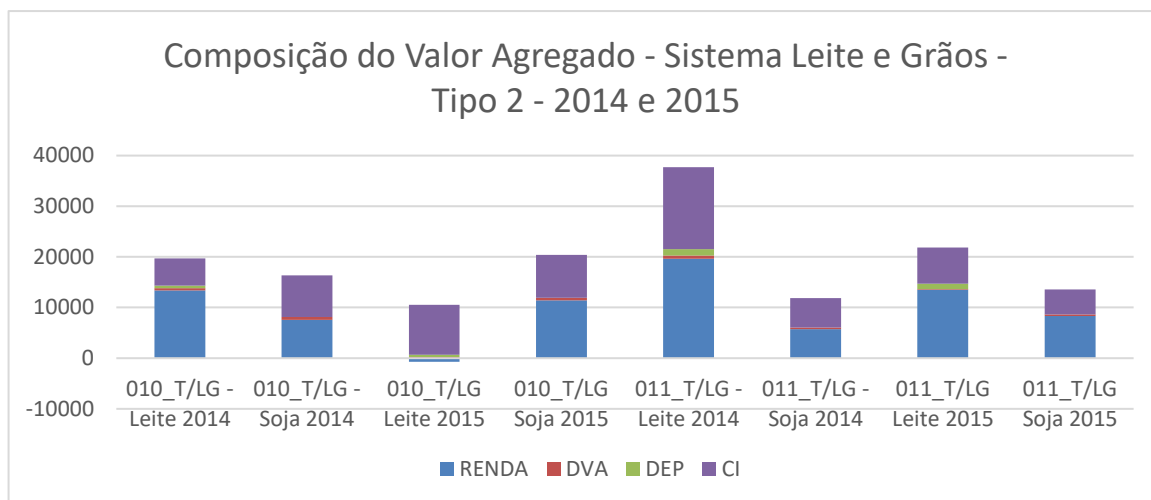
Gráfico 2 - Composição do Valor Agregado do Sistema Leite e Grãos –Tipo 1 – 2014 e 2015



Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP – Programa de ATES/RS, 2014 e 2015.

Neste sentido, retoma-se a atenção para a UOP 009_T/LG que apenas com a atividade leiteira apresenta uma Renda/UTF/mês de R\$ 943,44 o que reforça a dinâmica adotada para este sistema, tendo essa unidade como referência; caso o cenário da soja, preço e produtividade sofram alterações, essa unidade é a que melhor representa uma ação de reestruturação e investimento voltada à atividade leiteira. Ao passo que a UOP 011 _T/LG apresenta a melhor relação do sistema leite e grãos, com composição de Renda/UTF/mês de R\$ 971,09 entre as duas atividades.

Gráfico 3 - Composição do Valor Agregado do Sistema Leite e Grãos –Tipo 2 – 2014 e 2015



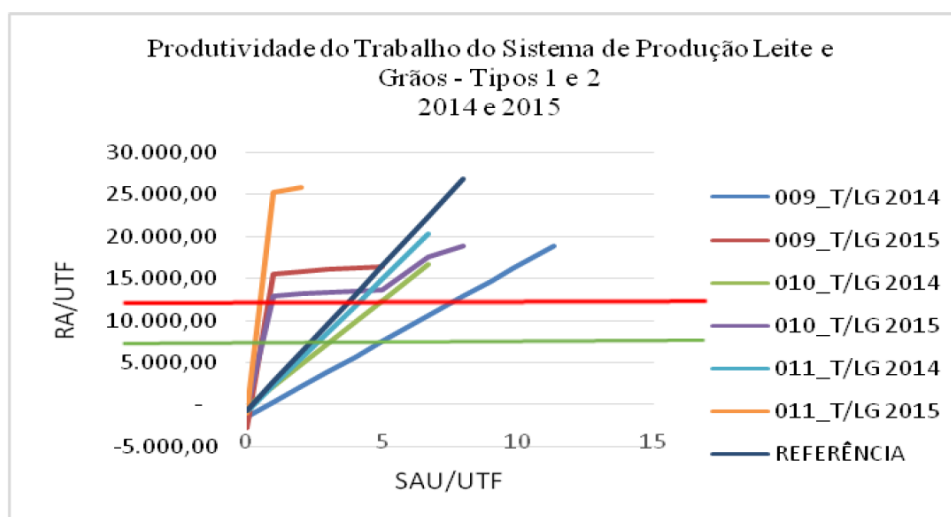
Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP – Programa de ATES/RS, 2014 e 2015.

A partir do (Gráfico 4) é possível observar que se estabelece uma reta para avaliar o desempenho econômico, através da

renda (RA) gerada por unidade de trabalho (UTF). Para tanto, a partir do NRS, utilizou-se dois parâmetros de avaliação: o salário mínimo, enquanto custo de oportunidade da força de trabalho disponível na unidade agrícola estabelecido em R\$ 9.412,00 e um valor mediano que se estabeleceu em 1,50 UTF, o que corresponde a uma renda anual de R\$ 14.118,00.

Assim, mesmo pontuando dois valores de referência ao NRS, repete-se a análise econômica das unidades deste subsistema, com diferencial de apresentar um sistema mais ou menos intensivo. Desta forma, a UOP 011_T/LG fica mais próxima a UOP Referência.

Gráfico 4 - Dinâmica da Produtividade do Trabalho do Sistema Leite e Grãos – Tipo 1 e 2, ano de 2014 e 2015



Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da RUOP – Programa de ATES/RS, 2014 e 2015.

Desta forma, as unidades que apresentam um melhor desempenho econômico em relação a sua força de trabalho são as 009_T/LG e a 011_T/LG que garantem a reprodução social da família a partir da atividade leiteira, pois apresentam uma dinâmica mais intensiva, com razoáveis índices técnicos, o que em contrapartida garante um percentual de investimento no sistema.

Assim, a importância da atividade leiteira na composição dos resultados econômicos destas UOPs proporciona uma contribuição marginal da renda agropecuária por superfície entre 2,5 a 4 vezes, a mais que o cultivo de soja. Em termos absolutos, a contribuição da atividade leiteira é ainda maior, ou seja, aproximadamente 77,01% contra cerca de 16,86% da soja na UOP 009_T/LG e 58,42% do leite a 35,09% da soja na UOP 011_T/LG.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir pelos dados analisados que o arranjo dos recursos disponíveis em cada UOP constitui variantes de um sistema de produção hegemônico nos assentamentos do NO analisado: o sistema Leite Grãos. Tal sistema em graus diferentes de intensificação do uso dos fatores de produção apresenta um bom desempenho econômico e conseguem alcançar um valor necessário para remunerar o custo de oportunidade da força de trabalho. Ainda que, tal intensificação tem provocado à poluição dos recursos hídricos, do solo e reduzido à capacidade de resposta dos agroecossistemas, o que tem implicado em um crescente custo de produção, o que significa dificuldades futuras em manter este sistema como viável economicamente e reproduzindo socialmente a família. E neste sentido, a flutuação no preço dos produtos (leite e soja) pode representar uma mudança radical no desempenho do sistema.

Os profissionais de ATES não tem tido instrumentos para avaliar a sensibilidade deste sistema no ponto de vista social e ambiental. Devendo-se considerar que no aspecto social, o contexto regional e o cenário econômico nacional, bem como as políticas públicas, condicionam a avaliação da família sobre a permanência na atividade.

Ademais, este estudo se vincula ao debate atual da extensão rural e desenvolvimento, a partir da concepção da PNATER na extensão rural que aponta três questões distintas as quais norteiam seus princípios e diretrizes: o pluralismo institucional; a agroecologia, através da ecologização dos sistemas de produção; e as metodologias participativas.

De modo que, alguns interrogantes que orientam o aprofundamento do estudo partem destes pressupostos, os quais poderiam ser desdobrados em outras inúmeras questões de pesquisa, entre elas: até que ponto os Indicadores de Sustentabilidade de Agroecossistemas

podem responder às necessidades do Programa de ATES nas dimensões econômicas, sociais e ambientais? Como o Estado via política pública potencializa este processo? Qual o papel do Estado? Como o Estado equaciona os indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas e relaciona-os com a política de ATER/ATES, ao mesmo tempo, em que este exerce controle (incentivo/repressão) de uma matriz produtiva mais limpa energeticamente? De que forma as políticas de ATER/ATES podem institucionalizar a gestão de indicadores de sustentabilidade de maneira compatibilizada? É certo afirmar que indicadores ambientais e sociais possam agregar valor e causar impacto na reprodução social dos agricultores? E como esses indicadores de sustentabilidade podem contribuir na afirmação/reorientação de matrizes produtivas alternativas em áreas de assentamento?

Para que tais indagações possam ser respondidas é necessário buscar instrumentos analíticos que possam contribuir para que os profissionais de ATES possam orientar as ações dos agricultores. E se nos interrogarmos sobre o que se pretende com a reforma agrária, talvez não seja suficiente dizer que economicamente o desempenho das UOPS é positivo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, J. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

CAVALETT, O. Análise do Ciclo de Vida da Soja. Tese de doutorando em Engenharia de Alimentos. Campinas: UNICAMP, 2008.

DUFUMIER, M. Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas. Salvador: Edufba, 2007.

DELGADO, G. C. Do “Capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2012. 144 p.

GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto Lumiar*: assistência técnica nos assentamentos. Brasília. Diretoria de Assentamento. Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária, 1997.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. (63- 104) In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios. (org.) MOTA, A. AMARAL, A. Recife: Editora UFPE, 2014.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014.

MAZOYER, M. ROUDART, L. História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOURA, L. Indicadores para a avaliação de sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo - RS. UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR. Dissertação de Mestrado. 2002, 249 p.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P. Reforma Agrária e a Atuação do Estado na oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos. In: DIESEL, V.; Neumann, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: editora Unijuí, 2012, p. 83 – 104.

OLIVEIRA, M. de O.; XAVIER, J.H.V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E.; Projeto Unaí: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 264 p. ISBN: 978-85-7383-480-2.

SILVA NETO, B.; STAMBERG, A. R. P.; OLIVEIRA, A. Dinâmica do sistema agrário e transformações da agricultura familiar do município de Santo Antônio das Missões, RS. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 77-114, jan./dez. 2007.

SILVA NETO, B.; DEZEN, M.; SANTOS, P. E. dos. O conceito de reprodução social na análise de unidades de produção agropecuária. Rev. Teoria e Evidência Econômica - Ano 15, n. 32, p. 87-108, jan./jun. 2009.

SILVA, V. P.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade de agroecossistemas de mandioca: primeiro ciclo de avaliação em Bom Jesus-RN. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 313-328, 2014. ISSN 2179-0892.

SILVA NETO, B. Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção. Uma abordagem baseada no materialismo histórico dialético. 2016 128 p., ISBN 978-85-64905-37-

SILVA NETO, B. BASSO, D. Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: Análise e recomendações de políticas. 2º ed. Ed. Unijuí, 2015. – 336 p.

ZAMPIERI, S. L. Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do estado de Santa Catarina. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do estado de Santa Catarina> Acesso em: junho de 2025.

CAPÍTULO 5

O ESTADO DO PIAUÍ NA ERA DESENVOLVIMENTISTA: CONFLITOS ENTRE A CHEGADA DOS GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Antonio Eusébio de Sousa
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-5

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento, como se entende, é uma série de fenômenos econômicos que finalmente chegou ao estado do Piauí. A imagem do Piauí como uma região marginalizada dentro do círculo econômico nacional contrasta fortemente com a imagem que o Governo está divulgando, de uma região rica em recursos naturais inexplorados que devem ser explorados, constitui a base do apoio estatal e dos incentivos para estes projetos de grande escala.

Perante esta ambiguidade exposta no parágrafo anterior, parte da população sente que a sua qualidade de vida pode crescer e melhorar dada a possibilidade de crescimento e melhoria, sendo esta ideia ainda agravada pelo crescimento temporário de determinados setores em áreas urbanas quando um determinado projeto é implementado ou está em fase de implantação.

De outro lado, vive-se no Estado do Piauí o império desenvolvimentista onde os direitos humanos são violados em nome de um suposto interesse público, sendo que se opor a tal perspectiva é motivo de grande perplexidade por parte daqueles que creem nos benefícios de um progresso minado por falhas e contradições.

As comunidades camponesas que possuem uma relação histórico- cultural com o território piauiense torna-se, na conjuntura atual, alvo do avanço de interesses privados e embasados pelo princípio da supremacia do interesse público, os grandes empreendimentos inseridos no modo de produção capitalista avançam desrespeitando inúmeros direitos das comunidades, inclusive o de optar por qual tipo de desenvolvimento elas preferem. Oliveira (1994) expõe que, torna-se evidente que mesmo tendo uma longa história de existência, estes

conflitos têm se fortalecido e aumentado nos últimos anos devido à expansão intervencionista do capital no campo.

Por meio da análise e estudo de documentos, bem como do contato direto com parte das famílias atingidas pela pesquisa de instalação do projeto durante a pesquisa de tese de doutorado do PPGG/FCT Unesp (SOUSA 2023), foram descobertas diversas deficiências, como a falta de reconhecimento da importância do conhecimento e da história de vida das pessoas das comunidades e a falta de consideração dessas comunidades como sujeitos constitucionais, o que gera conflitos e violência no campo. Oliveira (1994, p. 15) afirma que “os conflitos sociais no campo brasileiro não são exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”.

No Nordeste brasileiro, desde as sesmarias tivemos uma estrutura agrária desigual em que tínhamos uma relação combinada entre os sesmeiros e os posseiros. Relações essas de compadrio e patronagem que “favoreceu rapidamente o processo de reconhecimento das propriedades da terra”; poucas terras devolutas; “terras fechadas”. Modelo que hoje, são reproduzidos no espaço agrário brasileiro com a chegada dos grandes projetos do capital. Marés (2003) confirma esse entendimento: a reforma agrária capitalista objetivava apenas a mudança de propriedade da terra com dupla mobilização do capital: transformar a terra improdutiva e liberar dinheiro aos latifúndios para investir em outros negócios, gerando conflitos entre empresa do capital, Estado e comunidades camponesas. Fernandes e Girardi (2009) sustentam que “o Estado e o capital se utilizam da violência para tentar controlar o conflito”.

Correspondendo a 18% do território brasileiro, a região nordeste foi a primeira de ocupação demográfica deste país que no período colonial tem na cana-de-açúcar, na pecuária e no algodão a sua estrutura econômica e escravocrata a fim de atender as demandas do mercado externo. E a partir da segunda metade do século XIX esse cenário muda com o surgimento da indústria têxtil e o avanço da urbanização, sendo a região nordeste a principal alimentadora de “gentes” e fornecedora de matéria prima para esse momento de industrialização do país, bem como para os momentos seguintes.

É sob esse bojo que estão situadas a proposta de instalação ou já instalados os projetos do capital no espaço agrário do estado do Piauí.

Mineração: com projetos implantados em algumas áreas específicas do estado, Em meados dos anos 2000, a situação mudou para a instalação de macroprojeto, com maior ênfase no semiárido para as regiões dos territórios de desenvolvimento²¹: Vale do Itaim e Serra da

²¹ Os Territórios de Desenvolvimento são as unidades de planejamento do governo para promover o desenvolvimento sustentável. (PIAUI, 2007)

Capivara.

Monocultivo da soja: com a utilização de extensas áreas no cerrado no sudoeste do estado destinado para a plantação de grãos e instalação de indústrias, com destaque para as áreas que compõem os municípios de Bom Jesus, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro.

Estão incluídos no escopo dos projetos do capital no espaço agrário piauiense, além dos dois grandes projetos (mineração e monocultivo da soja) de maiores impactos que inclui extensas áreas e comunidades camponesas, os projetos de Energia eólicas, monocultivo de cana de açúcar, eucalipto, carvoarias e, os projetos de infraestrutura de apoio a instalação dos projetos tais como: barragens, e o trecho da ferrovia transnordestina.

O estudo apresenta exemplos factuais dos debates em torno da implantação de grandes empreendimentos no espaço agrário piauiense. Tem como objetivo discutir as questões fundiárias que existem após a chegada dos grandes projetos, a relação entre o capital e o Estado e a reconstrução dos conceitos de desenvolvimento. E baseado na análise sistêmica dos estudos de: FERNANDES E GIRARD (2009), LINS (1992), LEFF (2001), MARÉS (2003), OLIVEIRA (1986, 1994, 2007) e outros.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO PIAUIENSE

Antes de nos aprofundarmos no que constituem projetos de desenvolvimento do capital no Brasil, acreditamos ser necessário destacar alguns dos componentes do território agrícola brasileiro. Um território que se forma sob a lógica das sesmarias, dos grandes latifúndios, cujo campesinato, e os indígenas e negros sempre trabalharam à custa de uma lógica perversa de exploração. Territórios estes que com toda a ofensiva capitalista têm tentado forjar/desenvolver outras formas de sociabilidade onde se visibilizem outros sujeitos, atuantes com os subalternos.

Não há como pensarmos o desenvolvimento territorial brasileiro sem conhecermos sua estrutura agrária e consequências dessas na contemporaneidade.

Neste sentido, Oliveira (1998), nos ajuda a compreender que desde o fim do século passado o campo brasileiro vem apresentando as marcas de dois processos: as marcas de um processo de *industrialização da agricultura* e de um processo de *expansão da agricultura*. Assim, ora nos encontramos em situação em que os monopólios se territorializam (industrialização da agricultura), ora nos encontramos em situação em que os monopólios monopolizam o território (expansão da agricultura) e (des)territorializam os camponeses. Esses processos complexos trazem consigo uma profunda contradição quando se trata da forma de

funcionamento do capitalismo, em que o capital se utiliza da apropriação privada de recursos territoriais para se reproduzir. Este processo foi denominado de acumulação primitiva do capital.

Para compreender esta questão mais claramente, vamos rever brevemente, retomar em Marx o sentido original desta noção trazendo-a para a atualidade.

Marx (apud Bottomore, 2001), analisando as leis do desenvolvimento da produção pelo capital volta sua atenção para o processo pelo qual o capitalismo se afirmou historicamente, para isso precisou entender como se deu o processo de transição de um modo de produção para outro, ou seja, como um conjunto de relações de produção entre classes se transforma em outro (pensando no processo da transição do feudalismo para o capitalismo).

A resposta de Marx (Bottomore, 2001) é que as relações de produção, originalmente de predominância agrícola, acarretavam aos camponeses a propriedade dos principais meios de produção como, por exemplo, terra. O capitalismo só pode se afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim, a origem do capitalismo encontra-se na transformação das relações de produção no campo. A separação entre os camponeses e a terra seria o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria. Esse processo corresponde ao que Marx denomina de “segredo da acumulação primitiva” que, segundo o autor, encontra-se na reorganização revolucionária e generalizada das relações de produção existentes e não numa expansão quantitativa da provisão de meios de produção e de subsistência. (Marx *apud* Brandão, 2010)

Brandão (2010), ao analisar o movimento do capital contemporâneo compreende que a acumulação primitiva do capital, que abre caminho à reprodução ampliada²², deixa de ser revolucionária, embora seja ainda radical, porém não perde seu caráter de esbulho e de expropriação, visto que:

[...] baseiam-se na dominação e predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. A usura, a predação e a expropriação, as manobras especulativas etc. são seus instrumentos ordinários, não excepcionais. O tomar domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda história do capitalismo (Brandão, 2010, P. 45).

²² Segundo Brandão, referindo-se a interpretação de David Harvey, a acumulação primitiva teria desempenhado o papel de descortinar horizontes, fronteiras e arenas para acumulação, disponibilizando terreno renovado ao processo de auto-valorização permanente do capital desbravando novos loci de rentabilidade (2010; p. 46).

Portanto, a forma de acumulação primitiva é permanente e se dá na forma de acumulação por espoliação.

Pensando o processo de desenvolvimento do Brasil e sua relação de desenvolvimento desigual e combinado, mesmo inter-regional, os métodos utilizados não deixam nada a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva originária (Brandão, 2010). A violência se manifesta na expropriação e supressão de camponeses de suas atividades domésticas e de produção e distribuição solidárias; na geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade; nos subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais, etc.); no uso do território e de seus recursos minerais, água, energia, etc., até exauri-los; na apropriação do espaço urbano (de sua intra e Inter urbanidade) como locus privilegiado da acumulação espoliativa; na expropriação do patrimônio público pela via das privatizações e no uso geopolítico do território; na descartabilidade de territórios, pessoas e instituições. Estas seriam as marcas da experiência brasileira de rápido crescimento econômico.

Nesse sentido, o território como forma de apropriação material de recursos, como local de imposição do espaço político e econômico, e de implementação de projetos de desenvolvimento capitalista no espaço agrário piauiense, é um elemento essencial para aumentar a rentabilidade dos estrategistas da mineração e do agronegócio que são setores unidos e hegemônicos, especialmente em um estado com grande população, recursos naturais abundantes e necessidade de implementar o desenvolvimento.

A CHEGADA DOS GRANDES PROJETOS NO CAMPO PIAUIENSE

O Estado do Piauí passa por uma intensa etapa de implantação de grandes empreendimentos e atividades empresariais em seu território, junto a isso no interior do Estado vive-se intensos conflitos relacionados à sobreposição de terras, desrespeito ao direitos humanos, costumes e tradições de um povo que sempre conviveu com a produção agrícola e relação com a natureza, dessa realidade, fica evidente as contradições encontradas em um falso progresso que gera desigualdades e problemas sociais.

Na apropriação dos territórios nos três locus de implantação dos grandes projetos do capital no campo, de forma geral é notório a existência de mero projetos em todo o estado do Piauí. O Norte do estado com os projetos de monocultivo de cana de açúcar, no Centro Norte monocultivo de eucalipto, no Sul e Sudeste, pesquisa para implantação de grandes de mineração e foco de projetos de carvoeira, encontra ainda nessa região os projetos de infraestrutura do

Estado que dão suporte os projetos, dentre estes, o trecho da ferrovia transnordestina e barragens. No Sudoeste do estado encontra os grandes projetos do monocultivo de soja.

O governo do Piauí abriu espaço para a chegada dos grandes empreendimentos e lhes possibilitou diversos incentivos, tais como isenção fiscal, doação de terras e apoio político e financeiro. Percebe-se nos meios de comunicação referências constantes e positivas acerca da instalação de projetos seja de infraestrutura como, a Transnordestina e as grandes barragens e os projetos do capital como: as grandes mineradoras, as extensas plantações de soja, de eucaliptos, cana de açúcar, os parques eólicos, carvoarias dentre outros. Esse apoio se deve principalmente à fins políticos, pois trazer grandes obras para o estado melhora a imagem do político responsável e facilita a sua (re)eleição. E o ponto de partida principal do marketing desses projetos é o rótulo de desenvolvimento, progresso e, se relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável. Contudo, esses empreendimentos, cujas qualidades e benefícios para a população e para meio ambiente são tão destacados, provam no decorrer do tempo suas falhas e ilicitudes.

Dentre os benefícios divulgados nos EIA-RIMAs (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental) nos sites de notícias, jornais e blogs estão: oferta de muitos empregos, fomento da agricultura familiar, proteção da biodiversidade, atração de empresas e investimentos obras pública e serviço para as comunidades e principalmente desenvolver a economia do Estado. Mas, ao se analisar a fundo a realidade desses empreendimentos, constata-se inúmeras irregularidades na sua implantação.

Cite-se como exemplo os projetos de mineração de grande escala que, ainda em fase de estudo de instalação e existem sérios conflitos entre empresas e comunidades afetadas pelos projetos. A preocupação do governo não são os impactos ambientais e sociais, mas como expandir ainda mais a exploração mineral. As famílias camponesas denunciam que vêm sendo abordados agressivamente por funcionários da empresa mineradora. As famílias encontram-se sob ameaça de perda de suas terras, que garante sua sobrevivência. Também na construção da ferrovia transnordestina, desapropriou-se uma grande quantidade de terras e indenizaram-se de maneira insatisfatória os atingidos. Além disso, com o projeto da plantação de soja, a quantidade de agrotóxicos utilizados prejudica o solo, as águas e a saúde das pessoas, além da extensa quantidade de desapropriações culminando em inúmeros conflitos agrários.

Onde estes grandes projetos estão localizados, podemos ver que estes projetos implementam a extensão contínua da divisão do trabalho e a fragmentação de tarefas. À medida que se tornam cada vez mais mecanizados, os trabalhadores têm cada vez menos possibilidades de refletir e organizar o seu próprio trabalho, colocando enclave na dinâmica da reação dos

sujeitos que sofrem o processo de espoliação de suas vidas, impedindo ainda que se vejam como trabalhadores, ou ainda desconsiderando sua sociabilidade camponesa e o desenvolvimento e cultura local.

Relacionada com a dimensão agrária, está intimamente ligada às questões ambientais, que refletem o fato de a escassez de elementos naturais utilizados nos processos de produção/predação capitalistas se manifestar nas condições de produção e consumo.

Esse cenário de grandes projetos de “desenvolvimento” em curso no país tem ido de encontro ao cotidiano vivido de comunidades camponesas, seus territórios estão em disputa. Problemáticas que se acentuam ainda mais quando analisadas as particularidades gestadas pela formação sócio-histórica brasileira e as suas desigualdades regionais planejadas, inclusive, como defendem algumas teses.

A racionalidade econômica dominante desconsidera todos os processos que acontecem no meio ambiente, vendo-o apenas como meio de exploração. E ao se falar em proteção ao meio ambiente ignora os processos sociais que ocorrem dentro do mesmo, limitando-o a fenômenos biológicos.

Isso é fruto de uma alienação ambiental causada pelo sistema econômico hegemônico vertical que se orienta apenas pelo lucro esquecendo-se do fator humano-social. Essa postura capitalista ignora todos os valores e saberes construídos entre camponeses e meio ambiente, que não podem ser vistos isoladamente, o homem é um animal que integra o meio ambiente e dessa relação surgem saberes, que Leff (2001) chama de saber ambiental, que é um conhecimento harmônico entre o homem e a natureza, esse saber não é entendido pela cientificidade moderna, mas nele há valores e a identidade dessas comunidades tradicionais só existem dentro dessa relação.

Essa é uma faceta do sistema: criar uma ideologia desenvolvimentista como justificativa para implantação de grandes empreendimentos e violação dos direitos humanos. Como diz Almeida (2008), invocam o desenvolvimento como justificativa para menosprezar os atingidos pela implantação dos grandes projetos.

O sistema econômico e o estilo de vida que nos apresenta criam uma atitude desrespeitosa em relação à natureza como inferior e “atrasada” ou “decadente” para aqueles que não aderem à homogeneidade, que é usada como justificativa para a exploração, evitando qualquer questionamento do desenvolvimento e assim “permitindo” a violação dos direitos humanos.

AFINAL, DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Algo comum no processo de instalação dos grandes empreendimentos, seja no Piauí ou em outros lugares, é que as perdas são justificadas diante dos enormes benefícios que trazem para a população como um todo, e esses “benefícios” são chamados de desenvolvimento. No entanto desenvolvimento, como diria Lins (1992), é um termo plurissignificativo que pode ser facilmente apropriado por diferentes grupos que visam diversos fins com o uso do termo como para mascarar diversas práticas desumanas. Por outras palavras, através do discurso enganoso de que “o desenvolvimento de acordo com os padrões europeus e ocidentais é o ponto mais alto que se pode alcançar”, as empresas são coniventes com os governos e não respeitam os direitos básicos das pessoas. Como salientou Kautsky (1986), as tensões no campo promovem, entre outras consequências, a concentração da riqueza.

Um exemplo específico do que constitui uma grande contradição no discurso de desenvolvimento é o projeto de mineração no semiárido piauiense, que é uma região que convive com sérios problemas hídricos e busca diversas alternativas, o governo justifica a construção da barragem do poço Maruá para fornecer água aos municípios da região, Hoje, isso está ameaçado porque quando o projeto de mineração Planalto Piauí for finalmente concluído (o projeto foi estudado e licenciado para implantação na mesma área onde a barragem foi construída), a água será utilizada em benefício do projeto, de modo que as famílias não poderão mais utilizá-la.

Nos discursos sobre a instalação de grandes empreendimentos também foram utilizados os antônimos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O propósito de usar este termo é marginalizar tudo o que não atenda aos padrões atuais de “evolução”. Esta ideologia distorce o valor original dos conhecimentos e estilos de vida tradicionais e é inconsistente com o modelo de progresso estabelecido.

Isoladamente, o ser humano é um animal que integra o meio ambiente e dessa relação surgem saberes, que Leff (2001) chama de saber ambiental, que é um conhecimento harmônico entre o ser humano e a natureza, esse saber não é entendido pela cientificidade moderna, mas nele há valores e a identidade dessas comunidades camponesas só existem dentro dessa relação.

Analisando esta ambiguidade, consideramos a negação de tudo o que diz respeito ao passado ou à antiguidade, de tal forma que o modo de vida das comunidades tradicionais, que pouco mudou ao longo do tempo, é entendido como inferior e digno de modificação e, portanto, de extinção.

Contudo, o poder das empresas e dos governos para implementar medidas de

desenvolvimento baseia-se no consentimento ativo ou passivo da maioria da população. Por outras palavras, o que queremos dizer é que o desconhecimento dos problemas de implementação de grandes projetos, ou a passividade apesar do conhecimento dos fatos, permitiu que pequenos grupos de empresários e funcionários governamentais se comportassem de formas que não respeitavam os direitos de determinados grupos.

Sendo que um dos meios de alienação, no que concerne ao convencimento das massas de que o desenvolvimento será impreterivelmente benéfico, é o uso do termo desenvolvimento como instrumento de hierarquização, ou seja, de dominação silenciosa daqueles ditos subdesenvolvidos, que se colocam em posição de privilegiados e em muitas das vezes de redentores dos “subdesenvolvidos”, ou seja, aqueles que proporcionarão o desenvolvimento daqueles que se encontram na base da pirâmide, não importando quais meios sejam utilizados.

A realidade exposta no parágrafo anterior é visível nos diversos projetos do capital que foram ou estão sendo instalados nos espaços agrário piauienses. Todos estes casos demonstram que, além da degradação ambiental, os direitos humanos e fundamentais das pessoas também são ignorados. Isso porque as ações dessas empresas estão focadas na produção em massa, com o objetivo de alcançar boas margens de lucro e menos perdas, sem levar em conta quem será prejudicado no processo. A principal justificativa para a retirada dessas pessoas de suas terras se centra na supremacia do interesse público sobre o interesse particular. Contudo, não se podem tratar direitos fundamentais/direitos humanos como interesse particular, pois se referem à vida das pessoas. Não se pode chegar em um local e expulsar os habitantes em nome do interesse público, argumento que na verdade apenas mascara o interesse privado das empresas envolvidas. Na realidade exposta, muitas pessoas afectadas desconhecem os danos que estes projetos podem causar à vida e a permanência nos territórios.

Um dos principais motivos que levam ao distanciamento da população de questões complexas como a dos grandes empreendimentos é que possui teor técnico, ou seja, conteúdo que não é acessível à população. Além do não sentimento de pertencimento a causas que excedem o convívio direto da população, ou seja, se ignora tudo aquilo que não é palpável ou que não é sentido de imediato. Associado a esses fatores ainda existe o processo de alienação da população que fica a cargo dos meios de comunicação que divulgam a ideologia enganadora elaborada pelo pequeno grupo dominante.

Curiosamente, existe uma ligação tão estreita entre fatores importantes como a política, a economia e a publicidade que qualquer tipo de resistência a tal organização parece impossível. Seria ingênuo ver a estrutura acima como um simples meio de ataque, mas seria ingênuo dizer que fazê-lo é impossível. As poucas formas de oferecer resistência são através de organizações

da sociedade civil e movimentos sociais. O principal objetivo de tais métodos é difundir informações verdadeiras sobre os fatos que acontecem na sociedade, mas acaba sendo distorcido partir de apenas um ponto de vista. Este movimento visa promover a mobilização social e fortalecer pressão pública sobre gestores públicos e empresariais.

Em meio a conflitos e ameaças aos direitos, as comunidades camponesas da região continuam a organizar-se e a traçar estratégias para impedir o avanço de projetos de grande escala. Quer se trate de um projeto minerário em fase de instalação, as comunidades procuram uma forma de prevenir completamente ou pelo menos modificar a estrutura inicial para reduzir o impacto. Para projetos já instalados, a luta consiste em buscar a garantia de direitos e se opor à sua expansão.

Essa realidade é recortada por conflitos de várias ordens, que entram em choque às identidades díspares em confronto. Oliveira (1994, p. 15) pontua que “os conflitos sociais no campo brasileiro não são exclusividade de nossos tempos”. Neste contexto o projeto de territorialização camponesa ganha sentido prático no âmbito dos conflitos concretos visto que colocam em jogo múltiplos projetos de territorialização e entre diversos sujeitos, que assume como elementos essenciais a disputa polarizada entre modelos de desenvolvimento.

Esses movimentos e expressões enfrentam condições fundiárias delicadas, disputas pelo controle territorial, pela apropriação e utilização das riquezas locais, padrões de projetos de desenvolvimento nos quais o papel do Estado é um elemento contextual de uma região, que conecta o local ao global por conta do extrativismo mineral e o monocultivo de grãos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Percebe-se nessas situações, um crime contra à vida e patrimônio dessas comunidades atingidas e do meio natural no qual estão inseridas, pois infringe as garantias de dignidade humana, direito à vida, à igualdade e à propriedade. Além disso, esses empreendimentos fragmentam a cultura das populações do campo, pois compram ou tomam suas terras e provocam sua evasão para as periferias das cidades.

Com esse espalhamento da comunidade, em um processo de expropriação, demonstramos aqui uma consequência gravíssima da supremacia do “interesse público”: a destruição total e parcial do patrimônio cultural e ambiental, resultando em graves conflitos agrários.

Pode-se inferir disso que as ações dessas empresas são ilegais e violam gravemente os direitos humanos. Este facto foi demonstrado com base nas experiências que a Comissão

Pastoral da Terra CPT PI vem desenvolvendo junto as famílias das comunidades atingidas pelos projetos para instalação de projeto de mineração Planalto Piauí na região compõe os municípios de Curral Novo, Simões e Paulistana, visita ao município de Capitão Gervásio Oliveira com o Projeto Piauí Níquel, e os municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, Bom Fim do Piauí e Dirceu Arco Verde com o Projeto SRN -Mineração e projetos de monocultura de soja no cerrado piauiense com destaque aos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus e Currais.

Nos municípios do cerrado piauiense as famílias estiveram e continuam a estar sob intensa pressão das empresas e de setores do Estado, portanto o poder de mobilização não foi suficiente para impedir que as empresas se estalassem, uma vez que contam com o total apoio das autoridades públicas e dos órgãos ambientais. Através do trabalho da CPT e da organização comunitária, muitas campanhas foram lançadas na região para aumentar a consciencialização sobre a importância de permanecer na terra e utilizar os recursos naturais de forma sustentável.

No meio de conflitos fundiários, foram tomadas algumas ações concretas para garantir os direitos de propriedade, todavia, muitas lideranças vivem sob ameaças de fazendeiros e grileiros como forma de desmobilizar as famílias. Diversos órgãos do Estado, sobretudo da justiça e dos direitos humanos vem sendo mobilizados em busca da garantia dos direitos das pessoas.

Na região do cerrado foi criado no ano de 2016, o coletivo de comunidades e povos do cerrado, que reúne um conjunto de família atingidas pelos grandes projetos, que lutam pela garantia da titulação das terras em que vive e contra as diferentes ameaças a vida humana e ambiental. Estas comunidades têm alcançado resultados, dentre outros: a maioria das famílias não vendeu as suas terras à empresa e tem o acesso destas sem a devida documentação, o que continua a acontecer e apesar de muitas ameaças, as famílias continuam vivendo em seus territórios. O Instituto de Terras do Piauí- INTERPI, tem visitado a região e buscando dialogar sobre os processos, algumas comunidades já conseguiram a titulação da área. Órgãos judiciais como a Defensoria Pública Federal - DPF, a Defensoria Pública do Estado - DPE e a Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário foram mobilizados para receber denúncias e mediar conflitos na região.

Quanto aos diversos projetos minerários em curso, nos lócus de nossos estudos, são de matriz orientada para o uso intensivo da terra e dos recursos naturais e buscam viabilizar a expansão das fronteiras de acumulação, a partir da criação de condições financeiras (via financiamento público), normativas (via estabelecimento de mecanismos que garantam maior

segurança jurídica aos empreendedores) e políticas, tomando para si a tarefa de redefinir as condições em que determinados territórios estarão sob vigência ou não das regras mercantis.

As populações que estão diante desses empreendimentos, mesmo as que estão em áreas cujo empreendimento ainda não foi implantado, têm sofrido os efeitos das políticas de exploração mineral, cabendo aos movimentos sociais o desafio de romper as contradições desses projetos e buscar a unidade de ação, possibilitando pensar em modelos alternativos de exploração da natureza e dos sujeitos que vivem nessas realidades.

Os projetos de infraestrutura (ferrovia transnordestina e a construção de barragens, com ênfase a barragem poço do Marruá) impulsionaram a expansão de grandes projetos privados nestas áreas. No caso do Sudeste e Sul do Piauí, devido à região semiárida, existe o risco de perda de biodiversidade, agravando ainda mais a escassez de água, a contaminação do solo e a redução da fertilidade para a agricultura e a pecuária de pequeno porte.

Os resultados também incluem os impactos de projetos instalados em espaços rurais ao longo de décadas que criaram fortes conflitos fundiários e ambientais, embora esses impactos não tenham sido identificados na mídia, como aqueles em fase de implantação, desenvolvimento ou expansão na atualidade. De acordo com documentos da CPT – PI, as comunidades continuam a enfrentar problemas quer se trate de projetos de monocultura de cana-de-açúcar, eucalipto ou carvoaria.

Por fim, pretendente - se compreender estas realidades e as suas contradições, procurando refletir a natureza dos conflitos atuais nas áreas exploradas; conflito iminente, nas áreas sob prospecção e conflitos futuros, nas áreas sob solicitação e os desafios que enfrentam os sujeitos menos favorecidos por esses projetos.

Conclui-se que: a promessa do desenvolvimento não envolve as comunidades rurais piauienses, o argumento da supremacia do interesse público é apenas uma desculpa para mascarar o interesse privado, o conhecimento tradicional não é reconhecido nem valorizado. Daí infere-se principalmente que esses empreendimentos são ilícitos e ilegítimos, pois não respeita a perspectiva dos atingidos, infringe a lei e prejudica as pessoas e o meio ambiente.

CONCLUSÃO

O Piauí é um estado com grande potencial de recursos naturais, por sua grande diversidade geológica e extensão territorial, com área de cerrado, caatinga e ainda área de transição com a amazonia, fato que leva ao grande interesse dos grupos empresariais para a exploração desses recurso visando a concentração do capital em nome do desenvolvimento.

Deve-se ressaltar, porém, que as atividades desenvolvidas podem gerar sérios problemas agrários, resultando em impactos ambientais e sociais.

Os grandes projetos neste sector previram de imediato a criação de milhares de empregos, o crescimento económico e social da região, envolvendo o avanço das infraestruturas, das escolas, das empresas, dos hotéis, dos aeroportos, dos meios de comunicação e das tecnologias utilizadas em todo o comércio local e industrial.

Mas, por outro lado, devido ao grande número de pessoas provenientes de outras regiões, acabou por levar ao crescimento descontrolado da população e da diversidade cultural e a expropriação da população local de suas terras e territórios, devido parte de suas propriedades cederam lugar as grandes empresa, terras que antes eram destinadas a produção de uma diversidade de alimento, passa a pertencer a um unico projeto e, ainda devido a exigência cada vez mais de uma mão de obra qualificada que a população local não dispõe.

Outro problema grave é o desmatamento de florestas nativas, em alguns casos elas são convertidas em carvão vegetal, enquanto em outros casos são substituídas por monoculturas de eucalipto, soja, cana-de-açúcar etc. Há ainda a destruição do solo causado pelas mineradoras.

Os impactos ambientais e sociais mais significativos causados pela atividade sejam das mineradoras, da plantação da monocultura conforme o ramo do empreendimento, construção da ferrovia transnordestina, entre outros, São o resultado de políticas ambientais incoerentes adoptadas por grandes empresas com apoio governamental que não têm em conta a vulnerabilidade dos ecossistemas e das comunidades locais.

Aqui cabe questionar a legitimidade desses projetos e a quem serve esse desenvolvimento, pois não inclui nem beneficia a população, degrada os recursos naturais, prejudica a biodiversidade e o pior de tudo: muitas vezes sequer fornecem informações ou realizam consultas com os indivíduos afetados. Não se pensa no povo piauiense que precisa de incentivos na agricultura familiar, na criação de seus animais, não se valoriza o conhecimento tradicional em sua diversidade e riqueza, mas visam-se os lucros e crescimento desenfreado das grandes companhias capitalistas excludentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. **Antropologia dos arehios da Amazônia**. Rio de janeiro 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Alfredo Wagner Berno de Almeida e tal. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

DUPAS, Gilberto: **O mito do progresso**. Ed. UNESPI. São Paulo, 2006.

FERNANDES, Bernardo; GIRARDI, Eduardo Paulo. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquista*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 339-365. v. 2.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LINS, Gustavo: **Ambientalismo e desenvolvimento sustentável**. UnB, Brasília. 1992.

LEFF, Enrique: **Epistemologia Ambiental**. Cortez 2001.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da Terra*. Porto Alegre, RS: Fabris, 2003.

MARTINS, José de Souza. A Produção capitalista de relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café. In: *O Cativo da Terra*. São Paulo: L.E.C.H., 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo. In: *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

_____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. 1ªEd. – São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PIAUI. Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007). Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.. Teresina, PI, 2007.

SOUSA, A. E. **A defesa da vida pela apropriação do território:** resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense. 2023. 369 f. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/itens230ec4b8-26e5-45ea-8db8-962d2fb3768c>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CAPÍTULO 6

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CONJUGAÇÃO COM OS CAMPOS MÓRFICOS: CONECTANDO SABERES ANCESTRAIS

Felipe Dutra Maffi
Fernanda de Figueiredo Ferreira
Renato Pires Póvoa
Sandra Leon
Sérgio Marques Reis
Sônia de Almeida Pimenta
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-6

Resumo: O presente artigo busca estabelecer diálogo entre as referências construídas pelos movimentos sociais no campo da saúde pública conjugadas com a teoria dos campos mórficos. Esse engajamento se dá a partir do campo empírico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vinculada à Via Campesina. As discussões têm como recorte as experiências terapêuticas exitosas do MST durante a pandemia de Covid-19, as quais trazem como perguntas de fundo: quais são as novas possibilidades vivenciadas pelas experiências terapêuticas oportunizadas pela pandemia dentro dos movimentos sociais? Será o MST a expressão ou capaz de propor um modelo de cuidado e de saúde? A contribuição para o campo da saúde pública dá-se a partir de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Sobretudo, destaca-se o modo como estas vêm sendo vivenciadas e oportunizadas em contextos críticos, tendo como suporte algumas especificidades dos Movimentos Sociais, como por exemplo, a ancestralidade, a solidariedade, a empatia e a agroecologia. Tais questionamentos compuseram reflexões teóricas em torno dos campos mórficos. As considerações se pautam nas reflexões oportunizadas entre as possibilidades e limites das experiências terapêuticas no MST.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Campos Mórficos, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), Plantas Medicinais, Leis Sistêmicas.

Social Movements in conjunction with morphic fields: connecting ancestral knowledge

Abstract: This article seeks to establish a dialog between the references constructed by social movements in the field of public health and the theory of morphic fields. This engagement is based on the empirical field of the Landless Rural Workers' Movement, linked to Via Campesina. The discussions focus on the successful therapeutic experiences of the MST during the Covid-19 pandemic, which raise the following questions: what are the new possibilities experienced by the therapeutic experiences made possible by the pandemic within social movements? Is the MST the expression or capable of proposing a model of care and health? The contribution to the field of public health comes from Integrative and Complementary Health Practices. Above all, it highlights the way in which these have been experienced and made possible in critical contexts, with the support of some specific characteristics of Social Movements, such as ancestry, solidarity, empathy and agroecology. These questions have led to theoretical reflections on morphic fields. The considerations are based on the possibilities and limits of therapeutic experiences in the MST.

Keywords: Landless Rural Workers' Movement (MST), Morphic Fields, Integrative and Complementary Health Practices (PICS), Medicinal Plants, Systemic Laws.

1 INTRODUÇÃO

Muito tem sido discutido sobre as novas formas de trabalhar a saúde integral, especialmente nesse período histórico de pandemia da COVID-19, no qual as mudanças foram sentidas nos diferentes campos, afetando toda população mundial. Essa pandemia evidenciou as crises mundiais em torno da saúde, os tipos de acesso e cuidado a um direito universal.

No Brasil, a crise se acentua devido aos diferentes conflitos que se propagam pela falta de coordenação nacional em diversas áreas de políticas públicas, destacando-se a gestão da crise sanitária. Os limites e entraves na execução dos serviços compartilhados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) nas três esferas federativas vão à contramão dos ganhos com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEPS-SUS e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPICS no SUS.

Apesar deste cenário, observam-se experiências locais, regionais, territoriais e cooperadas entre diferentes atores sociais que, ao se somarem, muitas vezes cumprem o papel dos Estados e municípios, principalmente junto às populações em maior vulnerabilidade social e com restrito acesso às políticas públicas de saúde. Essas experiências, muitas vezes expressões dos movimentos sociais, têm como propósito sair dessa inação e negligência observadas pela descoordenação do governo federal.

Porém, o mérito dos Movimentos Sociais não se restringe às dimensões políticas de embates junto ao que o Estado está em falta. Trata-se também, em nossa abordagem, de reconhecer novas emergências, com objetivo de (re)afirmar novos processos de resistência, os quais foram costurados durante a crise sanitária de Covid-19.

Nesse sentido, faz-se necessário que esses conhecimentos organizados dentro dos Movimentos Sociais, sejam reconhecidos pela sociedade, bem como suas práticas e intervenções. Ainda que as elaborações possam ser consideradas simples ou distantes de um conhecimento científico, elas se caracterizam pelo respeito às bases e tradições culturais, e que podem contribuir nas discussões e elaborações de políticas de promoção da saúde, priorizando processos cuja abordagem seja a de integralidade do ser humano com seu ambiente, respeitando essa ecologia de saberes que existem no território e nas comunidades. Assim, com base nas referências construídas pelos Movimentos Sociais, neste artigo faremos o recorte voltado a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vinculado à Via

Campesina²³, movimento internacional que coordena organizações camponesas e unifica essas experiências sociais.

Na luta pela reforma agrária, o MST vem levantando muitas bandeiras ao longo de sua caminhada; desde o combate à fome, o alimento sem veneno, o combate aos agrotóxicos, à segurança dos trabalhadores, e tantos outros temas que são caros para nós e que estabelecem diálogos constante com a sociedade e os direitos humanos. Desta forma, nossas questões problematizadoras nos oportunizam refletir sobre: quais são as novas possibilidades vivenciadas pelas experiências terapêuticas proporcionadas pela pandemia dentro dos movimentos sociais? Será o MST a expressão ou capaz de propor um modelo de cuidado e de saúde? Por onde tem avançado e o que é necessário discutir para além da luta pela terra? Quais as conquistas do MST em busca do bem-estar da população e que se configuram para além da luta pela terra?

A partir desta problemática, pretende-se contribuir para o campo da saúde pública, a partir de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), sobretudo no modo como estas vêm sendo vivenciadas e oportunizadas em contextos críticos (no caso, a pandemia), tendo como suporte algumas especificidades dos Movimentos Sociais, como por exemplo a ancestralidade, a solidariedade, a empatia, a agroecologia. Em nossa perspectiva, estas especificidades favorecem algumas PICS, a exemplo das plantas medicinais e a fitoterapia. Para sustentar tal perspectiva, aborda-se a contribuição da teoria dos campos mórficos.

Com o principal propósito de analisar a contribuição dos campos mórficos para a compreensão do êxito das PICS no contexto do MST e da pandemia, buscou-se:

- Compreender o conceito de saúde ampliada, segundo a OMS, comparando com a propositura de saúde do MST;
- Mapear as experiências terapêuticas mais relevantes e exitosas dentro do MST, no contexto da pandemia;
- Qualificar a ancestralidade, solidariedade, empatia e os campos mórficos a partir da experiência do MST.

Ao firmar a Ecologia dos saberes que substanciam esses territórios, nos unimos ao sociólogo Boaventura de Souza Santos e as diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) que discorre e potencializa, respectivamente a valorização e integração destes saberes locais em seus territórios. Nesses diálogos, a metodologia proposta,

²³ A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. Ela coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa.

parte das observações das práticas terapêuticas dentro do MST no período da pandemia COVID-19.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira parte será dividida em três seções, sendo que a primeira dialoga com os movimentos sociais, o MST e suas contribuições na saúde. Na segunda seção, a discussão passa pelas experiências terapêuticas exitosas do MST durante a pandemia de Covid-19. Na terceira seção, a reflexão busca compreender e qualificar as experiências do MST a partir da ancestralidade, solidariedade, empatia e dos campos mórficos. Na segunda parte traremos os aspectos metodológicos de organização do estudo. Na terceira parte as reflexões oportunizadas entre as possibilidades e limites das experiências terapêuticas no MST.

1.1 Os Movimentos Sociais: o MST e as lutas em favor da saúde pública

Historicamente os Movimentos Sociais têm travado lutas que a sociedade civil não as reconheceu de imediato. Em meados da década de 1970, “ainda sob forte pressão e controle da ditadura militar, teve início a formação de inúmeras iniciativas de organização em torno da melhoria das condições de saúde” (MOPS-SE, 2011). Essas iniciativas estavam pautadas em “uma multiplicidade de ações comunitárias locais relativas a procedimentos “médicos, alternativos e naturais”, que culminaram na criação de “conselhos de saúde”, com vistas ao controle e à fiscalização dos serviços de saúde” (MOPS-SE, 2011).

No Rio Grande do Sul (RS), o debate sobre saúde foi vinculado à retomada da luta pela terra e ao processo agressivo de exclusão do homem e da mulher do campo, que potencializados pela industrialização culminou com o êxodo rural. Essa retomada ocorre a partir da Fazenda Macali Brilhante com 600 famílias de camponeses sem nenhuma estrutura do Estado. Os municípios próximos da região não tinham estrutura para essa demanda, em contrapartida, nesse grupo de pessoas existiam saberes acumulados de vários processos da história da humanidade.

Do ponto de vista do trabalho e das práticas de vivências, era comum naquela época encontrar no nosso meio benzedores (as), parteiras, curandeiros (as), pessoas que no seu espaço desenvolviam o cuidado, principalmente as mulheres no cuidado com os filhos, maridos, e com a observação do seu entorno. Esse apropriar-se da natureza, buscando nos saberes tradicionais, através das plantas, seus usos e aplicações, e de “todas as bruxarias”, permitiu a construção deste existir e estar no mundo, referências que antecedem ao Movimento de Luta pela Terra

(MST). Esse Movimento tem sua organização mais à frente. No entanto, esse é o povo que vem acampar e compor o movimento.

As reflexões de luta pela Terra a partir da Fazenda Macali em 1979 foram culminando em novos espaços, como o acampamento da Encruzilhada Natalina, processos fundamentais em busca da organização. Entendia-se que nesse período a organização estava muito vinculada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a CPT, a Igreja Católica e a CNBB, as quais detinham todo um conhecimento. Por outro lado, também havia um movimento de sensibilização por parte da sociedade. Embora minoritário, contavam com o apoio de alguns profissionais, onde muitos vieram para o nosso meio, entre eles, enfermeiros, técnicos. Ao somar os saberes científicos por acharem que a luta era justa, encontram nela uma perspectiva de contribuição para este povo excluído. É nesse bojo que os acampamentos foram sendo criados e estabelecendo o método de organização social e política que culminou o surgimento do MST.

O MST é, na verdade, um somatório de vários processos de luta anteriores, resultado das Ligas Camponesas, e movimentos políticos no campo. A década de 80 foi marcada pelas ambiguidades contidas nas ações reivindicativas e pelo avanço da abertura política em tempos de democratização, o que tornava o Estado mais permeável ao processamento das demandas sociais, aguçando a face integrativa deste tipo de movimento social. Concomitante a essas discussões e lutas, esse período é marcado pelo surgimento do Movimento Popular de Saúde (MOPS), que se constitui a partir do III Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária (ENEMEC). (MOPS-SE, 2011).

Essas lutas, mesmo que pulverizadas entre os movimentos, ganham unidade orgânica na VIII Conferência de Saúde, somando lideranças e bases dos diferentes princípios ético-políticos, conforme explicita os documentos do MOPS-SE.

Do encontro entre os Movimentos Médico e Sanitarista, com hegemonia comunista, até o **MOPS**, impulsionado pela chamada “Igreja Popular” com o aval da CNBB, resultou a confluência de todas as forças de esquerda ligadas à questão da saúde, instaurando-se um efetivo (e novo) espaço público. Esse grupo produziu, acima das diferenças e especificidades, um consenso em torno das diretrizes que viriam a compor o capítulo II da Seguridade Social, especialmente na Seção II da Saúde como parte do Título III, da Ordem Social. A entrada de representantes do MOPS foi decisiva para a agregação de dois outros princípios em relação àqueles estabelecidos anteriormente: 1) a definição de que a saúde será financiada pelo Estado, em seus três níveis de governo e pelo conjunto da sociedade; 2) a participação da comunidade na gestão e controle do sistema, através de conselhos paritários organizados em cada nível de governo (MOPS-SE, 2011).

Neste sentido, os estudos de Eymard Mourão Vasconcelos (2019) trazem à discussão desempenhada por alguns setores da Igreja Católica, encabeçados por bispos mais audaciosos,

que foram determinantes na aglutinação de forças para construção deste trabalho educativo e organizativo da população na luta por seus direitos. Paralelamente a essa conjuntura, começa a ser estruturado as pastorais da terra. Nesses estudos, destacam-se as “lutas comunitárias de enfrentamento às situações locais de doenças e sofrimento pela precariedade das políticas públicas de saúde” (Vasconcelos, 2019, p. 17). Essa prática condiz com as experiências contemporâneas, entretanto, demonstrando a necessidade de uma maior articulação frente à política de PICS que engloba e reconhece esses saberes.

Diante a essas lutas, os movimentos sociais têm estabelecido processos organizativos que vão de encontro às pautas de interesse comum da sociedade em relação aos direitos básicos, trabalhando essas vulnerabilidades sociais, principalmente aquelas que estão à margem do acesso às políticas públicas. Historicamente, o MST tem pautado as questões relacionadas à alimentação de qualidade, à fome e às misérias geradas pelo sistema capitalista que têm consequências gritantes na saúde pública.

De encontro a essas questões, buscam-se referências no conceito de saúde ampliada, discutido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir da Conferência Internacional sobre cuidados básicos de saúde, em 1978, que passa a ser vista não apenas como a ausência de doenças, mas inclui um conjunto de variáveis que compõem a integralidade do ser humano, tendo como suporte o completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo (Negreiro e Ferreira, 2020).

Essas concepções ao serem incorporadas nas discussões de promoção da saúde trazem um caráter educativo que em 1986 é acentuada pela perspectiva multidisciplinar de atuação coletiva e individual (Oliveira e Feio, 2015). Outras alterações têm contribuído para ampliar este conceito, entre elas, cabe destacar: “a educação crítica e o foco integral, influenciada pelo humanismo e pelo método dialógico freiriano”, conforme bem explicita Negreiro e Ferreira (2020, p. 62). Ao dialogar com esse conceito ampliado de saúde Dalmolin et.al (2011, p. 390) concentra-se na perspectiva que “envolve modos de ser, produzir e recriar a vida em sua singularidade e multidimensionalidade”, no entanto, buscamos privilegiar as intervenções que dialogam com a realidade deste processo, capazes de olhar para a realidade do Movimento e seus territórios.

Ao trazer essas vivências, o Movimento teve como objetivo traduzir, nas ausências, um processo de direção e organização coletiva que permitisse criar novas possibilidades organizativas para seus problemas. Desta maneira, surgem os setores²⁴ dentro do MST. No

²⁴ Os setores têm uma dimensão de potencialidade, porque são espaços de representatividade de todas as famílias que estão acampadas e na mesma proporção para os assentamentos, com representatividade por núcleos de base,

entanto, essa metodologia teve origem anterior ao surgimento dos setores, sendo fundamentada nos setores de comunicação e saúde.

Nesse sentido, o MST adota o princípio de que “Saúde é tudo que promove a vida”, o que inclui o cuidado com a terra, fonte de vida e sustento. A agroecologia nos permite aprofundar o tema, pois reconhecemos que a saúde está diretamente ligada à qualidade dos alimentos que consumimos. Logo passa pela forma como a gente produz e se reproduz nesses territórios.

No âmbito da geopolítica, ao discutir o conceito de saúde nos pautamos pela agroecologia, pois elencamos um tipo de produção que promove a vida. Da mesma forma, as condições de infraestrutura, educação, lazer e os acessos que permitem às pessoas permanecerem com dignidade em seus territórios sem ter de migrarem. Do ponto de vista político e prático, o MST no setor de saúde busca suas raízes ancestrais e a experiência acumulada tanto internamente, com a colaboração de diversos membros, quanto externamente, por meio de parcerias com universidades e países como Cuba e Venezuela, que permitem acesso ao estudo científico da medicina.

Ao construir esses diálogos orientados à promoção da saúde, por influência da (OMS), o Brasil vem instituindo várias políticas públicas de saúde que se encontram no contexto das discussões de integralidade do corpo, mente, permeada pelas questões sociais e humanização dos profissionais e serviços. Essa leitura aproxima da pauta as medicinas tradicionais e complementares, dando vazão às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) como Política Nacional.

Para Silveira e Rocha (2020), a visibilidade das PICS resultou na fusão entre as medicinas tradicionais e as medicinas alternativas e complementares. Para elas, a medicina alternativa e complementar refere-se: “ao amplo conjunto de práticas de atenção à saúde que não fazem parte da tradição ou da medicina convencional, assim como não estão totalmente integradas ao sistema de saúde predominante de um dado país” (Ibidem, 2020, p.3). Em determinados locais, esses termos são utilizados para referir-se à medicina tradicional, que se constitui de histórias milenares cujos conhecimentos, capacidades e práticas são baseadas em

que são pequenos grupos que se organizam por proximidade ou por afinidade. Cada um destes grupos elege seus representantes por setores: saúde, educação, frente de massa. Os setores se organizam dentro do espaço de referência quem tem maior afinidade com aquele tema, com a responsabilidade de trazer para o setor ou na representatividade de todos, esses representantes à coordenação. Essa é a função dos setores que chegam até as coordenações e a partir delas são realizados os encaminhamentos. O setor da saúde está nessa dimensão organizativa.

teorias, crenças e experiências próprias de diferentes culturas, utilizadas para manter a saúde, prevenir, diagnosticar, melhorar ou tratar enfermidades físicas e mentais (OMS, 2002).

O processo de aprofundamento possibilitou que a militância não só no conjunto da ciência da medicina tradicional, mas também na medicina antiga, na medicina tradicional chinesa, na acupuntura, nas experiências de medicina da humanidade do ponto de vista histórico, referências e práticas que permitem desenvolver uma condição de cuidado para com o nosso povo, principalmente nos processos permanentes de luta, nas marchas e nos acampamentos. Nestes locais, onde há muitas pessoas, principalmente em movimento, e que nos exige uma metodologia e uma qualificação de intervenção rápida e muito intensa, pois na marcha ou ocupação, perde-se o controle e parte-se para o efeito consequência, já que a condição é limitada naquele espaço.

No entanto, à medida que vai se compreendendo os campos, aprofundando a metodologia e desenvolvendo a capacidade de militância, seja ela técnica, científica ou relacionada à apropriação do processo histórico de cuidado, que nos permite interagir com essas dimensões, a atuação passa a ser mais ampliada dentro das práticas de promoção da saúde. Dessa condição de interação e de resistência que não nos permitiu cometer erros nas formas de cuidado. De maneira concomitante a organização foi criando estruturas com as conquistas dos assentamentos e dentro do processo da produção. Essas estruturas nos permitem desenvolver experiências concretas, como os nossos hortos medicinais, algumas farmácias vivas e experiências pontuais.

Neste processo histórico, pessoas que têm afinidades e apreço pela natureza e as plantas medicinais, transformaram-nas em atividade econômica, de geração de renda, produzindo o seu cuidado para com a comunidade local e em escala para atender as demandas mais amplas do MST. Um exemplo é o Horto Planta para a Vida, do qual um dos autores faz parte, mas há várias outras iniciativas em todo o Brasil que são referências e vertedouros de conhecimento.

Esses espaços não são apenas locais de produção, mas verdadeiras oficinas que transferem tecnologias e se abrem para que outras pessoas possam se apropriar destes conhecimentos que passam a ser coletivos. Uma das grandezas do MST é oportunizar conhecimentos que tradicionalmente são passados no máximo de pai para filho, e transformam-se em conhecimento coletivo, não perdendo suas identidades, mas fortalecendo estes espaços de referência na conquista da luta pela reforma agrária, inclusive nas pautas políticas.

No setor da saúde, o MST está estruturado em 23 Estados, que compõem as referências estaduais, regionais e locais. Esses saberes regionais somados potencializam as práticas ancestrais e os conhecimentos da natureza em uma esfera nacional, permitindo as trocas e uma

retroalimentação do processo coletivo, porque um grupo alimenta, ensina e troca com o outro, trazendo seus saberes distintos. O exemplo, do que nós temos no RS e não tem na região Amazônica ou vice-versa, mas quando nos encontramos existem essas trocas e elas se tornam coletivas, pois cada grupo contribui com seus saberes distintos.

Da mesma forma, quando se cria essa condição de necessidade, os nossos médicos, enfermeiros e técnicos, somam-se trazendo o seu conhecimento científico, mas respeitando essa militância e esse conhecimento ancestral. Neste sentido, geralmente o diagnóstico é científico, mas o debate sobre a melhor forma de lidar com aquilo que você tem ali, com aquela dimensão de cuidado vai ser um debate coletivo, aproximando a melhor ferramenta daquela condição. Então, isso também é uma evolução do ponto de vista desta relação do conhecimento científico com o empírico vivenciado pelo militante, mas que também é ancestral.

Ao misturar, complementamos e não há divergência no nosso espaço de vivência. Ainda que tenha suas particularidades, a política do MST absorve a bandeira de luta em defesa do SUS na promoção da vida. Nessa dimensão política, todos os assentados, bem como os mais qualificados entre eles, devem fazer parte dos conselhos de saúde, garantindo a representatividade e com isso a intervenção capaz de zelar pelo SUS, como um instrumento de direito do trabalhador. Esta é uma decisão política do MST. Na maior parte dos espaços geográficos onde estamos, existe uma militância histórica, ativa, que contribuiu para a construção da proposta do SUS e consegue interagir a partir do que está previsto em lei, com isso, possibilitando a intervenção qualificada.

Entretanto, essas discussões se ampliam dentro da pauta e da metodologia do MST, nos estudos de Roseli Caldart (2012) e Conceição Paludo (2001), que ao discutir a saúde do Movimento em movimento contribui na elaboração do conceito de saúde.

1.2 Experiências terapêuticas exitosas do MST durante a pandemia de Covid-19

Na dimensão do cuidado com a vida, algumas experiências terapêuticas exitosas partem das escolas do MST, que são potentes referências dentro dessa pedagogia que se explicita e vai além da cadeia produtiva do que é a base da região, ainda que seja contraditório. Neste sentido, nos questionamos: Com base nas referências construídas pela reforma agrária e no setor de saúde, quais são as novas possibilidades vivenciadas pelas experiências terapêuticas oportunizadas pela pandemia dentro dos movimentos sociais? Por onde tem avançado e o que é necessário discutir para além da luta pela terra? Essas conexões se coadunam com a

metodologia de educação popular em saúde do MST e as discussões e diretrizes propostas pela PNEPS-SUS, ANEPS e PICS?

Do ponto de vista interno dos movimentos, há uma profunda conexão entre essas diretrizes e um longo debate que está relacionado à Vida, e a Vida a partir do território, pois é a maneira como o indivíduo se relaciona com a forma de produção e, com isto, passa a compreender a sua relação com o meio ambiente. No entanto, o debate é por vezes contraditório, porque as áreas de assentamentos estão no território do agronegócio. A influência passa a ser muito grande para dentro dos assentamentos, mas aos poucos as famílias vão retomando este debate.

Na perspectiva de resistência e dele enquanto indivíduo em construir outras formas de resistência, mas também na percepção de diminuir o seu processo de adoecimento pelo impacto dos venenos. A preservação da vida passa pela reconstrução do território, onde a saúde permeia por tudo aquilo que preserva a vida. Assim, de maneira coletiva e política, estamos construindo a defesa dos territórios, entendendo que têm as contradições do capital, o embate direto com o agronegócio e o mercado.

Em outros espaços, essas perspectivas têm avançado, e atualmente temos áreas que são símbolos e servem como referências de nossas práticas, para nós e a sociedade que vê nesta possibilidade de resistência: áreas livres de agrotóxicos e a reposição da vida. Esses são os pilares que têm solidificado o MST neste último período, na perspectiva da saúde, e o olhar interno às comunidades de resistência. A decorrência deste processo está refletida nas últimas campanhas de solidariedade que o Movimento tem promovido. Se entende por solidariedade a identificação com o sofrimento do outro e se dispor a ajudar a solucionar ou amenizar o problema, demonstrando o grau de comprometimento das famílias em ajudar o próximo, sem saber quem são, mas entendendo que são trabalhadores.

Do ponto de vista da produção, os alimentos produzidos nos assentamentos e acampamentos passam a ser doados dentro de uma grande rede de solidariedade desencadeada por essa crise sanitária. Com certa pressão política, a solidariedade exerce uma visibilidade nas ausências e, com isso, convoca a sociedade, à participação. Essas intervenções, de maneira direta ou indireta demonstram que no campo da agricultura, ela precisa voltar-se para a sua vocação: produzir alimentos saudáveis, que é o objetivo final da reforma agrária.

Nesse contexto, uma das bandeiras que o MST vem levantando, e unificando com outros movimentos, é a de Luta pela Vida e contra os agrotóxicos, ou seja, na ecologia das ausências, a luta contra o veneno e o modelo de produção exploradora e agroexportadora das nossas riquezas naturais. Portanto, ao se firmar, essa batalha precisa ser solidificada com a sociedade,

pois é uma luta pela saúde que está em experimentação constante pela vida. Por outro lado, a imediatividade da necessidade de cuidado, incluindo o aumento da vulnerabilidade social e a necessidade de potencializar estes sujeitos, incluindo-os na participação das lutas sociais, para que possam acessar os direitos básicos.

Todas as nossas escolas vêm discutindo a produção e, neste cuidado mais forte com a vida, entra o tema da saúde. Na pandemia, a luta pela vida, desdobrou-se em duas ações consistentes: a primeira voltada à solidariedade de classe e de compartilhar de maneira empática aquilo que os assentados têm condição de produzir, que é o alimento, sentir o que outra pessoa sente, caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela, ou seja, procurar experimentar de forma objetiva e racional o que sente o outro a fim de tentar compreender sentimentos e emoções faz parte de uma vivência. O MST transformou este tema em uma das principais bandeiras para chegar às comunidades carentes dos grandes centros e no entorno das áreas de assentamentos. A segunda ação foi de desenvolver um Programa Solidário para o público interno e externo, que são os Agentes Populares de Saúde - APS, tendo como perspectiva de expandir o leque de cuidado para com as comunidades que estavam desprotegidas de informação e de todo esse processo da pandemia.

O Programa de APS é um Programa do MST em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, a Fiocruz e com outros setores da sociedade civil que vêm desenvolvendo atividades significativas para além da discussão da pandemia, mas, sobretudo, seus efeitos sociais. É urgente fazer esses debates, principalmente à sociedade trabalhadora das comunidades carentes, para compreender os direitos que estão sendo varridos. A organização é fundamental, porque também implica em saúde.

Estas alterações também vêm costurando mudanças dentro dos Movimentos Sociais, contribuindo com as práticas de resistência em ampliar as dimensões de cuidado e da defesa da vida, da ética nos grupos familiares e a empatia. Estas mudanças permitem refletir sobre a saúde a partir de uma compreensão sistêmica de cura que implica na compreensão da saúde e da doença, reconhecendo as capacidades curativas inerentes em cada ser vivo, conforme explicita (Capra e Luisi, 2016).

Este movimento de solidariedade e empatia do MST frente aos problemas sociais tem contribuído na solidificação de apoios da sociedade aos debates comuns, ressaltados por esta crise sanitária e, de maneira mais compreensiva, na luta pela reforma agrária, pois esta não se resume à disputa de terras, mas de princípios, valores e principalmente de vida: vida sem veneno, vida sem fome, vida para todes, todas e todos.

É a partir das articulações organizativas do MST e dessas conexões dos movimentos sociais que vêm assumindo o protagonismo que deveria ser do Estado. No entanto, os Movimentos vão à contramão a essa necropolítica²⁵ e a literatura têm apontado para isso.

1.3 As experiências do MST a partir da ancestralidade, solidariedade, empatia e dos campos mórficos

A história do uso de plantas medicinais, segundo Monteiro e Brandelli (2017) desde os primórdios tem mostrado que elas fazem parte da evolução humana e foram os primeiros recursos terapêuticos utilizados pelos povos. Pode-se afirmar que o hábito de recorrer aos dons curativos de certos vegetais se trata de uma das primeiras manifestações do antigo esforço do homem para compreender e utilizar a natureza como réplica a uma das suas mais antigas preocupações, aquela originada pela doença e pelo sofrimento.

Antigas civilizações têm suas próprias referências históricas acerca das plantas medicinais. Muito antes de aparecer qualquer forma de escrita, o homem já utilizava as plantas, algumas como alimento e outras como agentes de cura. Em seus experimentos com ervas, houve sucessos e fracassos. A descoberta das propriedades úteis ou nocivas dos vegetais ocorreu por meio do conhecimento empírico. Além disso, existem relatos lendários que atribuem às plantas poderes divinos. Um exemplo é o preparo e a ingestão da *Ayahuasca*, que inicialmente foi associada à realização de rituais religiosos, pois seu uso colocava os homens em contato direto com os deuses (Ibidem, 2017, p. 98).

De acordo com Lorenzi e Matos (2008), no Brasil a utilização das plantas é resultante de uma série de influências marcantes das culturas indígenas, europeias e africanas. Toda essa informação foi sendo, de início, transmitida oralmente às gerações seguintes e depois, com o aparecimento da escrita, passou a ser compilada e guardada como um tesouro precioso (Araújo et al., 2007, p. 45).

Os pajés ou Xamãs transmitiam o conhecimento acerca das ervas locais, estabeleciam contato com o mundo sobrenatural, buscavam a cura de doenças, serviam de oráculo, proporcionaram bons resultados em caçadas, evitavam catástrofes naturais e organizavam cerimônias religiosas (Macrae, 1992, p. 28 apud Albuquerque, 2009).

Os xamãs adquirem seus poderes, seja por “vocação pessoal, pela vontade de agentes sobrenaturais ou, às vezes, por herança repassada de geração em geração” (Albuquerque, 2009).

²⁵ Ver Silvio Almeida - Racismo Estrutural, 2019. p. 113-127.

p.28). São também “grandes conhecedores da floresta e das propriedades das plantas, que usam com frequência, especialmente para atividades de cura” (Ibidem, 2009, p. 31). As plantas comunicam-se com ele através de visões e sonhos e, além da “sabedoria”, transmitem-lhe também “força”, ou seja, qualidades físicas como resistência a ventos, chuvas e inundações (Albuquerque, 2009. p.32).

Com a chegada dos colonizadores europeus, esse conhecimento aqui encontrado foi somado ao conhecimento trazido pelos europeus (Braga, 2011, p.08). Além dos europeus, também a cultura africana foi adicionada a toda essa gama de conhecimento, uma vez que os escravos africanos trouxeram consigo plantas que eram utilizadas em seus rituais religiosos e para cura de diversas doenças, empiricamente descobertas. A união das três vertentes de conhecimento se traduziu na base do conhecimento sobre ervas medicinais no Brasil (Ibidem, 2011, p. 09).

Para Verger (1995), estudioso das culturas africanas no Brasil, o conhecimento tradicional está amparado por um sistema de classificação próprio e complexo, onde é construído ao longo de gerações e fortalecido pela transmissão oral do saber, sendo amplo o suficiente para o cuidado dos vários males que atingem aqueles que o constroem. Em alguns trechos do seu livro “Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá”, o autor Verger retrata bem a noção de conhecimento tradicional:

[...] a transmissão oral do conhecimento é considerada na tradição iorubá como o veículo do axé, o poder, a força das palavras, que permanece sem efeito em um texto escrito. [...] O conhecimento transmitido oralmente tem o valor de uma iniciação pelo verbo atuante, uma iniciação que não está no nível mental da compreensão, porém na dinâmica do comportamento. É baseada mais em reflexos que no raciocínio, reflexos estes induzidos por impulsos oriundos do fundamento cultural da sociedade (Verger, 1995, p. 20).

Este autor salienta que o conhecimento popular sobre plantas medicinais²⁶ também é construído empiricamente, sendo adicionadas a outras informações de cunho científico. Trata-se de um processo dinâmico onde se entrecruzam saberes populares e científicos. Deste modo, o conhecimento sobre ervas é parte do desenvolvimento científico vinculado, inicialmente, à instalação dos jardins botânicos e registrados a partir de um modelo eurocêntrico. Ademais,

²⁶ A botânica, no início de seu desenvolvimento, buscava nomear e categorizar os vegetais medicinais, sendo provavelmente uma das primeiras ciências a estudar plantas medicinais. Os farmacêuticos, antes da disseminação de medicamentos sintéticos, buscavam trabalhar com produtos da flora local avaliando as propriedades terapêuticas das plantas medicinais. Esse início da fitoterapia, muito marcado pelas experiências populares sobre o uso de ervas, influenciou o distanciamento dessa área do conhecimento do restante da ciência durante um longo período (Ricardo, 2009).

cientistas europeus realizam várias incursões no interior do Brasil com objetivo de conhecer, catalogar e testar as propriedades terapêuticas das plantas. Esses conhecimentos vêm sendo adquiridos junto aos povos indígenas e de matriz africana, os quais desenvolvem formas de utilização para realizar processos de cura e de cuidado com os seus.

Através destas três vertentes formou-se o campo mórfico do conhecimento das Ervas Medicinais no Brasil, na qual muitas pessoas se conectam a esse campo. Esses campos morfogenéticos contém a soma de toda a história e de toda a evolução. Para Sheldrake (2013), todos os seres têm um tipo de aura que os liga ao mundo circundante. Os campos mórficos de Sheldrake não envolvem transmissão de energia; o que se transmite por meio deles é pura informação. Juntamente com a ideia de campo morfogenético, ele elabora o conceito de ressonância mórfica.

Com base no conceito de ressonância mórfica, proposto por Sheldrake (2013) busca-se compreender como as informações ou padrões de atividade passam de um sistema antigo para um novo do mesmo gênero. Assim, este autor chama de ressonância mórfica a difusão não intencional da informação, o que difere da telepatia, que é intencional, associada a uma coletividade, seja humana ou não. Desta forma, “a ressonância mórfica não é afetada pelo espaço ou pelo tempo, e sua influência aumenta à medida que cresce o grau de similaridade dos sistemas envolvidos” (Sheldrake, 2013. p.46-47).

Ao buscar esses conceitos, nos valem de uma ordem que está exposta pelas leis sistêmicas que estão nominadas pela ordem e princípio do pertencimento, hierarquia e equilíbrio. Neste sentido, o fenomenologista Bert Hellinger ao incluir a Pedagogia Sistêmica a partir do trabalho realizado em território africano com base no respeito e no amor à família e tem uma postura voltada aos princípios que, geralmente, são inconscientes e denominadas por ele como Ordens do Amor (Hellinger, 2003). Para tanto, a primeira ordem é a do Pertencimento e fala acerca do direito de todos em pertencer ao lugar em que se encontram.

A segunda ordem é a da Hierarquia — quem vem primeiro e deve ter prioridade sobre quem vem depois, ou seja, nos sistemas familiares, os pais têm prioridades sobre os filhos — os pais são grandes e os filhos pequenos, ou seja, são hierarquicamente precedentes; assim como todos aqueles que nasceram antes, no caso irmãos ou ancestrais. Por fim, a terceira ordem é a do equilíbrio entre dar e receber, gerando uma estabilidade que produz um sentimento de justiça, de paz e coesão entre as partes (Ibidem, 2003, p. 03).

Ao aproximar as ordens do amor ao presente estudo, buscamos enfatizar o que compreendemos como direito de pertencimento quanto da inserção em um movimento social, pois de alguma forma, o ser humano se sente excluído. Ademais, a hierarquia está concatenada

com a ancestralidade, respeitando quem vem antes na caminhada em movimento. Do mesmo modo, procura-se trabalhar o equilíbrio entre o dar e o receber, pois a solidariedade e a compaixão têm tecido os fios dessa jornada que é coletiva, ainda que, na contramão deste processo estão as carências e ausências somatizadas de sistemáticos processos de exclusão, vulnerabilidade social e falta de garantia de direitos sociais.

Atualmente o conhecimento popular é desenvolvido por agrupamentos culturais que ainda convivem intimamente com a natureza, observando-a de perto no seu dia-a-dia e explorando suas potencialidades, mantendo vivo e crescente esse patrimônio pela experimentação sistemática e constante (Elisabetsky, 1997). Sabe-se que, em regiões de baixo desenvolvimento econômico ou em zonas rurais, a falta de acesso da população aos medicamentos industrializados determina o tratamento das doenças com base no uso de plantas medicinais, essas práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde (Amorozo, 2002, p. 751).

Desta forma, o consumo de plantas medicinais, com base na tradição familiar, tornou-se prática generalizada na medicina popular. Atualmente, na crise pandêmica e somadas as necessidades de uma releitura quanto a promoção e prevenção da saúde outros fatores têm contribuído para o aumento da utilização desse recurso, entre eles: os efeitos colaterais decorrentes do uso crônico dos medicamentos industrializados; o difícil acesso da população à assistência médica; a tendência ao uso da medicina integrativa e de abordagens holísticas dos conceitos de saúde e bem-estar (Monteiro e Brandelli, 2017, p. 128).

Em diálogo com os movimentos sociais, a terapêutica oriunda das plantas medicinais exerce papel fundamental nos processos de cuidado, pois elas acompanham essa trajetória histórica desde as pequenas infusões, chás, escalda-pés, elaboração de tinturas para extração dos princípios ativos, banhos mais elaborados, plantas de poder que transmitem seus potenciais terapêuticos físicos e energéticos pelas invocações de cura e efeitos sinestésicos.

Assim, a organicidade dos movimentos sociais reconhece e demonstra a importância de legitimar as práticas populares em educação popular em saúde, fortalecendo os processos históricos e constitucionais em defesa da saúde pública de qualidade²⁷, na luta e defesa do SUS, bem como do fortalecimento das leis que garantam o acesso às Práticas Integrativas e

²⁷ Desde a década de 1970, a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda aos países-membros a inclusão dos sistemas “tradicionais” em programas nacionais de saúde pública (Organização Mundial de Saúde, 2002). No Brasil, a fitoterapia é reconhecida como uma prática terapêutica a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos incluem diretrizes de apoio às iniciativas locais que fazem uso da diversidade biológica e de saberes associados (Brasil, 2008).

Complementares em Saúde (PICS) e a consolidação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS.

Desta busca que atravessa os movimentos sociais em garantir os cuidados, novas formas, sentidos e percepções de se compreender a saúde, e as discussões em torno das lutas históricas da saúde pública, que mergulham nas medicinas ancestrais a fim de trazer respostas aos medos e realizar os enfrentamentos necessários, pois nossas raízes são alimentadas e construídas ao longo da história dando subsídios para a nossa existência. Isso está em conexão com todas as pessoas que vieram antes de nós e possuímos um contato muito íntimo, por mais que, muitas vezes, não tenhamos essa dimensão.

Ao buscar a compreensão da ancestralidade e do que é ancestral em nós, salientamos características relativas e herdadas de nossos antepassados. Eles acabam transmitindo componentes genéticos e sociais que refletem em nossa composição interna e externa. Assim, ajudam a moldar a nossa identidade e colocação em nosso próprio tempo como indivíduos e seres humanos. A ancestralidade tem como um dos maiores propósitos servir de guia para que consigamos enxergar a nossa própria linhagem. Ainda que distantes, nos ensina lições úteis em nosso caminho contribuindo para o nosso crescimento.

Nossa ancestralidade é valiosa quando refletimos melhor sobre o modo que levamos a vida e como a conduzimos. Nossa memória ancestral está contida em nosso campo mórfico, que contém a soma de toda a história e de toda a evolução e que através da ressonância mórfica essas informações ou padrões de atividade passam de um sistema antigo para um sistema novo do mesmo gênero.

A ancestralidade acaba por resgatar aspectos importantes que influenciaram diretamente em nossas origens. Por meio dela, podemos fazer um mergulho enriquecedor a fim de descobrir mais sobre nós mesmos. Ademais, pode ser uma etapa revolucionária para que entendamos melhor o nosso comportamento diante da vida. Afinal, acolher nossos ancestrais significa honrar um legado e permitir que ele possa continuar a viver conosco.

No MST esse processo não é diferente quando se trata de buscar e conectar-se às medicinas antigas, principalmente para quem tem seu caminhar e processo de desenvolvimento histórico em Movimento, nas marchas e lutas, passando por constantes e diferentes adversidades.

Desta maneira, buscamos, durante as diferentes ações de enfrentamento da realidade ocupar esses espaços que estão abertos e incompletos pela própria dimensão da cultura de percepção que o MST traz, pois em seus enfrentamentos precisa dar conta de resolver problemas. Nesse pluriverso de sentidos, criam-se espaços e abrem-se os campos que precisam

ser trabalhados e (re)organizados, entendendo que, quem está ali, na dinâmica do cuidado, já está preparado. Essa leitura concretiza-se ao imaginar um grupo de pessoas em marcha e que falta tudo, diferentemente, de outro que tem as condições de acolhimento.

Essa ressonância acontece no MST, que traz toda essa vertente muito forte apoiada nos conhecimentos populares de benzedadeiras, indígenas, rezadeiras, raizeiras, profissionais de saúde. Eles buscam a concepção de saúde integral aos que são orientados dentro das linhas gerais do movimento e do setor de saúde para buscar os estudos e aperfeiçoamento em diálogo com a preservação da Vida.

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2017, p. 16-17).

O MST tem na sua caminhada histórica uma raiz filosófica emancipadora de seus sujeitos e geradora de valores humanos que são potencializados pela participação ativa na vida pública, com acompanhamento crítico da população. Por essas ações, têm desempenhado um papel proativo, convocando a população a atuar na formulação de propostas capazes de impactar positivamente a sociedade.

Neste sentido, valorizar as estratégias de educação popular em saúde, bem como das redes de solidariedade que se fortaleceram dentro dos movimentos sociais e no MST não é diferente. A solidariedade e compaixão são valores e virtudes necessárias para efetivação das estratégias de combate à pandemia.

Assim, ao debater as vulnerabilidades sociais ampliadas pela crise sanitária na pandemia de Covid-19, o que se constata é a carência de recursos agravada pelo desemprego, redução da renda, a falta de acesso às medicações e a incoerência de informações sobre o seu uso adequado. Essa falta de direcionamento, orientação e planejamento no acompanhamento desta crise sanitária faz com que a população procure novas formas de garantir suas condições de saúde, amenizando os impactos da ausência do Estado.

No entanto, ainda é necessário o apoio do Estado, pois o alongamento da pandemia e os desafios gerados devem ir além do processo patológico, pois é necessário gerar possibilidades de emprego, renda, geração de economia, condições saudáveis de alimentação e participação efetiva da sociedade na raiz de certos problemas estruturantes que não estão restritos ao ato de votar e transferir responsabilidades. De modo que se formos dialogar com a Constituição

Federal, ela foi criada com intensa participação popular e cidadã ativa, no entanto, a cultura política precisa ser constantemente amadurecida, construir diálogos e caminhos de consenso quando isso for possível.

Ademais, a própria política das PICS ainda tem uma abrangência muito restrita, pois não está efetiva em todas as comunidades e nem sempre dialoga com os profissionais do SUS. Essa busca pelos diferentes sistemas de cura que atravessam o território, as comunidades, o encontro com a benzedeira, o passe no terreiro. Essa busca da saúde para além da indústria farmacêutica. Ao compartilhar esse depoimento do MST: “Nós nos produzimos e reproduzimos por uma conexão que não é a do mercado, do alopático unicamente”, também expressamos o sentimento do grupo. Entendemos que ao buscar, fazer e discutir saúde, não estamos restritos à alopatia, mas compreendemos a importância da união destes saberes e práticas de cura e cuidado na promoção da saúde e da vida.

2 METODOLOGIA: O CAMINHAR SISTÊMICO DO MST NO CAMPO MÓRFICO DAS PICS

A proposta do Curso de Terapeutas Holísticos²⁸, ao possibilitar-nos reconectar com o nosso Eu, potencializa outros processos de cura individuais e coletivas. Ao verificar essas possibilidades, transformamo-nos em um grupo. Um dos campos comuns a este grupo foi a conexão com os Movimentos Sociais, as ervas e plantas medicinais que nos remetem um acesso mais imediato à ancestralidade e a esses campos mórficos.

A proposta do Curso de Terapeutas Holísticos¹³, ao possibilitar-nos reconectar com o nosso Eu, potencializa outros processos de cura individuais e coletivas. Ao verificar essas possibilidades, transformamo-nos em um grupo. Um dos campos comuns a este grupo foi a conexão com os Movimentos Sociais, as ervas e plantas medicinais que nos remetem um acesso mais imediato à ancestralidade e a esses campos mórficos.

O estudo possibilitou-nos inúmeras reflexões sobre o atravessamento destes campos que foram observadas, sentidas e encarnadas no corpo-território de cada um dos integrantes do

²⁸ O curso de formação em Terapeutas Holísticos aconteceu de maio de 2021 a fevereiro de 2022, pelo Programa de Educação Popular e Qualidade de Vida, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. O curso foi realizado com a colaboração da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em Educação Popular e Saúde – ANEPS, o Conselho Nacional de Saúde - CNS, professores e terapeutas colaboradores. Este processo de formação foi organizado de maneira síncrona e assíncrona, com a realização de uma etapa presencial, resultando no V Festival Holístico, devido às restrições da pandemia de Covid-19. Essa formação foi dirigida, principalmente, aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, terapeutas, representantes de movimentos sociais, mas também estendida a outros profissionais da Atenção Básica.

grupo, trazendo a partir de suas experiências, a incorporação de memórias ancestrais relacionadas às plantas medicinais, que se deram através dos campos mórficos presentes no processo, proporcionando compartilhamentos em uma esfera coletiva. Assim, ao buscar pelas bases e referências, o campo do saber que mais nos aproxima dessas práticas de cuidado, referem-se às conexões vivenciadas nos Movimentos Sociais e às medicinas tradicionais, complementares e integrativas.

Essas diretrizes se coadunam com a própria metodologia do MST, da ANEPS e das PICS. Assim, constitui-se, assim, em uma pesquisa qualitativa baseada na observação deste campo empírico, nos documentos do MST, em pesquisas bibliográficas e experiências vivenciadas por seus integrantes nos espaços de luta e solidariedade.

Nesse sentido, ao reconstruir em nós essas bases históricas interligadas com as pautas atuais e vivenciadas por essa crise sanitária, entendemos que, primeiramente essas mudanças de concepções de cuidado e de integralidade do corpo partem de cada um de nós e se refletem no todo, tal qual as doses homeopáticas que, ao fortalecer nossa energia vital, altera nossa conexão com o mundo. Porém, isto só ocorre à medida que compreendemos nossas formas de adoecimento e buscamos alterar o que nos faz adoecer individual e coletivamente.

Neste movimento de anormalidade, de procura por respostas diferenciadas e mais aprofundadas da realidade, então fomos dialogar com o filósofo Gilles Deleuze que nos viabiliza outras compreensões de mundo, não aquelas convenientes construídas a partir de uma identidade que nos dê segurança, mas justo aquele que nos permite vivenciar a experiência e fazer a nossa própria pré-reflexão sobre essas diferenças, em diálogo com esse caminhar, em marcha com o Movimento e com o nosso tempo presente. Não se trata de repetição, pois as marchas não são iguais, mas de perceber essas oportunidades como possibilidades de religação com o nosso eu e com o todo, estabelecendo outros sentidos de (re)organização.

As convenções, por outro lado, nos privilegiam e permitem defender e manter determinadas visões de mundo, de ciência e de cuidado. Porém, na verdade, a diferença é a mudança de um momento para outro, de um fato primordial que pode nos permitir avaliar e ver esse transcorrer do tempo. Nessa passagem, podemos avaliar se são repetições ou momentos diferenciados que nos convocam a mudanças plenas, a transformações completas. No entanto, muitas vezes e talvez na maioria delas, o esforço é de permanecermos os mesmos. Essas considerações passam do processo individual ao coletivo, entendendo como diferencial o curso e a crise sanitária que nos auxiliam nessa conexão com o amor maior e com tudo que é sagrado, honrando a simbologia da Divindade em nós:

O símbolo nos leva à parte que falta do homem inteiro. Ele nos põe em relação com nossa totalidade original e cura nossa divisão, nossa alienação da vida. E como o homem total é bem maior que o ego, o símbolo nos põe em relação com as forças supra pessoais que constituem a fonte de nossa existência e do significado que temos. Essa é a razão para que se honre a subjetividade e para que se cultive a vida simbólica (Edinger, 1995, p. 182).

Ao nos aproximar de Deleuze (2002), buscamos uma visão mais despida de preconceitos, trazendo para este tempo presente às mudanças qualitativas que nos conecta com nossas ancestralidades, observando as questões espaciais e temporais que nos tornam sensíveis em revisitar e recuperar as possibilidades que esta experiência presente pode vir a ser, sem ideias pré-concebidas. Neste sentido, nós apoiamos na percepção, que é o nosso primeiro contato com aulas e conteúdos, desde o ponto de vista cultural, psicológico, das nossas relações em rede, com as coisas e com os outros. Para Merleau-Ponty, ao recuperar a percepção, buscamos nos conectar com nossas origens, com aquilo que é autêntico em nós, o modo que sentimos em nós.

Nesse caminhar, a percepção foi tornando a nossa verdade e se consubstanciando em processos autênticos, que de maneira individual poderíamos atribuir a outros sentidos e esferas planetárias, entretanto, à medida que vão acontecendo essas trocas menores entre os grupos e mesmo no Festival Holístico onde fomos procurar e estabelecer as curas necessárias em nós, de nossos medos e todo esse processo mental que viemos sentindo ao longo da pandemia da Covid-19, a desintoxicação de tantas informações que precisavam fluir e deixar serem tratadas, acolhidas nos devidos campos, deixando-se traduzir nos aprendizados que nos são sensíveis.

Nesse sentido, são necessárias novas emergências nos Movimentos Sociais, com objetivos de firmar novos processos de resistência. É preciso que esses conhecimentos, organizados dentro dos Movimentos Sociais sejam reconhecidos, assim como suas práticas e intervenções, mesmo que muitas vezes sejam considerados simples ou distantes de um conhecimento científico, elas são conjugadas pelo respeito às bases e às tradições culturais, mas que podem contribuir nas discussões e elaborações de políticas de promoção da saúde.

3 RESULTADOS

3.1 A reconfiguração dos cuidados no MST: conectando as plantas medicinais, a ancestralidade e os campos mórficos

Ao buscar os resultados deste trabalho, refletimos sobre o que tem significado estas contribuições nos Movimentos Sociais e do MST, que vão além da solidariedade para com a

vulnerabilidade social, recuperam toda uma sabedoria ancestral presente nos campos como uma energia fluída, acolhedora, encantada, sentida, perfumada com todo o aroma das ervas, das florestas e desses seres que nos visitam e pedem licença para fazer deste momento algo transmutador e transformador. Assim, a recuperação desta ancestralidade, das medicinas inseridas por estes movimentos, embasam esses saberes.

Ao buscar essas conexões, trazemos algumas impressões, algumas encontradas nos estudos de Cleonice Fernandes e Carla Serafim (2020) onde elas apontam a importância de trazer a relação sistêmica para a educação, estimulando os alunos a enxergarem suas histórias de vida de maneira generosa, amorosa, grata, com a perspectiva da aprendizagem significativa para a vida. Ao observar essas condições, compreendendo que cada um tem suas histórias de vida, suas origens, seus antepassados, seus valores e suas normas, essa leitura empática permite o não julgamento, através do respeito ao Outro, com olhar mais generoso e afetuoso, como na música “Tente Outra Vez” (1975), Raul Seixas demonstra onde acentua que se deve “beber”, pois a “a água viva ainda está na fonte, você tem dois pés para atravessar a ponte”.

Ao aproximar da ação educativa dos movimentos sociais e do processo desenvolvido pela organização do Setor de Saúde do MST, podemos fazer toda essa conexão entre histórias de vida, saberes ancestrais, conhecimentos que muitas vezes não estão sintetizados na academia, mas na construção e no repasse deste campo morfogênico que dialoga com esses saberes que vêm sendo passados e transformados de geração a geração. Assim, ao pensar nas formas de cuidado do MST nos territórios, questionamos-nos: Como que esse cuidado e essa prática chegam ao território? Como são construídos os diálogos para a reelaboração desta prática? Como essas práticas têm atravessado o MST em seus territórios?

O MST traz toda essa vertente de agregação que percebemos com mais intensidade no curso, dentro das comunidades indígenas, da universidade, no espaço mítico da Capela²⁹, que podem ser os centros de referência em cuidado de cada território. E podemos observar a partir da teoria dos campos mórficos que costura esses saberes, porque nós entendemos a saúde como uma derivação, inclusive das práticas de solidariedade, e essa é uma prática positiva. Esse movimento terapêutico que vem de nossa ancestralidade, dos campos mórficos, conecta-se em ressonância com as energias e com os movimentos do campo das plantas e suas interações, que podem ir desde a liberação dos princípios ativos até os ativos da fitoenergética das plantas, os quais podem atuar na restauração do equilíbrio de vários campos energéticos.

²⁹ Espaço da Capela - espaço onde acontecem os atendimentos terapêuticos em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS na UFPB.

A riqueza e experiência dos assentamentos, acampamentos e espaços de vivências terapêuticas: Como esses saberes afetam os nossos saberes? Existe troca, diálogo e ação construída coletivamente?

3.2 O despertar do Ser Terapeuta: os atendimentos e cuidados na pandemia pelo MST em defesa da Vida

Neste período da pandemia, a nossa percepção é que as mudanças têm chegado em nosso meio pela retomada de antigos métodos de cuidados, em relação ao uso de chás, benzimentos, saídas alternativas e ou alternativas³⁰ em relação aos tratamentos dos seus processos de adoecimento.

Há uma inversão na procura dos tratamentos químicos pelos naturais, as pessoas buscam respostas mais efetivas e procuram compreender seus estados de adoecimento, como se neste momento elas estivessem mais tempo e necessidade para olhar para si mesmas. Estas oportunidades fazem-nas refletir sobre os mecanismos que a fazem adoecer.

De modo que, a escuta ativa é muito importante e é um fator que a pandemia nos mostra, porque é justo o que nos limita neste processo de isolamento. Entretanto, as formas de interações mudam e se realinham, criando outras simbologias e mapas de cuidado. Por outro lado, ocorreu uma demanda no atendimento vinculado às práticas holísticas. Nosso caso em especial, houve um aumento no uso dos fitoterápicos. Ainda que a produção de sentido mude, porque ela se atualiza nessa geração, visto que, a exemplo, de novos princípios ativos e formulações fitoterápicas são incorporadas às dinâmicas e narrativas de uma geração para outra, causando momentos de ruptura e transformação.

Neste contexto, o curso vem ao encontro da busca de melhoria nas práticas e traz no seu bojo, um conceito que não está no nosso dia-a-dia que é o cuidado conosco, os cuidadores. E como mecanismo de melhoria da nossa prática, isso muda bastante a forma de compreensão do cuidado. No MST, ela sempre foi baseada na disponibilidade para atividade, sem muita avaliação das condições do cuidador.

Quando não sabemos do que somos capazes de avaliar e trabalhar os processos de autocura, as doenças, que estão interligadas com nossas emoções — o sentimento, a emoção que é a base — começam surgir. Muitas vezes, isso ocorre pelo pré-julgamento, a retenção e a

³⁰ Tudo aquilo que ultrapassa, instiga, perturba, pois suas diferenças jamais se integram a qualquer forma de totalidade.

não liberação adequada das emoções, que somatizam as energias. Ao acumulá-las, a doença pode se manifestar no corpo físico. Esse processo é bem delicado, exigindo atenção, compreensão de si mesmo, observação, experienciar os conhecimentos e recuperação das nossas sabedorias.

Por conseguinte, romper um paradigma não é fácil, exige-nos adentrar em uma busca mais profunda do sentido da existência e entender a doença como oportunidade que dialoga com o corpo, a mente e as emoções. Devemos sair da zona de conforto, onde atribuímos que os processos de cura estão fora e não dentro. Neste sentido, as experiências trazem a tradução destes sinais, refletidos no corpo e na mente, do que precisa ser corrigido, do perdão que precisa ser dado. “O perdão no sentido de correção do equívoco desta mente consciente ou desta mente que está contida no cérebro para alinhar-se com a mente que está além do cérebro, que é essa mente que está no campo”, conforme explicita (Tenório, 2021) e a mente que está no plano superior.

Desta forma, a energia, o Deus que os movimentos buscam e reconhecem, é aquele que dá sentido à vida, ao corpo encarnado, e que se manifesta em atitudes e ações. Ao passar por todas as premissas de luta, de sentir-se vivo e ser o Cristo presente e a Divina presença do “eu sou” em mim, honrando toda a ancestralidade que nos movimenta até o momento presente.

Quando essas conexões passam de um processo individual e se somam a um coletivo, a uma comunidade humana, a uma marcha, esse movimento de intencionalidades e bandeiras de lutas encarnadas se levantam em profundidade e solidariedade com a vida. É essa luta forjada pelas práticas integrativas e complementares em saúde, em defesa do SUS para todos, da promoção e prevenção da saúde que é necessário reelaborar.

Ao contrário do medo e da tristeza, a esperança e a alegria são as condições prévias existenciais da resistência. São a energia vital por detrás do questionamento fundamentado sobre a sociologia das emergências. Ao parafrasear Spinoza: “esse sentimento de alegria é a emoção que faz crescer o desejo de persistir, tanto individual como coletivamente” Santos (2019, p. 149), também sinaliza essas somas. Nas lutas sociais, a alegria e a revolta andam muitas vezes de mãos dadas: os momentos de alegria são os que melhor expressam o valor da solidariedade e sublinham a esperança de vencer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAMINHAR

Esse caminhar nos permite perceber que o MST tem um lugar privilegiado, pois não é um território isolado, mas onde se nutrem experiências de Vida e de luta pela Vida em constante

diálogo com os direitos humanos. O Movimento não existe se não tiver pessoas, pois é constituído por pessoas que estão à margem, mas agregam seus saberes ao coletivo.

Essa junção de reconhecer na ancestralidade negada é a capacidade de transformar e se transformar em Movimento, seja ela de luta pela terra ou de continuidade dessa luta na Terra, porque ela não para, é dinâmica. Esse diálogo passa pelo campo do cuidado. E, no setor de saúde do MST, acontece desde o uso das plantas medicinais, as quais marcam sua trajetória histórica até a construção de novas possibilidades com as experiências dos compostos fitoterápicos.

Essas práticas sistematizam a evolução da disputa de um campo político e de saúde, onde, com o apoio do controle social, das políticas nacionais da PNEPS-SUS, PNPICS, das Plantas Medicinais e Fitoterápicos e da ANEPS, trazem a conexão não apenas com a ancestralidade e seus campos mórficos, mas naquilo que ressoa a tempos no Movimento que são seus saberes, a educação popular que se revigora na pedagogia freireana e no trabalho de extensão, aos quais permitem perceber a riqueza das experiências, demonstrando que esse diálogo é possível.

Nesse sentido, o artigo também reflete sobre como a academia está se apropriando de saberes que o movimento social já faz há tempos. Na atualidade, ela dá outros nomes, porque em determinado momento despreza esses saberes ao invés de valorizá-los, ela requalifica-os. Essa passa a ser uma grande luta da educação popular, pois é necessário compreender que existem leis que nos regem, as quais derivam para outros campos.

Entretanto, ainda é necessário fazer uma crítica contundente sobre a falta de articulação da política de PICS com os gestores públicos. A construção a partir do território demonstra sua abrangência restrita, não efetiva em todas as comunidades, nem sempre dialogando com os profissionais do SUS.

As leis sistêmicas nos dominam dentro do campo da relação prática, ao nos conectar com elas, ancoradas pelas ordens do amor e da criação, do que nos faz e traz como essência ou centelha divina ao ingressar nesse Movimento, buscamos pertencimento, um espaço de construção do seu próprio eu. O indivíduo, ao entrar para o movimento, está se sentindo excluído, e ele busca esse pertencimento, e se identifica com esse coletivo em constante movimento e sinergia.

Para tanto, o processo hierárquico é respeitado, valorizando o chão de quem veio antes da palavra e da ação. Essa hierarquia tece um fio condutor que constrói todo um processo organizativo do MST. O direito de pertencimento vai sendo construído ao longo do tempo, não

de maneira nominal, mas as pessoas se constituem dentro do Movimento, onde o dar e o receber são constituições cadenciadas e organizadas em leis.

Os campos mórficos, em conjugação com as leis sistêmicas no caminhar do MST, surgem como uma ferramenta potente e uma nova emergência em saúde coletiva, como uma forma de perceber a outra/outro, com profundas trocas no pensar. Assim, a percepção humana do Movimento que cresce em valores e constrói um diálogo e ação com a sociedade, demonstrando a importância de suas lutas e bandeiras desde a evolução de sua trajetória histórica e política de enfrentamento nos espaços de cuidado e de disputas por condições sociais mais equânimes.

Essas experiências estão constituídas por processos que desencadeiam oportunidades fortes e sensíveis, capazes de possibilitar novas formas consistentes de solidariedade e compaixão, constituindo-se em iniciativas eficazes, em meio a tantas adversidades políticas e ausências do Estado. Por meio dessas leituras, as experiências dos movimentos sociais trazidas pelo MST demonstram, a partir de sua trajetória histórica e das renovações que estão no campo da saúde coletiva, que é necessário reafirmar práticas que se atualizam nessa geração.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia. **Uma heresia epistemológica: as plantas com sujeitos do saber**. Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado, Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. 2009. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/328.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2022.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.
- AMORIN, Elba Lúcia Cavalcanti de. et al. Fitoterapia: instrumento para uma melhor qualidade de vida. **Infarm**, v. 15, n. 1, p. 66-69, 2003.
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio de Leverger, MT, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, v. 16, n. 2, p.189-203, 2002.
- AQUINO, Estela M.L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(Supl.1):2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?format=pdf> . Acesso em: maio de 2022.
- ARAÚJO, Ednaldo Cavalcanti de. et al. Use of medicinal plants by patients with cancer of public hospitals in João Pessoa (PB). **Revista Espaço para a Saúde**, v. 8, n. 2, p. 44-52, 2007.

BRAGA, Carla de Moraes. **Histórico da utilização de Plantas Medicinais**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura de Biologia a Distância) - Consórcio Setentrional de Educação a Distância. Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás, Brasília, 2011. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1856/1/2011_CarladeMoraesBraga.pdf> Acesso em: abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics>>.

BRASIL. **Portaria N. 2.761**, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS -SUS). Ministério da Saúde. 2013.

BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves et al. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no "Programa de Saúde da Família", Governador Valadares, MG, Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas* [online]. 2008, v. 44, n. 4 [Acessado 27 Abril 2022] , pp. 629-636. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-93322008000400009>>. Epub 27 Jan 2009. ISSN 1516-9332. <https://doi.org/10.1590/S1516-93322008000400009>.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. Traduzido por Maya Teruya Eichemberg e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014. (Coleção polêmica). Título original: *The systems view of life*. ISBN 978-85-316-1291-6.

DALMOLIN, Bárbara Brezolin et al. Significados do conceito de saúde na perspectiva de docentes da área da saúde. *Escola Anna Nery* [online]. 2011, v. 15, n. 2 [Acessado 29 Maio 2022] , pp. 389-394. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000200023>>. Epub 14 Out 2011. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000200023>.

DAOLIO, Jocimar Daolio; RIGONI, Ana Carolina Capellini; ROBLE, Odilon José. Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty. **Rev. Pro-Posições**. v. 23, n. 3 (69). p. 179-193 set./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/Hhwh5qXY7KmBjYWkM9Rb4gQ/#>> Acesso em: março de 2022.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

EDINGER, Edward F. **Ego e arquétipo**. São Paulo: Cultrix, 1995.

ELISABETSKY, Elaine. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: RIBEIRO, Darcy. **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FEIO, Ana; OLIVEIRA, Clara Costa. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.2, p.703-715, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2015.v24n2/703-715/pt>>. Acesso em: maio de 2022.

FERNANDES, Cleonice Terezinha; SERAFIM, Carla Cristina El-Hage. Pedagogia Sistêmica: uma Nova Abordagem no Processo de Ensino Aprendizagem. **Rev. Ensino, Educação e Ciências Humanas.** v.21 n. 3 (2020). Disponível em: <<https://seer.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/8909>> Acesso em: maio de 2022.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues. A prática pedagógica educador-educando no curso Pé no Chão do MST: caminhos para (re)pensar a formação humana. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38029>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Paulo Freire e a pedagogia do MST: caminhos para (re)pensar a formação humana. Revista **Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, ano 2, v. 2, no 4. Edição Especial. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>>. Acesso em: 24.04.2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido/Paulo Freire. – 68º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. 256 pp.

_____. Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular/organização Ana Maria Araújo Freire – 1º ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUNDAÇÃO PIERRE VERGER. **Ewé: Verger e as plantas.** Disponível em: <<http://www.pierreverger.org/br/pierre-fatumbi-verger/biografia/biografia.html>>

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HELLINGER, Berting. **Ordens do Amor.** Rio de Janeiro: Cultrix, 2007.

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. **Plantas Medicinais no Brasil:** nativas e exóticas. 2º ed. Nova Odessa. São Paulo: Instituto Plantarum, 2008.

MONTEIRO, Siomara da Cruz; BRANDELLI, Clara Lia Costa. **Farmacobotânica:** aspectos Teóricos e Aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MOPS-SE. Emanuelle, Karen. Movimento Popular de Saúde. 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/mopsse/home/historico>> Acesso em dezembro de 2021.
NEGREIROS, Regina Coeli Araújo Trindade; FERREIRA, Renata Shirley da Silva. Antigos paradigmas e novas possibilidades: perspectivas plurais integrativas da espiritualidade e saúde a partir das PICs e da noção africana do Ubuntu. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/50680/33087>>

NARVAZ, Martha G. Grupos multifamiliares: história e conceitos. **Contextos clínicos**, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2010. Disponível

em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822010000100001>. Acesso em: março de 2022.

OMS divulga novas estatísticas mundiais de saúde. 23 de maio de 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/index.php/pt-br/183080-oms-divulga-novas-estatisticas-mundiais-de-saude>> Acesso em: junho de 2022.

OMS. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. Ginebra, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67314/WHO_EDM_TRM_2002.1_spa.pdf;jsessionid=3F09ABFE3832096FD8CBEF2F6DE72ED6?sequence=1>

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CK6NyrM6BhKXbMmhjrmB3jP/?format=pdf>. Acesso em: abril de 2022.

RICARDO, Letícia Mendes. Uso de Plantas Medicinais: o Sistema Único de Saúde e a autonomia dos saberes comuns. Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. **Monografia** apresentada ao Curso de Especialização em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <<https://bvssp.iciet.fiocruz.br/pdf/24932.pdf>> Acesso em setembro de 2019.

SANTOS, Boaventura dos Santos. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Conhecimento prudente. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf> Acesso em: abril de 2022.

SANTOS, Marcelo Guerra; CARVALHO, Ana Cecília Bezerra. Capítulo IV - **Plantas medicinais**: saberes tradicionais e o sistema de saúde. In: SANTOS, M.G., and QUINTERO, M., comps. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 72-99. ISBN: 978-85-7511-485-8. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575114858.0006>>. Acesso em: abril de 2022.

SEIXAS, Raul. **Tente outra vez**. Intérprete: Raul Seixas. Gravadora: Philips, 1975. Faixa 3 do álbum Novo Aeon.

SHELDRAKE, Rupert. (2013). Por uma ciência livre de dogmas. **Triade**: Comunicação, Cultura e Mídia, 1(2). Disponível em:<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/1771>> Acesso em: fevereiro de 2022.

SILVEIRA, Roberta de Pinho; ROCHA, Cristianne Maria Famer. (2020). Verdades em (des)construção: uma análise sobre as práticas integrativas e complementares em saúde. **Saúde e Sociedade**, 29 (Saude soc., 2020 29(1)). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180906>

SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices sócio-políticos y nuevos escenarios em América Latina. OneWorldPerspectives. **Rev. Working Papers** 01/2010. Disponível em: www.social-globalization.uni-kassel.de/owp.php

TENÓRIO, Cristiene. 14ª Aula do Curso de Terapeutas Holísticos pelo Programa de Educação Popular e Qualidade de Vida da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2021.

VASCONCELOS, Eymar Mourão. Prefácio. Palmira, encantadora expressão da rica dinâmica comunitária de solidariedade e luta contra os problemas de saúde presente na sociedade brasileira: depoimento de um antigo companheiro. *In*: LOPES, Palmira Sérgio. **Práticas populares de cuidado, ação comunitária e promoção de saúde: experiências e reflexões** [recurso eletrônico] / Palmira Sérgio Lopes. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 15-24. Disponível em: <<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/saude/praticas-populares-de-cuidado-acao-comunitaria-e-promocao-da-saude-experiencias-e-reflexoes>> Acesso em: março de 2022.

CAPÍTULO 7

A FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO GESTOR DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

Fernanda de Figueiredo Ferreira

Renato Santos de Souza

Doi: 10.48209/978-65-5417-482-7

Resumo: O presente artigo propõe-se a estudar o papel do Grupo Gestor no processo de transição do cultivo de arroz orgânico dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. O Grupo Gestor do Arroz Orgânico configura-se como uma experiência exitosa, dados os atuais referenciais teóricos de cooperação econômica e os novos processos organizativos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no desenvolvimento da comercialização e inserção em novos mercados. O estudo foi realizado a partir da experiência do Grupo Gestor na região metropolitana de Porto Alegre, onde este já está consolidado, e em diferentes situações encontradas nos novos assentamentos do RS, onde o processo de organização é recente. A pesquisa utiliza-se de variadas fontes de informação, centradas nas técnicas de observação e entrevistas, além da participação em reuniões e espaços de formação, juntamente com as famílias e com as instituições vinculadas a esse processo. Os resultados indicam que o Grupo Gestor tem se constituído em uma importante ferramenta frente aos processos de cooperação econômica e social, e a dinâmica adotada tem atribuído novos significados à organização frente às famílias camponesas. A nova forma de organização possibilitou, também, o afinamento de algumas relações, bem como a desconstrução de alguns conflitos. Ainda que alguns grupos constituam opiniões diferentes, as estratégias pontuadas pelo Grupo Gestor e pelas instituições que dão suporte às políticas de crédito e programas de governo, potencializam os trabalhos cooperados. O Grupo surge como uma alternativa consistente, representada por todas as instâncias que englobam a base do assentamento, da região e da executiva do MST. Os propósitos que a organização adota no âmbito do trabalho, da nova matriz de produção, das relações, das parcerias e do modo como vem sendo trabalhada a assistência técnica, têm garantido o fortalecimento e a organicidade dos assentamentos novos, bem como implicado sobre a construção de políticas de desenvolvimento agrícola e rural.

Palavras-chaves: Grupo Gestor arroz orgânico, reforma agrária, cooperação agrícola.

Abstract: The article aims to understand the role of the Manager Group in the transition process of the organic rice cultivation in the land reform settlements in Rio Grande do Sul. The Manager Group of Organic Rice has been a successful experience due to the current theoretical economic cooperation and the new organizational processes proposed by the Movement of Landless Workers (MST) in the development of commercialization and entry into new markets. The study was conducted based on the experience of the Manager Group in the metropolitan area of Porto Alegre where the group is consolidated and in different situations in the new settlements in RS, where the process of organization is recent. The study used different information sources, which are focused on the techniques of observation and interviews, as well as the participation in meetings and trainings with the families and institutions involved in this process of formation. The results indicate that the Manager Group has been an important tool considering the processes of economic and social cooperation, and the dynamics used has given the peasant families new perspectives regarding the organization. The new form of organization made some relations closer as well as made the deconstruction of some conflicts possible, even though some groups represent different opinions, strategies punctuated by the Manager Group and the institutions that support the credit policies and government programs in enhancing the cooperative work. The Group emerged as a consistent alternative, represented by all the instances that comprise the basis of the settlement, the region and the executive of the Movement. The purposes that the organization takes concerning the work, the new matrix of production, relationships, partnerships, and technical assistance have guaranteed the strength and the organicity of the new settlements, as well as involved on the construction of policies of agricultural and rural development.

Key Words: Manager Group organic rice, land reform, agricultural cooperation.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem sido retratada em vários estudos que abordam o processo recente de reconhecimento de sua importância e a inserção de suas demandas nas políticas públicas da União. Em números expressivos e crescentes, a agricultura familiar tem contribuído significativamente com o PIB nos últimos anos, e vem ganhando destaque na pauta de prioridades do Estado. Esse processo acaba chamando atenção, também, para os assentamentos rurais de reforma agrária.

A pesquisa em assentamentos rurais não é nenhuma novidade, e dispõe de referenciais teóricos e metodológicos bem consolidados. Desta forma, o presente trabalho busca revisar e contribuir para o maior conhecimento sobre a questão organizativa das famílias camponesas em contexto de assentamentos de reforma agrária. Mais especificamente, propõe-se a descrever como aconteceu à formação, caracterizar a organização social e gestão e apontar as possíveis contribuições do Grupo Gestor do Arroz Orgânico (GGAO) no Rio Grande do Sul no processo de desenvolvimento dos assentamentos. O interesse no tema deriva-se do caráter inovador dessa forma de organização e da constatação de que esse assumiu grande importância na região metropolitana de Porto Alegre e está expandindo sua atuação para os demais assentamentos que trabalham com arroz no RS. Considera-se que o estudo dessa organização traz elementos importantes para entender o processo de formação dos grupos de interesses, surgimento de outras formas de cooperação entre assentados e assentamentos e, também, para a compreensão do processo de transição dos sistemas de produção de arroz convencional para arroz orgânico, o qual tem amplo destaque nos mercados “verdes” desta região. Assim, ressalta-se a necessidade de uma maior compreensão dos processos de formação, organização e implicações da atuação do Grupo Gestor (GG) em termos da cooperação entre assentados e assentamentos e transição nos seus sistemas de produção.

O presente artigo tem por objetivo compreender a formação, caracterizar a estrutura e o papel do GG no processo de transição do cultivo de arroz orgânico e nas formas de cooperação nos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Assim, o resgate histórico e a sistematização dos resultados do trabalho podem colaborar com a compreensão das estratégias de formação do GG e traçar novas linhas de intervenção, dentro das políticas de fortalecimento do Grupo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo exploratória, utilizando variadas fontes de informação, ainda que estas estejam centradas nas técnicas de observação participante e entrevistas. Durante a pesquisa procurou-se inserir nos espaços de discussão e formação no âmbito do GG³¹, no intuito de observar as práticas e percepções dos participantes, buscando a compreensão do processo de formação e consolidação do GG.

2.1 Características da região estudada

O presente estudo foi realizado em grande parte na região de atuação do GG, ou seja, nos assentamentos onde a experiência e a dinâmica de construção do GG avançaram e modificaram a racionalidade dos trabalhos de cooperação, envolvendo seus principais sujeitos, as famílias camponesas.

Como na região metropolitana de Porto Alegre encontram-se os assentamentos em estágio mais consolidado em relação ao ciclo de produção, infra-estrutura de armazenamento, secagem, beneficiamento, comercialização e certificação orgânica do arroz, a pesquisa concentrou-se nessa região. Entretanto, como a atuação do GG vem se estendendo para outros núcleos regionais que englobam as cidades de São Gabriel, Manoel Viana e Santana do Livramento, foi necessário realizar levantamentos de reconhecimento também nessas áreas. Assim, a região de estudo comporta vários assentamentos no estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o estudo foi feito em dois tipos de situações: primeiramente, dentro da região onde o GG já está consolidado, atuando desde o início do processo de produção até a comercialização, e que estão amparados por uma boa infraestrutura existente de secagem, armazenamento e beneficiamento do mesmo. De outro lado, foi feito o estudo também em regiões de novos assentamentos, onde os processos são mais diversos e recentes, nos quais se contemplou aspectos como a transição para o modelo agroecológico de produção bem como a inicialização do mesmo, além de apresentar áreas em fase de experimentação e adequação.

Em relação aos municípios e assentamentos onde o processo de produção orgânica está consolidado e as unidades certificadas, destacam-se: Viamão, Tapes, Charqueadas, Guaíba, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Arambaré e Barra do Ribeiro.

³¹ Tal propósito foi facilitado tendo em vista que um dos pesquisadores fazia parte da equipe técnica do Projeto SOMAR (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica), que atuava nos assentamentos à época da realização da pesquisa.

2.2 Técnicas de pesquisa

O levantamento das informações de campo foi realizado através de diferentes técnicas, entre as quais cabe destacar: levantamento documental e histórico sobre o GG, bem como os principais estudos até o presente momento; entrevistas com informantes-chaves que visam dar um panorama geral e localizar os pontos convergentes entre os diferentes integrantes do GG; aplicação de questionários para uma amostra estratificada das famílias; visitas observatórias aos assentamentos e às cooperativas; participação em reuniões e espaços de formação em conjunto com as famílias camponesas e de instituições vinculadas a esse processo de formação, além de reuniões e entrevistas com a equipe técnica e com os coordenadores dos grupos.

As entrevistas com informantes-chaves visaram dar um panorama geral e localizar os pontos convergentes entre os diferentes integrantes do GG, bem como entender o funcionamento do Grupo, suas práticas e ações, com vistas a conhecer seus atores, suas referências organizacionais e formas de atuação.

As entrevistas semi-estruturas para levantamento de dados sobre o processo organizativo e histórico do GG foram dirigidas aos diferentes integrantes do GG (coordenadores, técnicos, representantes das famílias e as próprias famílias), com questões abertas que permitiam ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, seguindo alguns temas centrais, como a construção do histórico do Grupo, as identidades, os processos de cooperação, as normas, os valores, as metas, os critérios e os objetivos.

3 COOPERAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

3.1 Os processos de cooperação econômica e a cooperação mínima na reforma agrária

Antes de discutir a temática da cooperação agrícola no MST, busca-se, primeiramente, o entendimento da cooperação no seu sentido geral, enquanto prática de colaboração entre os sujeitos presente nas diversas formas de sociedade, vinculada a determinado contexto histórico-social, podendo se estabelecer em qualquer dimensão da vida humana. Assim, a cooperação é reconhecida em sentido amplo, embora o foco principal refira-se à abordagem da cooperação considerando-a de forma diretamente relacionada ao processo produtivo na agricultura.

Concretamente, a cooperação é realizada nos espaços de produção das famílias camponesas, estabelecida através da organização de cooperativas (tidas como forma mais complexa de cooperação), associações, grupos coletivos e semi-coletivos, assim como através de ações mais simples como mutirões, troca de dias de serviços, lavouras coletivas, núcleos de produção, compra conjunta de máquinas e equipamentos (MDA e INCRA, 2010).

De acordo com Bottomore (2001), a análise de Marx em “O Capital” indica uma elaboração conceitual sobre a cooperação, definindo que esta independe do modo de produção e, por isso, pode adquirir um caráter bastante geral. Nesse sentido, a cooperação está associada à idéia de prática enquanto colaboração entre as pessoas, demonstrando, assim, o caráter simples que pode apresentar e estando presente no processo de construção da vida social.

Marx, em “O Capital”, quando aborda a cooperação no processo de trabalho, observando as pessoas que trabalham lado a lado, seja num mesmo processo ou em diferentes, mas relacionados, observou que elas cooperam ou trabalham em cooperação. Assim, para o autor cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1989, p. 374).

Em outras interpretações, busca-se atribuir um olhar mais democrático ao termo cooperação, seja nas relações conjuntas de trabalho, seja nas questões de cunho individual, mas que acabam refletindo em um processo amplo de organização cooperativa. Nesse sentido, a reflexão intitulada “Democracia criativa: a tarefa que temos pela frente”, nos manuscritos de Dewey (1939), aponta uma contribuição importante nas bases normativas da democracia e da aposta nas possibilidades da natureza humana, bem como nos valores atribuídos a um modo de vida e nas atitudes que os seres humanos revelam em suas mútuas relações, em todos os acontecimentos da vida cotidiana. Assim, segundo Franco (2008), a partir desses manuscritos, a democracia é uma aposta generosa na capacidade de todas as pessoas para dirigir sua própria vida, livre de toda coerção e imposição por parte dos demais, sempre que estejam dadas as devidas condições. Entretanto, o modo de vida carente de democracia limita os contatos, os intercâmbios, as comunicações e as interações que estabilizam, ampliam e enriquecem a experiência.

Assim, cooperativa e cooperação são processos diferentes que podem não ter correspondência direta entre si. O conceito de cooperação, para Rios (2010), só tem utilidade se não for pensado abstratamente, ou seja, é de pouca valia a suposição do processo social de cooperação, se for considerado isoladamente desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Dito de outra forma, a cooperação é ação social articulada por objetivos

comuns para solucionar problemas concretos. Como ação social, a cooperação pode ser padronizada e formalizada em normas e regimentos no interior de organizações cooperativas ou pode se dar por ação espontânea, própria de determinados grupos sociais e derivada de suas tradições e costumes, existindo independentemente das instituições. A cooperação espontânea pode ser fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente, conforme estudos de Camargo (1960, apud SCOPINHO, 2010). Cooperativa, por sua vez, é um tipo de estrutura organizacional que dá origem às sociedades constituídas para fins específicos, ou seja, é associação de pessoas regida por princípios de igualdade quanto à propriedade, gestão e repartição de recursos (SCOPINHO, 2010).

Ainda assim, ao analisar as cooperativas, é necessário considerar o contexto histórico e social em que elas aparecem, porque conhecer o significado e as repercussões das diferentes experiências exige a análise dos interesses das classes e dos atores sociais envolvidos nas experiências (SCHNEIDER, 1981; NOVAES, 1981), bem como a dinâmica que caracteriza as relações sociais de produção no interior do movimento concreto de acumulação do capital.

A cooperação precisa ser considerada antes de tudo como uma prática de que lançam mão justamente os que estão na dianteira econômica. Nesse sentido, Martins (1991) assinala o descompasso entre a cooperação já praticada em grande escala pelo capital e a cooperação tolerada dos produtores isolados:

Onde a produção foi drasticamente ampliada através da cooperação no trabalho, agrícola ou industrial, o capitalismo já está presente para se apropriar de ganhos que deveriam ser sociais porque fruto do trabalho social; onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modestas, a cooperação tolerada se restringe à circulação das mercadorias produzidas e não à produção e ao trabalho (MARTINS, 1991, p. 57).

O referido autor, ao discutir a questão agrária brasileira faz uma distinção entre o que chama “terra de negócio” e “terra de trabalho”. A primeira se caracteriza por ser apropriada com o intuito primordial de lucro, ou seja, de caráter especulativo. Enquanto o primeiro tipo configura a “propriedade capitalista”, o segundo se exprime através da “propriedade familiar”. Apesar de ambas serem propriedades privadas são de natureza diversa, com resultados sociais distintos. O trabalhador-lavrador não recebe lucro, os seus ganhos são oriundos do seu trabalho e do trabalho de sua família.

Pelo viés “da terra do trabalho”, Martins (1991) aborda a questão do associativismo e do cooperativismo em particular, pois como durante muito tempo se acreditou que os impasses da pequena agricultura estavam na comercialização dos produtos agrícolas, unicamente,

esquecendo-se o próprio processo de trabalho, considerava-se que uma vez eliminados os intermediários que se apropriavam de uma parte significativa dos resultados do trabalho dos agricultores, “tudo se resolveria”. Para ele, entretanto, “a coletivização da venda dos produtos agrícolas e outras mercadorias necessitadas pelos agricultores, como se faz através do cooperativismo, não atinge o próprio processo de trabalho, a própria produção” (Martins, 1991, p.53). Daí a necessidade de um esquema de cooperativismo que não se preocupe apenas em assegurar maiores rendimentos individuais para agricultores isolados, mas que esteja baseado em ganhos sociais, introduzindo o cooperativismo na própria produção. Assim, em estudo mais recente, o mesmo Martins (2000), chama a atenção para os aspectos qualitativos num processo de reforma agrária, que assegura no campo a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais.

Desta forma, abre-se um olhar ao cooperativismo não apenas como um instrumento econômico da agricultura familiar camponesa³², mas essencialmente de mudança qualitativa de mentalidades.

3.2 Significados da cooperação no âmbito da reforma agrária

Ao construir a sua concepção de cooperação, o MST tem a clareza de que essa deve estar vinculada a um projeto estratégico, de transformação da sociedade e que neste contexto, essa se configura como uma ferramenta de luta, na medida em que contribui para a inserção de pessoas na luta política. Assim, o Movimento se propõe a constituir e desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos por razões econômicas, sociais e também políticas, visando ampliar a resistência ao capitalismo, desenvolver a consciência política dos assentados e acúmulo de forças para a transformação social (CONCRAB, 2004).

³² O conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil (MARQUES, 2008, p. 60-61).

A cooperação no MST se dá sob diferentes formas e em todos os seus espaços de atuação, que vai desde a própria luta pela terra até a organização de cooperativas, na perspectiva da superação da organização social capitalista.

A cooperação, como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, cujo desenvolvimento inicia-se nos acampamentos antes mesmo da conquista da posse da terra, mas que precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade (ELIAS, 2005).

Os dirigentes enfatizam que a cooperação não se resume à organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um “sem terra”; este talvez seja o significado de “cooperação” de maior peso para o MST. A necessidade de garantir alimentação, moradia, saúde e educação e de articular politicamente os camponeses acampados para enfrentar as pressões sociais e judiciais de estarem na condição de “invasores”, apontam para o embrião do que significa a cooperação para o MST, em termos econômicos, sociais e políticos.

Economicamente, cooperar é um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para produzir individual e/ou coletivamente. Ainda no aspecto econômico, a cooperação desenvolvida pelo MST não se diferencia das experiências tradicionalmente desenvolvidas no Brasil. Se há uma diferença, ela está na tentativa de repensar o modo de produção, por exemplo, através da cooperação nas relações de trabalho. Para Scopinho (2007), a sobrevivência econômica dos camponeses depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos escassos recursos financeiros, naturais e humanos e da ampliação da competitividade dos produtos no mercado.

Porém, a cooperação pode contribuir para melhorar as condições de vida do camponês, não apenas no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda. Ao extrapolar o modo de organizar o processo produtivo, do ponto de vista social, ela pode ser também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivos, tais como moradia, infra-estrutura básica (água, energia elétrica, telefonia, estradas, transporte), educação, saúde, segurança, lazer, etc. As famílias geralmente são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada para se constituir uma comunidade. É através da pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais que o passivo social diminui e a terra inóspita, aos poucos, transformam-se em pequenos vilarejos, em comunidades organizadas. Esta dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos,

aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias camponesas nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais.

Cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, um valor que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao camponês produzir e reproduzir-se no campo. Para o MST, a cooperação é uma ferramenta de luta pela sobrevivência, uma forma de resistência.

A cooperação, então, concretiza-se através de uma constelação de formas organizacionais diferentes. A diversidade de formas e variedade de combinações organizativas são indicadores da flexibilidade dos arranjos organizacionais, o que pode explicar a capacidade de sobrevivência e de reprodução das experiências. São também considerados elementos subjetivos, como o grau de consciência política, a história das comunidades na luta pela terra e as formas de trabalho e de produção por elas desenvolvidas anteriormente. Essas diferentes formas aglutinam-se organicamente, no que se denomina SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados (SCOPINHO e MARTINS, 2002). Nesse sentido, cooperação é uma forma ampla de organizar coletivamente a estrutura econômica, social e política das famílias camponesas para produzirem e re-produzirem-se socialmente.

3.3 Trajetória das formas organizativas apoiadas pelo MST

A política organizativa da cooperação nos assentamentos iniciou-se tão logo o MST estruturou-se como um movimento que reivindicava terra para os trabalhadores rurais, em 1986. No mesmo ano ocorreu em Cascavel, no Paraná, o I Encontro Nacional dos Assentados que, defendendo a tese da continuidade acampamento-assentamento no que se refere à luta pela reforma agrária (entendida não só como distribuição de terra, mas também como garantia de condições para torná-la produtiva), definiu como prioridade a busca de recursos para produzir e promover a cooperação a partir da constituição de pequenos grupos de famílias para facilitar o controle e a gestão. Ainda na década de 1980, uma importante conquista da organização dos assentados foi uma linha de crédito oficial subsidiado denominado PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (SCOPINHO et al., 2010).

Ao longo da década de 1990, sob o impacto das sucessivas crises, mudanças na política agrícola e repressão governamental aos movimentos populares para consolidar a reforma neoliberal, a política de cooperação do MST variou de propostas inteiramente coletivas, como as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), até as Cooperativas de Prestação de

Serviços (CPSs). Nas CPAs não só as organizações de trabalho, mas também certos aspectos da vida doméstica como refeitórios e creches eram coletivos, já as CPSs garantem os serviços necessários para dar suporte ao trabalho familiar na terra, tais como compra de insumos, beneficiamento da produção, comercialização, transporte, armazenamento e assistência técnica (MARTINS, 2004).

Pode-se dizer que a cooperação foi institucionalizada pelo MST na medida em que a pressão social dos camponeses conquistou as linhas oficiais de crédito para o financiamento da produção, cujo repasse só é efetivado através de entidades jurídicas que os representem junto ao estado. Assim, convencidos da necessidade de formalizar um sistema cooperativista alternativo ao existente e representado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil –, os camponeses assentados criaram, em 1992, a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB, 1995).

O Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA, que é identificado por elementos objetivos (capital, trabalho, produção e comercialização), e subjetivos (cultura, identidade, condições do ambiente, consciência política, modos de produção) é organizado nos estados e também em nível nacional, conforme Scopinho (2009). A experiência de institucionalização mostrou que a cooperativa, enquanto entidade econômica, somente tem um papel político a cumprir se o grupo que a empreender tiver um ideal ou um projeto político claro.

A partir do reconhecimento dos limites das formas organizativas padronizadas, o MST abre-se para a construção de novas formas organizativas, que melhor respondam às necessidades das conjunturas onde se inserem os camponeses assentados. É nesse contexto que se observa a formação do GG na região metropolitana de Porto Alegre, RS, descrito na sequência.

4 RESULTADOS

4.1 Os elementos sócio-políticos que antecederam a transição agroecológica e a organização do Grupo Gestor

Os assentamentos criados na região metropolitana de Porto Alegre, em meados de 1995, foram com camponeses originados da região norte do estado do Rio Grande do Sul. Essa região representa, então, uma referência histórica na memória dos assentados, no que concerne a seus saberes e experiências, e suas tradições nos cultivos de milho, feijão e soja em terras altas.

A realidade sócio-produtiva da região metropolitana de Porto Alegre é distinta daquela encontrada na região norte do RS. Na região metropolitana de Porto Alegre predomina o cultivo convencional do arroz, com uso de grande aporte de energia, tanto em insumos quanto em maquinário, identificado pelas famílias como “pacotão”. Assim, ao serem formados os assentamentos nas áreas de várzeas, as famílias assentadas tiveram vários problemas de adaptação ao solo e aos cultivos, tendo que adotar uma dinâmica voltada ao trabalho em conjunto com os vizinhos, desenvolvendo as práticas de cooperação e as relações de reciprocidade, pela troca de serviços e de força de trabalho.

Aos poucos foram aprendendo e se emancipando no que se refere ao conhecimento das técnicas de cultivo do arroz, e foram criando grupos, cooperativas e fomentando projetos que trouxessem os recursos para a compra de máquinas, sementes e demais insumos, reproduzindo, em grande medida, o modelo de produção vigente que existia na região e nas granjas próximas.

Mesmo predispondo-se a renegar o sistema capitalista e os monocultivos do sistema tradicional de produção, as limitações enfrentadas por eles conduziram, num primeiro momento, à adaptação, ao acultramento, fazendo com que adotassem práticas semelhantes às existentes na região.

Esta aproximação com o modelo vigente na região metropolitana acabou propiciando, também, uma tomada de consciência sobre os limites da matriz tecnológica tradicional, pois quando esse modelo foi reproduzido evidenciou-se a natureza indesejada das relações sociais na produção, que também foram incorporadas. Assim, tornou-se evidente a dependência às outras esferas institucionais, como bancos e empresas de máquinas e equipamentos, de insumos, de secagem e de armazenamento.

Em relação a estas outras esferas, a Cooperativa Regional dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (COOTAP) buscava minimizar a dependência ao manter uma estrutura organizacional montada para viabilizar as famílias camponesas no setor de produção em seu âmbito de atuação, através da atuação dos técnicos e dos núcleos de famílias camponesas - que prestavam serviço no modelo produtivo convencional. Entretanto, a miséria econômica, social e cultural, associada a um processo de endividamento e envenenamento, levou ao resgate da bandeira de luta do MST em favor da soberania alimentar. Esse foi o início de um processo de resignificação que levou à disposição para uma transição na matriz tecnológica, de produção convencional para a produção de base agroecológica, como a orgânica.

Assim, a experiência com a agricultura agroecológica teve início entre os anos de 1994 e 1995, através das hortas agroecológicas, dando início a um longo processo de busca por

conhecimento, reflexão, e uma tentativa de mudança na matriz produtiva por parte das famílias camponesas, que passaram, então, por diversas crises de identidade ideológica e produtiva.

4.2 O Início da transição agroecológica nos assentamentos

Com a crise da produção arrozeira convencional, as “linhas de produção” e de organização da produção, que em outros momentos não eram consideradas questões muito relevantes, começam a ser discutidas pela organização dos assentamentos, a partir da determinação, protagonismo e predisposição de alguns camponeses.

Em 1998 e 1999, quando foi decidido pela mudança nos sistemas de produção, não havia muitas experiências e estudos sobre o assunto e os exemplos existentes referiam-se à agricultura familiar e ao conhecimento de alguns agrônomos ou ONGs. Nos assentamentos da região metropolitana, as primeiras experiências com produção ecológica haviam sido realizadas com as hortas, através das hortas ecológicas e da discussão sobre o tema da agroecologia com as universidades. Em virtude da aproximação do MST com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), muitos camponeses formaram-se em agronomia e trouxeram para os assentamentos os elementos teóricos da discussão da agroecologia. Nesse sentido, as famílias camponesas e a organização do MST foram orientando-se paulatinamente para a valorização de uma nova linha de saber e de entendimento do processo produtivo, com base nos princípios da agroecologia, que se mostravam mais próximos dos ideais do Movimento. Ainda neste mesmo período, começaram as primeiras experiências com o plantio de arroz ecológico, com áreas de 1,5 ha no assentamento Capela, em Nova Santa Rita, e 1,0 ha no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão.

Após essas primeiras experiências em áreas menores, no ciclo produtivo de 1999 – 2000, a COOPAT desafiou-se na produção ecológica de arroz, com plantio de 140 ha, anteriormente destinados ao plantio convencional, resultando na produção de 97 sacos/ha, com custo aproximado de 23 sacos/ha. Esta unidade também avançou no aprendizado das práticas de manejo. Na perspectiva tecnológica, nos dois primeiros anos, a utilização do sistema pré-germinado oportunizou o aprendizado no processo de controle dos inços. No primeiro ano, foi adotada a rizipiscicultura, que é o cultivo consorciado de arroz irrigado e criação de peixes, no caso, as carpas capim, húngara e prateada. Nesse sentido, mais tarde foi introduzida a rizipiscicultura para as demais unidades de produção, expandindo-se a produção ecológica para as unidades de Guaíba e Charqueadas.

No período 1998-1999, ocorreu paralelamente uma grande crise na lavoura arrozeira, devido à ineficiência produtiva e ao alto custo de produção. Na região, os grupos, as associações e as famílias camponesas que tinham no arroz convencional a sua atividade principal faliram, atingindo diretamente os núcleos de investimentos³³, que ao não plantarem, deixaram de existir organicamente. E consequentemente, a (COOTAP) além de financiar, também prestava serviço às famílias camponesas.

Após a crise da lavoura arrozeira de 1999, retoma-se o debate sobre a necessidade de ter maior autonomia na produção e realizá-la de uma forma sustentável, com respeito aos recursos naturais, observando a dimensão social e o projeto das famílias camponesas. Assim, a alternativa apresentada era a agroecologia - que propicia o controle do ciclo de produção, através da produção ecológica e, nesse contexto, a produção de arroz orgânico³⁴ nas áreas de várzea.

A partir de 2002 foi organizado um dia de campo entre as famílias que vinham produzindo arroz de base ecológica na unidade de Tapes, assentamento Lagoa do Junco, para troca de experiência e estudos em arroz pré-germinado ecológico e rizipiscicultura, onde disseminam a experiência com definições para os dias de campo, projeção do Seminário Anual e consolidação do Grupo de discussão de Arroz Ecológico, como ficou conhecido inicialmente. Assim, no final do primeiro semestre de 2003 aconteceu o Primeiro Seminário do Arroz Agroecológico, objetivando a discussão e troca de experiências sobre a cultura de arroz ecológico.

4.3 Processo de consolidação da produção orgânica nos assentamentos

Para entender como se deu o processo de expansão e consolidação da produção orgânica, é necessário considerar as iniciativas de planejamento do desenvolvimento dos assentamentos, e a importância das estruturas cooperativas na produção arrozeira.

³³ Estrutura proposta pela cooperativa regional, composta por grupos de famílias que prestavam serviço aos agricultores, através do parque de máquinas (colheitadeira, trator, plantadeira, retro-escavadeira, etc). Esses grupos, com a falência econômica, diluíram-se e desfizeram-se das máquinas.

³⁴ Na lei dos orgânicos 10.831 existe um domínio de todos os termos utilizados para identificar todas as correntes que a agricultura de base agroecológica tem influência, seja ela natural, biodinâmica, permacultura, alternativa, ecológica, entre outras. Contudo, para a comercialização nos mercados nacionais e internacionais, refere-se a produto orgânico, observando as exigências legais de conformidade, estabelecidas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sobre a Lei 10.831, regulamentada em 2010.

O Método de Validação Progressiva (MVP) vinha sendo discutido pelo MST desde 2002, com a finalidade de elaborar planos de desenvolvimento em coletivos sociais de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul e Paraná. Assim, a partir de 2003, o método de tomada de decisão e de planejamento dos assentamentos passou a seguir os princípios do MVP. Para Carvalho (2004 apud VIGNOLO, 2010), o MVP tem como pressuposto básico a tomada de decisões em coletivo social, cujos objetivos são o desenvolvimento de sequências lógicas facilitadoras de processos sociais participativos, de maneira que as famílias envolvidas possam incorporar tais procedimentos para a tomada de decisões como uma rotina nos seus cotidianos de vida.

A partir da realização do Primeiro Seminário do Arroz Agroecológico que, de forma coerente com os princípios do MVP, possibilitou-se a discussão ampla e a inserção de novas famílias nessa matriz tecnológica. Desta forma, o seminário tornou-se uma ferramenta metodológica importante no processo de formação de propostas, à medida que oportunizou a discussão e a reflexão das experiências entre as famílias, os técnicos e a instância política do MST, observando os limites e os gargalos existentes. Ressalta-se, adicionalmente, que muitas famílias começaram a participar dessas discussões em função do debate proposto pela assistência técnica em relação à saúde e aos cuidados necessários devido às intoxicações, bem como a compreensão da necessidade de melhorar a relação do homem com a natureza.

Três fatores parecem decisivos para a consolidação do arroz orgânico: as restrições impostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os arrendamentos, a atuação da COOTAP e Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e a formação e atuação do GG.

Num contexto de inúmeras dificuldades de relações, com conflitos e até mesmo perdas de safras, havia predisposição à constituição de parcerias e arrendamentos a terceiros (arrozeiros da região). Visando coibir essas práticas, foram instituídos os editais de viabilidade da produção, que são chamadas públicas - editais do INCRA- por meio das quais são avaliadas cada uma das propostas dos grupos de produção, em conjunto com a assistência técnica, os representantes legais das cooperativas e os dirigentes regionais que acompanham o processo de produção e comercialização. Assim, com a predisposição à mudança e o controle e redução dos arrendamentos e parcerias por meio destes editais, tem impulsionado a produção orgânica de arroz.

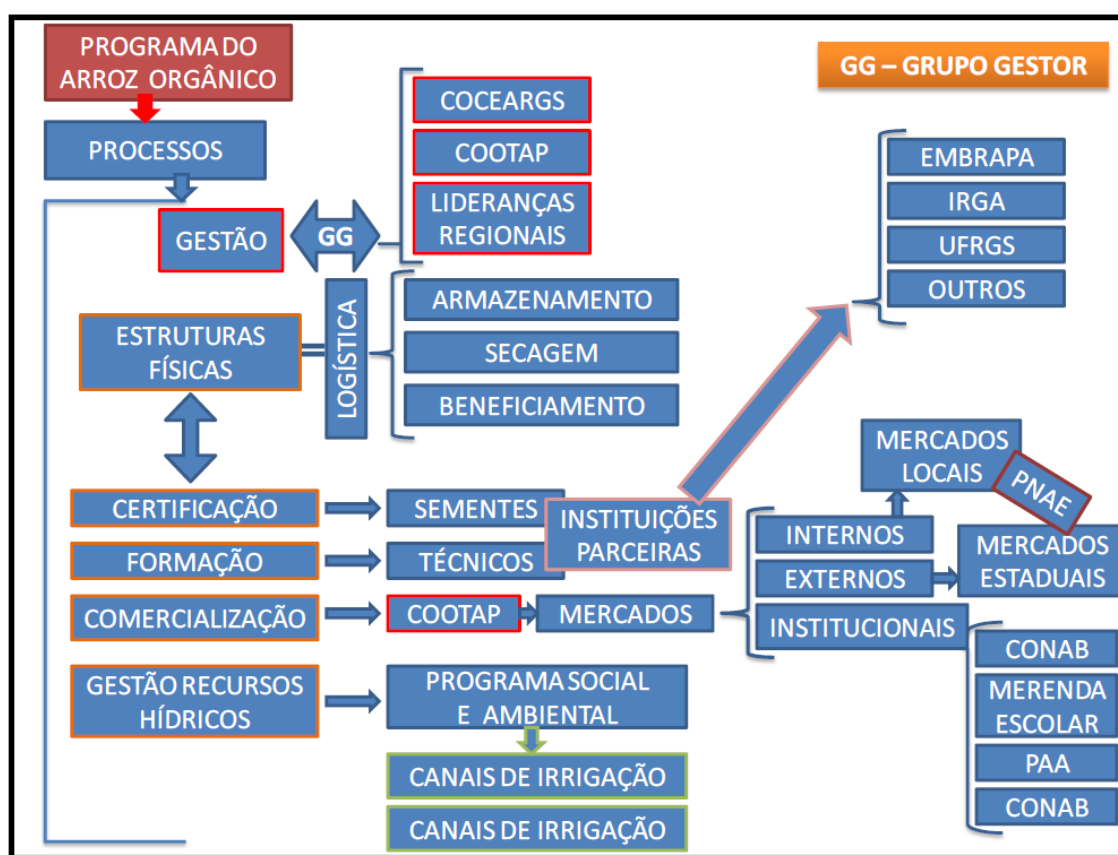
No início do processo a COOTAP comprava o arroz como orgânico e vendia o produto como convencional, pois não havia estrutura de armazenamento, apenas de secagem. Os crescentes investimentos em infra-estrutura reforçaram a linha produtiva do arroz orgânico nos

assentamentos e, conseqüentemente, o GG, uma vez que esta produção se estruturou numa forma de organização própria.

4.4 A cooperação e divisão do trabalho atual na produção do arroz orgânico

Dada a complexidade que assume a produção orgânica de arroz, foi necessário favorecer a especialização de grupos na realização de determinadas atribuições consideradas críticas. Nesse sentido, apresenta-se o fluxograma do Programa, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Fluxograma do Programa de Arroz Orgânico e seus principais processos



Fonte: Síntese dos dados de campo referentes às entrevistas.

O cultivo de arroz é realizado por famílias assentadas agrupadas em núcleos de produção. As atribuições que foram “especializadas” o foram a nível regional/estadual e referem-se à coordenação desta linha nos diferentes assentamentos regionais, produção de sementes, gestão dos recursos hídricos, agroindustrialização, comercialização, certificação e formação.

A distribuição das atribuições entre as entidades foram delineadas de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidos, a fim de contemplar as metas propostas dentro do processo organizacional do setor de produção do MST. Muitas das atividades são divididas em função das especificidades espaciais e saberes de cada ator que compõe a estrutura organizativa.

Por exemplo, busca-se valorizar a capacidade de coordenação das lideranças do MST, beneficiar-se da autonomia e o conhecimento da COOPAT no processo de comercialização e agroindustrialização, além da capacidade técnica e gerencial da COCEARGS como organizadora do processo de certificação. A adequada distribuição das tarefas mostrou-se condicionante do sucesso das iniciativas.

Desta forma, as demandas oriundas do processo de certificação, que exigiram novas dinâmicas de construção, entre elas os primeiros passos em direção à certificação participativa, puderam ser adequadamente respondidas pela experiência em processos organizativos da COCEARGS. Da mesma forma, foi importante o papel emancipatório realizado pela COOTAP, na qualificação das sementes e na organização das áreas de produção das mesmas, bem como na adequação das estruturas de armazenamento e secagem. Também merece menção a construção realizada em relação aos recursos hídricos, aos canais de irrigação e ao distrito de irrigação.

4.5 O processo de coordenação do GG

4.5.1 Princípios orientadores da gestão no GG

O surgimento e a formação do GG da região metropolitana de Porto Alegre devem ser entendidos no contexto da própria evolução das estratégias organizativas do MST, especificamente no campo da organização produtiva dos camponeses. Assim, o seu surgimento está estreitamente vinculado às mudanças de matriz tecnológica provocadas com o acúmulo de problemas de endividamento das lavouras, da falência da organização e do envenenamento causado pelo modelo tradicional e, simultaneamente, a adoção de princípios de organização que valorizam a participação e planejamento coletivo.

A revisão de conceitos de cooperação imbricada no processo de construção e consolidação da nova metodologia proposta pelo GG tem como base as reflexões propostas pelo Método de Validação Progressiva (MVP), bem como as bases teóricas da organização cooperativa e da administração.

Assim, o GG funciona basicamente como o desencadeador de discussões acerca da dinâmica organizativa das famílias camponesas em um processo participativo de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, um processo democrático com divisão de responsabilidades, que possibilita às famílias trabalharem de forma cooperada. Propondo a união das mesmas em grupos e estimulando o processo de organização em formas cooperativas mais amplas, o GG vai além do tipo de cooperação proposto nas cooperativas. Diferentemente, da relação de cooperação proposta pelas cooperativas, onde a divisão de trabalho e as normas de comportamento direcionam a sistemática de trabalho, a gestão proporcionada pelo GG tem orientação ao planejamento territorial do assentamento, valorizando o resgate cultural, os valores éticos, a troca, a continuidade das relações de reciprocidade, a informação e a apropriação do conhecimento, dando autonomia ao sujeito e tornando-o responsável pelas suas escolhas individuais e coletivas, no âmbito do desenvolvimento.

A estrutura organizativa do GG está ancorada no princípio de que todos os sujeitos que integram os processos desencadeados pelo Grupo tenham conhecimento de suas práticas, realizando ampla reflexão sobre os significados de suas ações. Ele parte do pressuposto de que a conquista da terra não é o fim do processo de reforma agrária, mas o primeiro passo, sendo necessário mudar a realidade existente de predominância do modo de produção capitalista. Isso passa por um processo de reflexão e questionamento permanente do sentido das práticas, ressaltando-se a necessidade de uma mudança interna de concepção, valores, atitudes e hábitos culturais.

Assim, o GG pretende que o processo de cooperação amplie-se para além das relações de trabalho e da subordinação dos sujeitos. Ainda, persegue uma cooperação onde a relação das famílias camponesas não está atrelada apenas à interesses de viabilização da produção e comercialização de seus produtos como garantia de renda, mas que resgate os valores “esquecidos” pela sociedade capitalista que estão diretamente ligados à cultura camponesa, ao ser social que cultua o fortalecimento das relações, tornando-as mais próximas.

O princípio de ampliação do conhecimento, através dos processos de formação, discussão e reflexão, justifica-se ao proporcionar maior autonomia e entendimento do processo de produção, sem esperar que o conhecimento venha “de fora”. Além disso, gera coesão social, proporcionada pelo melhor entendimento das práticas de produção propostas dentro do Grupo e por agentes externos. O relato das experiências, à medida que identifica e problematiza as situações, faz com que os sujeitos reflitam sobre as suas práticas de produção e os cuidados com o meio ambiente, não apenas com a terra e a produção em si, mas com o todo, emancipando suas práticas sociais e políticas. Nesse sentido, é oportuno compreender as práticas, escolhendo

processos adequados que visem o conhecimento e a autonomia das famílias, já que grande parte dos insumos advém das suas unidades de produção, enriquecidos pela escolha do manejo agroecológico. A troca de conhecimentos, a reflexão sobre si mesmo e suas práticas sociais, a mística e a religiosidade que essa interação cultural propicia, também estão ligados à valorização do ser e de seu conhecimento, trazendo autonomia na diversificação do aprendizado sobre os processos agroecológicos.

Assim, busca-se resgatar um conjunto de novos sentidos para a cooperação, através de uma nova concepção que o MST adota. As decisões são basicamente coletivas, as reuniões e ações têm um calendário pré-estabelecido coletivamente, através do Seminário Anual, onde todas as instâncias participam e pontuam os principais desafios, definindo-se as metas para cada ano de produção agrícola, bem como os avanços necessários nas questões técnicas, políticas, sociais e ambientais. A cooperativa COOTAP e os programas têm papel importante na operacionalização das decisões coletivas.

4.5.2 Estrutura de representação e tomada de decisão do GG

Ao considerar-se a questão da tomada de decisão no âmbito do GG, há de reconhecer que esse não se apresenta como uma organização independente. Outrossim, é um dos componentes do setor de produção do MST (como ilustra a Figura 3). Com essa perspectiva, o GG incorpora as linhas já prescritas pelo MST, passando a integrar a estrutura organizativa do Setor de Produção do Movimento, trazendo novos elementos e significados para a organicidade do processo de cooperação.

Assim, o Setor de Produção engloba as questões políticas, representadas pela COCEARGS e COOTAP em nome do MST, e as questões técnicas, representadas pelo SIC (Sistema de Certificação Interna), que orienta as disposições legais do processo de certificação balizadas pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) e da certificadora IMO, que disponibiliza o selo de produto orgânico, conforme as exigências de conformidade. Desta forma, os grupos gestores que desencadeiam as linhas de produção (arroz, leite, horta/plantas medicinais e frutas) do setor de produção do MST, estão vinculados à Coordenação dos Grupos Gestores de Produção Agroecológica.

A título de exemplo, o setor de produção da região metropolitana é composto por 2 dirigentes estaduais, 4 regionais, 1 coordenador de cada grupo gestor (entre eles horta, frutas, leite e arroz), bem como do programa social que trata de segurança, trabalho, saúde e assistência técnica, além do programa ambiental. Da mesma forma, um dirigente regional que figura no

GG acompanha o processo de gestão e comercialização para todas as unidades de produção e, em conjunto com os grupos gestores, estabelece mecanismos de diálogo e de cooperação entre as unidades e os demais atores, além da formação técnica e política. Assim, o processo estabelecido pelo GG está amplamente relacionado ao fortalecimento das estruturas de cooperação do MST.

Em participação menor - mas com ampla responsabilidade envolvendo as instâncias políticas (na figura do MST, da COOTAP, da COCEARGS e das lideranças regionais), além dos técnicos - encontra-se o Comitê Gestor, a quem compete o trabalho de colocar em ação os objetivos traçados, buscando estratégias de planejamento e gestão que fortaleçam essas práticas, através da criação de outros GTs internos, envolvendo as demais cooperativas, delegando funções importantes ao andamento do todo.

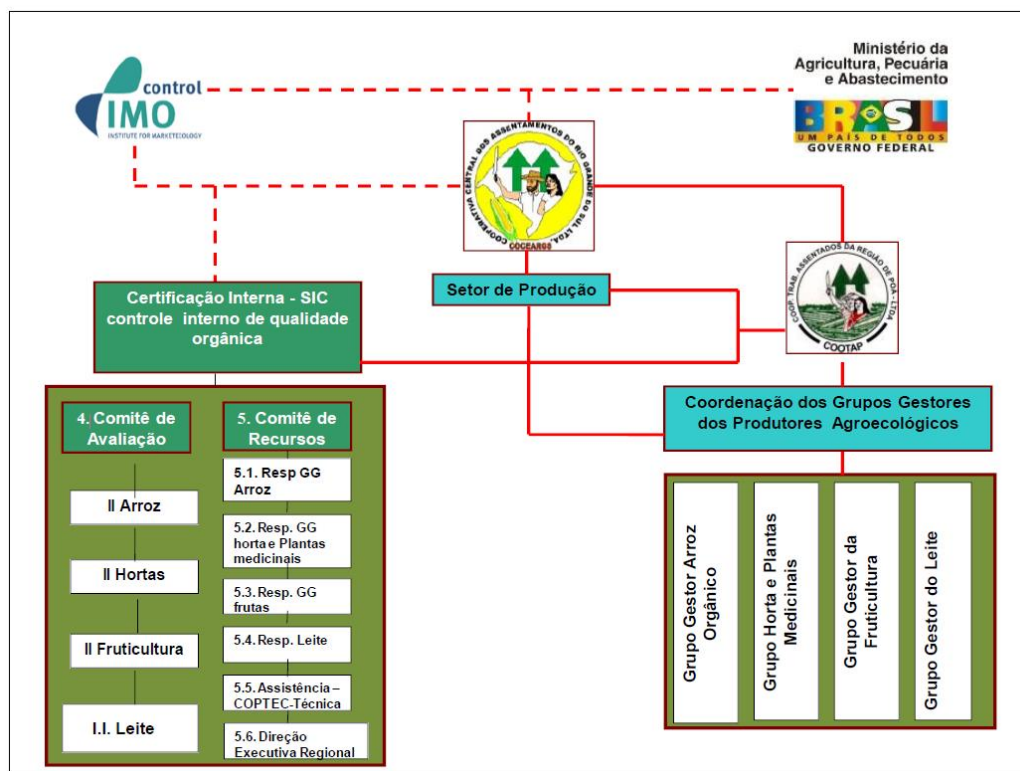
O GG apresenta-se como um tipo de estrutura ampla de cooperação que, por pretender realizar uma gestão democrática, prevê representação dos variados tipos de organização em que estão implicados seus participantes (sua base) e das quais depende a linha de produção. Assim, o GG é constituído pelos representantes dos grupos de interesses (famílias, associações), representantes dos técnicos (COPTEC, SIC e certificações) e os representantes das organizações (cooperativas e lideranças regionais do MST). Nessa perspectiva, formando a base da estrutura social dos assentamentos, as famílias que representam o ponto central da organização encontram-se organizadas em grupos de interesses - que podem ser compostos a partir de associações, cooperativas, grupos de bases das famílias e, alguns casos, de agricultores individuais. Os grupos de interesse estão representados no GG e, portanto, participam na tomada de decisões. Na região, as famílias são representadas pelo dirigente regional e pelos representantes que compõem os grupos de interesses, os quais fazem parte da base do assentamento, como grupos, associações, cooperativas e, em alguns casos esporádicos, agricultores individuais.

Assim, as representações do GG na base executiva estão constituídas pelo Comitê Gestor e pelas representações dos grupos políticos, dos técnicos e das famílias. A Figura 3 representa a estrutura organizacional específica do GG.

Já os grupos políticos são representados pelos dirigentes do MST e pelas principais estruturas organizativas legais do Movimento, a saber, COOTAP e COCEARGS. Na concepção dos entrevistados, essas estruturas representam o “cerne”, o “cérebro” e o “coração” das famílias camponesas, pois é a partir delas que se dá vazão às dinâmicas propostas pelo coletivo social. E, nessa perspectiva, tem a incumbência de organizar a gestão e o planejamento da

produção, a comercialização e a certificação, estando presentes nas diferentes esferas territoriais, na esfera regional através dos núcleos, bem como na esfera dos grupos de interesses.

Figura 3 - Estrutura Organizativa do Setor de Produção Orgânica do MST



Fonte: Grupo Gestor do Arroz Orgânico, 2011.

A partir desta constituição, é organizado o processo de formação das famílias e dos grupos de interesses, que está disposto por um ou mais assentamentos de determinada região, formando novos núcleos, os quais são representados pelas instâncias que compõem aquele território. São elas: os técnicos, através da COPTec, que acumulam as funções propostas pelo SIC e pela certificação; as lideranças regionais, que atuam no planejamento e gestão mais direta dos núcleos regionais, embasadas pelo apoio institucional da COOTAP enquanto organização e comercialização, bem como da COCEARGS no amparo legal (mandatária) do processo de certificação, conforme registros e orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

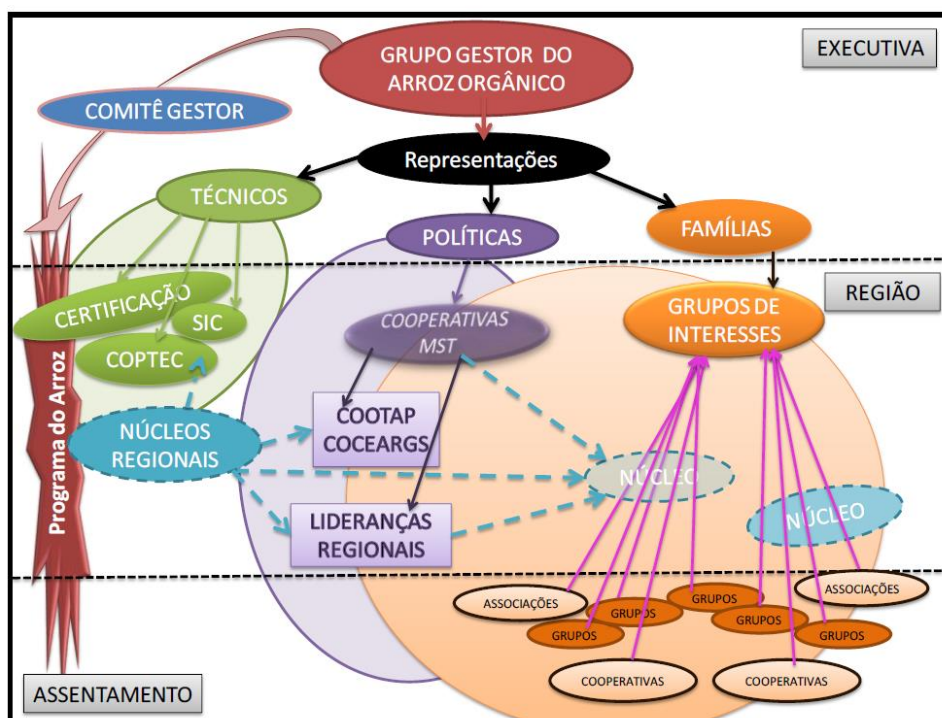
Dito de outra forma, os assentamentos passam a ser chamados de unidades de produção, que em seu conjunto compõem os chamados núcleos, identificados pelos grupos de interesses, associações, cooperativas e os técnicos que acompanham o trabalho, que juntos formam os núcleos regionais. Cada unidade de produção, identificada como um assentamento, conta com o acompanhamento dos técnicos e da direção regional, que, a partir dos seus avanços, gargalos

e desafios, organizam o plano de atividades que compõe a definição do próximo ano agrícola, bem como a análise econômica e política, os quais são apresentados no Seminário Anual, com definição do preço de compra e venda do arroz.

Neste sentido, o GG significa um avanço organizativo, embasado em um amplo processo de cooperação que tem como contexto o atual potencial de comercialização dos produtos orgânicos, garantindo renda às famílias camponesas e a inclusão de novos grupos de interesses, formando núcleos e novas unidades de produção (a partir da inserção dos novos assentamentos como Nova Santa Rita de Cássia II, Apolônio de Carvalho em Eldorado do Sul, região metropolitana e quatro assentamentos em São Gabriel).

Atualmente, as famílias encontram-se organizadas por grupos entre 15 e 20 famílias, dependendo da região, formando grupos de interesses, representadas por um coordenador de cada grupo, que é escolhido a cada ano, com poder de voto no GG. Da mesma forma, somados a estes coordenadores, é escolhido um coordenador por região, que normalmente é um dirigente regional do MST, próximo às coordenações do Movimento e do Comitê Gestor de Produção Agroecológica. A organização das funções, das informações e dos recursos, bem como as motivações estabelecidas no processo de vínculo com a terra, orienta as famílias camponesas a escolher um agricultor que as represente perante o GG, sendo este, o coordenador do grupo de interesse das famílias.

Figura 3 - Fluxograma das representações do Grupo Gestor do Arroz Orgânico



Fonte: Síntese dos dados de campo, referentes às entrevistas.

Nesse sentido, os grupos políticos e as parcerias institucionais cumprem um papel importante na dinâmica proposta pelo GG, pois, além de trazerem novos significados às relações de cooperação, contribuem na organização do processo de produção, redimensionado pela troca de matriz tecnológica. O aprimoramento dessas instâncias garante a construção de um trabalho ampliado em práticas sociais de emancipação dos sujeitos, instauradas a partir dos aportes de fomento às primeiras lavouras, bem como o amparo dos programas sociais, de saúde, moradia e educação. Essas práticas contribuem ao desenvolvimento dos assentamentos e impulsionam a transição agroecológica.

4.6 O GG e a transição agroecológica nos assentamentos

O estado do RS possui a maior área de produção de arroz irrigado entre cultivo convencional e orgânico, e os assentamentos de reforma agrária têm contribuído com esta experiência, tanto no sentido de recuperar as áreas de produção através das novas práticas de manejo, bem como de qualificar os processos de comercialização, com identificação e qualificação do produto, através da certificação, da garantia de venda e consequente geração de renda às famílias camponesas.

Quando se observa os processos associados à formação do GG, destaca-se a vinculação com o processo de transição tecnológica no cultivo do arroz, com passagem do modelo convencional de agricultura para cultivo orgânico. Uma avaliação das informações recolhidas na pesquisa revela que o processo de transição agroecológica teve três características importantes: consolidação da transição junto aos assentados e assentamentos inicialmente integrados no GG; inclusão de novos assentados e assentamentos na produção do arroz orgânico; e início de um segundo ciclo de renovação tecnológica na transição agroecológica, com adoção de princípios da agricultura biodinâmica.

A partir do GG elevou-se o número de hectares produzidos, a produtividade, bem como a abertura para novas linhas de produção orgânica, com formação de outros grupos gestores. Nesse sentido, o projeto agroecológico surge para revitalizar os assentamentos, trazendo práticas de sustentabilidade à agricultura camponesa.

A partir de programas da CONAB e da geração de renda para o agricultor, outras famílias vêm se inserindo no processo de produção orgânica. Observou-se também que o GG tem sido um instrumento de fortalecimento de estruturas importantes do MST que estavam desarticuladas do projeto político do Movimento, principalmente no que compete ao modelo tecnológico de produção.

Um dos desafios é fazer com que a produção orgânica se apresente como alternativa para os assentamentos novos. Essa construção está sendo feita, conforme a necessidade, criando primeiramente um processo de experimentação dentro das atividades propostas. A cooperação na produção está voltada às práticas facilitadoras de aprendizagem que o cultivo orgânico e agroecológico propiciam, possibilitando que os sujeitos estejam sempre à frente de suas ações, embasados pela troca de conhecimentos e experiências, através de uma abordagem mais sistêmica de seus processos culturais e saberes, ampliado pelo MVP.

Nessa construção, a capacitação e a autonomia nos processos primordiais da produção, além de garantir um produto de qualidade, observando os preceitos agroecológicos, também estão fundamentadas na troca e apropriação do conhecimento gerado por suas práticas. Esse processo facilita um processo mais reflexivo e interno do sujeito, voltado ao crescimento do *ser*, que culmina no resgate de valores esquecidos de respeito à natureza, ao meio, a cultura e ao significado de ser “camponês”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela reforma agrária traduz, em parte, a aposta em uma nova matriz tecnológica voltada para a produção agroecológica. De outro lado, a cultura do arroz tem ocupado espaços significativos nas áreas de assentamentos, exercendo importante contribuição no processo organizativo das famílias, ocasionando mudanças nas suas concepções de mundo e de trabalho.

As primeiras experiências organizativas nos assentamentos no campo da produção foram os grupos de base e as pequenas associações de cooperação agrícola. Mais tarde, as experiências de coletivização, através das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), passaram a ocupar o papel central nas estratégias organizativas no MST, muito próximo ao que os Grupos Gestores representam para as famílias camponesas atualmente, no seu significado de ação.

O GG avança nas suas dinâmicas e especificidades, principalmente onde o Movimento não atuava de maneira direta, propiciando às famílias camponesas novas oportunidades, através de um projeto social amplo e que resgata os sentidos de cooperação no trabalho e na produção. A troca, a reciprocidade e a forma solidária de trabalho não estão restritas à prestação de serviços e aos maquinários, como um modo de viabilizar e gerar renda, mas embasada por uma proposta de construção coletiva que unifica os sujeitos. No âmbito das relações com o mercado, a dinâmica de planejamento adotada pelo GG viabiliza a observância das conformidades legais que a produção orgânica exige, sem que se perca, contudo, a autonomia camponesa.

Neste sentido, o papel desempenhado pelo GG tem significado uma forma mais eficaz de consolidar o processo de cooperação na produção e no trabalho, bem como ampliá-las para a forma de comercialização, superando as limitações de trabalhar apenas com os mercados institucionais. Essa relação refere-se tanto aos assentamentos consolidados quanto aos assentamentos novos.

Em relação à questão econômica, as famílias vêm no GG bem mais do que a consolidação de um sonho, mas a consolidação dos seus meios de produção e de vida, à medida que o produto orgânico tem amplo espaço no mercado de comercialização, valorizando a construção do seu processo social e emancipatório de ser humano.

Outro aspecto identificado no GG diz respeito à eficiência e à capacidade de trabalho, organização e responsabilidade, que aumenta a autoconfiança das famílias em produzir. A nova forma de organização possibilitou, também, o afinamento de algumas relações, bem como a desconstrução de alguns conflitos.

O GG também realizou ações necessárias e importantes à autonomia do Grupo, idealizadas na construção de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, para aprimoramento da matéria-prima (sementes), a relação com o meio ambiente, os cuidados com a água e a discussão e construção do perímetro de irrigação. Assim, pontuar os gargalos e criar estratégias de adequação com ênfase em projetos coletivos de trabalho torna-se mais viável na medida em que existe qualificação e troca de saberes.

A capacidade de construção de um projeto coletivo fortalece as responsabilidades assumidas pelo GG, bem como o reconhecimento e participação das famílias camponesas, que trabalham no processo de cooperação. Além disso, as matrizes tradicionais de produção não são excluídas, o que permite abertura àquelas famílias que desejam se inserir no processo de transição para o modelo agroecológico. Esse vínculo acaba estabelecendo relações de parceria mais sólidas com outros atores econômicos, sociais, políticos e institucionais que, de alguma forma, têm interesse na consolidação do mesmo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**: Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo. (1960).

CARVALHO, H. M. 2004. **Planejamento pelo Método da Validação Progressiva (MVP)** Versão II – Atualizada. COCEARGS. Curitiba.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, 1995. (Caderno de Formação nº 4), 1995.

COSTA, L. F. da et al. Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2010, vol.11, n.2, pp. 161-169. ISSN 1518-7012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122010000200005>> Acesso em: janeiro, 2012.

ELIAS, M. F.M., A relação da cooperação com a construção da identidade social dos assentados. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA. São Luís – MA, agosto, 2005.

FRANCO, A., POGREBINSCHI, T. **Democracia Cooperativa**: Escritos Políticos Escolhidos de John Dewey, organizado por Augusto de Franco e Thamy Pogrebinschi, Porto Alegre: CMDC / Edit. PUC, 2008.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, A. (org). O cooperativismo no pensamento marxista. **Caderno das experiências históricas**. São Paulo: CONCRAB, n. 2, 2000.

MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo**: As comunidades de resistência e superação do MST. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP. (2004).

MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. (Org.). **K. Marx e F. Engels**: História. São Paulo: Ática, 1989. 3ª ed.

NOVAES, J. R. Cooperativismo: Acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortes: Autores Associados, 1981, p. 41-73.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortes: Autores Associados, 1981, p. 11-40.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp. 84-94. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>.

VIGNOLO, A. M. S., **Insumos orgânicos na produção de arroz em assentamentos da reforma agrária – região de Porto Alegre/RS**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2010.

ZANLORENÇO, M. K.; SCHNEKENBERG, M. Liderança e Motivação na Gestão Escolar: o Trabalho Articulador dos Diretores das Escolas Municipais. **Revista Eletrônica Lato Sensu** – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116. Disponível em:
<http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/3%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/21-Ed3_CH-LiderancaMo.pdf> Acesso em: janeiro, 2012.

CAPÍTULO 8

ÊXODO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS PROBLEMAS E CAUSAS DESSE FENÔMENO

Andréia Ribeiro da Silva
Fabiano Greter Moreira
Antonio Sérgio Eduardo
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-8

1 INTRODUÇÃO

O êxodo rural no Brasil tem se intensificado desde a década de 1960, caracterizando-se pela migração de populações das áreas rurais para os centros urbanos. Esse movimento reflete um conjunto de fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que tornam a permanência no campo cada vez mais desafiadora.

Entre as principais causas do êxodo rural estão a falta de políticas públicas efetivas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, a precarização das condições de trabalho no campo, o acesso desigual a infraestrutura e serviços básicos, além da atratividade das oportunidades econômicas e sociais notadas nos centros urbanos (NAVARRO, 2016).

Esse cenário tem contribuído para o envelhecimento da população rural, o abandono de terras produtivas e fragilização das redes de apoio comunitário, colocando em risco a continuidade das tradições agrícolas e a autonomia alimentar do país. Este movimento tem implicação significativa para a estrutura social, econômica e ambiental das regiões afetadas.

Caracterizado pela migração em massa da população do campo para os centros urbanos, esse processo reflete grandes transformações nas relações de trabalho, acesso a oportunidade de educação, saúde e emprego. Junto dessa problemática encontra-se a agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país, mas que enfrenta desafios estruturais que contribuem para o esvaziamento das áreas rurais.

A agricultura familiar tem se consolidado como uma base fundamental para o desenvolvimento das áreas rurais, contribuindo para a geração de renda, o fortalecimento das

economias locais e a preservação de práticas agrícolas tradicionais e da agrobiodiversidade (ELIAS, 2019).

Contudo, o êxodo rural representa um grande desafio para a manutenção dessa dinâmica, já que a migração em massa de trabalhadores para áreas urbanas enfraquece a mão de obra no campo e compromete a continuidade das práticas familiares. Esse movimento afeta diretamente a sustentabilidade da agricultura familiar, tanto pela redução da força de trabalho quanto pela perda de conhecimentos tradicionais, muitas vezes transmitidos de geração em geração.

No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico na segurança alimentar e no equilíbrio ambiental, sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). O êxodo rural traz implicações significativas tanto para o meio rural quanto para o urbano, gerando impactos na segurança alimentar, na ocupação territorial e na sustentabilidade das comunidades agrícolas.

No entanto, questões como o acesso limitado a políticas públicas, a recursos financeiros, tecnologias e mercado, a precarização do trabalho rural, a falta de infraestrutura e a baixa rentabilidade tem levado jovens e adultos a abandonarem o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

Este estudo tem como objetivo compreender os principais fatores que contribuíram para o êxodo rural na agricultura familiar brasileira e suas repercussões no desenvolvimento sustentável do meio rural. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica, fundamentada em pesquisas acadêmicas que tratam da migração do campo para a cidade e dos desafios vivenciados pela agricultura familiar, a fim de explorar esse aspecto e refletir sobre possíveis formas de reduzir seus impactos.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com o objetivo de compreender e analisar as características do êxodo rural na agricultura familiar. A pesquisa se baseia na consulta e análise de materiais previamente publicados, tais como artigos científicos, livros acadêmicos e sites relacionados ao tema, incluindo também revisão de literatura em bases de dados acadêmicos como, Scielo, Google Acadêmico e ODS - agenda da ONU.

A escolha pelo método bibliográfico se justifica pela ampla disponibilidade de estudos que abordam o êxodo rural e suas implicações para a agricultura familiar, permitindo uma abordagem abrangente e consolidada das teorias e dados já produzidos. Foram utilizados temas como “êxodo rural”, “agricultura familiar”, “migração rural urbana” e “sustentabilidade no campo” para identificar os materiais mais relevantes.

A pesquisa bibliográfica para Fonseca (2002) é realizada a partir do levantamento de referências teóricas previamente estudadas e divulgadas em meios escritos e digitais, como livros, artigos científicos e páginas de sites. Um processo que possibilita ao pesquisador compreender os estudos já realizados.

Essa etapa é essencial no trabalho científico, pois impactará todas as fases da pesquisa ao fornecer uma base teórica sobre a qualidade do estudo que será desenvolvido. Envolvendo a busca, seleção, organização e registro de informações pertinentes ao tema investigado (AMARAL, 2007).

A pesquisa bibliográfica, de acordo com o pensamento de Prodanov e Freitas (2013), coloca o pesquisador em contato direto com toda a produção escrita relacionada ao tema em estudo. Os autores destacam que, nesse tipo de pesquisa, é fundamental que o pesquisador avalie a veracidade das informações coletadas, atentando-se para possíveis incoerências ou contradições presentes.

Lakatos e Marconi (2003), explicam que o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre um determinado tema, incluindo conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, seja por publicação ou gravação. Para os autores, esse tipo de pesquisa não se resume a uma simples reprodução ou cópia do que já foi produzido sobre o tema, mas visa permitir uma análise do assunto sob uma nova perspectiva, abordagem ou enfoque.

As fontes bibliográficas mais comuns são os livros de leitura regular, que podem estar disponíveis em formato impresso ou como e-books. No entanto, existem diversas outras fontes valiosas para a pesquisa bibliográfica, como obras de referência, teses e dissertações, jornais científicos, anais de eventos acadêmicos e jornais de indexação e resumo (GIL 2022).

Os dados obtidos foram organizados de forma sistemática, com o objetivo de identificar padrões, lacunas e pontos de convergência entre os estudos analisados. Essa abordagem permitiu fundamentar a discussão do trabalho, promovendo uma análise crítica e atualizada sobre o impacto do êxodo rural na agricultura familiar no Brasil.

Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo segue as diretrizes propostas por esses autores, assegurando um embasamento teórico sólido por meio da seleção criteriosa de

referências e da análise crítica do material disponível. A pesquisa bibliográfica, portanto, é um recurso essencial para a fundamentação e desenvolvimento do presente estudo, proporcionando uma compreensão ampla e aprofundada sobre o tema investigado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O êxodo no campo brasileiro: contextualizações e contribuições da migração dos agricultores familiares

O êxodo rural no Brasil é um fenômeno que vem se intensificando desde os meados do século XX, impulsionado especialmente pela modernização da agricultura e pela concentração fundiária. Esse movimento migratório caracteriza-se pela saída massiva de trabalhadores do campo em direção às áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida, acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho.

Dessa forma Pacifico (2008), acentua que nas décadas de 1960 e 1970 o acontecimento do êxodo rural foi significativo, já que a “Revolução Verde” foi um conjunto de avanços tecnológicos que transformaram a agricultura e a pecuária, em setores fundamentais da economia. E conseqüentemente, acelerou a chegada das máquinas, e assim eliminando a necessidade de um grande número de mão de obra no campo. Coincidentemente as indústrias dos grandes centros das cidades demandavam de mão de obra para trabalhar.

Os agricultores familiares estão entre os principais protagonistas desse processo, que desempenham um papel fundamental tanto na produção de alimentos quanto na manutenção das economias locais. A agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo uma peça-chave muito importante na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável do país. Para Brumer (2006) um das justificativas para os jovens da área rural migrarem para os grandes centros urbanos se dá pela visão negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela proporciona.

No entanto, a mecanização do trabalho rural, a falta de políticas públicas eficazes e a dificuldade de acesso à terra tem contribuído para a migração de agricultores familiares. Ao abandonarem suas atividades no campo, muitos desses trabalhadores enfrentam novos desafios nos centros urbanos, como o impacto de uma urbanização desigual e a inserção em mercados de trabalho precarizados.

Muitas causas podem ser associadas a ele, como a concentração fundiária, podendo ter uma má distribuição de terra, busca por melhores condições de vida e melhores empregos, modernização da produção agrícola, entre outros fatores. Gerando consequências negativas como o esvaziamento das zonas rurais e o crescimento desordenado das cidades.

A ida de um grande número de pessoas das áreas rurais em direção aos centros urbanos pode ocorrer de forma espontânea ou forçada, da mesma maneira como acontecem com as migrações no geral, podendo ser diversos os motivos que levam a esse deslocamento, estando associados à reestruturação produtiva de um determinado território, ou seja, um fator estrutural, a conjuntura econômica ou questões financeiras particulares e até mesmo as causas naturais (desastres naturais, secas severas e outros).

Dentre as principais causas do êxodo rural está a modernização do processo produtivo no campo, que com o surgimento da Revolução Verde em meados do século XX, grande número de novas tecnologias foi incorporado nas cadeias produtivas agropecuárias, transformando o perfil de mão de obra empregada, exigindo maior qualificação e também a substituição de postos de trabalho pelos maquinários, trazendo uma série de benefícios para os grandes produtores rurais, como a expansão da fronteira agrícola nas regiões Norte e Centro Oeste do país, na década de 1970.

Grande parte dessa expansão teve contribuição do governo federal de uma forma significativa, criando a partir daí órgãos responsáveis pela adoção de melhorias tecnológicas oriundas da revolução. Entre esses órgãos está a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973.

Com isso, o Brasil tornou-se uma das grandes lideranças mundiais na produção e exportação de alimentos, tendo a soja e o milho com destaque, em alguns produtos agrícolas o Brasil ainda mantém o status de liderança exportadora, como cana-de-açúcar, laranja e milho e é o segundo maior exportador de soja, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Essa liderança se dá através das inovações que a Revolução Verde trouxe, transformando a agricultura brasileira em algo bastante mecanizado e competitivo no cenário mundial.

Entretanto, essa competição tem custos, que muitas vezes, são pagos pelo meio ambiente e pela população carente, que acaba se mudando da zona rural para as cidades buscando novos empregos por não encontrar algo nas grandes e pequenas propriedades rurais, acentuando-se o êxodo rural e o inchaço urbano. Diante desse cenário observa-se que a composição da população brasileira em termos de espaços ocupados na década de 1960, era de 55% população rural, e 45% a população urbana. Na década seguinte, os números inverteram-se, com 55% da

população vivendo nas cidades, tornando-se o Brasil um país urbano, percentual que só aumentou nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas deste século.

3.2 Agricultura Familiar e o Êxodo Rural: conceitos e contextualizações

Êxodo Rural um fenômeno impulsionado por diversos fatores, como a falta de infraestrutura rural, a mecanização das atividades agrícolas e a percepção de que a vida nas cidades oferece mais vantagens. No entanto, essa migração pode fragilizar a agricultura familiar, pois a ausência de jovens no campo compromete a continuidade e o desenvolvimento das atividades agrícolas tradicionais, afetando diretamente a produção de alimentos e a sustentabilidade do setor agrícola, sendo também fatores que podem contribuir para a falta de futuras gerações na gestão das propriedades rurais.

Para Brumer (2007):

Os fatores que motivam o êxodo rural estão divididos entre os atrativos da vida rural (que são fatores de atração) e as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (que são fatores de expulsão). Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os “ruralistas” predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, p. 36).

Observa-se que esses fatores, em conjunto, desempenham um papel importante no êxodo rural, oferecendo aos jovens uma visão de que a vida nas cidades é mais fácil e proporciona melhores condições, embora essa percepção nem sempre corresponda à realidade.

Para Lorena (2020), os pais enfrentam grandes desafios para manter seus filhos no meio rural, uma vez que as novas gerações frequentemente não veem perspectivas de progresso no campo e buscam oportunidades nas cidades, na esperança de uma vida melhor. No entanto, essa expectativa nem sempre se concretiza, e muitos jovens acabam não retornando ao campo. Além disso, alguns pais, devido a uma vida de trabalho árduo, sem férias, acesso limitado a educação e a falta de conforto, não incentivam seus filhos a permanecerem na agricultura familiar, o que contribui para a dificuldade em sustentar esse modo de vida.

Além de sua relevância para questões ambientais e para a produção de alimentos, a agricultura familiar desempenha um papel essencial no crescimento e na estabilidade econômica do Brasil. Mesmo em tempos de crise, o consumo de alimentos básicos pela sociedade não diminui, o que ajuda a fortalecer a economia local, Lorena (2020).

A participação da agricultura familiar no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil evidencia a relevância desse setor para a economia do país. Além disso, ele é responsável por abrigar a maior parte da população rural, mesmo com áreas de terra menores. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na cadeia produtiva de alimentos, garantindo o abastecimento das mesas das famílias brasileiras.

A agricultura familiar tem um papel crucial na produção de alimentos, e para garantir sua continuidade, é essencial que sejam realizados estudos e pesquisas voltados para a juventude rural. Isso se deve ao fato de que os filhos dos agricultores são os principais responsáveis por impulsionar o desenvolvimento e o futuro do setor agrícola, bem como por promover as mudanças necessárias para o seu progresso (CARVALHO, 2009).

A produção de alimentos depende muito do desempenho familiar, assim como a preservação ambiental e manutenção da cultura e tradições rurais. Entre os aspectos da agricultura familiar brasileira estão o trabalho e as riquezas invisíveis, ou seja, esforços necessários ao trabalho e recursos produzidos por ele, mas que não recebem o devido reconhecimento da sociedade.

Para Bianchini (2016), agricultura familiar é um modo de convivências sociais, culturais, ambientais econômicas, onde são executadas em bases familiares práticas agrícolas e pecuárias, desenvolvidas em áreas comunitárias próximas aos centros das cidades e desenvolvidas em estabelecimentos rurais, são administradas por famílias que desenvolvem papéis significativos em prol do crescimento do país.

Agricultura familiar requer interações sociais, culturais, ambientais e também econômicas, no qual atividades agrícolas e pecuárias são realizadas em base familiar, sendo assim, essas práticas ocorrem em áreas próximas aos centros urbanos e são desenvolvidas em terrenos comunitários. A administração dessas atividades fica sob a responsabilidade das famílias, que desempenham um papel essencial no desenvolvimento do país.

De acordo com Candiottto (2011), no Brasil, a partir da década de 1980, o termo agricultura familiar ganhou visibilidade, agricultores acreditavam que com a vinda da visibilidade para a modalidade do plantio em família nas suas propriedades rurais, poderiam ampliar o trabalho com o auxílio de políticas públicas, consequentemente aumentando a renda

vinda da produção e do escoamento dos seus produtos para mercados urbanos, feiras locais e outros.

Com a crescente valorização da agricultura familiar na década de 80, os agricultores passaram a acreditar que seria viável expandir suas atividades nas propriedades rurais, contando com o apoio de políticas públicas, resultado da maior visibilidade que conquistaram. Assim, esperavam aumentar sua renda, impulsionando tanto a produção quanto a comercialização de seus produtos em mercados urbanos, feiras locais e outros canais de venda.

Desmotivados a permanecerem no campo, muitos agricultores estão abandonando suas lavouras em busca de outras fontes de renda, pois enfrentam uma realidade adversa. Como resultado, ocorre a fragmentação e a desintegração social e econômica da agricultura familiar.

Com isso, o êxodo rural representa uma ameaça significativa a esses benefícios, pois a migração de jovens e adultos em idade produtiva para os centros urbanos reduz a força de trabalho disponível nas áreas rurais, resultando em terras menos cultivadas e um possível declínio na produção agrícola. Além disso, essa migração pode levar ao envelhecimento da população rural e ao abandono das práticas agrícolas tradicionais.

3.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em face ao meio rural

Segundo Maia (2002), há uma crescente preocupação em torno do futuro e os recursos naturais a ser deixado para as futuras gerações, associado ao crescimento econômico e uso sustentável dos recursos naturais, traz à tona o conceito de desenvolvimento sustentável.

A humanidade enfrenta um desafio crucial, conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. A crescente preocupação com o futuro do planeta e a escassez de recursos naturais tem impulsionado a busca por modelos de desenvolvimento que garantam a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável, como apontado por Maia (2002), emerge como uma alternativa para promover o uso responsável dos recursos naturais e minimizar os impactos ambientais da atividade humana.

A partir de 1970 se intensificaram as discussões nacional e internacional em torno do desenvolvimento sustentável, atentando-se sobre os modelos de desenvolvimento focados em crescimento econômico e sobre os resultados do uso acelerado dos recursos naturais. Diante deste momento foram realizados diversos encontros entre as nações do mundo todo para discutir a relação entre seres humanos e natureza, propondo alternativas com soluções e estratégias

diante dos problemas socioeconômicos e ambientais (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Com isso demonstra a importância crucial da agricultura na implementação da Agenda 2030 e dos ODS. Ao destacar a interconexão entre os diferentes objetivos e a necessidade de transformações no setor agrícola, as pesquisas contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades que a humanidade enfrenta para construir um futuro mais sustentável.

Para Saraiva Matus e Aguirre (2019), dentre os 17 ODS, e das suas 169 metas, aproximadamente 78% delas tem alguma ligação com as ações 213 realizadas em territórios rurais no mundo, revelando estes espaços como importantes para o alcance dos ODS e, por consequência, para o desenvolvimento sustentável. Logo traz uma preocupação com os desafios ambientais a nível global (FAO, 2018), e seu alinhamento com o desenvolvimento das atividades em territórios rurais, já que a agricultura, como fornecedora de alimentos interliga relações entre economia, mundo atual e sociedade assumindo papel fundamental no desenvolvimento sustentável.

Em concordância com Saraiva Matus e Aguirre (2019), que oferecem um panorama bastante relevante sobre o papel dos territórios rurais na consecução dos ODS, ao destacar a forte correlação entre as ações realizadas nesses espaços e as metas dos ODS, os autores evidenciam a importância estratégica dos territórios rurais para a construção de um futuro mais sustentável.

No entanto, a implementação dos ODS nos territórios rurais enfrenta diversos desafios, como a falta de acesso a tecnologias, a fragilidade das instituições e a desigualdade social, a promoção de políticas públicas que incentivem a agricultura sustentável, a inovação e a inclusão social são fundamentais. Além disso, a participação ativa de diferentes atores sociais, como agricultores, comunidades locais, governos e empresas, são essenciais para garantir a efetividade das ações e o alcance dos objetivos propostos.

Entretanto, como atividade central nos territórios rurais, a agricultura desempenha um papel estratégico no desenvolvimento sustentável. Ao fornecer alimentos para a população mundial, a agricultura está intrinsecamente ligada à economia, à sociedade e ao meio ambiente. Nesse sentido, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a agricultura de precisão, é fundamental para garantir a segurança alimentar, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Por meio da produção de alimentos sustentáveis, a agricultura tem potencial para transformar a paisagem rural, impulsionando o crescimento extensivo para os países, além da

capacidade de impulsionar mudanças positivas diante aos ODS e em toda a Agenda 2030 (FAO, 2018). Sendo assim, é imprescindível uma abordagem integrada entre produtividade e sustentabilidade, com a presença de atores privados e públicos, comprometido em políticas que conduzem mudanças positivas no meio e proponham soluções de desenvolvimento (BRAUN; GHOSH, 2020).

Braun e Ghosh (2020), mostram o papel da agricultura sustentável na transformação das paisagens rurais e na contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com um papel muito importante, a agricultura sustentável tem o poder de moldar a paisagem rural de forma positiva, promovendo práticas que preservem o meio ambiente e melhorem a qualidade de vida das comunidades rurais, sendo sustentável pode impulsionar um crescimento econômico mais inclusivo e equitativo, beneficiando não apenas os países desenvolvidos, mas também os países em desenvolvimento.

É importante conciliar a produtividade agrícola com a sustentabilidade ambiental e social, sendo preciso buscar soluções que permitam aumentar a produção de alimentos sem comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações. Havendo uma parceria entre setores público e privado, a implementação de políticas públicas que promovam a agricultura sustentável exige a participação ativa de diversos atores, incluindo o setor público e o setor privado. Entretanto, é fundamental estabelecer parcerias para desenvolver e implementar soluções inovadoras e eficazes.

Quanto aos desafios, embora a agricultura sustentável ofereça grandes oportunidades, é importante reconhecer os desafios que precisam ser superados para sua implementação em larga escala, como a falta de acesso a tecnologias, a fragilidade das instituições e a resistência de alguns atores.

Em meio social, a agricultura sustentável deve considerar as dimensões sociais, como a inclusão de pequenos agricultores, a promoção de trabalho decente e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Com as sistêmicas transformações do sistema alimentar requer mudanças profundas, que vão além das práticas agrícolas, é necessário repensar os modelos de consumo, os sistemas de distribuição e as políticas públicas.

Braun e Ghosh (2020), destacam o papel fundamental da agricultura sustentável na construção de um futuro mais sustentável. Ao promover a produção de alimentos de forma responsável, a agricultura pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Portanto, é preciso superar diversos desafios e promover uma abordagem integrada que envolva diferentes atores e setores da sociedade.

3.4 Êxodo rural: principais causas e consequências

A problemática do êxodo rural na agricultura familiar é complexa e multifacetada, com implicações significativas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. As causas desse fenômeno são variadas e interligadas, e suas consequências se estendem por diversas esferas da sociedade.

A discussão sobre o êxodo rural na agricultura familiar revela um cenário complexo e multifacetado, com causas e consequências interligadas que moldam o futuro do campo brasileiro, com implicações significativas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. As causas desse fenômeno são variadas e interligadas, e suas consequências se estendem por diversas esferas da sociedade. A migração da população rural para as cidades, impulsionada pela falta de oportunidades, modernização agrícola, condições de vida desafiadoras e atração urbana, gera um impacto significativo na agricultura familiar.

O êxodo rural resulta no envelhecimento da população no campo, com a saída dos jovens em busca de oportunidades nas cidades. Isso compromete a sucessão na agricultura familiar, colocando em risco a produção de alimentos e a manutenção da atividade agrícola no futuro. A saída dos agricultores familiares pode levar à perda da diversidade agrícola, com a redução do cultivo de variedades tradicionais e a concentração na produção de monoculturas voltadas para o mercado externo. Isso pode ter impactos negativos na segurança alimentar e na biodiversidade.

Podendo também levar à desestruturação social das comunidades rurais, com a perda de laços sociais, culturais e de identidade. O esvaziamento do campo pode gerar um sentimento de abandono e isolamento, além de aumentar a vulnerabilidade social e econômica das famílias que permanecem no campo. O êxodo rural pode ter impactos ambientais negativos, como o desmatamento e a degradação do solo, caso a terra seja utilizada para outras atividades, como a expansão da pecuária ou o plantio de monoculturas. A perda da agricultura familiar pode comprometer a sustentabilidade do campo e a preservação dos recursos naturais.

Diante dos fatos apresentados acima e através de uma pesquisa bibliográfica dos autores Brumer (2002), Bellei (2019) e Lorena (2020), a seguir apresentado no Quadro 1, alguns dos principais problemas e suas possíveis causas.

Quadro 1 - Os principais problemas do êxodo rural na agricultura familiar e suas respectivas causas

Problemas	Causas	Discussões Teóricas
Diminuição de mão-de-obra no campo	- Falta de oportunidades econômicas no meio rural - Condições precárias de trabalho na agricultura familiar	Bellei (2016) e Puntel (2011), apontam que a falta de incentivos governamentais, a instabilidade econômica e as condições de trabalho exaustivas tornam a atividade pouco atrativa para as novas gerações. Além disso, o acesso limitado a tecnologias e mecanização no campo dificulta a modernização da agricultura familiar, tornando-a menos competitiva e rentável. Brumer (2002), traz a teoria de que com a saída dos jovens do campo, ocorre a perda gradual da tradição e cultura rural, uma vez que práticas transmitidas de geração em geração deixam de ser valorizadas. Lorena (2020), traz que há uma desmotivação para a sucessão familiar no campo que está diretamente ligado a diversos desafios enfrentados pelos jovens, que frequentemente optam por migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de oportunidades educacionais e profissionais.
Envelhecimento da população rural	- Jovens migrando para áreas urbanas em busca de estudo e emprego - Desvalorização da agricultura como carreira	
Redução da produção agrícola familiar	- Escassez de trabalhadores qualificados - Abandono de terras cultiváveis	
Desestruturação de comunidades rurais	- Migração em massa que enfraquece laços sociais e culturais - Falta de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local	
Crescimento desordenado nas cidades	- Urbanização sem planejamento devido à chegada de migrantes rurais - Falta de habitação e infraestrutura adequadas nas áreas urbanas	
Perda de tradições e cultura rural	- Ruptura gerencial em práticas tradicionais da agricultura familiar - Influência de modelos urbanos sobre os jovens	
Abandono de terras agricultáveis	- Migração de famílias inteiras para áreas urbanas - Falta de incentivo para continuidade da produção agrícola	
Desmatamento e uso indevido do solo	- Pressão por terras em áreas urbanas ou periurbanas - Grandes propriedades ocupando áreas abandonadas para monocultura ou pecuária extensiva	
Dependência de alimentos importados	- Redução da produção local de alimentos - Menor diversificação da produção agrícola	
Falta de acesso a serviços básico no campo	- Deslocamento de pessoas devido à ausência de saúde, educação e lazer no meio rural	

	- Prioridade de investimentos voltados para centros urbanos	
Redução da biodiversidade agrícola	- Substituição de culturas tradicionais por monoculturas ou abandono de terras - Perda de conhecimentos locais sobre manejo sustentável do solo	
Desmotivação para sucessão familiar	- Percepção de baixos rendimentos e instabilidade no meio rural - Falta de apoio técnico e políticas para jovens agricultores	

Fonte: elaborada pela autora (2024).

De acordo com as pesquisas da revisão bibliográfica, a seguir será acrescentado os seguintes problemas e causas. Mecanização e modernização da agricultura: A introdução de maquinários e tecnologias avançadas na agricultura, embora aumente a produtividade, reduz a necessidade de mão de obra, deslocando os trabalhadores rurais.

Baixa remuneração: A renda dos agricultores familiares, especialmente em pequenos propriedades, é muitas vezes insuficiente para garantir uma vida digna, impulsionando a busca por melhores oportunidades de trabalho nas áreas urbanas.

Falta de acesso a crédito e assistência técnica: A dificuldade em obter crédito e assistência técnica limita o investimento e a modernização das propriedades, dificultando a competitividade dos pequenos agricultores.

Degradação ambiental: A busca por maior produtividade, muitas vezes associada a práticas agrícolas intensivas, contribui para a degradação ambiental, afetando a qualidade dos recursos naturais e a sustentabilidade da produção.

Falta de infraestrutura: A falta de infraestrutura básica, como estradas, escolas e hospitais, nas áreas rurais, reduz a qualidade de vida da população e dificulta a fixação das pessoas no campo.

Atração das cidades: As cidades oferecem maior variedade de empregos, melhores salários, acesso a serviços e maior dinamismo, atraindo, principalmente os jovens, que buscam melhores oportunidades de vida.

Através de uma pesquisa bibliográfica tendo os autores Paula (2018) e Schneider (2009) como referência, segue quadro com alguns problemas e suas respectivas soluções.

Quadro 2 - Soluções para abordar os problemas causados pelo êxodo rural na agricultura familiar

Problemas	Soluções	Discussões Teóricas
Diminuição da mão-de-obra no campo	- Criação de políticas públicas pra incentivo à permanência no meio rural - Melhoria das condições de trabalho e renda na agricultura familiar	Paula (2018) e Schneider (2009), apontam algumas estratégias para incentivar a agricultura familiar, por meio de políticas públicas que garantam o acesso a crédito, assistência técnica, recursos para que os pequenos produtores possam investir em tecnologias, aumentar sua produtividade e melhorar sua renda tornando a vida no campo mais atrativa. A melhoria da infraestrutura rural também é essencial, investimentos em estradas, saneamento básico e acesso à internet, proporcionando melhores condições de vida e trabalho para os moradores do campo.
Envelhecimento da população rural	- Promoção de programas para inclusão de jovens na agricultura - Capacitação técnica e incentivo ao empreendedorismo rural	
Redução da produção agrícola familiar	- Fomentar cooperativas agrícolas e acesso a crédito para pequenos produtores - Desenvolvimento de tecnologias acessíveis para melhorar a produtividade	
Desestruturação de comunidades agrícolas	- Investimento em infraestrutura básica (saúde, educação, transporte, vias rurais) - Incentivo a projetos comunitários e cooperativas para fortalecer laços	
Crescimento desordenado nas cidades	- Planejamento urbano para receber migrantes - Políticas de desenvolvimento regional para gerar empregos no campo	
Perda de tradições e cultura rural	- Valorização cultural e promoção de eventos rurais - Educação voltada para preservação e inovação na agricultura familiar	

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Em suma, o êxodo rural é um fenômeno complexo que exige uma abordagem multidisciplinar e a participação de diversos atores sociais para encontrar soluções duradouras e promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os impactos do êxodo rural na agricultura familiar, destacando os fatores como, socioeconômicos, culturais, políticos e modernização agrícola, que impulsionam esse fenômeno e suas consequências para as comunidades rurais.

A agricultura familiar tem conquistado cada vez mais visibilidade ao longo dos anos, no entanto, para manter sua relevância dentro do agronegócio, será essencial fortalecer e valorizar

esse setor por meio do desenvolvimento de diversos fatores, incluindo aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Um dos principais desafios enfrentados ainda está relacionado às políticas públicas, que nem sempre contemplam as necessidades específicas de algumas famílias produtoras. Isso exige a permanência dessas famílias no campo, pois, mesmo com programas governamentais como o Pronaf que disponibiliza linhas de crédito e assistência técnica aos agricultores, sua abrangência ainda é limitada e não atende de forma igualitária a todos os produtores familiares, além disso, a regularização fundiária dificulta ainda mais a situação, pois muitas propriedades não possuem a documentação necessária.

Para tornar o crédito rural mais acessível aos agricultores familiares, é fundamental ampliar a divulgação das modalidades do Pronaf e suas especificidades, criar uma linha de crédito estadual para simplificar os trâmites burocráticos e expandir a oferta de microcrédito voltada para pequenos empreendimentos rurais. Também é essencial incentivar os pequenos agricultores a buscarem maior autonomia financeira, promovendo o empoderamento das mulheres e jovens.

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares está relacionada ao escoamento da produção, onde a falta de organização e planejamento na distribuição dificulta a comercialização, já que a maioria dos produtores cultiva em pequenas áreas. A partir da revisão bibliográfica e dos dados levantados, foi possível constatar que a migração rural da população rural para os centros urbanos ocorre, também, devido à busca por melhores condições de vida, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego.

A agricultura familiar, fundamental para a segurança alimentar e a economia rural, tem sido diretamente afetada devido a esse processo. Para (Graziano, 2018), a saída de jovens para as cidades contribui para o envelhecimento da população rural e para a redução da mão de obra no campo, afetando a produção e a sustentabilidade das propriedades familiares. Ademais, as políticas públicas voltadas para a permanência do agricultor no campo ainda são insuficientes, necessitando de maior investimento em infraestrutura, educação e acesso ao crédito rural.

Diante desse contexto, é essencial que o governo, a sociedade e os próprios agricultores tenham esforços para construir um futuro mais sustentável para uma agricultura familiar. Para isso, é necessário adotar políticas públicas que estimulem a permanência dos agricultores no campo, oferecendo acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados. Além disso, é fundamental considerar o valor da agricultura familiar, destacando seu papel na produção de alimentos saudáveis, na geração de emprego e renda no meio rural, bem como preservação da cultura e do meio ambiente.

A inovação e a tecnologia podem ser grandes aliadas desse setor, contribuindo para o aumento da produtividade, a redução de custos e a agregação de valor aos produtos. Para que isso ocorra, é imprescindível garantir que os agricultores tenham acesso a soluções tecnológicas adequadas às suas necessidades, promovendo práticas sustentáveis. Além disso, a organização e cooperativismo desempenham um papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, permitindo que os produtores atuem coletivamente na produção, comercialização e na busca por melhores condições de vida.

Diante desse cenário, é inevitável que os gestores públicos e demais responsáveis sociais promovam medidas que incentivem a fixação da população no meio rural, garantido condições dignas de trabalho e qualidade de vida. O fortalecimento da agricultura familiar passa pela valorização dos pequenos produtores, pelo acesso a tecnologias apropriadas e pela ampliação de mercados para seus produtos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para a compreensão da problemática do êxodo rural e sirva de base para futuras pesquisas e elaboração de políticas eficazes. O tema ainda carece de aprofundamento, especialmente no que tange às especificidades regionais e às soluções sustentáveis para minimizar seus efeitos negativos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

BELLEI, R. **Êxodo rural da juventude**: Um estudo de caso sobre o município de Caxambu do Sul-SC, atingido pela UHE Foz do Chapecó. 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1075/1/BELLEI>>.

BIANCHINI, P. C.; TAKAGI, M.; PIRAUX, C.; TONNEAU, J.P.; BIANCHINI, F.; FERREIRA, M. A. J. F.; SILVA, P. C. G. da. **Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas: Diretrizes para uma agenda de Pesquisa**. 2016.

BRAUN, G.; GHOSH, K. **Transforming food and agriculture to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs)** - Good practices from FAO/GEF projects around the world. Rome, FAO. 2020.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, p. 50-81, 2002.

CANDIOTTO, L. Z. P.; O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 7, n. 2, p. 111-131, 2015.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. P.; FERRER, M. T. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Porto Alegre, 2009.

ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Agricultura Familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, v. 57, n. 2, p. 215-33, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O futuro da agricultura familiar: desafios e estratégias para a sustentabilidade.** São Paulo: Edusp, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LORENA, J. **A escola de educação básica Hercílio Buch (Mafra-Sc): a realidade escolar dos jovens do campo.** 2020.

MAIA, A. G. **Valoração de recursos ambientais.** 2002. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - UNICAMP, Campinas, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 485-502, 2016.

OLIVEIRA, Daniela; SCHNEIDER, Sérgio. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê/RS. **Cadernos de Agroecologia** [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 4, n. 1, 2009.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nações Unidas no Brasil. 2016. (Org.). **Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: relatório verde 2018.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. p. 37-58.

PAULA, L. A.C. **Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais.** Disponível em https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/11_Larissa_Paula.pdf.>

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M.P.; WIZNIEWSKY, J.G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.

PUNTEL, J. A. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>.

SARAIVA-MATUS, S.L., AGUIRRE, P. **Desenvolvimento sustentável em ALC. 2030** – Alimentação, Agricultura e desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe, Santiago, Chile, nº 3. 2019.

ZIGER, Vanderlei. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas**. 2013.

CAPÍTULO 9

JUVENTUDE CAMPONESA: PERMANECER NO CAMPO E DESAFIAR A PRÓPRIA CONDIÇÃO DE SER JOVEM – A EXPERIÊNCIA DO STRAF DE LAGOA SECA/PB

Rita de Cássia Cavalcante
Jennifer Sousa da Silva
Doi: 10.48209/978-65-5417-482-9

1 INTRODUÇÃO

Debater sobre a temática da juventude torna-se uma matéria instigante, pois significa caminhar por um terreno cheio de desafios, possibilidades e sonhos, especialmente, quando o chão que pautamos é a realidade dos jovens camponeses.

Desde os anos 1990, muitas são as motivações dos movimentos sociais, universidades e pesquisadores (as), na busca de compreender esse universo, especialmente, frente às suas problemáticas e desafios enfrentados, tais como: ausência de aparatos jurídicos que os protejam e de acesso às políticas públicas de base. Essencialmente, para o que afirma Marin (2020, p. 35): “romper com a “invisibilidade social” da juventude rural e para reconhecê-la como categoria social, portadora de necessidades, reivindicações e potencialidades nos processos de desenvolvimento”.

Um outro aspecto preocupante destacado nos estudos literários, é a situação do êxodo rural ao longo dos anos e, principalmente, a saída dos jovens desses territórios. Muito embora, as estatísticas do IBGE (2010), demonstram que cerca de 7,8 milhões de jovens entre 15 a 29 anos, continuam vivendo no campo.

Mesmo com esses índices de permanência de jovens no campo, muitos são os conflitos vividos por eles (as), seja com as famílias ou com a sociedade. Como os mesmos mencionaram nesse projeto, ao questionarmos o que é ser jovem? - “Acham que jovem não quer nada com a vida”. E outro depoimento que nos chama atenção que diz: “É meu desejo trabalhar na roça,

mas não tem terra para a gente trabalhar”. Esse requisito impositivo, acaba por colocar à juventude, o peso para manter o campo vivo.

Dessa forma surge alguns questionamos: Será que é apenas do jovem essa responsabilidade? Que meios estamos buscando para incentivá-los a manterem uma identidade camponesa? Por quê esses sujeitos, quase sempre, são “invisíveis socialmente”, mas são tão cobrados político-economicamente? Por que as ações de políticas públicas para esse setor, são sempre fragilizadas ou com pouco recursos?

Visando desmistificar tais problemáticas e, em conformidade com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa Seca – STRAF/PB, a Universidade Estadual da Paraíba, iniciamos o trabalho, a partir da atuação de um estudante do Estágio Supervisionado, que realizou um diagnóstico participativo do perfil da juventude, cujo objetivo era escutar os jovens nas suas necessidades, trocar saberes entre os mesmos e perceber seus principais desafios e perspectivas. Dele, nasceu o projeto de extensão: Juventude Camponesa: permanecer no campo e desafiar a própria condição de ser jovem – A experiência do STRAF de Lagoa Seca/PB. Que teve como objetivo realizar um mapeamento do perfil da juventude camponesa vinculada ao Sindicato – STRAF/PB, para identificar os marcadores que fortalecem a identidade com a agricultura familiar camponesa, bem como consolidar uma proposta de formação com vistas a capacitar e empoderar a juventude camponesa frente a sua organização política, produtiva e cultural.

O Trabalho do STRAF, desde 1997, vem fortalecendo seu papel na afirmação da luta por políticas públicas e, em especial, pela educação, política das mulheres e da juventude. Reafirmar essa parceria e abraçar essa jornada, possibilitou o nosso encantamento para olhar a Educação do Campo, sob o viés da escuta e compreensão dos interesses e desejos desse público.

2 JUVENTUDE CAMPONESA: O MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DAS JUVENTUDES E LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

A juventude camponesa a que nos referimos, é uma categoria social organizada nos diversos movimentos sociais e populares (MST, MPA, MAB, CONTAG, Sindicatos Rurais, Pastorais Rurais, Associações etc), que desde os anos 1990, vem buscando construir seus processos de organicidade, seja através de suas bandeiras de lutas, suas demandas de políticas públicas e as necessidades específicas do setor. Ou como disse Castro (2009, p. 196), cada vez mais nessas organizações de juventude apontam para um fenômeno em movimento:

As demandas apresentadas por essas formas de organização revelam muito sobre como esses jovens se percebem. Se por um lado reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e a terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

No entanto, a pesquisadora, assim como nós, constatamos, que há uma certa rejeição pelas atitudes ou falta legitimação “*do ser jovem*”, frente ao seu papel de produtor rural ou mesmo quanto às suas inquietações. Ela considera:

Os relatos dos jovens sobre suas participações em reuniões foram marcados pela desqualificação das suas intervenções pelos adultos. São exemplos falas que expressam a falta de espaço para se participar das decisões no âmbito familiar, como: “Ele [pai] não ouve ninguém.” E falas que se referem aos espaços de organização de assentamentos e acampamentos, como “Ninguém ouve os jovens” (op. cit, 194).

Ao dialogarmos com os jovens do nosso estudo, quando questionamos: o que é ser jovem? - Ouvimos: “ser jovem é poder fazer muitas coisas que os mais velhos não podem”. Mas contrariamente, afirmam: “os mais velhos acham que jovem não sabe de nada”. Mesmo desafiando essa falta de legitimação ou de confiança, uma outra jovem não desanima: “ser jovem é tentar algo novo, mudar o jeito de fazer”. E, por mais que essas afirmações sejam uma constante nos seus cotidianos, a sensação mais desafiadora é quando são rejeitados nos seus espaços decisórios: “ser jovem é a fase da decepção a ilusão, porque queremos conquistar tudo, mas quando deparamos com a realidade é bem diferente”.

O mais enigmático, é saber que esses relatos se repetem em muitas pesquisas, confirmando que nem mesmo as lideranças e famílias estão isentas dessas críticas e de relações deslegitimadoras. Afirmado por outro jovem, na nossa pesquisa: “os jovens não têm credibilidade nem nas famílias, nem na igreja e nem pelos mais velhos”.

Esse depoimento nos faz perceber, o que diz Castro (op. cit, p. 194), é fato:

Juventude/jovem está marcada por relações de hierarquia social. Juventude definida, seja como “revolucionária/transformadora”, seja como “problema”, é, muitas vezes, tratada a partir de um olhar que define hierarquicamente o papel social de determinados indivíduos e mesmo organizações coletivas.

Embora a temática sobre as questões das juventudes, na agenda política no Brasil, seja muito recente, muitas das configurações reivindicativas de organizações de pastorais sociais rurais – PJR, se iniciou por volta dos anos 1960, mas essas pautas só entram nas políticas públicas nos anos de 1990. Segundo Marin (2020, p. 35), tornou-se um tema de interesse social, pela força dos movimentos sociais do campo, pesquisadores, que buscaram inseri-los como

categoria de direitos, dos diferentes agentes sociais. Que em pontos de confluência, defendiam a promulgação de aparatos jurídicos e a edição de políticas públicas específicas para as gerações juvenis rurais, atribuindo compromissos não só ao Estado, mas também à sociedade e às famílias, no sentido de conferir apoio financeiro, educacional e produtivo, para viabilizar processos de sucessão hereditária na agricultura familiar.

Para isso, alguns órgãos foram designados para orientar essas políticas e, em 2004, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude -SNJ, vinculada direto, a Secretária-geral da Presidência da República, cujo papel, é articular programas e projetos, fomentar a elaboração de políticas públicas para juventude no âmbito municipal, estadual e federal (GUIA POLÍTICAS PARA JUVENTUDE, 2006, p. 8)

Mesmo que as conquistas avancem no plano jurídico, a exemplo do Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – e do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural – Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016 (BRASIL, 2013, 2016). Foi no Estatuto da Juventude – Artigo 2º, que se previu a promoção e autonomia, assim como seu reconhecimento como sujeitos de direitos, respeitando a sua identidade individual e coletiva. Não fosse as lutas dos movimentos sociais, a inserção de políticas e programas para juventude não teriam ganhado êxito. E seriam tratados como dados, estatísticas ou apenas sujeitos que podem ser produtivos.

É nesse sentido, que Marin (2020. p. 35), considera que todo avanço na agricultura, repercutiu em avanços e mudanças para juventude. Essas mudanças e reconhecimento público da agricultura familiar visam, fundamentalmente, à institucionalização de leis e de políticas públicas facilitadoras de acesso ao crédito rural, serviços de extensão rural, mercados institucionais, moradia, entre outros benefícios.

Mas temos que reconhecer que as juventudes rurais são diversas dentro da categoria de camponeses. E sem falar, que muitos deles (as) que querem continuar essa atividade, não podem, pois, a unidade produtiva constitui-se de um território insuficiente para toda família produzir e ampliar a renda familiar. Realidade presente na região do Território e do Polo da Borborema Paraibano.

Essa talvez seja uma das grandes problemáticas, que gera divergências entre os estudiosos, sobre o que provoca a saída dos jovens, como descreveu Giddens (2002), eles estão vivendo um processo de “formação reflexiva de auto-identidade”, em meio a diversidade de atividades no meio agrário brasileiro, ou mesmo por falta de território.

Entretanto é importante demarcar que no trabalho de Weishelmer (2009, p.23/24), ele propõe a partir de vários estudos sobre a questão da juventude rural, algumas teses sobre a

participação social e profissional do jovem na agricultura familiar:

✓ *A primeira tese* que ele argumenta é a de sucessão geracional na unidade de produção familiar. Ele acolhe os argumentos de Gasson e Errington (1993), ao referir-se a sucessão de estabelecimentos agrícolas e que envolve a formação de novas gerações no campo profissional, no que tange as responsabilidades sobre o negócio, a qualificação profissional e novos agricultores. E diz que são cada vez mais necessários ao mercado, entretanto requer que sejam cada vez mais competitivos. Além da transferência de propriedade da terra por herdeiros ou aposentadoria. Isso também pode se redirecionar, a depender das oportunidades de trabalho independente da família, seja pelo acesso à escolarização voltada para essa área; a questão matrimonial com pessoas agricultoras e a herança da terra, que faz os jovens voltarem à unidade produtiva agrícola.

✓ *A segunda tese* é a perspectiva de projeto individual, social ou profissional, que no diálogo com Carneiro (1998); Pereira (2004); Siqueira (2004, 2005, 2007) e Wanderley (2006), demonstra que a crise no meio rural provoca mudanças na vida dos jovens. Que se vêem quase que forçados a sair da atividade agrícola e incorporar projetos de vida e valores do mundo urbano. Lógico, que a culpa não é atribuída apenas aos jovens e sim a todas as condições fundiárias relativas à posse e tamanho da terra, que inviabiliza a permanência desses sujeitos na unidade produtiva familiar.

✓ *Terceira tese* que o autor menciona vincula-se às condições de acesso à cidadania plena, que ele vai ao encontro do diálogo com Strapasolas (2002 e 2003); Spanevello (2003), quando refere-se à transição desses sujeitos em diferentes espaços sociais, o que leva a construir uma outra matriz valorativa, onde o campo é mais um espaço de se viver.

Contrariamente, são essas questões todas que mobilizam a juventude do campo, a se organizar num processo constante de (re) construção de novas identidades. Especialmente, porque cada região desse país tem sua especificidade e representações de entendimento de como pensam e vivem no campo.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho requisitou uma proposta metodológica que nos aproximasse e contemplasse os diferentes aspectos da identidade da juventude camponesa e as demandas de aprendizagens e vivências desse setor. Apoiamos nos princípios da Pedagogia Freireana e da Educação Popular, mediada pela metodologia de pesquisa-ação participante e da Pedagogia da

Alternância, de modo que permitisse aos participantes um elo facilitador na interação entre eles e outros grupos. E na resolução dos seus problemas.

3.1 Instrumentos Facilitadores

Todos os temas debatidos e instrumentos utilizados teve como eixo temático básico a Agricultura familiar, agroecologia, política e formação da juventude camponesa. Permeado pelos seguintes instrumentos metodológicos:

- a) Para facilitar todo o processo de vivências, realizamos um *diagnóstico participativo*, o elemento facilitador na preparação da juventude na intervenção concreta da sua realidade, organizar instrumentos de estudo/atividades e na busca de soluções para os problemas levantados no contexto real da juventude do campo;
- b) *O Roçado Coletivo*- atividade que motivou as demais ações do projeto e que originava a nova temática e troca de experiência. Como um princípio da metodologia da Educação Popular, o *roçado coletivo*, foi o a palavra geradora e elo condutor em que auxiliou as rodas de diálogos e ajudava nas pesquisas e *materiais alternativos*, para nortear o processo formativo. Os materiais didáticos foram: cartilhas, jornais, livros, canções e literatura produzidos pela AS-PTA e materiais da base da Agroecologia, que estivesse ligado as temáticas da agricultura camponesa.
- c) *Rodas de diálogos e oficinas pedagógicas*, momentos que envolveu uma quantidade maior da juventude e em momentos mais específico, quando plantávamos e colhíamos no roçado. Direcionada aos participantes do *roçado coletivo* e outros participantes de escolas e universidade. Sempre que aprendemos algo fazíamos a *Partilha de experiências* com a juventude de outras comunidades juventude do Polo da Borborema e nos momentos de intercâmbio nos encontros gerais com a juventude. Além além das oficinas culturais;
- d) *As temáticas do estudo* surgiam no roçado coletivo, como um espaço mediador das nossas conversas iniciais, que também direcionavam para aprendizagens que poderiam ser vivenciados no roçado de cada pessoa, como novo saber.

O roçado, foi o instrumento que direcionou os momentos formativos e práticos, tendo por base o diálogo e a troca de saberes entre os envolvidos. Em que firmamos o diálogo, como ferramenta essencial, para envolver a participação dos jovens nas atividades. O diálogo para Freire (1987, p. 79-82): “é encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir (...). Não existe, tão pouco, diálogo sem esperança. A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. (...) Não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os homens”. Diálogo que mediou cada ação, que só aconteceu, com apoio sindical, pela

atuação dos jovens e atuação dos formadores da universidade (formadores e bolsistas), requisito primordial, saber-experiência-realidade.

4 JUVENTUDES: PERMANECER NO CAMPO E CONSTRUIR A IDENTIDADE CAMPONESA

Esse estudo é fruto de um projeto de extensão, que iniciou em setembro de 2022 a outubro 2023, muito embora algumas ações iniciaram com o estágio supervisionado, junto ao Sindicato STRAF/PB, cujo propósito mencionado, foi apoiar na construção de uma proposta formativa junto aos jovens do campo. Desde o primeiro contato, vimos jovens que gostam da agricultura familiar, mas que não necessariamente querem apenas lidar com as agruras do trabalho no roçado. Entretanto, não podemos dizer que essa seja a realidade da juventude do Território do Polo da Borborema Paraibano, que historicamente vem fortalecendo-os sobre questões que os envolvem e desafiam.

O projeto contemplou 21 ações formativas, durante 01(um) ano e meio, a contabilizar com as ações preparatórias do projeto, práticas extensionistas no roçado coletivo, oficinas pedagógicas/formativas e oficinas de músicas conduzida pelo educador popular Fredi Guimarães, consistindo em uma das atividades que reanimou a participação. Contou com a participação de jovens do STRAF, estudantes da UEPB e outros interessados em participar do projeto. Vamos buscar resumi-las, sabendo que o vivido e sentido, é impossível de ser transcrito no papel.

4.1 O I Encontro entre os jovens e a execução do diagnóstico

O I Encontro de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do STRAF-Lagoa Seca/PB – realizado em 29 de novembro de 2022, teve como propósito diagnosticar e possibilitar a socialização de saberes entre juventudes e levantar os principais desafios e dificuldades enfrentados por eles (as) na interação com Agricultura Familiar Camponesa. Esse debate contou com a participação de aproximadamente 40 jovens, jovens de várias comunidades da zona rural, de Lagoa Seca, contando também com estudantes do Técnico de Agroecologia da Escola Estadual do Município que vieram conhecer um pouco sobre as ações do sindicato; estudantes do Técnico de Agropecuária e da graduação de Agroecologia e Jovens vinculados ao STRAF. Teve a colaboração de Deibson Teixeira da Costa (estagiário da UEPB) e Fabiana

Alvarenga (diretora do sindicato), que conduziram as atividades a partir de uma mística de acolhimento, com a Poesia atribuída a Charles Chaplin que os motivava na caminhada, dizendo que: (...) O horizonte da vida necessita de tuas palavras e do teu silêncio. Se amanhã sentires saudades, lembra-te da fantasia e sonha com tua próxima vitória. Vitória que todas as armas do mundo jamais conseguirão obter, porque é uma vitória que surge da paz e não do ressentimento. É certo que irás encontrar situações tempestuosas novamente, mas haverá de ver sempre o lado bom da chuva que cai e não a faceta do raio que destrói. Tu és jovem. Atender a quem te chama é belo, lutar por quem te rejeita é quase chegar a perfeição. A juventude precisa de sonhos e se nutrir de lembranças, assim como o leito dos rios precisa da água que rola e o coração necessita de afeto (...)

A dinâmica de apresentação visou identificar características de cada um e de onde vinham e com objetivo de integrá-los. O mesmo pegava um objeto vinculado ao campo e falava sobre sua representatividade na vida dele. Como a arte sempre fez parte dos nossos trabalhos, o educador e artista Fredi Guimarães, fez a animação com uma embolada.

Para dizer da importância sindical, uma das lideranças, Sr. Nelson Ferreira, contou a história do Sindicato e o seu papel social na vida dos(as) agricultores(as), incentivando os jovens sobre a importância dos mesmos se envolverem nas ações do sindicato.

As *palavras geradoras* das primeiras discussões, teve o sentido de identificar as subjetividades deles(as) quanto as suas características, como vivem e o que gostam e perceber até que ponto os mesmos despertam algum interesse para se organizarem. Esse momento foi acompanhado de risos e brincadeiras e de questões: 1) o que o deixa feliz? Respostas mais frequentes – Festas e passear. 2) Atividades favoritas? – “participar das atividades da igreja e das coisas da escola”; 3) o que vocês entendem sobre movimento social? – “A maioria se esquivava, mas alguns resumem que é uma escola para a vida”; 4) o que te deixa mais empolgado? – “Os sonhos, viajar, festas”; 5) o que vocês gostam? – “Estudar e Trabalhar no campo, destacando que não necessariamente na roça”; 6) o que os fazem felizes? – “Rir, rezar, o trabalho, a união na família, fazer algo novo”; 7) o que você considera ser uma vida boa? – “Ser feliz, estar com a família e amigos”; 8) quais suas qualidades mais preciosas? – “Ser solidária, comunicativo, ser amigo, gostar de ajudar e ser mãe”. O que faria se tivesse 06 segundos? – “A maioria disse que seriam felizes”. Boa parte preferiu desenhar a falar, já que a fala é um exercício de aprendizagem, especialmente pela timidez em falar em grupo. Os desenhos refletiram “alegria, paisagens do campo, viver livre, harmonia com a natureza e com as pessoas, alguns escreveram.

É perceptível o grande interesse dos jovens em atividades que articulem o recreativo

com aprendizagem e práticas extensionistas. Os temas escolhidos para as oficinas foram sobre: podas, produção de queijo, tecnologia, raças de animais, como tocar bateria, cultura. E por fim, o depoimento de uma jovem foi motivo de incentivo a todos (as) quando disse: “Eu aprendi no movimento sindical, a lutar. O que mudou minha vida”.

4.2 Rodas de diálogo no Sindicato

Essas atividades eram realizadas no STRAF/PB, ou em ações que envolviam o trabalho do sindicato com outros jovens do Polo da Borborema, no roçado coletivo e nos roçados de cada participante, de acordo com o propósito definido.

Em uma das rodas, que a diretora Fabiana Alvarenga participou, a mesma destacou a possibilidade de criação de um roçado coletivo, como forma de criar uma renda com as vendas do que for produzido. Motivando a juventude para participar porque era uma forma de valorização e de dar visibilidade ao seu papel. Além de construir outras ações que potencializasse a formação, com intuito de dar voz e vez aos mesmos.

Retratando também a importância da juventude construir mais organicidade e sendo neste momento apresentado e debatido o Estatuto da Juventude, LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013, que como uma das ações de políticas públicas, contribui para fortalecer ações para a juventude, a valorização e a promoção de sua participação social, gerando autonomia, emancipação e respeito à identidade individual e coletiva da juventude. Enfatizamos também a importância dos jovens e as ações que eles se identificam: “na igreja, nos movimentos, na política, ou nas ações do sindicato”.

Realizamos o planejamento dos temas, com destaque para: Viver no Campo, Ser feliz, Ser ouvido, Educação, Lazer e Cultura, Agricultura, Acesso à terra, Política e organização da juventude, Preservação do meio ambiente, Jovem e religiosidade. Resultantes do diagnóstico, os participantes selecionaram iniciar com o tema: “o que é ser jovem? E em que e como queriam ser ouvidos?”

E lançando mão da pergunta *geradora*- O que é ser jovem? Algumas respostas, ia-nos provocando reflexões e mostrando que a juventude, mesmo que se diga que se distanciam do campo, eles (as) mostram que as vezes falta uma atenção maior para captar seus anseios e desejos:

- “É meu desejo trabalhar na roça, mas não tem terra para a gente trabalhar.
- Ser jovem é ter responsabilidade grande, é tomar decisões para atuar e para ser o adulto que você queira ser.
- É tentar algo novo. É mudar o jeito de fazer.

- É a geração que convive com as novas tecnologias e a maior motivação dos jovens é ter algo que anime;
- Nós jovens podemos fazer muitas coisas que os mais velhos não podem;
- Precisa-se dá maior valorização a opinião dos jovens;
- Ser jovem é entender que não é ser nem criança e nem adulto, mas tem que ter responsabilidade;
- Desde cedo tive que assumir minha fase adulta e cuidar da irmã, por isso aprendi que tinha que ter visão de futuro e foco;
- Ser jovem é ser experiente e ter sabedoria. Pois ser jovem é a fase da decepção, da ilusão, porque queremos conquistar tudo. Aproveitar e ter na mente o que quer ser;
- É ter experiência e projetar sua vida e conseguir aquilo que você quer; ser jovem é ser inquieto e ser político”.

Uma outra palavra geradora foi: Em que e como você mais gostaria de ser ouvido?

- “Os mais velhos acham que os jovens não sabem nada.
- Os jovens só são ouvidos quando tem resultado de algo que fez. Pois os Jovens não têm credibilidade. Não são ouvidos, pois há uma relação de distanciamento com os pais;
- Se é na igreja, não nos escutam em nossas decisões, acham que não temos capacidade. Mesmo o incentivo que não tive eu ajudo aos outros na igreja. Se é na política o jovem não é ouvido quando ele quer um crédito, não existe política pública para juventude, por mais que exista a Lei.
- Não se tem confiança no jovem em sair para um lugar e resolver suas coisas sozinhos
- Os jovens não falam por medo de não serem ouvidos”

E, por fim, perguntamos quais suas perspectivas futuras para pensar ações para juventude?

- “Fundos rotativos e pensar parcerias com outros sindicatos e secretarias de agricultura. E criar mais vagas de empregos para os jovens se desenvolverem;
- Projetos na cidade para jovens, maior valorização do pensamento e da opinião dos jovens e uma boa interação para o grupo;
- Cursos práticos – sobre agricultura, biofertilizantes que não agredam o meio ambiente, Reuniões como essa de hoje para que possamos expressar nossas opiniões diferentes, para assim conseguirmos chegar em um objetivo revolucionário da juventude, mais espaço para os jovens na comunidade e no sindicato dos agricultores para produzir e vender e comercializar e vender mais;
- Oficina sobre agricultura em geral- sanidade animal, plantação e cooperativismo; Cursos para que os jovens possam se desenvolver mais;
- Mais reuniões com o intuito de comunicar sobre as ações do sindicato para a juventude. E ajudar mais aos jovens para conseguir mais emprego e oportunidades de ensinar mais aos jovens;
- Buscar jovens nas comunidades e promover ações e cursos de agricultura na teoria e na prática e passar experiências para ajudar nas comunidades;
- E por fim, ter políticas públicas voltada ao estímulo da produção agrícola e pecuária estimulando a criação de abelhas; incentivo a instalação de placas de energia solar em nossas casas; estímulo para implantação de infraestrutura para armazenamento de água –manutenção de barreiros, construção de cisternas e outros equipamentos; estímulo ao reuso de água, produção de mudas, cursos de enxertia, entre outros.

Todo esse processo foi bastante reflexivo e serviu para propomos, o conjunto das instituições, algumas soluções a curto prazo: 1-A construção de *um roçado coletivo*, em 1(uma) hectare de terra, cedida pelo Secretário de Agricultura, cujo objetivo ao iniciar o roçado, sirva como meio de elegermos os temas para estudo e ser uma fonte de comercialização e de renda da juventude e para que produzíssemos sementes da paixão. E alguns cursos, como: formas de cultivo, defensivos naturais, sanidade animal, raças adaptadas a região; 2-A segunda proposta foi de trazer uma Quitanda que está em Queimada, como meio de comercializar o que for produzido por trabalhadores (as) – homens, jovens e mulheres; 3-Construir um viveiro de

mudas; 4- E realizarmos alguns cursos de acordo com o que foi proposto pelos jovens.

4.3 Roçado Coletivo

Para implantar o roçado coletivo, recebermos doação temporária de um terreno, pelo Secretário de Agricultura. Esses momentos foram permeados de muita socialização, trocas e empolgação de todos, pois através da terra, semearíamos nossas sementes. Como prática extensionista, envolveu outras instituições, a juventude, lideranças e representantes da universidade (professora, estudantes e bolsista). Traçamos os propósitos dessa ação e, em todos os momentos, valorizávamos o entendimento da importância do campo, mediada por conversas motivadoras, por lideranças do sindicato e por nós representante da UEPB.

Destacávamos que na educação, muitas vezes, há a supervalorização dos espaços urbanos, em detrimento ao campo, que passa a ser visto como um espaço sem atrativos para os jovens e sem entretenimento acessível. E mostrava-se que por mais que o trabalho do campo seja visto como “atrasado”, “precário” e “exaustivo”, com baixa valorização, esse é o espaço que pode produzir não só o alimento, mas o lugar de tranquilidade, de solidariedade (Nelson Ferreira, representante da UEPB).

Nessa etapa, decidimos sobre como se daria a estruturação e as práticas de cultivos e plantio. Elaboramos um contrato de compromissos e optamos por plantar: milho, feijão, fava, macaxeira e batata. Iniciou em abril e foi até junho de 2023. Comendo da limpeza do local destinado ao roçado, preparação, o plantio e a colheita. O que se mostrou bem frutífero, pois todos estavam engajados em dar o melhor de si. E o sr. Nelson Ferreira, nos animava a segui-lo na forma de estruturação dos leirões, com uma energia revitalizante. Ajudando a não sentir o cansaço da lida e do trabalho no campo.

Seguindo com o plantio, aprendemos como realizá-lo e de forma consorciada. Entre uma parada e outra do roçado o músico, Fredi cuidava de nos lembrar que roçado também é lugar de cultura e nos presenteava com um côco ou embolada, fazendo que a lida ficasse festiva.

No calor das discussões, surgia algumas necessidades de estudos: a exemplo o que é plantio consorciado e qual sua funcionalidade? Havendo todo um debate entre sr Nelson e os estudantes de Agroecologia, gerando novos jeitos de aprendizagens. Corroborando com o que diz Santos & Santos (2008, p.87), sobre plantio consorciado e rotação de culturas: “práticas que conservam a fertilidade do solo e oferecem produtos diferenciados para o consumo. A rotação tem a vantagem de conservar a fertilidade do solo e diminuir os efeitos de erosão, além de reduzir a incidência de pragas, doenças e ervas daninhas”. Nós, com Sr. Nelson e Erivan,

aprendíamos na prática, emitindo nossas impressões e mudanças.

Nesses momentos, sr. Ferreira, orientava a respeito da forma correta do plantio e mostrava sua intimidade com agricultura e, ainda, enaltecia o trabalho feito em família. Compartilhava alguns causos de sua infância e juventude, especialmente, no modo como competiam para fazer mais carreira de plantação, sempre nos motivando. E os jovens que não gostava da roça, tiravam o ranço “que o campo não é lugar para jovem”.

Cada semente plantada era a certeza do fortalecimento da agricultura, pois plantamos sementes da paixão. Isso tudo ficou demonstrado que a pedagogia do roçado, pode ser o jeito mais simples de ensinar sobre agricultura familiar e discutir a sucessão do campo.

Enfrentarmos os problemas com as formigas que invadiam o roçado, daí realizamos uma oficina de caldas, feita pela liderança Erivan Farias, em que aprendemos o controle biológico de pragas e doenças, realizamos práticas de enxertia em citros (limão) e realizamos podas.

Tivemos uma boa colheita, mas alguns problemas na germinação, dada a quantidade de água no período, mas os jovens obtiveram um bom lucro e ainda fizeram trocas na feira agroecológica. Outra ação importante, foi a implementação da Quitanda da Borborema, no Sindicato, como meio de escoamento da produção agroecológica dos produtores locais, sindicalizados e de jovens. Como fechamento dessa ação participamos da visita de intercâmbio, na *Festa da Colheita das Famílias Guardiãs das Sementes da Paixão da Borborema – Remígio/PB*, como um momento de celebração do trabalho realizado por famílias agricultoras do Território da Borborema, experimentadores há anos, em armazenar, trocar sementes da paixão, formular seus bancos de semente comunitárias. Sendo a oportunidade de conhecer muitos projetos com Educação do Campo e saborear alimentos que são produzidos de forma agroecológica.

4.4 Oficinas de Música

Embora o tempo destinado a essas oficinas tenha sido pouco, dada as várias atividades que os jovens estão envolvidos, optamos por utilizar a mesma metodologia da Educação Popular, modo de envolver mais a juventude. Que em conjunto com o educador de música popular, serviu para que os mesmos entendessem que o campo também é o lugar de cultura. E esta foi a motivação maior da juventude na participação do projeto, pois o educador além de envolver e acolher bem a todos(as), tinha uma linguagem muito próxima da realidade do campo.

Nas aulas de violão, eram distribuídos braços de violão (papelão) e mostrado que para cada quarto, juntamente com as cifras dos acordes maiores acidentados (C#, D#, F#, G#, A# e

Db, Eb, Gb, Ab e Bb). A metodologia e dinâmica facilitava o entendimento das cifras, especialmente pela linguagem, o jeito de brincar com os sons, envolvia-os na compreensão de um tema aparentemente distante da realidade deles. Os risos, as brincadeiras e a estimulação ao conhecimento de música foi plantado, inclusive, incentivando a escolha da qualidade musical.

Outra forma de incentivo foi a aula de teclado, exercitado a partir do entendimento da digitação dos dez dedos das duas mãos, onde foi trabalhado apenas o manuseio correto dos dedos e a postura correta das mãos, orientando os jovens quanto à repetição das cinco oitavas encontradas nas teclas do teclado. O educador ia tocando e buscando que eles entendessem a prática de como se toca um teclado.

Para a formação do quarteto, com a prática de conjunto, experimentou-se algumas músicas do cancionário popular e uma das selecionadas foi a música “Vem Morena”, do compositor Zé Dantas. A letra e as cifras da música foram distribuídas e apresentadas.

No que concerne a aula de pandeiro, o foco maior foi para embolada de coco, ritmo mais conhecido e próximo dos jovens. Criamos um refrão para que todos cantassem e construímos algumas sextilhas falando sobre futebol, onde cada sextilha era cantada, uma vez pelo agente e outra pelo interno (como na embolada de coco). Provocando a criação de novas sextilhas. Os jovens que optaram por entender como se toca o pandeiro, ganharam praticáveis feitos de papelão para estudar o movimento do pandeiro e dá continuidade em casa.

5 CONSIDERAÇÕES

Falar de juventudes do campo brasileiro, é especialmente, saber da heterogeneidade existente, dos seus modos de vida, da sua regionalidade e cultura, que um estudo por mais profundo que seja, não dar conta de entender essa diversidade étnica de jovens camponeses.

O diagnóstico participativo, remeteram-se a falas, cujo sentimento expresso era a falta de confiança do adulto (família ou não), bem como o desprestígio dado a capacidade e potencialidade do jovem. Sentimos que o peso da descredibilidade na sua capacidade de realização, tornou-se para nós, a forte motivação para buscar novas frentes e quebrar o mito que: “jovem não quer nada com a vida.

No entanto a nossa proposta de estudo, foi olhar para os jovens vinculados a um sindicato rural, em uma região do Território da Borborema Paraibano, que tem todo um processo de luta com agricultura familiar camponesa e junto a juventude.

É importante marcarmos que a literatura sobre a temática juventude camponesa, é vasta e diversificada, com diferentes posicionamentos conceituais, por isso buscamos ver suas

especificidades, partindo de escutas e percebendo aspectos das suas subjetividades e perspectivas.

Além de construir com novos saberes e vivências com juventudes e agricultura camponesa, buscamos incentivá-los, que seu espaço precisa ser garantido na sociedade, que podem trabalhar no roçado, incrementar sua economia e autonomia, pode envolver com as diversas atividades da agricultura, sem trazer para suas vivências o peso a que se coloca do trabalho na agricultura. Vimos que contribuiu para que os jovens reconectassem com seus valores e da agricultura familiar camponesa, tomando para si essa pertença identitária, reconhecendo no campo, o território possível de viver e produzir. E, que ainda, podem buscar tempo para se envolver com cultura, com agroecologia e com trocas de pesquisas e experiências significativas às suas mudanças e desafios. O que por certo, vislumbra outras maneiras de viver e de incentivá-los para a vida acadêmica e profissional e os fazendo entender que jovens do campo tem perspectiva, quer fortalecer sua identidade e emancipação.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco, 1998.

AREND, Silvio Cezar; JÚNIOR, Carlos Alberto, DEPONTI, Cidonea Machado. **A Sucessão Rural: o olhar do jovem agricultor.** Redes (St. Cruz Sul, Online), v.28, 2023. ISSN 1982-6745.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Institui o **Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.**

BARBIER, René. **A Pesquisa Ação.** Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta em várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.* São Paulo, Cortez, 2003.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em Perspectiva.** Castro, Mauad X, 2007.

GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 7, núm. 1, enero-junio, 2009.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

CHEDIAK, Almir. *Harmonia e Improvisação I.* Rio de Janeiro: Lumiar, 1986.

GUIMARÃES, Fredi. Introdução ao estudo do violão. Campina Grande: Impressão particular, 2018.

_____. Introdução ao estudo da embolada (cultura popular) Campina Grande: Impressão particular, 2020.

MARIN, J. O. B. (2020). Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. **Desenvolvimento Em Questão**, 18 (52), 33–54. Disponível: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9585> acessado, em 25 de fevereiro de 2023.

WEISHELMER, Nilson. **A situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Tese Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CAPÍTULO 10

A DINÂMICA CULTURAL DAS REZADEIRAS DE LAGOA DE DENTRO/PB

Roberto de Oliveira
Rita de Cássia Cavalcante
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-0

1 O INÍCIO DE UM ENCONTRO COM AS REZADEIRAS

As rezadeiras ou benzedadeiras, como são conhecidas, são mulheres que praticam “benzimentos”. Para realizar este ofício elas invocam conhecimentos do catolicismo popular, rezas e súplicas com a intenção de proporcionar alívio sobre as aflições do corpo e do espírito, e direcionam seus trabalhos com mais frequência às pessoas das classes populares, também sendo difundido junto às classes mais abastadas. Além das rezas e orações, a complementação do trabalho é feita através da indicação de plantas medicinais que atuam como o efeito de cura.

Dentre os elementos que envolvem este rito, encontramos: devoção, oração e muita fé que perdura por séculos com a repercussão oral das graças alcançadas. O “benzimento” se encontra dentro de cada um de nós, independente de crença ou religião. “No Brasil colonial, os africanos, índios e mestiços foram os grandes curandeiros” Souza (2009, p. 222). Esta mistura de conhecimentos provenientes desses povos torna-se um saber fundamental no processo de cura nas comunidades.

Todos esses elementos da cultura do “benzimento” fazem parte dos costumes nordestinos. Tendo na nossa região uma prática recorrente de experiências, fato que nos chamou a atenção e que vem contribuindo para um aprofundamento da temática e que foi se consolidando a partir das primeiras observações.

A curiosidade inicial da pesquisa se deu quando buscamos analisar como se procedia à prática das rezadeiras do município de Lagoa de Dentro/PB. Na graduação esse desejo foi se fortalecendo. E no trabalho na Secretaria de Saúde desta mesma cidade, fomos percebendo nas conversas dos pacientes que vinham se consultar, que algumas pessoas sempre falavam sobre o tratamento com uma rezadeira e, muitas vezes, as indicavam para que o outro corrigisse um determinado problema de saúde. Fato que nos fez levantar alguns questionamentos: Por que

esses pacientes procuram as rezadeiras? Será que realmente acontece a cura nestas pessoas? Estas dúvidas foram crescendo e transformando em nós objetos de pesquisa que vieram ao encontro do desenvolvimento deste tema.

Nas enquetes iniciais do trabalho fomos percebendo que quando perguntávamos sobre a importância das rezadeiras, as pessoas sempre tinham fatos importantes a relatar a respeito do “benzimento”. E entre as pessoas que adquiriram a cura através do “benzimento”, muitos chegaram a confirmar a importância das orações sobre a doença do corpo e do espírito.

Essa forma de saber foi o que contribuiu para o desenho da pesquisa, cujo objetivo foi analisar a dinâmica cultural das rezadeiras do Município de Lagoa de Dentro/PB, entendendo a influência de sua prática no processo de cura das pessoas que as procuram. Além de identificar o sistema de crenças e sua origem sociocultural nas diferentes práticas de “benzimento” existentes no município. Também fomos observando o cotidiano das rezadeiras e sua convivência social com a comunidade; o que ajudou a compreender sobre a benzedura enquanto elemento cultural e de fé.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

A trajetória metodológica deste trabalho iniciou-se com o levantamento bibliográfico, em que fomos nos deparando com as primeiras dificuldades, as fontes fundamentais para o aprofundamento da temática. Partimos para busca dos trabalhos monográficos desenvolvidos sobre este tema, no campus, qual surpresa, nada foi encontrado. Bem como não existia na biblioteca, nenhum acervo sobre o tema. Logo veio o incentivo, esse tema era pertinente, dada a ausência de trabalhos relacionados ao assunto escolhido. A saída foi procurar pelas livrarias online do país, nelas conseguimos alguns livros, teses que nos serviram de base para darmos os primeiros passos.

Após o estudo dessas obras, seguimos para definir o suporte metodológico que nos orientasse. Elegemos a história oral temática, pois queríamos dar voz às rezadeiras do município de Lagoa de Dentro e mostrar o quanto a sua cultura se difunde nos dias de hoje.

O sentido principal foi fortalecer os dizeres dessas mulheres, partilhando e sistematizando esta história com um olhar voltado para o saber produzido por cidadãos comuns, sendo que, a utilização da história oral como fonte metodológica para este estudo implicou que, as entrevistas gravadas e transformadas do oral para o texto escrito posicionaram-se com plena intenção de promover e registrar de forma adequada o bom uso das entrevistas realizadas.

Queríamos registrar a história das rezadeiras e fazer ter eco a voz de quem tanto contribui com a comunidade. Por isso buscamos um meio metodológico que nos facilitasse como nos diz (Cavalcante, 2002, p.38) “a história oral traduz-se no método essencial para traduzir melhor os detalhes e valorizar a história viva”.

Trilhar esse caminho nos possibilitou vivenciar a história das práticas das rezadeiras que se faz presente na vida de muitas pessoas da cidade de Lagoa de Dentro. Presenciar a condição particular de cada rezadeira entrevistada foi muito importante para responder os nossos questionamentos. E apoiar-se na história oral, foi o suporte adequado para traduzir a essência do ofício das rezadeiras. Como disse (Meihsy, 2007, p.17): a história oral, “é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva”. Sendo esta ferramenta a forma sistemática, apropriada para abordar o estudo *in loco*.

Após a definição da metodologia, partimos para a pesquisa de campo que foi o momento relevante deste estudo, selecionamos um grupo de oito rezadeiras para serem entrevistadas, fomos na casa de cada uma, fizemos a nossa apresentação e explicamos para todas o motivo das visitas, em seguida, pedimos autorização para gravar as entrevistas. Não houve recusa por parte das rezadeiras, todas permitiram que realizássemos as gravações de suas falas sem que houvesse impedimento.

Além das entrevistas, os momentos vivenciados pelas observações do ritual do “benzimento” foram essenciais para podermos ter uma melhor compreensão desta alternativa de cura. Seguindo os passos da história oral, preparamos um questionário para facilitar o diálogo, utilizando-se de um modelo único de perguntas para todas as entrevistadas. O foco principal foi analisar a forma de atuação das rezadeiras na comunidade, como se dava o processo do aprendizado, buscando conhecer as rezas usadas para a cura das doenças, e em meio a tais processos perceber a valorização da prática na região, identificando possibilidades de existência de valor financeiro atribuído pela oração e compreender a ligação entre rezadeiras e comunidade.

3 O LUGAR DAS REZADEIRAS E AS PRÁTICAS DO BENZIMENTO: ASSIM ACONTECE EM LAGOA DE DENTRO

O objetivo desse estudo foi demonstrar a partir da voz das rezadeiras a concepção de “benzenção” e o sentido de “benzimento”, sendo a fala dessas *atrizes* sociais a principal forma

de tradução desses conceitos. Inicialmente, faremos uma discussão sobre o conceito de cultura popular, com a intenção de focar o “benzimento” como uma prática fundamental identificada com mais frequência em comunidades interioranas, cujo papel é ajudar no processo de cura das pessoas. Também queremos demonstrar o valor das rezadeiras e sua atuação nas comunidades e na mudança de vida das pessoas, seja pela reza ou por tratamentos alternativos de saúde.

Atribuir valores às práticas populares não é tarefa fácil na nossa sociedade, uma vez que a ciência não reconhece esse conhecimento como verdadeiro. Nos nossos estudos e pesquisas, a prática do “benzimento” é vista não como uma encenação, mas sim, um conhecimento popular e cultural que perdura séculos, apenas mudando o foco dessa realização. E nesse sentido, (Arantes, 2006, p. 8), reforça que: “muita gente torce o nariz, levanta as sobrancelhas ou movimenta-se com impaciência quando ouve o enunciado “cultura popular”.

Sobre essas reações podemos diagnosticar aspectos negativos quando se refere ao conhecimento popular. A ausência de comprovação dos fatos por eles produzidos torna os elementos que vão se caracterizar de forma ilegítima sobre o conhecimento do povo. A partir do momento em que, o que foi dito não contém uma prova concreta sob uma análise científica, e este saber baseia-se apenas no senso comum, estas informações produzidas tornam-se ilegais.

Entretanto, o que tem sido entendido por cultura popular? Será que podemos chegar a um conceito a respeito desta temática? No entendimento de (Arantes, 2006, p.7) o termo designa:

A cultura popular está longe de ser um conceito bem definido pelas ciências humanas e especialmente pela Antropologia Social, disciplina que tem dedicado particular atenção ao estudo da ‘cultura’. São muitos os seus significados e bastante heterogêneos e variáveis os eventos que essa expressão recobre.

Por não haver uma definição concreta, observamos o quanto a singularidade do saber de um povo simples é observada de forma negativa. Para muitos letrados, o popular é improdutivo, instaurando-se sobre essa prática a ausência de valores concretos quando referido a sabedoria adquirida por cidadãos comuns. (Caldas, 1986. p.69) define cultura popular como “parte da cultura produzida pelo próprio povo”. Essa produção de saberes que se insere no cotidiano das pessoas assume um papel inferior às demais culturas, o saber deste povo é visto como uma encenação da realidade o que não evidencia atos concretos. Sob a ótica da ciência a sabedoria popular não é assumida como um conhecimento verdadeiro, porque não ocorre uma investigação metódica e sistemática da realidade. Desta forma, o conhecimento popular é aceito como algo prático e suas ações são relacionadas absolutamente aos atos humanos visíveis.

Na cultura do benzimento, o conhecimento produzido pelas rezadeiras caracteriza-se como uma prática popular cheia de significados importantes. Este saber colabora com as necessidades do corpo e do espírito e gera conforto e paz. O “Benzimento” se enquadra nas manifestações populares, onde a produção deste saber é vivenciada por gerações e se introduz em nosso meio chamando a atenção dos mais diversos níveis sociais.

A medicina popular exercida pelas rezadeiras vem ao encontro dos anseios de pessoas que buscam alívio para seus males. Valores e herança cultural são introduzidos neste meio alternativo. Sem comprovação científica, o saber produzido pelas rezadeiras continua inserido nas ações populares e se fortalece graças à repercussão oral das graças alcançadas. Este ritual é parte integrante na vida do povo simples e seus simpatizantes. O rito do “benzimento” para muitos, é solução para a doença e se torna muito importante para as classes desprovidas e menos abastadas.

O “benzimento” surgiu no intuito de atender às necessidades mais precárias, pois a assistência médica destinada à classe oprimida sempre foi um grande obstáculo. Desta forma, restrições fizeram este meio alternativo tornar-se muito procurado. Em algumas comunidades as pessoas se limitavam na busca desta prática devido à ausência dos profissionais da medicina oficial. Procurar os serviços de uma rezadeira tornou-se uma atitude necessária e muito eficaz na redução do sofrimento dos que precisavam ser tratados.

Diante desses fatos o “benzimento” caracteriza-se pela grande necessidade dos que sofrem e pedem ajuda, além de ter sido transformado num serviço valioso e bastante popular e alternativo para os oprimidos. Em algumas comunidades, procurar uma rezadeira era praticamente o único meio no processo de cura das enfermidades.

Possuidoras deste ofício, as rezadeiras são mulheres conhecidas das famílias da comunidade, donas de casa, mães e avós, vizinhas, que para agradecer o dom recebido por Deus, rezam e por intermédio da fé a cura acontece. A presença e atuação dessas mulheres ainda hoje podem ser comprovadas em várias cidades do Brasil, este saber é muito associado à fé religiosa e só é desenvolvido por aqueles que receberam esse dom.

Nos momentos iniciais da pesquisa, queríamos entender das rezadeiras, qual o procedimento de sua prática. Através de seu dizer fomos conhecendo a importância deste ofício como elemento fundamental no processo de cura de muitas pessoas. Vejamos este sentido para Dona Aparecida:

Eu entendo como uma prática essencial na vida de muitas pessoas, ela se desenvolve por que há um aprendizado, e o meu aprendizado se deu com uma senhora de quase 100 anos de idade. Inclusive, hoje, muitas pessoas me procuram para eu rezar, pessoas até de auto nível me procura para eu rezar suas crianças, aí eu rezo e dizem elas que ficam boas. A fé que cura né?

Presenciamos nessa fala o quanto o “benzimento” é especial na vida das pessoas. Para a rezadeira Dona Aparecida é algo essencial, inclusive no tratamento de pessoas de níveis sociais elevados e a procura por este trabalho é bastante volumosa. Ainda, segundo a rezadeira a quantidade de atendimentos torna-se uma comprovação do compromisso sobre sua atuação.

Os membros das classes populares é o grupo de pessoas que fazem o maior uso do “benzimento”, mas esta procura não se limita a estes indivíduos, a busca também acontece por pessoas de maior poder aquisitivo ou aqueles com melhor nível de formação educacional. Ao entrarmos no universo das rezadeiras procuramos refletir a forma de atuação, como também analisar o sentido do “benzimento”. Portanto, presenciamos o significado do “benzimento” no falar de Dona Isabel, 77 anos.

O trabalho de uma rezadeira é se esforçar pra rezar né? Basta ela ter vontade de rezar. É usar a sua força e rezar. A pessoa que vem pra rezar necessita vir com fé, o que não pode acontecer é menosprezar a reza. Por que se você reza e esta pessoa diz que não acredita, que não servirá o que pode acontecer é que realmente a reza não servirá para esta pessoa. Não podemos nos desfazer da oração.

Para Dona Izabel, o “benzimento” é esta presença forte, nem o desprezo de alguns vai fazer a oração da rezadeira ser desvalorizada, para ela, o valor da reza é fundamental no processo da cura. É nesse sentido que o “benzimento” se faz presente nas práticas terapêuticas das rezadeiras. Este ritual caracteriza-se de maneira simples desde a chegada do indivíduo até o momento do “benzimento”, pois é muito importante o contato inicial como nos afirma (Santos, 2006, p. 115), “o diálogo que antecede a reza, entre o cliente e a rezadeira é essencial para o sucesso da cura”.

O “benzimento” se aprende dentro de uma tradição, onde quem sabe tem a missão de ensinar. Sendo que muitos têm seu próprio dom, mas não conseguem transmiti-lo. Este saber se apresenta como expressão de fé sobre aqueles que depositam confiança. É também um ato de muita devoção aos santos. A rezar através de suas orações traz paz e conforto àqueles que as procuram.

Na nossa pesquisa observamos que esse rito é muito utilizado por pessoas de classes populares. A mesma observação sobre o “benzimento” fez (Boltansk, 2004), na sua pesquisa, “o curandeiro é um membro das classes populares de cujo modo de vida e pensamentos ele participa”. Tanto a rezadeira quanto o seu público geralmente possuem o mesmo nível sociocultural, e entre os que fazem o “benzimento” na cidade de Lagoa de Dentro, prevalecem as mulheres chamadas de rezadeiras ou benzedadeiras e estão inseridas no mesmo nível de vida.

O cotidiano das rezadeiras se consolida como um ato marcado pelo zelo das pessoas, não necessariamente importa o local para o acontecimento da oração, mais necessário que o ambiente fixo, é a realização da reza no indivíduo, como disse Dona Zélia:

É rezar aquele que vem a procura da gente, agora tem muitas pessoas que procuram agente para ir rezar lá, aí eu vou. Eu rezo em casa, e rezo nas casas das pessoas, quando elas vêm me chamar. Na nossa prática muitos valorizam e muitos não. Outros só fazem criticar... Mais ninguém move um dedo a não ser com a permissão de Deus.

Esta prontidão faz da rezadeira alguém com um compromisso diferenciado em sua comunidade. No falar de Dona Zélia, vimos que sua relação com a comunidade se apresenta como um zelo pelos que necessitam de alguma cura. O local onde ocorrem as orações é apenas o espaço físico, a oração é que faz a diferença no corpo. Já no que diz respeito ao atendimento, pode acontecer na residência da rezadeira, como também na casa dos que se encontram doentes.

Sempre à disposição de quem precisa e sem cobrar nada a quem ajuda a rezadeira também costuma ensinar remédios caseiros, sendo um tipo de medicamento alternativo que complementa a cura. Em alguns lugares, as casas das rezadeiras tornam-se locais de pronto atendimento.

Quando nos deparamos com a doença procuramos alguma solução para que aconteça a cura. É sobre este processo que o “benzimento” se introduz como elemento de fé colaborando na cura das doenças.

Para entendermos melhor como acontece este processo vejamos o que diz a rezadeira D. Carminha, 61 anos:

Eu faço as orações para que o corpo seja curado, por que a gente reza e tem muita fé em Deus. Quando vamos rezar uma criança ou um adulto, por exemplo, levamos a fé, pois é pela nossa fé que acontece a cura nas pessoas. Usamos apenas as palavras de Deus.

É a palavra dita e a fé na oração que vai mediar o processo da cura. Para a rezadeira D. Carminha, a fé é um elemento fundamental para que aconteça a cura. A rezadeira torna-se a mediadora, sendo ela responsável por levar o sofrimento para Deus, a mesma espera que a sua oração seja atendida e assim aconteça a cura no devido corpo. E esta ligação entre a rezadeira com as forças maiores faz da fé um caminho seguro para que se concretize a cura.

Na mesma linha de compreensão, a rezadeira Dona Zélia nos comprova esta fé sobre o “benzimento”:

Eu acho assim, tem muita gente que acredita na minha prática sabe. Quando eles vêm rezar, e chega com fé, é através da fé que a cura acontece. A fé é quem cura. Quando estamos rezando, depositamos toda a nossa fé em Deus, por que é Deus quem tem a cura. A cura está nas mãos de Deus.

Para determinados grupos sociais, o ritual da cura é um elemento que faz parte do seu cotidiano. As mazelas dos seus corpos, os poucos recursos financeiros fazem da procura pelo “benzimento” uma solução no processo da cura de suas enfermidades. (Quintana, 1999, p. 25), nos fala que “todo processo terapêutico gira, inevitavelmente, em torno da doença”. E é sobre a doença que enfatizamos esta prática. Pois quando nos deparamos com a fragilidade dos nossos corpos percebemos que não estamos sadios, logo, sentimos a doença (Cf. Boltanski, 2004). A partir do momento que detectamos a sensibilidade do nosso corpo, procuramos meios para combater o mal que se instalou sobre ele.

É comum para o indivíduo que possui um melhor poder aquisitivo, entrar em contato com os serviços oferecidos pelas clínicas particulares e agendar uma consulta com um médico conveniado do seu plano de saúde, ou até mesmo marcar o atendimento em sua própria residência. Porém, a maioria da população apela para ser tratado pelo sistema público de saúde, onde muitas vezes é negligenciado o seu direito de cidadão e isto ocorre devido à falta de infraestrutura dos hospitais e a falta de profissionais que atendam a demanda de atendimento público à saúde.

Infelizmente no nosso país os nossos direitos quase sempre são negados, até mesmo os direitos básicos da vida. Por isso, não restam muitas alternativas para uma boa parte da população, este agravo leva as pessoas a viverem marginalizadas, excluídas, impossibilitadas de terem uma vida digna. Para elas sobram apenas viver à margem do sistema e desprovidas de direitos.

É fundamental para a pessoa que procura uma rezadeira a intenção de corrigir algum mal de seu corpo acreditar no poder da oração, pois esta energia entre o rezador e o indivíduo torna-se um elo, aumentando proporcionalmente o acontecimento da cura. Esta ligação entra em sintonia com a fé, e transforma-se num efeito eficaz para corrigir a doença que se estabelece sobre o corpo. Sobre o efeito do poder da oração (Aguiar, 2009. P. 4) define da seguinte maneira:

A eficácia exercida sobre os corpos doentes, pela prática das benzedeiras, é acompanhada da experiência e da certeza de que aquele gesto e aquelas palavras são o melhor para a pessoa em evidência. O que chamamos de eficácia simbólica, para aquelas benzedeiras e para quem as procura, é garantia de cura e certeza de restabelecimento físico e espiritual. Pois quando alguém se dirige a uma benzedeira o faz na certeza de que tudo sairá bem.

Dona Iracema confirma a importância das rezadeiras neste processo:

Muitas pessoas acreditam mais nas rezadeiras do que nos médicos. Quando as mães trazem suas crianças para rezar, eu sempre pergunto se já levaram para o médico, elas sempre me dizem que primeiro a reza, se não melhorar aí é que nós levamos para o médico.

Ao que vemos, D. Iracema reforça a importância das rezadeiras no processo de cura nas comunidades onde elas atuam, sendo as rezadeiras muitas vezes mais valorizadas que os profissionais da saúde, ou seja, os que estão incluídos na medicina oficial. O valor das rezadeiras para estas famílias é fundamental, pois nem todos têm acesso a um atendimento médico de qualidade. E ao contrário dos profissionais da medicina oficial, as rezadeiras estão sempre disponíveis a ajudar todos aqueles que necessitam da cura para suas dores.

Sendo assim, percebemos o quanto a fé se propõe como item fundamental para a cura.

É no corpo que se desenvolve a doença, e para eliminar a doença usa-se a fé e invocam-se as forças sobrenaturais que será o intermédio para a solução do problema. Sendo o “benzimento” a escolha para o bem que se vincula a cura.

É assim que acontece o ritual do “benzimento” no dia-a-dia das rezadeiras de Lagoa de Dentro, este ofício faz parte da graça divina. E nesse sentido o “benzimento” está presente nas práticas terapêuticas das rezadeiras deste município, doação e compromisso são suas marcas, o ritual que as mesmas exercem se caracteriza de maneira simples, onde se envolvem oração, gratidão e muita fé, elementos fundamentais na vida dos que praticam este ofício.

As características mostradas dentro do que chamamos de “benzimento” o diálogo, gratidão, a simplicidade, a fé entre outros fatores, faz do “benzimento” uma ação popular passível de admiração aos que utilizam tais meios de cura. Entretanto, a recusa também acontece. Mas, o que nos chama a atenção é que todos nós estamos aptos a nos depararmos algum dia necessitando de determinados itens que se enquadre nesta forma de saber.

4 CONCLUSÃO

O contato com a dinâmica cultural das rezadeiras nos proporcionou conhecer elementos preciosos do conhecimento popular de nossa região. Nesta dinâmica de saberes, observamos que o rito do “benzimento” atrai os mais diversos níveis sociais, desde os que possuem grande poder aquisitivo ou aqueles com melhor grau de instrução aos que vivem no grupo das classes pobres, sendo estes últimos os que fazem o maior uso desta alternativa.

A recusa também acontece e se faz presente sobre os que não depositam confiança nesta prática tradicional. Percebemos também, que por ser um conhecimento dinâmico ele se abre para várias mudanças.

A sabedoria exercida pelas rezadeiras sempre contribuiu e ainda contribui nos dias atuais com a cura do corpo e do espírito. As rezadeiras são mulheres que fazem esta prática de maneira simples e muito amistosa. Sem fazer distinção, elas atuam com muita devoção ao dom recebido por Deus e desempenham um bom trabalho de cunho popular em suas comunidades. Esta relação com a comunidade é vista por muitos como um afeto de mãe, confiança, proteção e dedicação que faz parte de um triângulo que sustenta laços até os dias atuais.

As lições extraídas por cada visita às rezadeiras foram essenciais para responder os nossos questionamentos. Na pesquisa de campo, pudemos constatar a redução de praticantes do benzimento no município. Algumas rezadeiras chegaram a afirmar que no futuro o exercício do benzimento pode não existir. Segundo elas, a atual geração não se interessa por aprender este rito ou procura não se envolver. Porém percebemos que apesar da redução de rezadores, a comunidade pesquisada ainda faz o uso constante desse meio de cura.

Constatamos que esta prática tradicional faz parte de um saber que nunca estará estável, ele não se limita e nem adormecerá no tempo. Como toda cultura, o “benzimento” se abre para mudanças e de acordo com as necessidades locais o benzimento se complementa como alternativa de cura.

Mesmo com o decréscimo ocorrente, o “benzimento” continua presente no meio popular, se compararmos a quantidade de rezadeiras com o número existente nas décadas anteriores, perceberá uma redução no número de praticantes. Mas, apesar do decréscimo ocorrido, este saber continuará presente.

Referenciado como um dom o “benzimento” é um saber ofertado por Deus, e conseqüentemente terá sempre alguém com a mesma capacidade de atuar em suas localidades e fará desta prática compromisso pelo dom recebido.

No entanto, queremos enfatizar que o benzimento não suprirá as necessidades básicas de saúde das comunidades e que o conhecimento exercido pelas rezadeiras não estará acima da medicina oficial. Neste estudo, o saber popular praticado pelas rezadeiras se mostra como alternativa de cura e esta pesquisa tenta contribuir de alguma forma com a tradução da história dessas mulheres que tanto contribuíram com esta cidade.

5 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gilberto Orácio. **As Benzedeadas do Rio de Contas e os desafios às Ciências Sociais**. Revista Nures. Estudos Religião e Sociedade – pontificia Universidade Católica. 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006

AZEVEDO, Fábio Palácio de. **Cultura Popular e rebeldia Juvenil**. In: Revista Teórica e Política do Centro de Estudos e Memória da Juventude. Ano 3/Nº6 dezembro, 2008.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 4ª Ed. São Paulo: Graal, 2004.

BORGES, Moema da silva. **Ainda-não: Potencialidades e possibilidades do cuidado humano**. UnB. Faculdade de ciências da saúde. Tese de doutorado em ciências da saúde. Brasília, 2006.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. São Paulo: Global, 1986.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura**. Rio de Janeiro, 1993.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Aprendizes da terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Educação, João Pessoa, 2002.

CAVALCANTE, Simone Gadelha. **Entre a ciência e a reza: estudo de caso sobre a incorporação das rezadeiras ao programa de saúde da família no município de Mamanguape-CE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

CORREIA, M. Pinto. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta, 1984.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **As representações sociais sobre as benzedeadas do nordeste catarinense**. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica 26ª Reunião, 2006.

MENDES, Jaqueline Araújo Correia. **Orar... Ato de doação – o trabalho das benzedeadas no Município de Buritizeiro**. Unimontes, 2009.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do conhecimento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2008.

QUINTANA, Alberto M. **A ciência da benzedura: mau olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise**. São Paulo: EDUSC, 1999.

SANTOS, Francimário Vito dos. **Ofício das rezadeiras: Um estudo Antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN.** Dissertação de Mestrado em antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia de Letras, 2009.

VALLE, Edênio. QUEIROZ, José J e Organizadores. **A cultura do Povo.** 3 ed. São Paulo. Cortez. Institutos de Estudos Especiais, 1984.

CAPÍTULO 11

TERRITÓRIO, TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA: O QUILOMBO DO TALHADO NO SERTÃO DA PARAÍBA

Weriberlan Wanderley Monteiro
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-1

1 INTRODUÇÃO

As comunidades rurais, quilombolas e indígenas no Brasil possuem histórias ricas e distintas, marcadas por processos de resistência e preservação cultural. As comunidades rurais têm suas raízes na colonização portuguesa, desenvolvendo-se em torno da agricultura familiar e da pecuária, mantendo tradições que refletem a diversidade regional do país. Os quilombos surgiram como refúgios para escravizados que fugiam das fazendas, sendo o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, o mais famoso, abrigando cerca de 20 mil pessoas no século XVII. Essas comunidades, formadas por africanos e seus descendentes, tornaram-se símbolos de resistência contra a escravidão. A resistência não se limita às imposições culturais, sociais e geográficas, mas também se estende à tecnologia que, muitas vezes, suprime e marginaliza essas comunidades. Autores como Ailton Krenak e Simone Ritta dos Santos discutem a resistência cultural e os desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades quilombolas.

A luta dos quilombolas é um testemunho da resiliência e capacidade de adaptação desses povos, que continuam a preservar suas tradições e reivindicar seus direitos em um contexto de constantes desafios. A preservação das línguas e culturas dessas comunidades é fundamental, pois são pilares da identidade de qualquer comunidade, carregando conhecimentos ancestrais, histórias, mitos e valores que definem a visão de mundo de seus membros.

Neste artigo, buscamos explorar a complexidade do estudo desses povos nesses territórios, problematizando a tensão entre a preservação das tradições culturais e as pressões da modernidade e globalização. No âmbito do projeto de extensão “*Direitos Humanos, Cultura e Impactos Sociais, Políticos, Econômicos do Processo Colonial e Neocolonial no Contexto Contemporâneo: Uma Troca de Experiências entre Brasil e Guiné-Bissau*,” desenvolvido

juntamente com outros discentes do Centro Universitário de Patos, analisamos vivências e práticas que melhor dialogam com o meio acadêmico e a temática em questão.

Utilizando como referencial teórico obras como *Quilombos e Educação: identidades em disputa*, *Educação Escolar Quilombola em Debate* e *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira*, a pesquisa se fundamenta em uma revisão bibliográfica descritiva-exploratória e etnográfica com uma abordagem qualitativa. A análise se estrutura em torno da contextualização histórica e cultural das comunidades, seguida pela discussão das políticas linguísticas e educacionais, e a aplicação de conceitos de interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. Como campo de pesquisa, foi escolhida a comunidade quilombola do Talhado, em Santa Luzia/PB.

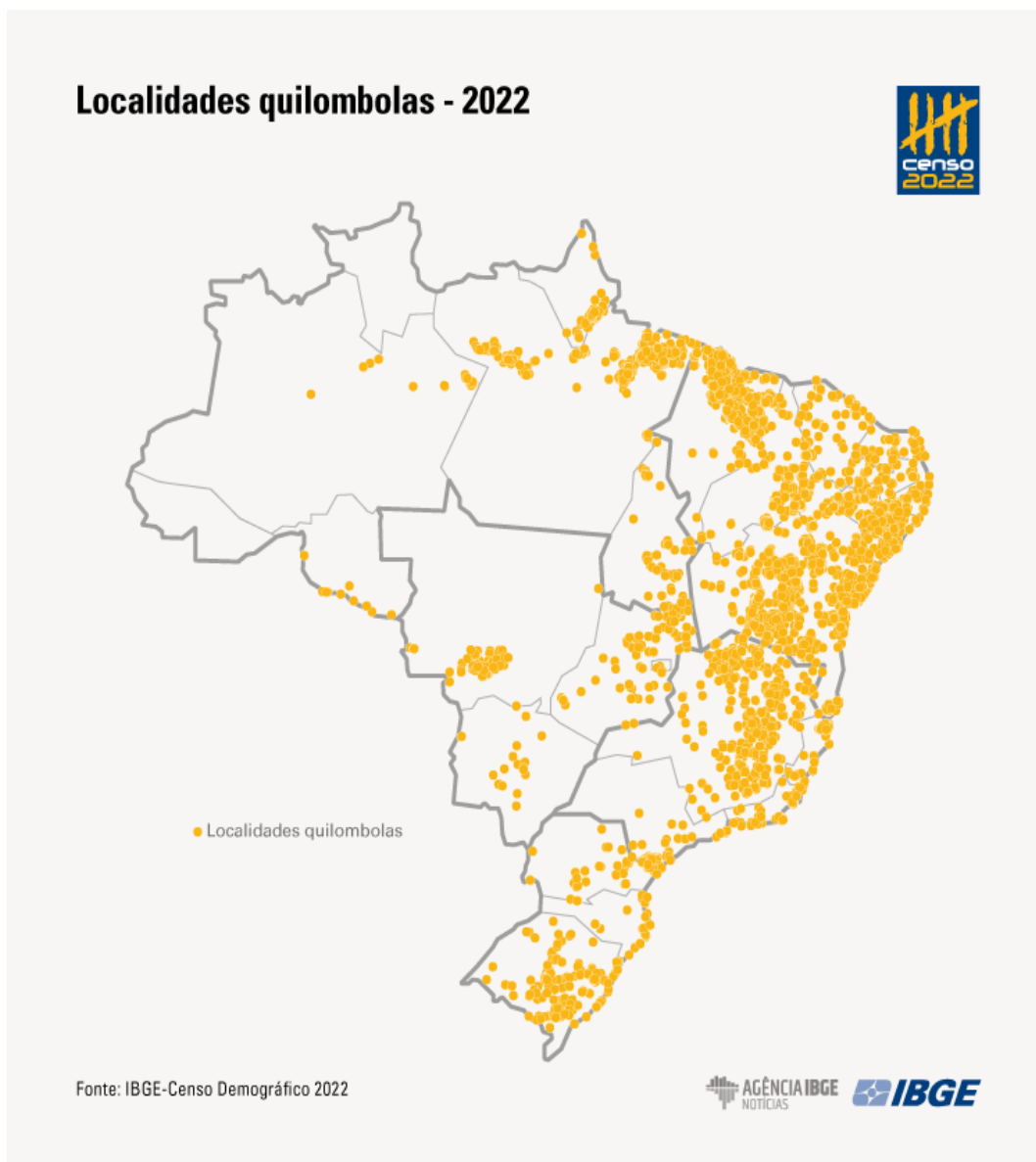
2 DESAFIOS E RESILIÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

As comunidades quilombolas são reconhecidas pela resistência e preservação de tradições culturais e sociais que remontam ao período da escravidão no Brasil. O termo *quilombo* no Brasil foi historicamente ressignificado pelos discursos oficiais como uma forma de controlar e reprimir as fugas dos escravizados africanos, destacando-se como um espaço de resistência. Originalmente, esses territórios eram vistos como ameaças à ordem colonial, sendo retratados nos registros oficiais como locais de subversão e perigo. No entanto, essa visão reducionista desconsidera o significado mais amplo e complexo dos quilombos, que, além de refúgios contra a opressão escravocrata, constituíam espaços de liberdade, autossuficiência e preservação cultural. Dessa forma, a compreensão do termo *quilombo* foi moldada pelo viés dos interesses das elites coloniais, enquanto o verdadeiro sentido de resistência e autonomia dessas comunidades foi marginalizado ao longo da história oficial. No período colonial, o Conselho Ultramarino, em 1741, estabeleceu que quilombo seria definido como: “Toda a habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada ainda que não tenha ranchos levantados nem nela se achem pilões”. (CARRIL, 2006, p. 52).

Na região Nordeste do Brasil, onde a presença de comunidades quilombolas é mais expressiva, a resistência dessas populações continua a se manifestar de forma vigorosa até os dias atuais. Dados de 2022, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam a existência de 8.441 localidades quilombolas no Brasil, organizadas em 7.666 comunidades. A maior concentração dessas localidades está no Nordeste, com 5.386 ocorrências, o que corresponde a 63,81% do total nacional. O estado do Maranhão destaca-se como o que possui o maior número de quilombos, com 2.025 localidades, representando

23,99% do total registrado (IBGE, 2022). Como mostra o mapa a seguir, a região Nordeste concentra a maior parte dessas comunidades.

Mapa 1 - Localização dos quilombolas no Brasil

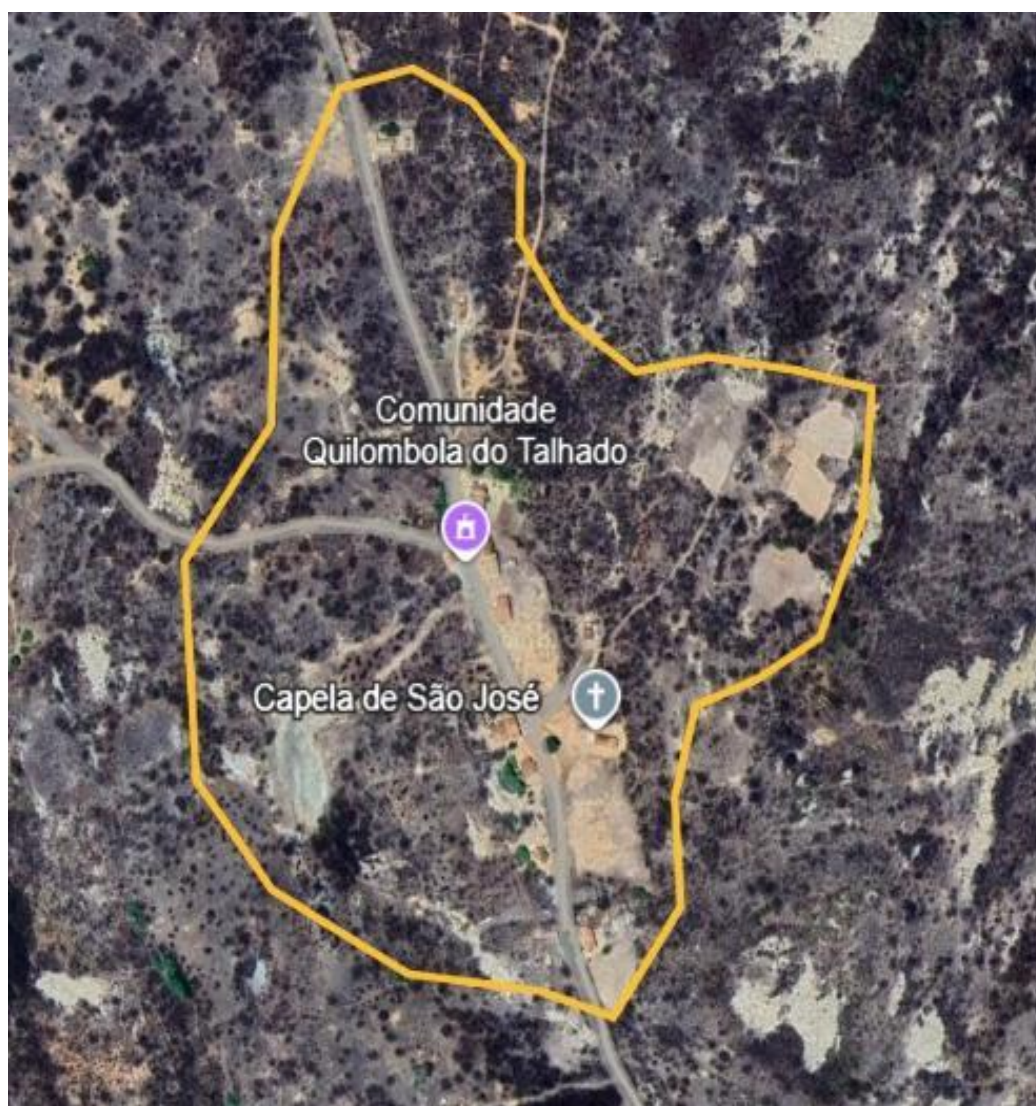


Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2022.

O Quilombo do Talhado, situado na zona rural do município de Santa Luzia, Paraíba, representa um exemplo emblemático do patrimônio imaterial associado às comunidades quilombolas. Esse território, tal como outros no Nordeste, é um símbolo de resistência histórica e cultural, onde os habitantes lutam pela preservação de suas tradições e modos de vida. Na perspectiva de Santos (2012), a formação étnica deve ser compreendida em relação às estruturas do Estado, principalmente em sua capacidade de distribuir e regular bens públicos, demandando uma análise da identidade à luz dos processos culturais e das políticas públicas. Nesse contexto,

o Quilombo do Talhado, ao integrar a ampla presença quilombola no Nordeste, enfrenta desafios específicos decorrentes do isolamento geográfico e a falta de assistência por parte do município e Estado, onde só aumenta a lacuna entre a comunidade e as políticas públicas que deveriam ser eficazes no auxílio aos quilombolas.³⁵ A imagem a seguir apresenta o mapa da região da comunidade quilombola do Talhado, onde é possível observar os desafios territoriais enfrentados.

Imagem 1 - Localização Geográfica do Quilombo do Talhado na Região Rural do Município de Santa Luzia, Paraíba



Fonte: Disponível em: https://earth.google.com/web/@-7-7.01732017,-36.94471634,647.88087822a,696.38793877d,35y,231.34167914h,0t,0r/data=CgRCAGgBOgMKATBKDQj_____8BEAA. Acesso em 04/ 10/ 2024

³⁵ A mobilidade entre o município e o quilombo é comprometida pela falta de manutenção da estrada, resultando em um percurso de 26 km que pode levar até 1h30.

Ao longo das décadas, essa comunidade consolidou-se como um espaço de preservação cultural, onde as tradições e modos de vida ancestrais continuaram a ser reproduzidos. Essas comunidades, historicamente formadas por escravizados fugitivos e seus descendentes, representam uma luta contínua pela manutenção de suas terras, identidade e autonomia frente às adversidades impostas pela colonização e, mais tarde, pela modernidade. No caso específico do Quilombo do Talhado, a resistência cultural se expressa por meio de práticas comunitárias que envolvem saberes tradicionais, atividades agrícolas de subsistência e manifestações linguísticas que refletem a memória coletiva da comunidade. A preservação desses elementos culturais constitui não apenas um ato de resistência, mas também uma estratégia de afirmação identitária em um contexto de marginalização socioeconômica.

2.1 Redução da População e Impactos Demográficos

Atualmente, o Quilombo do Talhado enfrenta uma drástica redução populacional, com cerca de 20 famílias remanescentes, principalmente compostas por idosos. Esse esvaziamento é resultado da migração das gerações mais jovens para áreas urbanas, motivada pela falta de oportunidades de educação e trabalho. Mesmo possuindo terras, a comunidade enfrenta desafios significativos, como a escassez de água e a ausência de suporte municipal para a perfuração de poços, o que limita o acesso a água potável e compromete a produção agrícola. Essa realidade é um reflexo das desigualdades históricas que, segundo Fernandes (2008), continuam a marginalizar as comunidades negras no Brasil, dificultando sua inclusão e sobrevivência. Sueli Carneiro (2005), complementa ao afirmar que a falta de apoio estatal e as práticas educativas ineficazes reforçam as hierarquias raciais e perpetuam a exclusão social dessas comunidades.

2.1.1 Desafios da Educação Rural e a Preservação da Cultura Quilombola

Segundo a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (Brasil, 1996, Art. 28).

No entanto, a falta de uma escola na comunidade vai além da ausência de um espaço físico; refere-se também à falta do conceito de escola como um espaço de busca e compartilhamento de conhecimento, ou seja, à impossibilidade de perpetuar a ancestralidade por meio da linguagem. agravada pela evasão escolar, intensifica esse quadro preocupante e ameaça a preservação das tradições e saberes locais. A ideia de nós, os humanos nos

deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (Krenak, 2019, p. 12 *apud* Borelli, Pessoa, 2024, p. 8). As poucas crianças que ainda permanecem na comunidade são remanejadas para o município de Santa Luzia, enfrentando horas de desconforto devido à falta de transporte adequado entre a comunidade e a zona urbana³⁶. Além disso, os pais e avós expressam preocupações acerca do impacto que a educação fora do quilombo pode ter sobre a identidade cultural das crianças, temendo que esse processo as distancie de suas raízes e comprometa a revitalização de suas práticas ancestrais. Essa situação não apenas perpetua o ciclo de marginalização, mas também coloca em risco a transmissão de conhecimentos fundamentais que sustentam a cultura quilombola.

2.2 Reconhecimento e Resistência: Desafios e Oportunidades das Comunidades Quilombolas na Modernidade

A chegada da modernidade traz consigo pressões e desafios para a comunidade remanescente do Quilombo do Talhado. Um aspecto fundamental para a compreensão das lutas do movimento social quilombola é o autorreconhecimento como remanescente de quilombo. Esse processo de reconhecimento é mediado pela interação intersubjetiva com o "outro", onde a construção da identidade se revela por meio de padrões morais enraizados em seus contextos históricos e sociais. O reconhecimento jurídico das normas e direitos dos remanescentes de quilombo é uma dimensão essencial dessa busca por igualdade, contribuindo para a valorização de sua identidade como socialmente relevante e significativa.

Nessa perspectiva, reconhecer-se como remanescente de quilombo torna-se um importante princípio para a luta social dos indivíduos. Se isso não acontece, criam-se efeitos nocivos à formação individual, o que impede o sujeito de reconhecer-se como tal e de participar da vida pública. É por meio da luta por reconhecimento que, no entender de Honneth, estrutura-se a subjetividade e a identidade individual e coletiva, que é fundamental para a construção do sujeito na ação social (Santos, 2019, p. 47)

Nesse sentido, é fundamental dissociar as dimensões do reconhecimento das imagens negativas e estigmatizadas que frequentemente marcaram a trajetória dos remanescentes de quilombo, permitindo-lhes afirmar seu valor cultural e social na contemporaneidade. A luta por

³⁶ Devido à ausência de uma escola local e à evasão, as poucas crianças enfrentam o estresse do deslocamento diário para estudar na cidade.

reconhecimento transcende a mera questão dos direitos, envolvendo também a reafirmação da história e da identidade de comunidades que, apesar dos desafios enfrentados ao longo do tempo, continuam a resistir e a se fortalecer em sua singularidade. Contudo, influências externas, como o avanço tecnológico e a escassez de assistência por parte do poder público, colocam em risco a preservação das tradições culturais dessa comunidade. As inovações tecnológicas, especialmente a entrada de empresas de aerogeradores no quilombo, configuram-se como uma forma de neocolonialismo disfarçada de progresso.

Imagem 2 - Aerogeradores na região circunvizinha a comunidade quilombola



Fonte: De autoria própria, 2024.

As promessas de revitalização das escolas, unidades de saúde e construção de cisternas, frequentemente comprometidas por explosões ocorridas durante a instalação dos geradores, revelam-se, na maioria das vezes, como meras palavras vazias, desprovidas de efetiva implementação.

2.3 Modernidade e Autonomia: O Caminho para um Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Alves (2023), embora a energia eólica seja promovida como uma solução sustentável, sua implantação em comunidades tradicionais frequentemente desconsidera a autonomia local e os impactos socioculturais que ela pode gerar. A ausência de consulta prévia aos quilombolas e o cumprimento deficiente de promessas de melhoria expõem como esses

projetos, em vez de promoverem inclusão, reforçam a marginalização e precarizam o território. A inserção de projetos modernos em comunidades tradicionais exige um modelo de desenvolvimento que respeite as dinâmicas locais e promova a autonomia das populações envolvidas. De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, “o desenvolvimento sustentável [...] deve garantir a participação ativa das comunidades tradicionais nas decisões e respeitar seus modos de vida e tradições” (Brasil, 2007, p. 1). No contexto dos parques eólicos, a implementação de projetos deve incluir consultas informadas e processos participativos para garantir que o progresso atenda às necessidades locais e fortaleça a identidade cultural da comunidade.

No caso do Quilombo do Talhado, é imprescindível que a modernidade não seja apenas sinônimo de mudança externa, mas uma oportunidade para fortalecer as práticas culturais e sociais já existentes. A autonomia comunitária deve ser o ponto central, permitindo que os quilombolas definam suas prioridades e participem das decisões que afetam seus territórios. Mais do que simples adaptação, a integração entre tradição e modernidade deve ser vista como uma via de fortalecimento mútuo. Isso implica reconhecer que o saber comunitário não é um obstáculo ao progresso, mas um recurso estratégico para a construção de um desenvolvimento sustentável e alinhado às particularidades locais. A valorização dessa identidade é essencial para que a comunidade se posicione não como receptora passiva, mas como agente ativa na definição de seu futuro.

Projetos de infraestrutura, portanto, só alcançarão êxito quando orientados por princípios de inclusão e respeito, promovendo um diálogo efetivo entre as necessidades do território e as demandas externas. Assim, ao invés de desestruturar, a modernidade pode atuar como uma ferramenta de resistência e renovação, preservando a identidade quilombola enquanto abre caminhos para novas possibilidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo estudar as estratégias adotadas para a preservação das tradições culturais no Quilombo do Talhado, localizado no sertão da Paraíba. A investigação se concentrou em compreender como a comunidade enfrenta as pressões da modernidade e da globalização, além de analisar as dinâmicas de resistência cultural que emergem nesse contexto. Os resultados revelaram que as pressões da modernidade, especialmente por meio de projetos de energia eólica, representam desafios significativos para

a identidade cultural dos quilombolas. A pesquisa evidenciou a tensão entre a preservação das tradições culturais e as exigências impostas pelo progresso, demonstrando que a falta de consulta prévia e a implementação de promessas não cumpridas, como a revitalização de infraestrutura local, têm impactos negativos na comunidade. Contudo, as estratégias de resistência, incluindo a organização comunitária e a reafirmação da identidade cultural, mostram que os quilombolas estão lutando para manter suas tradições em meio a essas adversidades.

Portanto, a importância desta pesquisa reside em sua contribuição para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que moldam a realidade das comunidades quilombolas. Ao analisar a interação entre a modernidade e a preservação cultural, este estudo reforça a necessidade de políticas públicas que respeitem as especificidades culturais e territoriais, promovendo um desenvolvimento sustentável que inclua a participação ativa das comunidades. Essa reflexão é crucial, pois a proteção das tradições culturais não é apenas uma questão de identidade, mas também de direitos e dignidade para os quilombolas.

Como questões norteadoras para futuras pesquisas, sugere-se investigar mais a fundo como as comunidades quilombolas podem desenvolver e implementar estratégias inovadoras de resistência cultural, especialmente frente a novas tecnologias e práticas de desenvolvimento. Além disso, é importante explorar mecanismos de colaboração entre comunidades e instituições que possam fortalecer a participação comunitária nas decisões que impactam seus territórios.

Ademais, vale ressaltar que um dos principais desafios enfrentados durante a pesquisa foi a complexidade de articular tradição e modernidade sem simplificar as nuances dessa relação. No entanto, esta investigação demonstrou que o saber comunitário é um recurso essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite e valorize a cultura local. A proteção do Quilombo do Talhado é apenas o começo; é necessário assegurar que essa comunidade, e outras semelhantes, tenham voz ativa na definição de seus próprios futuros, garantindo assim a continuidade de suas tradições e modos de vida.

4 REFERÊNCIAS

- ALVES, Josiel Ventura et al. **Os impactos socioculturais das operações e energias renováveis em duas comunidades quilombolas na Paraíba**. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**: tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DOS SANTOS, Simone Ritta. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. EdiPUCRS, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**: Nordeste possui maior quantidade de quilombolas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARQUES, Djankaw Matheus; GIMENES, Éder Rodrigo. **Considerações sobre a questão social quilombola**.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educar em revista**, v. 34, n. 69, p. 193-207, 2018.

MOURA, Camila Batista Gama; SOARES, David Gonçalves; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Educação escolar quilombola em debate. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09773, 2023.

PESSOA, Rosane Rocha; BORELLI, Julma Dalva Vilarinho Pereira. Torto Arado: colonialidadesdecolonialidades problematizadas na educação linguística crítica. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 24, n. 4, p. e23077, 2024.

SILVA, Juliana Ferreira da. **Educação quilombola**: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado. 2017.

CAPÍTULO 12

EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: DISPUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Marcelo Miná Dias
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-2

A extensão rural no Brasil é um campo privilegiado para compreender as intersecções entre Estado, sociedade e desenvolvimento. Ao longo do tempo, observam-se diferentes fases em que prioridades e instrumentos se sucedem conforme as disputas políticas em torno de distintas concepções de ruralidade, cidadania e progresso (Rodrigues, 1997; Dias, 2007; Diesel et al., 2022).

Nas suas origens, nos anos 1950, a política de extensão teve forte influência internacional, pautada por objetivos modernizantes e pela determinação de conter a expansão do comunismo no meio rural latino-americano (Seiffert, 1987). Posteriormente, ainda na segunda metade do século XX, decidiu-se priorizar a Revolução Verde e ampliar o acesso de grandes produtores a crédito, subsídios e tecnologias, tornando a extensão rural instrumento desse objetivo (Oliveira, 1999; Caporal, 2014).

A década de 1990 trouxe a desestruturação da extensão estatal, seguida por um esforço renovado nos anos 2000, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2003/2010), que enfatizou a agricultura familiar e agroecologia, ao menos em um primeiro momento (Dias, 2007). Mais recentemente, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) reacendeu o debate sobre prioridades e métodos, colocando em evidência o permanente confronto entre abordagens conservadoras e propostas voltadas à sustentabilidade e à emancipação rural (Zarnott et al., 2017).

Este texto oferece uma leitura didática e crítica desse percurso histórico-institucional e metodológico. Com base em literatura especializada e em dados sobre investimentos, cobertura e práticas extensionistas, procuramos sistematizar avanços conceituais – como a introdução de

metodologias participativas pela PNATER – e apontar contradições entre discurso e prática que se repetem em várias fases da história da ATER (Rodrigues, 1997).

Ao correlacionar cronologia, instituições e métodos, pretendemos oferecer uma visão ampla dessa política pública, mostrando como a extensão rural consolidou-se inicialmente como instrumento de modernização seletiva (Schuh, 1976; Graziano da Silva, 1999), ensaiou uma aproximação a referenciais críticos com o movimento de “repensar da extensão rural” (Figueiredo, 1984), depois fragmentou-se nos anos 1990 (Pettan, 2010) e, em seguida, mais uma vez buscou construir um sistema público, plural e gratuito, ainda que limitado por recursos e desafios operacionais (Diniz; Hespanhol, 2018). Finalmente, analisamos a ANATER e suas implicações para o modelo produtivista vigente, contrapondo-a à proposta original da PNATER (Caporal, 2014).

ORIGENS CONSERVADORAS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A institucionalização da extensão rural no Brasil teve início em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), inspirada no modelo norte-americano de extensão, implementado por um sistema cooperativo em que as universidades com foco agrícola eram protagonistas (Fonseca, 1985; Seiffert, 1987). No Brasil, essa iniciativa foi apoiada pela Fundação Rockefeller e pelo governo norte-americano como parte de uma estratégia geopolítica de contenção do suposto comunismo no campo e de expansão dos mercados para a indústria agrícola estadunidense na América Latina (Mendonça, 2010).

Na prática, os extensionistas atuavam como agentes da modernização, guiados por uma concepção ampla de desenvolvimento, na qual o Crédito Rural Supervisionado servia tanto à tecnificação da produção quanto à introdução de melhorias nos domicílios rurais (Schuh, 1976). Munidos de jipes, percorriam as propriedades realizando demonstrações técnicas com o uso de slides, filmes e folhetos, em um processo de convencimento sustentado na suposta superioridade do conhecimento científico sobre os saberes locais (Ricci, 2000). Os agricultores tradicionais eram frequentemente classificados como “atrasados” e instados a se adequar ao novo modelo produtivo, reforçando uma lógica de intervenção tecnocrática e hierarquizada (Queda & Szmerecsányi, 1973).

Esse modelo também consolidou uma divisão de papéis fortemente marcada por valores patriarcais. Aos homens cabia o aprendizado de práticas produtivas “modernas”, enquanto as mulheres eram destinadas a oficinas de economia doméstica, voltadas à higiene, alimentação e

conservação de alimentos (Fonseca, 1985). A família rural era idealizada como uma unidade nuclear, funcional tanto do ponto de vista produtivo quanto reprodutivo e moral, em consonância com a visão de comunidades homogêneas e estáveis, onde se ocultavam os conflitos e as desigualdades estruturais presentes no meio rural (Ammann, 1980).

Até meados da década de 1960, a atuação da extensão rural permaneceu alinhada a um projeto de modernização conservadora, promovendo mudanças pontuais e seletivas. Seu alcance restringia-se a famílias que aceitavam as tecnologias propostas, sem fomentar a compreensão crítica das causas estruturais da pobreza no campo. O conhecimento local era sistematicamente desvalorizado, enquanto a ação extensionista assumia um caráter instrumental e doutrinário, voltado à inserção econômica seletiva do meio rural nos moldes do capitalismo agrário dependente (Frank, 1980; Oliveira, 1999).

Embora tenha promovido certo grau de inovação técnica, essa primeira fase consolidou um modelo excludente e autoritário, que prepararia o terreno para o avanço da lógica tecnocrática que culminaria, nas décadas seguintes, com a criação de um sistema de difusão verticalizada de tecnologias que viabilizou a modernização em larga escala do setor agrícola brasileiro (Caporal, 2003).

DA MODERNIZAÇÃO SELETIVA À CRISE DO DIFUSIONISMO

Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro incorporou a extensão rural ao projeto conservador de modernização agrícola, alinhado à “Revolução Verde” (Martine, 1990). Em 1973, criou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para desenvolver e adaptar tecnologias tropicais, seguida, em 1975, pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), encarregada de disseminá-las e coordenar o crédito rural. Com isso, pesquisa, extensão e financiamento passaram a operar em conjunto para aumentar a produtividade e disseminar pacotes tecnológicos (Mussoi, 1985).

Nesse modelo, a extensão rural deixou de atender prioritariamente pequenos produtores e concentrou-se em médios e grandes produtores capazes de “responder” rapidamente aos pacotes tecnológicos (Rodrigues, 1997). O foco em monoculturas, irrigação e mecanização agrava desigualdades: terras arenosas e montanhosas foram deixadas de lado, enquanto regiões de várzea ou serras receberam pouco suporte. O Estado oferecia crédito subsidiado para tratores e sistemas de irrigação que só faziam sentido em grandes propriedades, contribuindo para aumentar a concentração fundiária (Martine, 1991).

A transferência linear de tecnologia — baseada na ideia de que o extensionista deveria aplicar uma única “fórmula” para todos os contextos — passou a revelar seus limites. Entre os principais efeitos observados estavam perdas econômicas em áreas com solos inadequados e degradação ambiental provocada pela mecanização e uso excessivo de agroquímicos (Graziano Neto, 1985).

A partir dos anos 1980, surgiram críticas que denunciavam o caráter reducionista do modelo difusionista, por ignorar as realidades locais, desconsiderar os saberes comunitários e reforçar relações hierárquicas entre técnicos e agricultores (Diesel; Dias, 1999). Experiências-piloto com sistemas agroflorestais em pequenas propriedades do Sul do Brasil, assim como programas de desenvolvimento comunitário no Nordeste, demonstraram o potencial de abordagens mais adaptadas a contextos específicos, mas foram prejudicadas pela descontinuidade institucional e escassez de recursos (Moreira & Carmo, 2004). Paralelamente, movimentos sociais do campo, sindicatos rurais e pesquisadores passaram a questionar o modelo hegemônico, convocando um necessário “repensar” da extensão rural (Pettan, 2010).

A EXTINÇÃO DA EMBRATER E A FRAGMENTAÇÃO DA ATER

A crise fiscal do Estado e a adoção de políticas neoliberais na década de 1990 resultaram na extinção da EMBRATER, como parte de um amplo processo de “enxugamento” da máquina pública (Pettan, 2010; Caporal, 2014). Sem a coordenação nacional, a responsabilidade pela ATER foi descentralizada para estados e municípios, muitos dos quais careciam de orçamento adequado e de equipes técnicas capacitadas para manter os serviços.

Como consequência, a ATER fragmentou-se em iniciativas pontuais. Organizações não governamentais (ONGs) passaram a desenvolver projetos voltados a públicos específicos, como os beneficiários da reforma agrária; sindicatos rurais passaram a oferecer assistência técnica esporádica; e empresas de insumos passaram a atuar com “consultores” que recomendam produtos, desconsiderando contextos sociais, ambientais e culturais (Mussoi, 2011).

Nesse contexto, o Sistema Nacional de ATER perdeu coesão, e as desigualdades regionais se aprofundaram. Agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade, além de povos indígenas e comunidades tradicionais, passaram a contar com ainda menos apoio institucional do que já dispunham (Diniz; Hespanhol, 2018). A União perdeu capacidade de indução estratégica, enquanto estados com maior capacidade fiscal, como São Paulo, conseguiram manter equipes técnicas mais estruturadas. Em contrapartida, muitos estados do

Norte e Nordeste assistiram à quase paralisação dos serviços de ATER (Peixoto, 2008; Diesel et al., 2015).

A CONSTRUÇÃO DA PNATER: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

No início dos anos 2000, o governo federal retomou o debate sobre o papel do Estado na assistência técnica e extensão rural (ATER), em diálogo com movimentos sociais e entidades representativas da agricultura familiar. Esse processo culminou, em 2004, com a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída por lei apenas em 2010 (Lei nº 12.188/2010). A proposta buscava substituir o modelo difusionista-hegemônico por um sistema público, gratuito e plural, fundamentado em princípios agroecológicos, na abordagem participativa e na gestão social da política pública (Caporal, 2014; Diesel et al., 2015).

A PNATER estabeleceu que as ações de extensão deveriam ter início com um diagnóstico participativo do território, reunindo agricultores, técnicos, gestores públicos e representantes de organizações locais para identificar demandas e potencialidades. A partir desse diagnóstico, propunha-se a promoção de práticas ecologicamente orientadas, como consórcios de culturas, manejo orgânico de pragas e recuperação de áreas degradadas. Além disso, a política valorizava os saberes locais, incentivando o intercâmbio de experiências entre agricultores tradicionais, quilombolas, indígenas e pesquisadores de instituições públicas (Caporal, 2003; 2006).

Para viabilizar essas diretrizes, foram lançados editais de financiamento para projetos estaduais de ATER, além da celebração de convênios com EMATERs e organizações não governamentais voltados à capacitação de agricultores e técnicos extensionistas. Também foram promovidos seminários de formação e nivelamento conceitual em todas as regiões do país. Universidades e unidades da EMBRAPA assumiram o papel de principais geradoras de conteúdo técnico-agroecológico, contribuindo para a formação de profissionais alinhados aos princípios da PNATER. As universidades, em especial, ficaram responsáveis pela oferta de cursos formais — como especializações e pós-graduações — e por programas de capacitação continuada. Parte desses processos formativos foi conduzida em diálogo com as comunidades, com o objetivo de preparar técnicos aptos a aplicar metodologias participativas e práticas agroecológicas (Pettan, 2010).

Contudo, a implementação da PNATER enfrentou entraves estruturais e conjunturais que se expressaram de várias maneiras. Alguns governos estaduais resistiram a descentralizar a

gestão ATER. Limitações estruturais e orçamentárias também impactaram negativamente na capacidade de atuação da extensão rural de acordo com a orientação dos princípios presentes na PNATER. Dois elementos foram decisivos neste caso: a impossibilidade de aumentar a abrangência dos serviços públicos e as limitações do corpo técnico das organizações de extensão rural, em sua maioria formados para atuar de acordo com os preceitos do modelo difusionista (Diesel et al., 2022).

Diniz e Hespanhol (2018) demonstram que a implementação da PNATER foi profundamente marcada por desigualdades regionais na distribuição dos recursos públicos destinados à assistência técnica e extensão rural. Segundo os dados apresentados, em 2013, o valor médio investido por família agricultora foi de apenas R\$ 302,00 ao ano – quantia considerada insuficiente para garantir ações continuadas e de qualidade. Além do volume reduzido, os recursos foram fortemente concentrados nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento de áreas historicamente mais vulneráveis, como o Semiárido Nordeste e a Amazônia Legal. Essa assimetria comprometeu a efetivação do princípio de equidade territorial previsto na PNATER e limitou significativamente o alcance de seus objetivos estratégicos, sobretudo no que diz respeito à promoção da agroecologia e à valorização dos saberes locais em territórios com maior vulnerabilidade socioeconômica.

A exigência de articulação institucional prevista na abordagem territorial revelou-se um dos principais desafios da PNATER. Em muitos municípios, faltou integração entre secretarias de agricultura, saúde e educação, o que inviabilizou a construção de políticas públicas de fato intersetoriais. Da mesma forma, os conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural, concebidos como instâncias de controle social e avaliação participativa, foram em grande parte subutilizados. Na prática, esses espaços tiveram pouca capacidade de influenciar os editais de seleção e os contratos de execução, limitando o potencial democrático e participativo da política (Caporal, 2014; Diniz; Hespanhol, 2018).

Sob essas condições, embora a PNATER tenha introduzido avanços conceituais – como o reconhecimento explícito dos direitos dos povos tradicionais à ATER e a previsão de participação de mulheres rurais e jovens em conselhos consultivos – na prática ficaram evidentes contradições entre discurso e realidade. Prevaleceu a lógica quantitativa, que não conferia devida importância ao apoio a processos complexos e demorados para alcançar resultados satisfatórios em termos econômicos e ambientais (Borsatto et al., 2022).

Em síntese, a PNATER representou um salto conceitual ao propor a transição agroecológica e estimular metodologias participativas, mas a falta de recursos humanos, as adesões parciais de estados, as desigualdades regionais e a burocracia de execução limitaram

sua eficácia (Diesel et al., 2015). Desenhou-se assim um quadro de alcance limitado das mudanças institucionais propostas pela política pública.

CONTRADIÇÕES ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: O DESCOMPASSO DA PNATER

Apesar da proposta inovadora de priorizar processos dialógicos e abordagens territoriais, na maior parte do país a extensão rural continuou operando sob um modelo prescritivo. A atuação seguia a lógica tradicional difusionista, com visitas técnicas individuais a famílias, sem promoção de ações coletivas ou educativas mais amplas. Nesse cenário, experiências com metodologias participativas e redes de inovação permaneceram restritas a contextos onde essas práticas já estavam consolidadas entre agricultores familiares e suas organizações (Petersen et al., 2013). Além disso, a pressão por resultados mensuráveis levou à priorização de metas quantitativas e indicadores de desempenho, em detrimento da construção de processos formativos mais consistentes (Diesel et al., 2022).

Segundo Diniz e Hespanhol (2018), a escassez de técnicos em número e qualificação foi um dos principais obstáculos à implementação dos princípios da PNATER. Embora a política exigisse práticas fundamentadas na agroecologia, metodologias participativas e enfoques territoriais, a maior parte dos profissionais em atuação apresentava formação tradicional, centrada em modelos tecnocráticos e difusionistas. A elevada relação entre o número de famílias atendidas e o número de técnicos dificultava o desenvolvimento de ações integradas, educativas e transformadoras. Além disso, muitos estados não promoveram capacitações continuadas nem exigiram formação específica nos editais de seleção, gerando um descompasso entre as diretrizes da política e a capacidade de atuação dos agentes de campo. Essa limitação comprometeu a efetividade da proposta de transição agroecológica e a valorização dos saberes locais.

Embora tenha sido formalmente reconhecida pela Lei nº 12.188/2010, a PNATER não chegou a ser plenamente institucionalizada como política de Estado. A ausência de uma estrutura robusta e estável de governança a tornou vulnerável a mudanças conjunturais e a disputas políticas internas ao governo e entre os entes federativos (Borsatto et al., 2022).

ANATER: REAFIRMAÇÃO DO DIFUSIONISMO SOB NOVA INSTITUCIONALIDADE

A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), por meio da Lei nº 12.897 de 2013, representou uma tentativa do governo federal de reorganizar e dinamizar o sistema nacional de ATER. A proposta inicial era ampliar a oferta de serviços e tornar os convênios e chamadas públicas mais ágeis. No entanto, esse processo foi conduzido com pouca participação dos movimentos sociais e organizações sindicais da agricultura familiar que historicamente contribuíram para a construção da PNATER (Caporal, 2014).

Na prática, a ANATER marcou uma inflexão na política de extensão rural brasileira. Segundo Thomson et al. (2017), embora a nova agência adotasse o discurso da modernização, ela passou a operar sob uma lógica gerencial, priorizando metas quantitativas, eficiência técnica e centralização das decisões. Essa mudança afastou-se dos princípios originais da PNATER, como a participação social, a valorização da agroecologia e a abordagem territorial, que buscavam promover uma extensão mais democrática e comprometida com o protagonismo dos agricultores.

Zarnott et al. (2017) destacam que a ANATER passou a priorizar o cumprimento de metas e resultados imediatos, alinhando-se a uma lógica empresarial. Nesse novo modelo, os processos educativos — que demandam tempo, escuta ativa e construção coletiva do conhecimento — foram substituídos por recomendações técnicas padronizadas e verticalizadas. A participação de agricultores e de suas organizações, elemento fundamental para uma ATER transformadora, foi significativamente reduzida nas normativas das chamadas públicas, evidenciando um retorno ao modelo tradicional de difusão de tecnologias.

Outro aspecto relevante foi o esvaziamento dos espaços de governança participativa. A ANATER concentrou o poder decisório na esfera federal, contribuindo para a enfraquecer o tema nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), que anteriormente atuavam na definição de prioridades territoriais (Zarnott et al., 2017). Essa centralização comprometeu a capacidade de adaptação das ações às especificidades locais e afastou os sujeitos do campo das instâncias de deliberação, reduzindo o potencial democrático da política de extensão (Diesel et al., 2022).

Na análise de Aguiar (2015), a criação da ANATER representou um retrocesso em relação aos avanços acumulados com a PNATER. Enquanto esta última foi construída com base no diálogo entre Estado e sociedade civil, incorporando princípios como a agroecologia, a participação social e a construção coletiva do conhecimento, a ANATER resgatou um modelo tecnocrático, orientado por metas e indicadores de produtividade. Para o autor, esse movimento ignorou a diversidade de sujeitos e territórios do campo brasileiro, limitando o potencial emancipador da política de ATER.

Por fim, o enfraquecimento da PNATER e a ascensão da ANATER devem ser compreendidos no contexto político pós-2016, marcado pelo desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A partir do golpe parlamentar, uma agenda mais conservadora passou a dominar as ações estatais, redirecionando a ATER para objetivos produtivistas e tecnocráticos. Nesse cenário, a ANATER consolidou-se como um instrumento de reafirmação do modelo tradicional de extensão, esvaziando os princípios de transformação social que orientaram a formulação da PNATER (Borsatto et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão rural no Brasil evoluiu em meio a intensas disputas políticas, econômicas e epistemológicas. Desde o modelo conservador de modernização seletiva até os esforços de construção de uma ATER plural e gratuita, a história dessa política pública revela avanços conceituais importantes, mas também limitações orçamentárias e institucionais recorrentes. A PNATER, ao propor a transição agroecológica e a participação social, representou um marco teórico, mas sua aplicação prática sofreu com a escassez de recursos humanos e financeiros, com resistências locais e com a permanência de abordagens prescritivas em muitos estados.

A criação da ANATER, a despeito de sua promessa de reorganizar o sistema, reforçou tendências conservadoras e produtivistas ao priorizar metas mensuráveis e ao desprezar metodologias participativas na execução de chamadas públicas. Com isso, o desafio de construir uma extensão rural verdadeiramente democrática, que una produção, justiça social e sustentabilidade ambiental, continua em aberto. Para tanto, é fundamental revisitar os instrumentos de ação pública, valorizar a formação crítica de agricultores e extensionistas e ampliar o protagonismo das comunidades rurais na definição e condução das políticas que lhes dizem respeito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. M. Paradoxo e implicações na criação da nova Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: um passo para trás? **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v.5, n.2, p. 301-311, 2015.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

BORSATTO, P. S.; THOMSON, C. R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo?. **Emancipação**, v. 22, p. 1-20, e2220283, 2022.

CAPORAL, F. R. O ensino da agroecologia e a formação de extensionistas para a transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.4, n.1, p. 13-25, 2003.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006. p. 3-34.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública agroecológica no Brasil. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v.11, n.1, p. 10-15, 2014.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.1, n.1, p. 9-24, 2007.

DIESEL, V.; DIAS, M. M. A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural. **Extensão Rural**, v.5, n.1, p. 31-45, 1999.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. PNATER (2004–2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 97-124.

DIESEL, V.; DIAS, M. M. NEUMANN, P. S. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v.7, e14800, 2022.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturando a ATER brasileira? Contribuições e limites da PNATER (2003–2016). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, n. 2, p. 345-372, 2018.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, v. 15, n. 4, p. 19-25, jul./ago. 1984.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINE, G. Trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n.23, p. 7–37, 1991.

MENDONÇA, S. R. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, v. 14, n. 2, p. 188–196, 2010.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, v.51, n.2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MUSSOI, E. M. Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar. **Revista Centro de Ciências Rurais**, v. 15, n. 1, p. 37-50, 1985.

MUSSOI, E. M. Política de Extensión rural agroecológica en Brasil: avances y desafios en la transición en las instituciones oficiales. 2011. **Tesis** (Post Doctorado en Extensión Agroecológica). Universidad Internacional de Andalucía, Córdoba, 2011.

OLIVEIRA, M. M. **A utopia extensionista: ensaios e notas**. Brasília: EMBRATER, 1999.
PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal – Consultoria Legislativa, 2008. (Textos para Discussão, n. 48).

PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013.

PETTAN, R. **A crise da EMBRATER e a construção participativa da PNATER**. Itajubá: Unifei, 2010. (Dissertação de Mestrado).

QUEDA, O.; SZMERECSÁNYI, I. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: SZMERECSÁNYI, I.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 93-121.

RICCI, R. Prefácio. Fases e faces do extensionismo mineiro. In: RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: CPP/EMATER, 2000. p. 9-12.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.14, n.1, p. 113-154, 1997.

SCHUH, G. E. O desenvolvimento da agricultura no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

SEIFFERT, R. Q. Guerra Fria e estratégias ideológico-sociais da extensão rural (1946-1963). **Boletim de Ciências Sociais**, n. 46, p. 5-28, jul./set. 1987.

THOMSON, C. M.; BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v.20, n.1, p. 70-92, 2017.

ZARNOTT, A. V. et al. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. **Revista da Faculdade de Agronomia (La Plata)**, v.116, n.3, p. 107-119, 2017.

CAPÍTULO 13

HIDRONEGÓCIOS, TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO: A LUTA DOS ATINGIDOS PELA UHE SINOP NA BACIA DO TELES PIRES EM MATO GROSSO

Ivan de Sousa Soares
Doi: 10.48209/978-65-5417-481-3

INTRODUÇÃO

O artigo examinou as mudanças na Bacia do Teles Pires, oriundas dos processos da expansão do setor elétrico no Norte de Mato Grosso e, por conseguinte, os impactos provocados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Sinop. Nesse processo, particularmente a Gleba Mercedes e o PDS 12 de outubro, ambos projetos oriundos da reforma agrária nos municípios de Sinop e Cláudia, foram os maiores atingidos.

Com a mudança do setor elétrico brasileiro, sob os desígnios da liturgia neoliberal, a Bacia do Teles Pires teve o processo de avaliação ambiental iniciado em 2006, conforme indicado no Plano Nacional de Energia 2030 (Brasil, 2007), assim como no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 (Brasil, 2006).

Assim, as rodadas de neoliberalização do setor possibilitaram gerar uma série de mecanismos para o incrustar de setores privados no mercado de energia, uma vez que a abertura dos leilões para a geração hidrelétrica na Bacia do Teles Pires permitiu a participação de grandes agentes globais de negócios vinculados ao par água-energia, sobretudo no caso da empresa pública francesa EDF S.A., a qual possui diferentes carteiras de investimentos nas áreas de produção energética, negócios de água/saneamento e serviços financeiros.

Na primeira parte do artigo, apresenta-se uma leitura dos diferentes momentos do setor elétrico brasileiro, tendo em vista a centralidade do Estado nas diferentes mediações, adotando a periodização de 1908 a 2022. Esse processo é necessário para compreender o setor elétrico brasileiro, os processos de regulamentação e como esses instrumentos implicaram novas dinâmicas no território, mormente nos últimos anos, sob o disciplinamento da cartilha neoliberal.

Após realizada a devida análise do contexto do setor elétrico brasileiro e suas mudanças, buscou-se apreender os processos localizados em relação à UHE Sinop e os sujeitos atingidos envolvidos na luta pela terra, destacando-se o protagonismo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-MT) e dos camponeses da Gleba Mercedes, atingidos pelo reservatório.

APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS: A SANHA DO CAPITAL PELO DOMÍNIO DA NATUREZA

Ao lado da histórica luta de classes que escancara os antagonismos nas disputas pela terra no Brasil, outro processo correlato revela-se nesse movimento conflitivo: uma longa história de apropriação privada da natureza, como bem caracteriza Galeano³⁷. Desse modo, a terra, para além de uma síntese e/ou representação do estatuto da propriedade privada (que também é), estaria inscrita no processo descrito por Ioris (2010) como um repositório de valores intrínsecos, com os quais o capital mobiliza tecnologia e trabalho para a sua transmutação em lucro.

Dito isso, parece-nos que, ao lado da luta pela posse/propriedade da terra, no interior desse antagonismo, evidenciam-se diferentes formas pelas quais os sujeitos constituem suas relações sociedade-natureza. Na medida em que prevalece o atual cenário de reprimarização da atividade econômica, os recursos territoriais têm sido incumbidos da “missão de equilíbrio” da balança comercial no atual padrão de reprodução do capital no Brasil, denotando importante mácula do padrão extrativista.

Nesse cenário de expropriação dos direitos de posse da terra de diferentes grupos sociais no Brasil, o crescimento do setor elétrico possui importante papel em amplos eventos de expropriação, mormente na emergência dos grandes projetos hidrelétricos, como parte do complexo processo de integração do território aos centros do capitalismo.

Primeiramente, é preciso enfatizar que os processos de expropriação e apropriação privada da natureza estão intimamente ligados à forma como o Estado operou a integração do território aos mercados mais longínquos, por meio da adesão às políticas de modernização. Assim, o espraiamento de infraestruturas assume papel fundamental em novas fricções dos espaços de fronteira, uma vez que, com essas políticas de modernização do território, criou-se

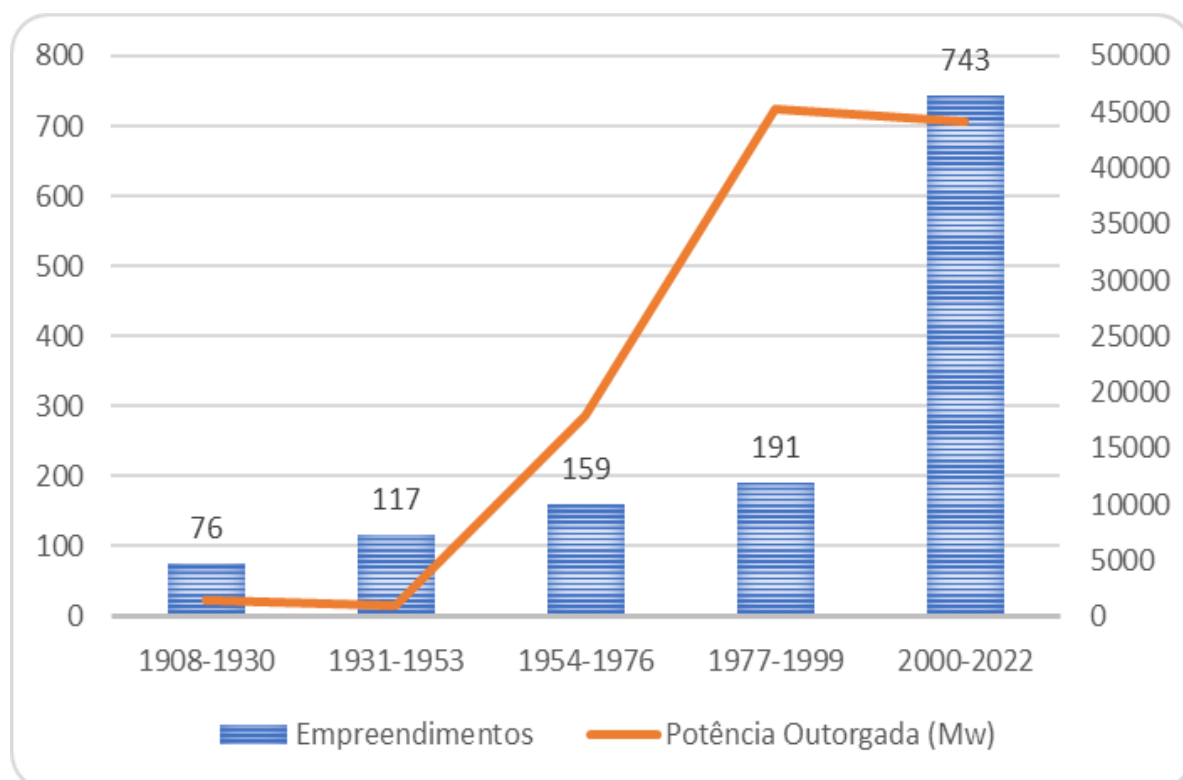
³⁷ Debate extraído do documentário “O veneno está na mesa”, quando o intelectual uruguaio indica que a história da América Latina é uma longa história de perda e pilhagem dos recursos da natureza.

ambiência favorável para a atração de capitais excedentes e, em consequência, para o provimento de novas situações de acumulação de capital.

Além disso, torna-se peremptório indicar que, embora exista desde o final do século XIX, foi no período militar que a expansão do setor elétrico brasileiro passou a expropriar, com maior avidez, camponeses, indígenas, ribeirinhos, pescadores e diferentes grupos sociais com a construção de grandes empreendimentos. Dessa situação de transmutação dos recursos territoriais em lucro, surgem novos sujeitos políticos no interior dessa contradição: os atingidos por barragens.

Nesses diferentes momentos da formação e estruturação do setor elétrico brasileiro, torna-se primordial discutir a figura central do Estado, pois os processos iniciados desde a década de 1920 até o período neoliberal deram maior poderio para atuação de diferentes agentes econômicos. Isso indica a existência de diferentes ancoragens institucionais na formatação desse setor.

Figura 1 - Incremento de estabelecimentos de geração hidrelétrica (1908-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, com dados da ANEEL (2022).

Diferentemente de outros momentos de avanços do setor sobre os recursos territoriais, embora as mudanças nas primeiras décadas do século XX sejam expressivas na perspectiva da gradativa integração da hinterlândia brasileira à região concentrada do país, o período de 1954 a 1976 (vide Figura 1) marca a fase mais aguda da apropriação dos recursos hídricos pelo setor. A partir desse período, intensificaram-se as grandes infraestruturas de geração, ou seja, os grandes projetos hidrelétricos de imensuráveis impactos sobre o território e sua gente.

Já no período de 1954 a 1976, observa-se uma abrupta mudança no perfil de produção de geração de energia de origem hidrelétrica, a qual tem uma intrínseca vinculação com a integração do território ao mercado, especialmente com a criação de ambiência para a entrada de grandes conglomerados da atividade industrial no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 1950, com o apelo nacionalista, e mesmo nos posteriores anos, com a abertura maciça da economia nacional aos “ventos” da indústria automobilística, há um aumento abrupto de energia produzida. Dessa maneira, a formação dos grandes complexos hidrelétricos faz suscitar uma nova lógica de aproveitamento máximo das bacias para a produção hidrelétrica, causando maiores impactos sobre os territórios, bem como gradativos processos de expropriação de populações.

Mediante as forças do capital, cristalizadas pelo crescimento econômico da indústria nacional, o incremento de potência em empreendimentos já construídos encontra posição de destaque no Plano de Metas do Governo Kubitschek (Brasil, 1958), sobretudo porque a mercadoria energética tornava-se sustentáculo do modelo de consumo energético estabelecido pelo padrão de reprodução do capital, corporificado pela industrialização brasileira.

Ao focalizar a constituição de complexos hidrelétricos, o Plano, em sua meta 01, previa a necessidade de aumento de 3.000 MW durante o período de 1960 a 1965, indicando que, de modo correlato às diferentes políticas de amparo à expansão do capital industrial, o setor elétrico brasileiro colocava-se como pilar fundamental na organização do território, notadamente orientada pelas dinâmicas de reprodução do capital.

Do mesmo modo, embora a centralidade estatal estivesse presente em todo o processo de domínio dos governos militares sobre o setor elétrico, não se pode negligenciar o fato de que essas infraestruturas, agora com agregação das áreas mais longínquas da hinterlândia brasileira, passam a corporificar condicionamentos do território aos desmandos do capital internacional, criando relações ambíguas entre os interesses estatais e a forma como o capital intervém nas políticas territoriais e de expansão das fronteiras.

No período de 1977 a 1999, instituiu-se, com relevo, o modelo dos grandes empreendimentos hidrelétricos, mormente para servir às atividades eletrointensivas (vide

Figura 1), ao passo que o Estado brasileiro se endividava por meio de vultosos empréstimos, entre os quais, a aquisição de petrodólares, segundo Rosa (2001).

Para entender o que se passou é preciso considerar que os dólares acumulados nos países exportadores de petróleo, chamados de “petrodólares”, logo migraram para os países desenvolvidos. Drenados pelo sistema financeiro mundial, passaram a se chamar “eurodólares”, sendo oferecidos a juros baixos a países como o Brasil. Os recursos oriundos da reciclagem dos petrodólares na década de 1970 não eram adequados a empreendimentos de longa maturação. Tinham prazo de cinco a sete anos, com juros variáveis, renováveis a cada seis meses no mercado internacional. Após o primeiro choque do petróleo, iniciamos o ano de 1974 com os juros internacionais girando em torno de 5% a 6%. Eles estavam em, no máximo, 8% no fim dessa década. Não contávamos com a política do novo governo americano que, para equilibrar o seu déficit, elevou suas taxas de juros para um pico superior a 20% na década de 1980 (Rosa, 2001, p. 111).

Instruída nos moldes do sistema financeiro destacado, inclusive com mecanismos de renúncia fiscal em prol da constituição de novos espaços para entrada de capitais, como ocorreu com a equalização tarifária de 1974, a crise se instaurou em função da discrepância entre o tempo de execução dos grandes projetos hidrelétricos e a sua lucratividade e o curto intervalo para o pagamento dos juros das dívidas contraídas para a sua construção.

Nesse período, houve um processo mais intenso da integração do território às dinâmicas da mundialização do capital. Esses grandes projetos se espalharam, não mais para atender somente às demandas do crescimento industrial da região concentrada, mas, agora, para constituição de outros objetos de integração (estradas) na exploração dos espaços de fronteira, como ocorreu com o Projeto Carajás, com a necessidade de novas infraestruturas de geração energética para o suprimento do setor mineral.

Nessa perspectiva, é importante destacar as mudanças operadas no interior do setor elétrico brasileiro sob as estratégias estatais, pois, com a abertura de novos processos para o ingresso de agentes econômicos estrangeiros consubstanciados em diferentes políticas de desenvolvimento regional, além do gradativo processo de transformação dos recursos territoriais em lucro, evidencia-se, ao lado de outros problemas agrários, a intensificação dos processos de expropriação de populações posseiras, ribeirinhas e camponesas, como característica sintomática da expansão desses empreendimentos.

Dessa maneira, a emergência desses grandes projetos hidrelétricos, em consonância com outras infraestruturas de dinamização da fronteira, cumpre o papel de reorganizar o território às lógicas da reprodução do capital, orientados por perspectivas mais amplas de integração ao capitalismo globalizado.

GRANDES PROJETOS DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA E PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DE DIFERENTES POPULAÇÕES

Diante do histórico cenário de luta pela terra, não se pode negligenciar o fato de que os atingidos e/ou afetados por barragens no Brasil majoritariamente são formados de populações camponesas, indígenas, posseiras, entre outras, as quais historicamente vivenciam e carregam em suas trajetórias diferentes etapas no processo de luta pela permanência. Desse modo, no interior dos processos de pressão sobre os espaços de fronteira, a expansão do setor elétrico brasileiro, com a construção das grandes obras hidrelétricas, mormente na hinterlândia brasileira, torna-se mais um risco de expropriação no rol de ameaças sofridas por essas populações, sob diferentes condições de vulnerabilidade em relação à posse da terra.

Isso posto, em consonância com uma agenda de (des)envolvimento bem definida, o Estado, em sua missão de reorganização do território para os interesses do capital, assume o protagonismo na expropriação dessas populações para legitimação dos grandes projetos hidrelétricos. Nesse sentido, os exemplos do engendramento dos processos de expropriação no Brasil, a partir da adoção de suntuosas usinas hidrelétricas, são inúmeros. Como infraestrutura complementar às atividades de extração mineral do Projeto Grande Carajás e mesmo como obra para a integração e o suprimento energético da Região Norte, a UHE Tucuruí, unidade geradora com potência de 8.370 MW, é um dos exemplos de expropriação de populações autóctones de suas terras.

Além de inúmeras situações de expropriação de terras e, por conseguinte, das condições materiais/imateriais de reprodução social dessas populações, o setor elétrico brasileiro destaca-se por diferentes episódios de desorganização dos territórios, propiciados pela expansão dos grandes projetos para viabilização da geração elétrica. Nesse rol dos grandes projetos oriundos do período desenvolvimentista brasileiro, a UHE Tucuruí e a UHE Binacional de Itaipu (14.000 MW) apresentam-se como importantes cristalizações desse período, ao passo que indicam, no decorrer do uso específico do território, diferentes impactos nas áreas de formação dos reservatórios.

Nessa perspectiva, a maturação do debate político acerca dos atingidos/afetados pelos grandes projetos de produção hidrelétrica deu-se em função de diferentes experiências no âmbito da formação dos novos movimentos sociais e, por conseguinte, na elaboração de estratégias de resistência, desde mobilizações contra a expropriação das populações das áreas de abrangência da criação dos reservatórios das UHEs a questionamentos no que diz respeito

às diferentes compreensões sobre os sujeitos atingidos e os seus direitos às medidas compensatórias pelas terras atingidas por esses empreendimentos.

Posto isso, como as próprias mudanças operadas no nexo Estado-capital, sobretudo no que concerne ao papel do projeto neoliberal que atravessa as relações Estado-sociedade nas últimas três décadas, esses movimentos sociais realocaram também as suas estratégias em função das novas demandas orientadas pelo descrito nexo. Como exemplo desse antagonismo entre as populações e o apelo ao “bem comum” da produção hidrelétrica no Brasil, os escritos e as fontes orais dos atingidos pela construção da UHE Tucuruí (PA) são fundamentais, na medida em que demonstram a compreensão orgânica daqueles que estão imersos no epicentro do conflito.

Eu acho que o desenvolvimento pra nós era muito importante, do tipo... que a gente tava na transamazônica velha, saísse a barragem, ninguém fosse deslocado, nós tinha nossa lavoura, nós tem nossos plantio, como qualquer cidadão levar para ir buscar manga, laranja nessa época, buscar tudo! Mas aí, o que adianta um desenvolvimento desse, dessa barragem, nós de entocando dentro da mata, os filhos morrendo de febre né, então pra nós não existe desenvolvimento não, porque vem o desenvolvimento e enrola nós todo, e por causa de uma empresa, de um órgão desse que eles estão fazendo aí, num é que eles vão deixar de trabalhar por causa de 200 colônias [...] O desenvolvimento é alegria para muitos e tristeza pra maioria, e é certo, porque o desenvolvimento pra é rico, pra quem é pobre, tamo tudo lascado aqui (O Rio [...], 1984, 10 min 44 s).

Essa fonte historiográfica mostra que, a pretexto de criar uma melhor ambiência à acomodação, a fim de tornar possível uma maior capilaridade do capital na Região Amazônica, ao lado de outros projetos de infraestrutura logística, o Estado não demorou a criar condições concretas de expropriação dessas populações, orientadas pelos fluxos migratórios estimulados pela construção da Transamazônica, culminando em impactos socioambientais na região, em função da magnitude e abrangência do reservatório formado com a construção da UHE Tucuruí.

Com esses processos mais pretéritos em relação à construção de grandes projetos de geração hidrelétrica, tornou-se prática comum, nos eventos de expropriação, o não reconhecimento territorial dessas populações por parte dos empreendimentos, haja vista, no caso amazônico, a própria problemática jurídica de titulação das terras dos posseiros, bem como a subnotificação em relação ao quantitativo de grupos sociais atingidos nessas áreas.

Assim, ensejam-se, a partir desses mecanismos de expropriação dos camponeses nesses espaços de expansão da fronteira do capital, diferentes estratégias e ensinamentos para os novos movimentos sociais de luta pela terra/água que viriam depois, no arrolar das políticas neoliberais.

Com o engendramento das estratégias criadas pelo Estado brasileiro para negligenciar o número de famílias atingidas, bem como os impactos socioambientais dessa grande área, esses grupos sociais desenvolveram novas estratégias e articulações em torno da luta pelo direito à terra e à água. Desse modo, novas relações de coletividade foram forjadas mediante a intensificação do uso corporativo do território e do esforço descomunal do Estado em prover novos espaços de acumulação de capital.

Sobre a dimensão do conflito e os seus elementos constitutivos, Maria Helena Lacerda Oliveira, atingida pelas barragens da UHE Tucuruí, narra sua experiência por meio da literatura de cordel:

O povo de Itupiranga Breu branco e repartimento. Por causa dessa barragem, começou o sofrimento. Aí todos se uniram, pra fazer o acampamento. No primeiro acampamento, a Eletronorte viu. Que o negócio piorou, porque o povo se uniu depois ficaram contentes, que uma parte desistiu, mas de nada adiantou, e a luta foi em frente. Todos estavam zangados, por tanto enrolarem a gente, então todos animados, com a comissão de frente. [...] Aí teve um ato público, vinte e nove de janeiro na casa paroquial fizeram um zuadeiro, porém todos se molharam que choveu o dia inteiro. Aí só teve promessa, mas nenhuma se cumpriu, fizeram reuniões e o povo se uniu em frente ao SPI, a barulhada tiniu (Memória dos atingidos de Tucuruí, 2016).

Veja-se que, à medida que o Estado atuava para fomentar a apropriação privada desses recursos territoriais, por meio da construção desse grande projeto hidrelétrico imbricado sob as dinâmicas de atuação sobre a fronteira, gradativamente formava-se a consciência de classe dessas populações camponesas, as quais, em suas lutas contra a atuação do Estado, vislumbram a condição de atingidos, o que depois culminou em importante categoria e/ou sujeito político, como resultado da luta contra a expropriação promovida pelo setor elétrico brasileiro.

Acerca das estratégias de reivindicação das famílias atingidas pelo enchimento do reservatório de Tucuruí, Liberatori (2018, p. 71) aponta haver, como processo inicial de resistência, o suscitar da memória política, uma identidade e um passado em comum, a partir dos quais se reconhecem como atingidos, para além da materialidade dos deslocamentos. Essa identidade em comum se estabelecia pelos processos migratórios da região, demonstrados em mais ocasiões em que o Estado negligenciara essas populações em relações às suas condições materiais precarizadas nessa situação de fronteira. Segundo Liberatori (2018), essa luta política dos atingidos culminou, posteriormente, no desenvolvimento de diferentes estratégias de resistência, nas quais mostram-se evidentes o amadurecimento político e a criação de algo novo, mediante anos de protagonismo do Estado em desfavor da classe trabalhadora.

Do mesmo modo, o grande projeto de construção da UHE Itaipu Binacional, com 14.000 MW e obras iniciadas em outubro de 1982, emerge como mais um exemplo do caráter

expropriatório dessa tipologia de infraestrutura. A política nacional do setor baliza-se na perspectiva de avanço das lógicas do capital sobre a reorganização do território, no intento de criar condições mais “palatáveis” para a integração ao sistema do capital. O Estado, no modelo desenvolvimentista, passa então a figurar como principal ente nos diferentes processos de expropriação das populações camponesas/ribeirinhas.

Desse modo, tendo a energia como importante *commodity* do atual modo de produção, o projeto de Itaipu indica uma face geopolítica, pois, ao lado das aspirações de integração e modernização do território em razão da recepção de capitais excedentes da época, erige-se a dimensão da soberania energética perante os países do Cone Sul.

Conforme Germani (2003), a importância da construção dessa grande infraestrutura do setor elétrico brasileiro não se adjetiva somente por seu caráter megalomaniaco e, por consequência, pelas escalas dos seus efeitos, mas também se marca pela capacidade de organização política das populações atingidas, culminando em novas estratégias e iniciativas, as quais influenciaram marcadamente os novos movimentos sociais. Dito isso, Germani (2003) ressalta que esse processo macro de expropriação de populações atingidas suscita novos questionamentos direcionados ao Estado, partindo da compreensão do papel deste na criação de condições para a perenização da acumulação de capital.

Não por acaso, o conflito de Itaipu nasceu em um contexto caracterizado por diferentes episódios de conflitos pela terra no Brasil, fazendo com que novas estratégias fossem demarcadas pela organização política dessas populações, portanto, como conflagração das relações capitalistas nos campos e as suas contradições no interior da luta de classes.

Como em projetos anteriores que demarcavam a modernização do território, segundo Germani (2003), foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que o projeto de Itaipu recebeu as primeiras dotações orçamentárias para os primeiros levantamentos de potencial de geração hidrelétrica, caracterizando um período de altos investimentos públicos na criação de infraestruturas, em colaboração com a dinâmica de recepção de capital excedente no país.

Desse modo, os processos de integração e modernização do território, via criação de grandes infraestruturas do setor elétrico brasileiro, constituíram-se às custas de agudos episódios de expropriação de populações camponesas de suas terras, em prol da necessidade estatal em criar condições estruturais para a territorialização do capital, em um contexto deliberado de caracterização da dependência econômica e de adoção dos primeiros traços da agenda neoliberal.

O COMPLEXO TELES PIRES, OS ATINGIDOS E A SANHA NEOLIBERAL PELAS RESERVAS DE QUILOWATTS NO NORTE DE MATO GROSSO: A UHE SINOP

Dado o histórico da estruturação do setor elétrico brasileiro, atravessado por diferentes processos encarnados na relação Estado-capital, como engendramento da crise do setor evidenciada no começo da década de 2000, a constituição do Complexo Teles Pires resulta de um modelo de privatização a conta-gotas, ou melhor, das rodadas de neoliberalização do setor elétrico brasileiro, conforme Werner (2019). A emergência do modelo de parceria público-privada nos primeiros anos dessa década permitiu relações cada vez mais entrelaçadas entre o Estado e as dinâmicas globais de reprodução e acumulação de capital.

Nessa esteira da reestruturação estatal na criação de condições favoráveis para essa parceria, não se pode negligenciar o papel do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como importante signatário dessa agenda de aliança Estado-capital. Dito isso, com o levantamento sistemático realizado durante o período militar e nos primeiros anos de adoção das medidas neoliberais, novos mananciais e áreas de potenciais hidrelétricos, com a abertura do mercado livre de energia, despertam-se novos elementos para acumulação de capital, agora sintetizada na possibilidade da descrita parceria.

Nessa esteira de expansão do setor elétrico brasileiro, cabe ressaltar que o Complexo Teles Pires conta atualmente com quatro grandes empreendimentos de geração, os quais somam 3.257,42 MW de potência instalada. Esses empreendimentos hidrelétricos, além de se constituírem infraestruturas oriundas da política estrutural do PAC, emergem como resultado de levantamentos sistemáticos realizados outrora por parte do Estado, como condição das mudanças estruturais e de governança (neoliberal) adotadas no setor elétrico brasileiro, pensadas como processo preparatório para a constituição do mercado de energia livre disciplinado por agências reguladoras.

Embora os levantamentos dos potenciais hidrelétricos da Bacia do Teles Pires remetam ao período militar e, em alguns pontos, ao início dos anos 2000, efetivamente, os projetos de licenciamento ambiental desse complexo iniciaram-se em 2010. Por óbvio, cada empreendimento nesse processo guarda especificidades quanto aos conflitos localizados ao longo dessa bacia hidrográfica.

Desse modo, com as primeiras movimentações em relação à implantação dos empreendimentos na bacia, as mobilizações fomentadas pelo MAB-MT, em articulação com

universidades públicas da região, associação de pescadores e movimento indígena da região do Baixo Teles Pires, estabelecem importante debate político acerca da necessidade de expansão do setor elétrico na região e seus impactos sobre os territórios dessas populações.

Nesse sentido, a concentração do debate no município de Sinop foi de extrema relevância, sobretudo em razão da construção do empreendimento UHE Sinop e pela possibilidade de acesso desses grupos sociais, para a execução de diferentes eventos (seminários e atos públicos), assim como acesso a importantes órgãos de Estado (Ministério Público e Justiça Federal) para delineamento de estratégias de luta contra a expansão dos hidronegócios.

Dito dessa maneira, um dos impactos imediatos da implantação da UHE Sinop foi a mobilização de diferentes sujeitos para a elaboração de articulações e estratégias de resistência, frente às medidas impreteríveis do setor elétrico brasileiro. Formou-se, desse modo, o Fórum Teles Pires, como síntese dos diferentes anseios dessas organizações envolvidas.

No caso da construção da UHE Sinop e dos processos jurídicos que envolvem a construção do empreendimento, iniciou-se um primeiro conflito contra o Estado no sentido de garantir o reconhecimento do PDS 12 de outubro nos primeiros Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) promovidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para tanto, o Coletivo Fórum Teles, no ano de 2013, promoveu uma expedição para percorrer o afluente Rio Panorama, para que tanto os camponeses ameaçados quanto a população da região pudessem ter contato com o debate sobre os riscos da construção desse empreendimento e as escalas de impacto em termos de território afetado. Com a pressão dos movimentos sociais, o reconhecimento do PDS 12 de outubro nos EIAs fazia-se urgente, em razão do processo célere, no escopo da EPE, para a liberação de outras etapas dos estudos ambientais.

Dessa maneira, após diferentes intervenções do Fórum Teles Pires, abriu-se a necessidade de promoção de audiência pública. Com a participação da representação da EPE nessa audiência pública, em um primeiro momento, não houve grandes avanços por parte da empresa em promover processos para a garantia de reconhecimento e inserção do PDS 12 de outubro nos documentos públicos que serviriam, naquele momento, para a efetivação do leilão desse potencial hidrelétrico.

Nesse sentido, o depoimento de um membro do coletivo Fórum Teles Pires ilustra os tensionamentos, mediante a morosidade do Estado brasileiro em reconhecer formalmente as famílias do PDS 12 de outubro, por meio de emissão de titulação das terras. Desse modo, esse depoimento mostra-se sintomático do descaso da empresa estatal, uma vez que havia tendência em transferir a responsabilidade de reconhecimento dessa comunidade para o empreendedor,

nesse caso, a empresa contemplada no leilão A-5, viabilizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Naquela reunião, mais de uma vez a EPE disse que o problema passaria ser do empreendedor. Ele se negou a atender a principal reivindicação da comunidade 12 de outubro, que era a necessidade de fazer o cadastro socioeconômico que está estabelecido desde o ano 2010. Então é uma responsabilidade a menos que a EPE está assumindo. Parece que é mais fácil pra EPE empurrar o problema para o empreendedor, só que não existe nenhuma prova, de que o empreendedor vai fazer isso, vai assumir, vai mitigar e compensar os impactos que eles vão gerar na comunidade 12 de outubro (FOREST CRIAÇÕES)³⁸

Diante da negligência no reconhecimento das famílias do PDS 12 de outubro nos documentos de licenciamento ambiental no projeto da UHE Sinop, em razão do avançado encaminhamento dos processos dos outros empreendimentos da Bacia do Teles Pires, o Fórum Teles Pires instrumentaliza-se como importante espaço de luta e resistência contra a sanha do capital com propósito de expansão de projetos de geração hidrelétrica, tanto na sub-bacia do Teles Pires quanto em áreas setentrionais da mesobacia do Tapajós.

Em suma, essa soma de diferentes sujeitos foi estabelecendo importante capilaridade política no território. Esse coletivo, portanto, assume papel fundamental na organização da luta na região, pois buscou agregar diferentes pautas e a diversidade de populações atingidas por essa construção, ao atuar na escala geográfica da bacia hidrográfica e em outras instâncias do debate político dos sujeitos atingidos.

Com a expansão massiva desses empreendimentos, para compreender os possíveis problemas da combinação entre grandes e pequenos estabelecimentos de geração energética, é preciso considerar que os impactos gerados em curto, médio e longo prazos passam impreterivelmente pela compreensão dos efeitos sinérgicos dessas tipologias de empreendimentos.

A mobilização política desses grupos sociais, principalmente buscando interagir no debate sobre os efeitos da criação do Complexo Teles Pires, por meio da formação do coletivo Fórum Teles Pires, oferece ferramentas válidas para a resistência em diferentes esferas dos conflitos, seja frente ao papel do Estado como facilitador da territorialização do capital, seja diretamente contra as empresas com as suas práticas de expropriação e violação dos direitos dos atingidos.

³⁸ Depoimento de João Andrade, membro do Fórum Teles Pires e Coordenador de defesa socioambiental do ICV. (FOREST CRIAÇÕES)

Em novembro de 2010, cerca de 350 pessoas protestaram pelas ruas do município de Sinop, em Mato Grosso, para buscar impedir a morte do rio Teles Pires. Este foi o primeiro ato público do Fórum Teles Pires, que nasceu depois da realização de um seminário chamado “Amazônia em Debate: Compromissos das Universidade Públicas e Movimentos Sociais”, realizado naquele município entre os dias 10 e 12 de novembro. A criação do Fórum foi feita para articular as mobilizações sociais de movimentos, sindicatos, associações, universidades, instituições, coletivos e pessoas contra a construção do complexo de hidrelétricas previstas para o rio Teles Pires (Teles Pires Resiste, 2010).

Segundo dados do Fórum Teles Pires, o coletivo de luta contra a expansão desses empreendimentos agregou 21 organizações mobilizadas, tendo o Movimento dos Atingidos por Barragens de Mato Grosso (MAB-MT) como articulador central do processo, diante do perigo iminente da construção de grandes projetos hidrelétricos no Complexo Teles Pires/Tapajós, assim como daqueles de menores potências instaladas, como as PCHs e CGHs.

No engendramento da construção da UHE, mas também no decorrer dos processos de licenciamento ambiental dos outros empreendimentos, além das mobilizações e encontros sediados em grande parte no município de Sinop, outras estratégias foram utilizadas na tentativa de embargar as obras. Nesse sentido, a inclusão dos Ministérios Públicos estaduais e federais como instâncias para denúncia de inúmeras situações irregulares foi de extrema relevância para os movimentos sociais.

Nesse sentido, a UHE Sinop e os demais empreendimentos da Bacia do Teles Pires foram alvos de diferentes Ações Cíveis Públicas (ACPs), dentre as quais, aquela que questiona a competência da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA-MT) em analisar e aprovar projetos em áreas com impactos sobre terras indígenas. Do mesmo modo, diferentes lacunas foram encontradas no documento de aprovação pelo órgão estatal, conforme documentação do Ministério Público.

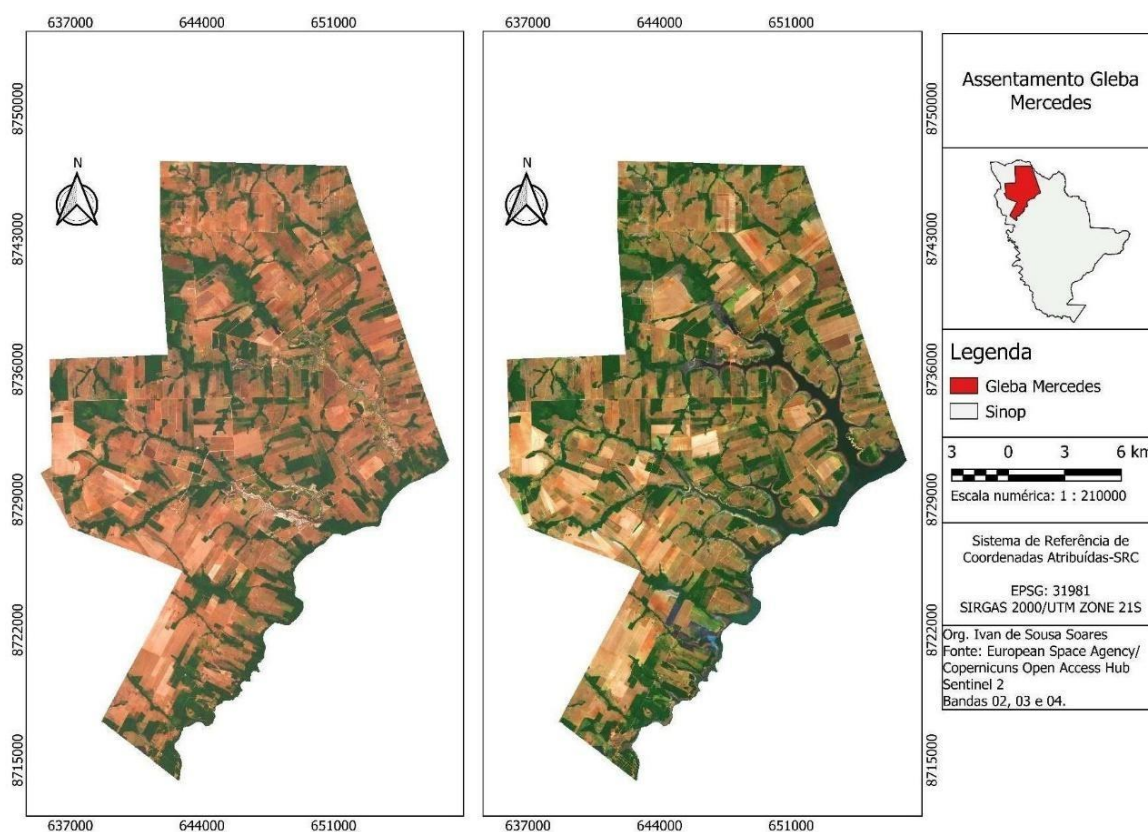
A representante do Ministério Público destaca ainda que, apesar de ter sido tratada como espelho d'água pela EPE, a usina hidrelétrica possui reservatório, o que causará consequências no regime hidrológico do Rio Teles Pires. O referido problema, segundo ela, não foi considerado no EIA/RIMA. Estes vícios, dentre outros, acarretam a absoluta imprestabilidade do estudo e, de consequência, do próprio licenciamento e de eventuais licenças a serem expedidas, afirmou Ility³⁹. A promotora de Justiça acrescentou ainda que o processo de licenciamento ambiental em questão é omissivo quanto à realização dos estudos de usos múltiplos, utilização racional e integrado das águas do Rio Teles Pires, em dissonância à Lei nº 9.433/97 e Lei nº 9.984/2000. A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe sobre a obrigatoriedade de, salvo absoluta impossibilidade, que deve ser comprovada tecnicamente, viabilizar-se este uso múltiplo dos recursos hídricos, necessário para a outorga do uso das águas, disse (Goreth, 2011).

³⁹ A referência é à promotora do Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPE-MT), Audrey Thomaz Ility, que trabalhava na comarca de Sinop durante o período das mobilizações dos atingidos.

O processo que precede a construção da UHE Sinop, com o apontamento de diferentes irregularidades nos procedimentos preparatórios de construção dessa infraestrutura, conforme indicado, tem a sua continuidade no período posterior com a detecção de mortandade de peixe. Assim, corporifica-se o conflito, por meio da disputa em torno das indenizações pagas às famílias atingidas na Gleba Mercedes, no município de Sinop.

Cabe destacar que o descrito empreendimento de geração hidrelétrica foi construído no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo estabelecido por meio da parceria público-privada, na qual se engendrou uma relação entre as empresas Électricité de France (EDF S.A.) (com participação de 51%), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) (com participação de 24,5%) e Eletronorte (com participação de 24,5%).

Figura 2 - Área atingida do assentamento Gleba Mercedes em Sinop-MT



Fonte: elaborado pelo autor, com dados da Agência Espacial Europeia (2022).

Como em diferentes casos na histórica expansão dos grandes hidrelétricos no Brasil, enfrenta-se a problemática da falta de reconhecimento das famílias atingidas ou, quando ocorre a descrita situação, há uma tendência de desvalorização do valor real das terras, seja porque trata-se de terras ainda sem titulação definitiva no caso de assentamentos rurais, seja porque a Declaração de Utilidade Pública (DUT), de algum modo, com o discurso do uso comum da

energia elétrica, promove uma maior legitimidade aos empreendedores ao se constituir instrumento fundamental para a desapropriação dessas famílias.

Com um total de 214 famílias atingidas diretamente com a perda de diferentes porções de suas terras, após as mudanças estabelecidas pelo enchimento do reservatório e pela operação da UHE Sinop, o conflito atualmente tem sido permeado pela disputa em relação aos valores das indenizações e à revisão dos valores pagos inicialmente.

Esses sujeitos, juntamente com a assessoria do MAB-MT têm considerado os valores oferecidos insuficientes em relação ao valor da terra na região, que, em razão do processo histórico de expansão da agricultura empresarial, tem tido, nos últimos anos, grande valorização no mercado. Desse modo, por meio de ACP e posterior solicitação de laudo sobre a situação de dissonância em relação ao preço da terra nua, foram encontradas substanciais contradições na precificação e oferta de indenizações por parte da UHE Sinop.

Dito isso, os levantamentos amostrais realizados pela perícia judicial, na perspectiva de subsidiar o processo, foram realizados a partir de intensivo levantamento do preço da terra na região, discorrendo sobre as condições do mercado e das características naturais que caracterizam essas propriedades, tais como distância da sede do município, condições das estradas de acessos, condições naturais/biogeográficas e caracterização pedológica, como variáveis de mensuração do preço da terra. O documento determinou pelo menos três periodizações de análise amostral dos valores da terra na região, buscando exemplificar a diversidade de condições da terra nua.

Sendo assim, diante do conflito entre a UHE Sinop e os atingidos do P.A. Wesley Manoel dos Santos, pelo menos três perícias foram realizadas no sentido de mensurar e direcionar os pagamentos de valores das indenizações para os atingidos, a saber: Elementos de Pesquisa 2017/2018, Elementos de pesquisa dos últimos 5 anos e Elementos de pesquisa em 2022, conforme relatório- laudo realizado por Silva (2022).

Realizando o levantamento de terras em negociação na região, assim como de propriedades à venda nas proximidades do assentamento Wesley Manoel dos Santos, verificou-se, no laudo, em comparação entre o primeiro levantamento de 2017/2018 e o último, de 2022, uma diferença de 265% na média do preço da terra nua nesse intervalo. Dessa maneira, evidenciaram-se inconsistências entre os valores desejados pela Companhia Energética de Sinop S.A- CES⁴⁰ e os valores reais do mercado de terras da região.

⁴⁰ Subsidiária brasileira criada pela *Électricité de France* (EDF).

Na assembleia realizada na comunidade da igreja católica Nossa Senhora da Salette (vide Figura 3), que notabiliza-se como importante espaço de organização e ação política coletiva dos atingidos, em participação no trabalho de campo, foi possível verificar, nas falas, que não se trata apenas de um espaço de discussão de defesa dos direitos dos atingidos e/ou de uma questão estritamente jurídica-patrimonial, mas de valorização da organização popular como premissa central na constituição de estratégias de resistência, sobretudo quando se busca utilizar os próprios mecanismos jurídicos do Estado, como a ACP, para a defesa coletiva dos direitos dos atingidos. Também se estrutura a luta em outras frentes de atuação diante do poderio jurídico-econômico dessa grande empresa estatal francesa, a *Électricité de France* (EDF).

Figura 3 - Assembleia para informes sobre ACP na Gleba Mercedes



Fonte: Soares; MAB (25/03/2023).

Com relação às terras atingidas pelo empreendimento, da área homologada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pertencente ao P.A. Wesley Manoel dos Santos, ou seja, 38.274,6250 ha, o processo de enchimento do reservatório da UHE Sinop impactou 4.843 ha do assentamento, representando 15% do total.

Diante do quadro de desterritorialização e expropriação dos atingidos, segundo Silva (2022), do total de 214 áreas atingidas, foi possível encontrar quatro situações nas quais os camponeses tiveram os lotes atingidos integralmente, provocando diferentes situações de desagregação dos laços existentes entre essa população. Isso significa que o processo de desterritorialização dos atingidos não se ampara apenas em fatores de ordem econômica, ligados

à riqueza gerada a partir do domínio das terras, mas também incide nas próprias relações e nos laços internos do assentamento, assim como interfere nas relações familiares dos sujeitos e/ou na desagregação das relações antes existentes.

Esses processos são de extrema importância para conceber o território em sua condição integradora, na medida em que o conflito passa necessariamente pelas condições materiais-imateriais das territorialidades, pois emerge também a expropriação, tendo como resultado a desagregação das relações de pertencimento. Nesse caso, reforça-se a necessária tríade terra-território-água.

CONCLUSÃO

A expansão do setor elétrico brasileiro, por meio da exploração de novos mananciais de potencial hidrelétrico, tem indicado novas estratégias do capital no estabelecimento de novos veios para acumulação, envolvendo o Estado e o território nos ajustes da liturgia neoliberal. Nesse sentido, a abundância de recursos hídricos, mormente na mesobacia do Tapajós, com protagonismo do Estado como ente facilitador no atual estágio de entranhamento das políticas neoliberais, tem atraído diferentes agentes econômicos nesse processo de exploração dos recursos territoriais e a sua transmutação em dinheiro global.

Com essa dinâmica atual do setor inserido na perspectiva de parceria público-privada, como importante *commodity*, a produção energética tem servido, em muitos casos, a partir de determinados ajustes territoriais, para recepção de capitais excedentes, por meio do protagonismo de grandes fundos investidores nas composições acionárias de empresas globais de energia-água.

Essa relação tem se disciplinado por meio da financeirização como padrão de geração de riqueza, uma vez que, embora o aumento da produção energética tenha se colocado como algo urgente em relação ao crescimento das demandas, essa caracterização do setor, ao lado das políticas de neoliberalização, tem criado terreno fértil para a ávida atuação de setores financeirizados.

Com relação às práticas e aos processos de expropriação, assim como no período desenvolvimentista dos governos militares com os grandes projetos hidrelétricos, os processos operados na Bacia do Teles Pires sob a batuta neoliberal têm indicado a manutenção de determinadas situações de invisibilidade das populações atingidas, seja pelo não reconhecimento das especificidades desses grupos sociais em seus usos do território, como ocorreu na implantação de outros empreendimentos na região do Baixo Teles Pires, com o

negligenciar de espaços sagrados na terra indígena Kaiaby, seja pela subvalorização das terras dos camponeses da Gleba Mercedes, como estratégia para violação dos direitos desses atingidos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA - ESA. **Sentinel Hub**, 2018. disponível em: <https://services.sentinel-hub.com/>. acesso em: 09 dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **Banco de dados de Geração elétrica no Brasil**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWVjYjQ0OGYyYjQ0YWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYjY0NDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSI6ImMiOjR9>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. Plano Nacional de Energia 2030. Rio de Janeiro: EPE, 2007. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/Relat%C3%B3rio%20final%20PNE%202030.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia – MME; Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015. Ano 2006. Brasília: MME; EPE, 2006. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Decenal-de-Expansao-de-Energia-2015>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. SPI Biblioteca Digital do Desenvolvimento. Brasília, 1958. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>. Acesso em: 5 jul. 2022.

EDF BRASIL; SINOP ENERGIA. Relação de investidores da UHE-CES. Sinop Energia, Sinop, 2013. Disponível em: <https://www.sinopenergia.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOREST CRIAÇÕES. UHE Sinop X Assentamento 12 de outubro (Fórum Teles Pires). Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wmwp22Lr6-Q>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GERMANI, G. I. Expropriados Terra e Água. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

GORETH, C. Laudos de professores da UFMT levam Ministério Público a requerer anulação de EIA/RIMA. Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 3 ago. 2011. Disponível em: <https://www.mpmpt.mp.br/conteudo/58/53805/laudos-de-professores-da-ufmt-levam-ministerio-publico-a-requerer-anulacao-de-eiarima>. Acesso em: 25 out. 2021.

IORIS, A. A. R. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. de (org.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 211-266.

LIBERATORI, L. C. J. A memória em disputa: as lutas dos atingidos pela UHE de Tucuruí. Diferentes temporalidades de um grande projeto. 2018. 181 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O rio morreu di nós. Direção: Patrick Pardini. Produção: Patrick Pardini. Youtube, 1 fev. 2019. 32 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EBuzVKcUOhI>. Acesso em: 3 jan. 2023.

OLIVEIRA, M. H. L. Expropriados: a história de um povo sofrido. Memória dos atingidos de Tucuruí, 2016. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/expropriados-a-historia-de-um-povo-sofrido/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

O veneno está na mesa. Direção: Silvio Tendler. Produção: Hélene Paihous. **Youtube**, 29 abr. 2014. 48 min, 57 seg. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SHkRoIvahpg>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ROSA, L. P. A crise de energia: uma reputação empírica do modelo econômico neoliberal. *In*: LESSA, C. (org.) O Brasil: a luz do apagão. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001.

SILVA, C. L. da. Laudo Pericial dos lotes impactados pela UHE Sinop no P. A. Wesley Manoel dos Santos, 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mt/@@search?path=&SearchableText=laudo+UHE+Sinop>. Acesso em: 5 fev. 2023.

WERNER, D. Neoliberalização da infraestrutura: mudanças regulatórias e configuração do setor elétrico brasileiro (1990-2018). *Revista Semestre económico*, Medellín, v. 22, n. 50, p. 151-177, 2019. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2950>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CAPÍTULO 14

DINÂMICA PRODUTIVA DA RIZICULTURA NO CENTRO-NORTE MARANHENSE: DA AGRICULTURA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA PATRONAL INTENSIVA

Willian Carboni Viana

Ademir Terra

Doi: 10.48209/978-65-5417-481-4

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a orizicultura no Maranhão passou por transformações relevantes, refletindo mudanças tecnológicas e produtivas, mas também uma nova lógica de organização do espaço agrário. A atividade, anteriormente estruturada majoritariamente em bases familiares, viu-se progressivamente reconfigurada com o avanço da modernização agrícola e da consolidação de estabelecimentos de médio e grande porte, articulados em redes produtivas atreladas a grupos empresariais.

No centro-norte do Maranhão, a Região de Planejamento dos Eixos Rodoferroviários emerge como território emblemático desse processo. Dotada de rodovias federais e trechos ferroviários que facilitam o escoamento, sua rizicultura foi estimulada por políticas públicas direcionadas e subsídios para a aquisição de máquinas agrícolas. Já nos anos 2000, a implantação do Complexo Agroindustrial da Camil Alimentos S.A., por meio da compra da antiga usina B. B. Mendes, contribuiu para a reorganização dos fluxos produtivos, centralizando a industrialização e a distribuição do arroz que é cultivado na região.

Essas transformações se deram de maneira desigual, aprofundando assimetrias no acesso à terra, ao crédito e à inserção nos mercados. A coexistência da produção camponesa com médios e grandes produtores revela a heterogeneidade do campo e expõe conflitos em torno da apropriação fundiária e dos direcionamentos do desenvolvimento regional.

Este artigo objetiva analisar a espacialização da rizicultura na Região de Planejamento dos Eixos Rodoferroviários, evidenciando as reconfigurações fundiárias, produtivas e

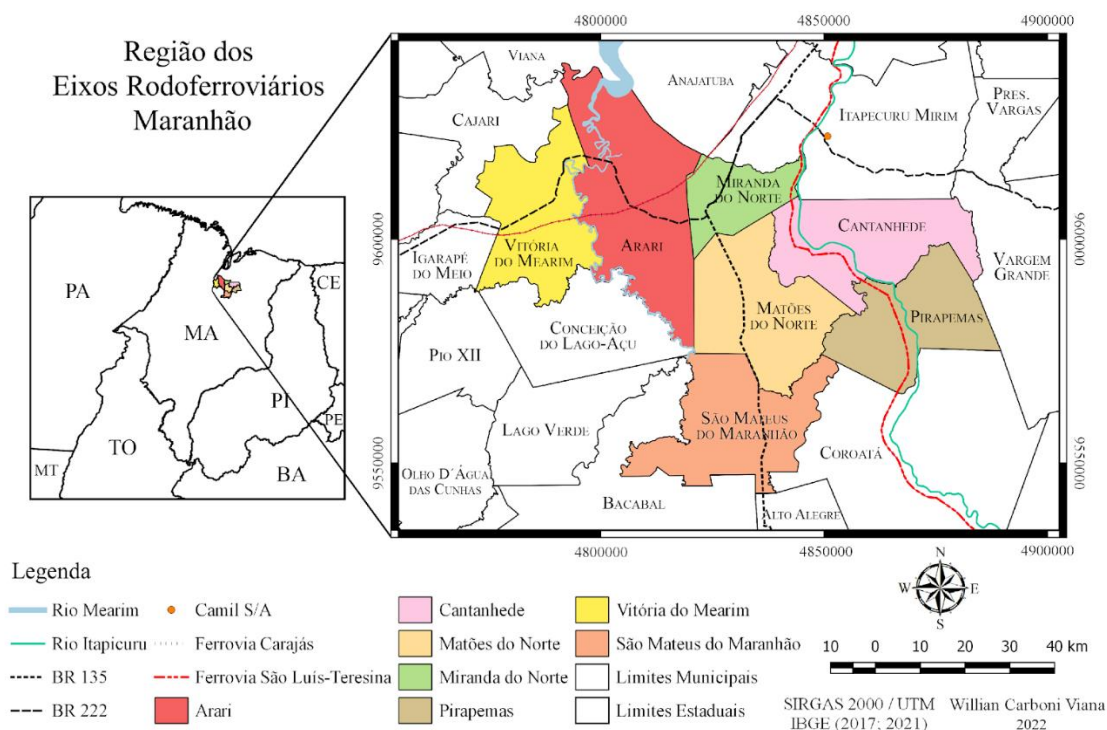
comerciais ocorridas nas últimas décadas. A investigação fundamenta-se em levantamento documental, em dados secundários e em fontes estatísticas, com ênfase nas estratégias territoriais adotadas pelos diversos agentes sociais envolvidos na produção de arroz.

Desse modo, compreender a espacialização da rizicultura no centro-norte maranhense é fundamental para revelar as tensões entre modernização corporativa e autonomia camponesa, bem como para lançar luz sobre os desafios e possibilidades de um desenvolvimento agrário mais equitativo no Maranhão.

MATERIAL E MÉTODOS

O campo empírico desta pesquisa está na Região de Planejamento dos Eixos Rodoferroviários, uma das 32 regiões definidas pelo governo do Maranhão. Situada na porção centro-norte do estado, compreende sete municípios: Arari, Cantanhede, Matões do Norte, Miranda do Norte, Pirapemas, São Mateus do Maranhão e Vitória do Mearim (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Região de Planejamento dos Eixos Rodoferroviários no Maranhão



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Trata-se de pesquisa de natureza explicativa, com abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso (Godoy, 1995; Goldenberg, 2002), focada na compreensão da espacialização

da rizicultura, de seus agentes, dinâmicas produtivas e efeitos socioespaciais. A análise de conteúdo das entrevistas seguiu procedimentos de codificação temática.

Para compor o panorama das transformações territoriais, foram utilizados dados secundários provenientes dos Censos Agropecuário, Demográfico e Industrial do IBGE, os quais forneceram informações sobre a estrutura fundiária, o perfil sociodemográfico e a estrutura produtiva da região. Foram consultados relatórios da EMBRAPA, que detalham as práticas agrícolas, da CONAB, que fornecem dados sobre o volume e os preços do arroz, e de órgãos como a AGERP e a SAGRIMA, que abordam as políticas públicas implementadas. Também foram incorporadas informações do INCRA e das secretarias municipais de agricultura, pesca, abastecimento e meio ambiente.

Em se tratando das fontes primárias, foram coletadas informações por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. Entrevistaram-se prefeitos e antigos prefeitos, secretários, representantes do Banco do Brasil, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's), um professor universitário e 70 moradores antigos, sendo 10 em cada município.

O questionário aplicado a 63 pequenos produtores (até 20 ha) abordou temas como práticas de manejo, acesso a crédito, comercialização e percepções sobre as mudanças no uso da terra. Ele foi aplicado presencialmente, com registro em notas de campo e consentimento verbal dos participantes. No setor de beneficiamento, identificaram-se 11 pequenas usinas de arroz (capacidade < 15 t/mês) e uma unidade da Camil Alimentos S.A. ($\approx$ 4.000 t/mês). Entrevistou-se o gerente da Camil e todos os responsáveis pelas pequenas usinas, em formato institucional, para mapear fluxos de comercialização e estratégias de expansão.

A população-alvo incluiu 3.299 rizicultores (IBGE, 2017), categorizados em pequenos ($\leq$ 20 ha), médios (20–200 ha) e grandes ($>$ 200 ha). Estima-se que 84 % sejam pequenos, cerca de 12% médios e 4 % grandes. Os trabalhos de campo foram realizados entre dezembro de 2018 e junho de 2021, possibilitando maior aproximação com os contextos locais e aprofundamento nas realidades sociais e produtivas. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva e exploratória, com apoio em gráficos, tabelas, mapas e fotografias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados permite compreender as principais transformações ocorridas na rizicultura da Região dos Eixos Rodoferroviários, incluindo as reconfigurações fundiárias, os processos de modernização agrícola e suas repercussões socioeconômicas.

4.1 Inserção histórica e espacial do arroz

A introdução do arroz no Maranhão remonta ao período colonial, sendo atribuída aos imigrantes açorianos que chegaram entre 1619 e 1650. Inicialmente cultivado pelos camponeses em pequenas áreas, o arroz vermelho foi progressivamente difundido à medida que a ocupação luso-brasileira avançava pelas ribeiras dos rios Mearim, Itapecuru e outros cursos d'água navegáveis, conectando o interior ao litoral (Pereira, 2002). Seu cultivo era complementar às lavouras de algodão, cana-de-açúcar e aos currais de gado, servindo à subsistência nas grandes fazendas (Marques, 1870; Canedo, 2008).

Com o fortalecimento do domínio português, especialmente após os acordos comerciais com os franceses e a expulsão dos holandeses no século XVII, expandiu-se a colonização e a cultura do arroz no centro-norte do Maranhão. As planícies fluviomarinhas dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, com solos férteis e alagamentos periódicos, mostraram-se ideais para o cultivo do grão (Pires, 1975; Farias Filho; Bueno, 2016).

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CCGPM) em 1755, dentro das reformas pombalinas, foi um esforço institucional para organizar a produção agrícola regional e seu escoamento. O arroz, incorporado aos gêneros agrícolas de exportação, recebeu incentivos da Coroa, com a oferta de sementes e a promessa de mão de obra escravizada (Caldeira *et al.*, 1997).

A partir da década de 1760, a CCGPM incentivou a produção de arroz branco da variedade carolina, importando sementes de Lisboa e distribuindo-as nas áreas produtoras. Contudo, devido à resistência dos agricultores locais, acostumados com o arroz vermelho, a companhia impôs em 1772 a proibição oficial do cultivo da variedade tradicional, substituindo-a compulsoriamente (Marques, 1870; Canedo, 2008).

Nas décadas seguintes, a produção de arroz, em associação com o algodão, cresceu e consolidou-se como uma atividade exportadora articulada ao comércio atlântico, especialmente devido à crescente demanda por gêneros alimentícios tropicais no século XVIII (Furtado, 2005). Diversas fábricas de beneficiamento foram instaladas em São Luís, e o transporte do cereal era realizado pelos rios Mearim e Itapecuru. Na metade do século XIX, o foco da CCGPM voltou-se ao algodão, mais lucrativo para exportação, o que levou à marginalização do arroz. Sua rede produtiva foi desarticulada pela falta de apoio logístico, e muitos produtores passaram a estocar o cereal, que se deteriorava, enquanto comerciantes locais passaram a importar arroz de outras regiões (Canedo, 2008).

Com o enfraquecimento da rizicultura, as elites agrárias redirecionaram seus capitais para atividades urbanas e industriais (Cunha, 2015). O arroz asiático passou a circular no Maranhão, e a falta de políticas de proteção agravou a crise da produção local. A abolição da escravidão, em 1888, acelerou o esvaziamento das grandes lavouras e o redirecionamento das elites para novos setores econômicos (Pereira Filho, 2015).

Durante as primeiras décadas do século XX, houve o fracionamento das grandes propriedades, o que favoreceu o aumento das pequenas unidades produtivas e fortaleceu temporariamente a agricultura familiar (Canedo, 2008). A rizicultura foi retomada durante as duas guerras mundiais, quando a elevação dos preços internacionais do arroz estimulou a reativação das áreas historicamente produtoras.

As regiões dos rios Mearim e Itapecuru voltaram a concentrar a rizicultura, favorecidas pelas condições fisiográficas propícias. Até os anos 1970, o cultivo, familiar e tradicional, era consorciado com outras culturas como milho, feijão e mandioca, compondo sistemas diversificados e adaptados ao meio local.

4.2 Estrutura fundiária e uso da terra: tensões, permanências e desigualdades

Entre o final do século XIX e meados do século XX, o Maranhão experimentou uma fragmentação moderada das terras, com aumento das propriedades de 5 a 50 ha (Canedo, 2008). Mais intensamente dos anos 1960 em diante, algumas políticas de desenvolvimento regional direcionadas, como, por exemplo, I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (1961–63) e o Projeto de Povoamento do Maranhão, redesenharam a dinâmica de redistribuição da população no âmbito regional. Essas iniciativas atraíram mais de 250 mil migrantes de outros estados, os quais foram alocados em cerca de 3 milhões de hectares voltados principalmente para a agricultura, com destaque para a rizicultura (Canedo, 2008; Cunha, 2015).

Na década de 1970, a “Lei Sarney” (1966–70) e a Lei das Ações Discriminatórias (1976) permitiram a alienação facilitada de terras devolutas, favorecendo grandes fazendeiros, principalmente migrantes do Sul do país (os “gaúchos”). Isso acelerou a concentração fundiária em detrimento do campesinato local, uma vez que a falta de informações e a burocracia afastaram os camponeses do acesso às terras públicas. Por desconhecerem os trâmites legais, muitos foram excluídos das disputas pela posse, enquanto redes de grilagem e violência asseguravam títulos irregulares a grandes fazendeiros (Canedo, 2008).

O Coeficiente de Gini, também utilizado para se medir a concentração de terras, registrou aumento na desigualdade fundiária na região dos Eixos Rodoferroviários, saltando de 0,710 em 1970 para 0,730 em 1975. Esse índice se manteve acima de 0,700 até 1995/96, refletindo níveis elevados de concentração. Somente a partir de 2006, começou a recuar, chegando a 0,665 no ano de 2006 e 0,655 em 2018, ainda representando uma alta concentração (IBGE, 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96, 2017).

Os dados sobre os estabelecimentos rurais seguem essa tendência: enquanto o número de arrendamentos caiu drasticamente de 16.527 em 1980 para apenas 193 em 2018, os proprietários formais aumentaram de 762 em 1970 para 2.154 em 2018. No entanto, os pequenos produtores (≤ 20 ha) continuaram sendo a maioria (83,2% dos estabelecimentos em 2018), mas com uma fração territorial reduzida (6,6%). As propriedades médias (20–200 ha) representaram 13,5% dos estabelecimentos e 29,9% da área, enquanto as grandes propriedades (> 200 ha) passaram de 86,2% da terra em 1970 para 63,5% em 2018 (IBGE, 1970 - 2017).

Desde 1995, o INCRA conseguiu assentar 6.649 famílias nos municípios da Região dos Eixos Rodoferroviários, sendo este um reflexo de políticas de redistribuição de terras voltadas àquelas famílias em situação de maior vulnerabilidade, retiradas das periferias urbanas e realocadas no meio rural (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de famílias assentadas entre 1995 e 2020

Município	Famílias assentadas
Arari	626
Cantanhede	634
Matões do Norte	287
Miranda do Norte	222
Pirapemas	980
São Mateus do Maranhão	1.379
Vitória do Mearim	2.341
Total	6.469

Fonte: INCRA (2020).

A modernização agrícola no Centro-Norte maranhense consolidou-se por meio de políticas públicas seletivas, que reforçaram a lógica de concentração fundiária e relegaram a agricultura familiar camponesa, eventualmente, a uma posição de subintegração nas redes de produção.

4.3 Modernização e condições de trabalho na rizicultura

O processo de modernização agrícola nos Eixos Rodoferroviários consolidou um dualismo: de um lado, sistemas empresariais mecanizados e altamente capitalizados; do outro, a agricultura camponesa, que depende de técnicas manuais e tem baixa inserção nos circuitos de mercado (Smith, 1988).

A maior parte das lavouras, cerca de 85% delas, opera em forma de sequeiro favorecido: o plantio ocorre em dezembro, os campos se alagam naturalmente com as chuvas de janeiro e a colheita vai de maio a junho. Desde 1982, entretanto, tem crescido um modelo irrigado, atualmente responsável por 15% da área, no qual a semeadura é feita em junho e a colheita ocorre entre outubro e novembro, com o uso de bombas que mantêm a inundação contínua da água proveniente do rio Mearim (Canedo, 2008).

Enquanto os médios e grandes produtores adotam tratores, implementos modernos e defensivos químicos para maximizar o rendimento, contando tanto com trabalhadores familiares quanto com assalariados sazonais, tais camponeses rizicultores mantêm práticas tradicionais, como a roça de toco e o plantio manual. Resistindo à mecanização, os camponeses geralmente vendem boa parte da produção em casca a atravessadores ou destinam-na ao autoconsumo. Na indústria, poucas unidades de beneficiamento concentram-se em atender ao agronegócio, particularmente a Camil S. A., que processa cerca de 4.000 t/mês em Itapecuru Mirim, enquanto 11 pequenos usineiros locais operam com descascadores rudimentares, sem acesso a linhas de crédito ou inspeção sanitária.

O processo de modernização da rizicultura também se reflete no uso crescente de fertilizantes e agrotóxicos. Em 1970, foram aplicadas apenas 20 toneladas de adubo químico, número que saltou para 102 t em 1980, enquanto o adubo orgânico passou de 1 t (1970) para 94 t (1975), 76 t (1980) e 91 t (1985). As pulverizações, que começaram com bombas costais e canhões acoplados a tratores, migraram para aviões agrícolas nos anos 1990, ampliando os casos de intoxicação entre trabalhadores e os impactos nas comunidades ribeirinhas. Embora a regulamentação e os novos equipamentos (pulverizadores tratorizados) tenham reduzido esses casos na última década, os camponeses ainda utilizam pulverizadores manuais sem EPIs e armazenam defensivos de forma inadequada, o que aumenta o risco de contaminação familiar.

O descarte irregular das embalagens, por abandono nos roçados, queima ou lançamento em cursos d'água, é uma prática generalizada, uma vez que não existem pontos de coleta ou logística reversa na região. Isso, somado à proximidade das lavouras com as margens dos rios, tem degradado a qualidade da água e reduzido a fauna aquática local. Gaspar *et al.* (2005)

identificaram, em estudo realizado em Arari, concentrações elevadas de carbamatos e organofosfatos no rio Mearim, associadas a sintomas neurológicos em moradores, semelhantes ao Mal de Parkinson (Gaspar et al., 2005, p. 52). Mesmo com o declínio da área cultivada após 1990, todos os produtores continuam utilizando defensivos químicos.

Entre os camponeses, o glifosato (Roundup) é aplicado sem prescrição técnica e frequentemente em dosagens superiores às recomendadas. Médios e grandes produtores, por sua vez, utilizam inseticidas como FASTAC-100, herbicidas (Ally, Aurora, 2,4-D Tractor) e fungicidas (Vitavax Thiram 200-SC, Stratego 250), além de sementes tratadas e assistência técnica, o que lhes permite maior controle sobre a brusone (*Pyricularia oryzae*), uma das pragas mais danosas.

Em contraste, os camponeses enfrentam perdas severas devido à falta de produtos e tecnologia adequados, recorrendo quase exclusivamente ao glifosato e às sementes de safra anterior, com apoio limitado de programas públicos. Já os médios e grandes adquirem sementes especializadas de empresas gaúchas, como Braseiro Sementes e CRAVIL, aprofundando a dependência tecnológica externa. A empresa Braseiro Sementes, localizada em Uruguaiana (RS), com filiais no Tocantins e Goiás, traz sementes do Sul do Brasil, Argentina e Uruguai, evidenciando a inserção da rizicultura local em uma rede transnacionalizada do Cone Sul.

A produção regional de arroz manteve-se elevada até meados dos anos 1980, declinou até 2000, foi retomada em 2006 e sofreu nova queda em 2018. Entre 1975 e 1985, o Maranhão destacou-se como o maior produtor de terras altas e o segundo maior em arroz de sequeiro e irrigado no Brasil (Pires, 1975; IBGE, 2017).

Nas médias e grandes propriedades, a mão de obra qualificada é deslocada de fazendas do Sul e Mato Grosso, aprofundando as desigualdades na oferta de emprego local. A malha rodoviária priorizou o escoamento para pólos consolidados, como Itapecuru Mirim, São Luís e Caxias, marginalizando os municípios produtores quanto à industrialização. Entre 1970 e 1980, tentativas pontuais de instalação de pequenas fábricas, muitas delas próximas a estradas, elevaram o número de estabelecimentos de 60 para 90 e o número de trabalhadores de 126 para 313 (IBGE). Em contraste, Itapecuru Mirim e São Luís, por exemplo, contavam, respectivamente, com 387 e 295 indústrias em 1980, evidenciando a centralização dos investimentos e mantendo a região dos Eixos Rodoferroviários como fornecedora de matéria-prima para o interior da rede produtiva estadual.

O Estado priorizou a expansão da pecuária e das monoculturas, investindo em rodovias, subsídios e logística para escoar a produção, mas não consolidou um parque agroindustrial nos municípios produtores. Entre 1970 e meados dos anos 2000, cerca de 30 usinas de

beneficiamento operaram nos Eixos Rodoferroviários, classificadas em pequenas (≤ 15 t/mês), médias (15–90 t/mês) e grandes (> 90 t/mês). Arari concentrava oito unidades (incluindo a Cooperativa Arari e a Unidade Industrial do Ênio), Miranda do Norte abrigava a Família Bonfim e quatro usinas familiares, e São Mateus contava com seis plantas, sendo a Cooperativa São Mateus e cinco pequenos usineiros. Nos outros municípios predominavam usinas familiares de baixa mecanização e pequena escala: Pirapemas (4), Vitória do Mearim (4), Cantanhede (2) e Matões do Norte (1).

O declínio da produção no final dos anos 1980 e 1990 levou ao fechamento ou redirecionamento dessas usinas, mas, a partir de 2006, com a consolidação do Complexo B.B. Mendes (adquirido pela Camil em 2010), iniciou-se uma leve retomada, reconfigurando o mapa produtivo e logístico do arroz na região. Em 2003/04, o grupo B.B. Mendes, tradicionalmente ligado ao transporte e cerâmica (tijolos, telhas etc.), implantou um complexo agroindustrial de arroz em Itapecuru Mirim, firmando contratos com médios e grandes produtores e incorporando parcialmente pequenos estabelecimentos na Baixada Maranhense.

Em 2006, a Camil S.A., transnacional brasileira de grãos, adquiriu o complexo (compra concluída em 2010) e atualmente controla cerca de 90% da produção e comercialização regional, estabelecendo contratos com produtores, beneficiando e empacotando o grão em sua planta no município de Itapecuru Mirim e distribuindo-o em larga escala. Os 10% restantes ficam a cargo de 11 pequenos “piladores” informais, fundados após 2000 e estrategicamente localizados nos centros urbanos, sendo três em Arari, três em São Mateus, e uma em cada um dos outros municípios, que processam até 15 t/mês em equipamentos MGM ou MS-007, sem alvará ou apoio institucional. Paralelamente, o descascamento manual ao sol, secado em lonas e batido em pilões, persiste em povoados ribeirinhos, refletindo a continuidade de circuitos locais não hegemônicos de comercialização.

Os pequenos piladores adquirem arroz principalmente de produtores locais e, ocasionalmente, de sobras de cargas não completadas junto à Camil S.A. Também compram arroz de colhedores itinerantes, que trocam cerca de 30% da colheita pelo serviço de beneficiamento. Após a dupla pesagem pré- e pós-beneficiamento, o arroz é ensacado e vendido a granel, sem triagem ou controle formal de qualidade, sendo denominado “bica corrida”. Cada usina de pequeno porte conta com 2 a 5 trabalhadores informais, incluindo menores de idade, que trabalham sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou contrato CLT, recebendo salários abaixo do piso estabelecido.

Em contrapartida, a Camil S.A., que comprou o Complexo B.B. Mendes em 2006 (transação concluída em 2010), investiu R\$10 milhões em modernização, ampliando sua planta

de Itapecuru Mirim para uma capacidade de 4.000 t/mês. A empresa compra arroz em casca apenas de médios e grandes produtores, por meio de contratos formais. Realiza a dupla pesagem (produtor e recebedor) e enfrenta perdas no transporte a granel. Sua fábrica emprega atualmente 103 funcionários e regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e três terceirizados. O arroz é armazenado em galpões, e a empresa renova periodicamente o maquinário para manter a eficiência produtiva.

Fundada em 1963 como cooperativa em Itaqui (RS), a Camil deixou de ser uma cooperativa ao expandir-se e internacionalizar-se nos anos 2000, tornando-se a segunda maior processadora de arroz do país e um ator dominante no Maranhão. Sua expansão nacional começou em 1975 com a instalação de um centro de distribuição em São Paulo, e em 2006, entrou no Nordeste ao adquirir o Complexo B.B. Mendes, em Itapecuru Mirim.

A modernização da rizicultura nos Eixos Rodoferroviários consolidou um dualismo produtivo: de um lado, formas tradicionais, familiares camponesas e de sequeiro; de outro, empreendimentos mecanizados, irrigados e voltados ao agronegócio. O cultivo em sequeiro, responsável por cerca de 85% da área, depende das chuvas de dezembro a junho, mobilizando principalmente a mão de obra familiar em pequenas propriedades. A irrigação (15%), introduzida em 1982 em Arari e expandida para São Mateus e Vitória, requer bombas e operações mais tecnificadas, gerando menos empregos diretos.

A indústria do arroz também se polarizou. Médios e grandes produtores concentram unidades de beneficiamento próximas aos polos de produção, integrando-se a circuitos formais. Já os camponeses vendem arroz em casca a preços menores ou destinam parte da produção ao autoconsumo, permanecendo à margem da estrutura industrial. Comercialmente, o arroz irrigado alcança mercados estadual e interregional, enquanto o arroz de sequeiro é frequentemente comercializado localmente, enfrentando oscilações climáticas e de preço.

No plano corporativo, a Camil Alimentos S.A. é o ator dominante. A empresa, fundada em 1963 no Rio Grande do Sul, transformou-se em sociedade anônima nos anos 2000. Começou sua expansão nacional em 1975 com um centro de distribuição em São Paulo e, em 2006, adquiriu o Complexo B.B. Mendes, em Itapecuru Mirim, controlando cerca de 90% do arroz beneficiado na região. Sua planta, com capacidade de 4.000 t/mês, emprega mais de 100 trabalhadores CLT e opera de forma verticalizada: compra arroz apenas de médios e grandes produtores, processa, empacota e distribui em redes atacadistas.

4.4 Indústria e comércio

Entre 1970 e 2000, o comércio regional integrava camponeses, intermediários e usinas de porte médio, com alguns produtores chegando a enviar colheitas para Teresina (PI). No entanto, a grave retração econômica dos anos 1990 levou ao fechamento de muitas fábricas familiares. A retomada do setor nos anos 2000 atraiu o grupo B.B. Mendes, que consolidou acordos com grandes produtores antes de ser integrado à Camil. O resultado foi a formação de um "regime empresarial" que monopoliza o beneficiamento e a distribuição do arroz, excluindo pequenos produtores e redefinindo as dinâmicas territoriais.

A monocultura do arroz nos Eixos Rodoferroviários consolidou um modelo patronal, em que médios e grandes produtores, conectados a uma planta agroindustrial em Itapecuru Mirim, drenam quase todo o excedente de arroz para a Camil Alimentos S.A. A localização estratégica dessa planta, em parte herdada do Complexo B.B. Mendes e reforçada pela malha rodoviária sul-norte e conexões com a Baixada Maranhense e São Luís, garante a centralização do beneficiamento e escoamento da produção, mas à custa da autonomia regional.

Internamente, a mecanização introduzida pelos "gaúchos" na década de 1980 transformou as relações de trabalho. O regime familiar e sazonal, no qual os trabalhadores agregados acompanhavam a colheita em troca de diárias ou empreitadas, deu lugar a um sistema de assalariamento crescente (Canedo, 2008). A participação da família na força de trabalho caiu de mais de 90% para pouco mais de 60% em duas décadas, enquanto trabalhadores temporários e permanentes continuam expostos a baixos salários e à ausência de garantias trabalhistas.

Paralelamente, a insuficiente produção local abriu espaço para o arroz de outros estados, como Goiás, Tocantins e Santa Catarina, evidenciando a perda de autonomia das redes produtivas locais. Embora ainda exista uma forte tradição familiar de "roças de toco" e outras técnicas manuais, hoje 90% do beneficiamento do arroz passa pelas máquinas de Itapecuru, enquanto um pequeno número de usinas informais, sem licença ou controle sanitário, atende à produção camponesa remanescente.

Desde a década de 1960, os sindicatos rurais, inicialmente criados para defender os direitos trabalhistas, se concentraram principalmente em questões previdenciárias, deixando as condições de trabalho praticamente intocadas. Em contraste, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgida nos anos 1970, passou a denunciar as precárias condições no campo por meio da imprensa regional, que, por sua vez, estava engajada com os movimentos sociais. O declínio da rizicultura nas décadas de 1980 e 1990 e a crescente mecanização acentuaram a sazonalidade e a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais.

Esse cenário reflete o dualismo histórico-estrutural atrelado ao avanço do capitalismo no meio rural/agrário: de um lado, o setor "moderno-tecnoburocrático", integrado ao agronegócio e à financeirização global; de outro, o setor "tradicional-dependente", composto por pequenos estabelecimentos que permanecem subintegrados aos avanços agro-tecnológicos. A concentração fundiária e o pacote tecnológico, iniciado pela Revolução Verde, reduziram postos de trabalho e elevaram as exigências de qualificação, relegando as tarefas mais braçais aos trabalhadores menos especializados e perpetuando a desigualdade na divisão social do trabalho rural (Smith, 1988).

4.5 Alguns dos impactos territoriais e sociais

A concentração fundiária e a falta de infraestrutura rural, como escolas, hospitais e serviços básicos, impulsionaram um êxodo contínuo para as cidades nos Eixos Rodoferroviários. Em busca de melhores condições de vida e de emprego, muitas famílias foram realocadas para conjuntos habitacionais populares nas periferias urbanas, como parte de uma estratégia estatal para “reter” a mão de obra no meio urbano (Haesbaert, 1997).

Esse crescimento desordenado gerou tensões no espaço urbano, evidenciadas pela formação de loteamentos irregulares em terrenos de 4 a 7 metros de frente por até 10 metros de fundo. A urbanização acelerada, combinada à escassez de serviços de saneamento, abastecimento hídrico insuficiente e frequentes apagões, resultou em condições de vida precárias para grande parte da população. As áreas baixas e alagadiças passaram a abrigar casas construídas em “jirau” ou protegidas por comportas e muros, soluções vernáculas que, desde os anos 2000, vêm sendo substituídas por construções de alvenaria.

O aumento da população urbana alimentou o comércio informal, com ambulantes e pequenos lojistas disputando espaço nas ruas e praças, mas a escassez de empregos formais reforçou a precariedade social (Azevedo, 2008). A monocultura do arroz, concentrada nas mãos de grandes produtores, e a expansão pecuarista drenam boa parte da renda gerada no campo para fora dos municípios, perpetuando ciclos de investimentos pontuais e estagnação estrutural nas áreas rurais (Viana, 2022a; Viana, 2022b; Viana; Terra, 2024).

Em suma, a modernização agrícola, quando implementada sem políticas sociais e urbanísticas integradas, acentuou a desigualdade socioespacial: ao fortalecer o agronegócio e enfraquecer as comunidades camponesas, esse processo impulsionou a favelização e a fragilidade das periferias urbanas, aprofundando as divisões socioeconômicas entre os campos e as cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou como a rizicultura nos Eixos Rodoferroviários evoluiu de um cultivo complementar de subsistência, introduzido por imigrantes açorianos no século XVII, para uma monocultura patronal intensiva. A consolidação de grandes empreendimentos mecanizados e a territorialização da Camil S.A. conviveram com formas familiares de produção, revelando um dualismo produtivo que reforçou desigualdades fundiárias, tecnológicas e de acesso a mercados.

As transformações agrárias aprofundaram a concentração de terra e drenaram renda dos municípios produtores em direção a redes corporativas e pólos urbanos, ao mesmo tempo em que alimentaram processos de desruralização e precarização nas periferias municipais. O uso intensivo de insumos químicos e a modernização seletiva também geraram tensões socioambientais, com impactos na saúde e nos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. **Questões sociais**. São Paulo: Editora Salesiana, 2008. 126 p.
- CALDEIRA, J. CARVALHO, F. MARCONDES, C. PAULA, S. G. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 365 p.
- CANEDO, E. V. S. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição das terras e atividades agrícolas**. 2ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Interativa, 2008.
- Cunha, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2015.
- Farias Filho, M. S.; Ferraz Junior, A. S. **A Cultura do arroz em sistemas de vazante na baixada maranhense, periferia do Sudeste da Amazônia**. Goiânia: Pesquisa Agropecuária Tropical, v. 39, n. 2, p. 82-91, 2009.
- Gaspar, S. M. F.; Nunes, G. S.; Pinheiro, C. U. B. & Amarante Júnior, O. P. Avaliação de risco de pesticidas aplicados no município de Arari, Maranhão, Brasil: base para programa de controle ambiental do rio Mearim. **Pesticidas - Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 15, p. 43-54, 2005.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, 1995, 57-63.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 6ª ed., 2002, 107 p.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997, 293 p.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1940, 142 p.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1950, 142 p.

IBGE. **Estado do Maranhão: censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1960, 268 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1970, 72.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1980, 78 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1991, 63 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000b, 550 p.

IBGE. **Censo demográfico do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010, 235 p.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, 2020. Consulta pública de beneficiários dos projetos de assentamento. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/beneficiarios.html>, acesso em: 30 de março de 2024.

MARQUES, C. A. **Diccionario histórico-geographico da província do Maranhão**. Maranhão: Typ. Frias, 1870, 558 p.

PEREIRA FILHO, J. F. Formação econômica do Maranhão: superexploração como entraves ao desenvolvimento. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2015, São Luís. Anais... São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

Pires, C. O. **O arroz no Maranhão**. São Luís: CEPAGRO, 1975.

Smith, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. 250 p. ISBN 85-286-0072-6.

VIANA, W. C. **O território usado entre manifestações culturais e firmas transnacionais: o caso da territorialidade da monocultura do arroz na região dos Eixos Rodoferroviários – Maranhão (Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2022a.

VIANA, W. Dos processos históricos de povoamento às transformações recentes na cidade de Arari - Maranhão. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 12, p. e02205, 2022b.

VIANA, W. C.; TERRA, A. A dialética entre a agricultura científico-globalizada e as pequenas cidades do baixo Rio Mearim no Maranhão. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 44, n. 1, 2024. Doi 10.5216/bgg.v44i1.77987.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR

Rita de Cássia Cavalcante

Docente Professora do Departamento de Educação, do Centro de Humanidades-Campus- III, da Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, Paraíba (UEPB), Brasil. Mestre em Educação. Pesquisadora e extensionista, em Extensão Rural e Formação de Educadores (as) do Campo.

Ivanio Folmer

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde também atua como professor formador no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFSM/UAB). Possui trajetória dedicada à pesquisa em Educação do Campo, Geografia Agrária, Território e Movimentos Sociais, com participação ativa em grupos de pesquisa como o GIRASSOL e o GPET/UFSM – este último completando 25 anos de atuação em 2025.

Liziany Müller

Zootecnista (UFSM), com mestrado e doutorado em Agronomia (UFSM) e pós-doutorado em Zootecnia. Atua como professora associada na UFSM, onde coordena a Coordenadoria de Tecnologias Educacionais da Pró-Reitoria de Graduação. É responsável pelo Laboratório de Mediações Sociais e Culturais no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Coordena e leciona no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UAB/UFSM) e é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Já atuou em cursos de especialização e no mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede (PPGTER/UFSM).

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Ademir Terra

Professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>

E-mail: ademirterra@professor.uema.br

Andréia Ribeiro da Silva

Especialista em Gestão Organizacional e Negócios pela Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul – UFMS/CPNA

E-mail: deia_ribeiro2@hotmail.com

Antonio Eusébio de Sousa

Professor de Geografia da Educação básica: Secretaria Municipal de Educação de Picos – PI e Secretaria de Estado da Educação do Piauí SEDUC – PI. Coordenador da turma de Pedagogia convênio CAPES/UESPI/PARFOR. Licenciado em Geografia e Pedagogia, Especialista em Geografia e Meio Ambiente, Educação contextualizada no Semiárido e Especialista em Gestão Escolar. Mestre e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGG/FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Antonio Sérgio Eduardo

Mestre em Geociência, UNICAMP e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, UNIDERP, Campo Grande/MS, Brasil

Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS/CPNA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2139122587221649>

E-mail: antonio.sergio@ufms.br

Claudio Rodrigues da Silva

Doutor em Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília-SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9036-3101>

E-mail: claudio.rodrigues-silva@unesp.br

Deize Heloiza Silva Degrande

Doutoranda em Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília-SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8790-7024>

E-mail: deize_heloiza@hotmail.com

Julio Cesar Torres

Doutor em Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília-SP, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1002-0078>

E-mail: julio.torres@unesp.br

Fabiano Greter Moreira

Mestre em Agronegócios e Doutor em Geografia, UFGD, Dourados/MS, Brasil

Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS/CPNA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8097368099599358>

E-mail: fabiano.greter@ufms.br

Felipe Dutra Maffi

Na minha trajetória como terapeuta me formei em Fisioterapia em 2008 e desde então busquei olhar as pessoas como um todo, com um olhar mais holístico. Fui atrás de técnicas que pudessem me dar esse suporte como: a Microfisioterapia, Nova Medicina Alemã, Constelação Familiar, Reiki, Geometria Sagrada, Fitoenergética entre outras, que dão suporte ao meu trabalho.

Fernanda de Figueiredo Ferreira

Tecnóloga em Agropecuária: Sistemas de Produção; Especialista em Agricultura Familiar e Educação do Campo – Residência Agrária – UFSM; Dra. Extensão Rural – UFSM. Militante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde – ANEPS. Terapeuta Homeopata.

E-mail: fefifferreira@gmail.com

Ivan de Sousa Soares

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, mestrado pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Atua como professor adjunto do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UMEMAT – Campus Sinop.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6825896381887483>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8869-7363>

E-mail: ivangeo@unemat.br

Jennifer Sousa da Silva

Graduanda do Curso de Agroecologia, do CCAA – Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, campus II, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Lagoa Seca, Paraíba, Brasil.

E-mail: jennifer.sousa.silva@aluno.uepb.edu.br

Josué de Moura Berto

Graduado em Licenciatura em Geografia, IFRN, Campus Natal Central

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214897890580599>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8901-1236>

E-mail: josueberto29@gmail.com

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

Professora Doutora do IFRN, Campus Natal Central

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7923020450041188>

Marcelo Miná Dias

Professor da Universidade Federal de Viçosa, Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2282213279382586>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3404-228X>

Nathanael da Cruz e Silva Neto

Doutor em Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília-SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2739-8269>

E-mail: silva.neto@unesp.br

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Professor da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

Renato Pires Póvoa

Atualmente Gestor Público (Vereador) no município do Capão do Leão/RS. Graduado em Gestão Pública – UNINTER/2020. Magistério em Ensino no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil/Pelotas (1988). Discente do Curso de Terapeutas Holísticos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/2021.

Renato Santos de Souza

Graduado em Agronomia – UFPel/1992, Mestre em Economia Rural – UFRGS/1996 e Doutor em Administração – UFRGS/2004. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Professor/Pesquisador Visitante na Universidade de Lisboa – UL. Tem experiência nas áreas de economia, administração e meio ambiente, com ênfase em teorias e estratégias organizacionais, sociologia das organizações, políticas e estratégias ambientais.

Rita de Cássia Cavalcante

Professora do Departamento de Educação, do Centro de Humanidades – Campus – III, da Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, Paraíba (UEPB), Brasil. Mestre em Educação. Pesquisadora e extensionista, em Extensão Rural e Formação de Educadores (as) do Campo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9911864484873600>
E-mail: ritacassia@servidor.uepb.edu.br

Sandra Leon

Conselheira de Saúde no município de Alvorada/RS. Graduada em Psicologia – PUCRS/2015. Formação como Promotora Popular em Saúde – MS - SEGEP - ESP - SES/RS 2013. Aperfeiçoamento em Educação e Informação em Saúde - Ênfase em Educação Popular em Saúde – UNIVATES/2012. Terapeuta Reiki e Massoterapeuta. Discente do Curso de Formação para Terapeutas Holísticos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/2021.

Sérgio Marques Reis

Assalariado rural. Acampado em 1995. Camponês e assentado. Militante na área de: Formação, Relações Internacionais e Setor de Saúde, com práticas terapêuticas na área da fitoterapia e ventosaterapia. Discente Curso de Terapeutas Holísticos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/2021.

Sônia de Almeida Pimenta

Professora Associada do Departamento de Metodologia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Líder do Grupo de Pesquisa Mediação Pedagógica (CNPq) da Universidade Federal da Paraíba.

Roberto de Oliveira

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: rhobbert@hotmail.com

Weriberlan Wanderley Monteiro

Discente do curso de Letras Português e Inglês. Centro Universitário de Patos - UNIFIP. Caicó – RN

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9685384554381197>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0354-7398>

E-mail: ir.weriberlanwanderley@gmail.com

Willian Carboni Viana

Doutor em Geografia (Humana) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Pesquisador de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Presidente Prudente (UNESP). Professor credenciado no Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Arari (IHGA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4214-2579>

E-mail: willian.cienciashumanas@gmail.com

QUESTÃO AGRÁRIA E PRÁXIS SOCIAIS:

DESAFIOS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS



www.arcoeditores.com

contato@arcoeditores.com

(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●